

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO

MICHELE BRISKIEVICZ

**TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE: A MIGRAÇÃO DOS DESCENDENTES DE
ITALIANOS NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ**

Francisco Beltrão, PR

2012

MICHELE BRISKIEVICZ

**TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE: A MIGRAÇÃO DOS DESCENDENTES DE
ITALIANOS NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ**

Dissertação de Mestrado elaborado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – área de concentração: “Produção do Espaço e Meio Ambiente”, na linha de pesquisa “Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais”, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet.

Francisco Beltrão, PR

2012

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Briskievicz, Michele

B859 Territorialidade e identidade: a migração dos descendentes de italianos no município de Francisco Beltrão – Paraná. / Michele Briskievicz. – Francisco Beltrão, 2012. 236f.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet
Dissertação(Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Território - Identidade. 2. Imigração – Brasil - Região Sul. 3. Território – Sudoeste do Paraná. 4. Italianos – Migração - Francisco Beltrão. I. Saquet, Marcos Aurélio. II. Título.

CDD – 981.62

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE: A MIGRAÇÃO DOS DESCENDENTES DE
ITALIANOS NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ**

Autora: Michele Briskievicz

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Michele Briskievicz e
aprovada pela comissão julgadora.

Data: 28 / 02 / 2012

Assinatura:

Approvado

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet (UNIOESTE – F.B)

Profª. Dra. Silvia Regina Pereira (UNIOESTE – F.B)

Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha (UEM)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, em especial, aos meus pais (Pedro Briskievicz e Tânia Briskievicz), pelos incentivos, exemplos e esforço para que eu continuasse estudando. Ao meu companheiro (Leandro Daneluz Gonçalves) pelo carinho e a todos que de alguma forma me apoiaram nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelo apoio, pela oportunidade de ter realizado aqui todo o caminho e a possibilidade de ter vivenciado neste Campus todas as experiências que fizeram parte da minha formação, que as tornaram tão especial.

Agradeço ao meu orientador, professor Marcos Aurelio Saquet, que me acompanhou nesta trajetória, durante toda a graduação e mestrado, com palavras de incentivo, ensinamento, auxílio e apoio na realização deste estudo.

À CAPES pelo auxílio monetário providencial para o desenvolvimento da pesquisa.

À Andréia e a Coordenação do Mestrado, a quem sempre pedíamos socorro, obrigada pelo auxílio e amizade. Aos professores, obrigada pelos ensinamentos transmitidos e discussões proporcionadas, principalmente os professores Marcelo Dornelis, Marli Terezinha Schlosser, Roseli Alves dos Santos e Marcos Aurelio Saquet, cujas disciplinas muito contribuíram com a construção desta pesquisa. Agradeço as professoras Sônia Maria dos Santos e Sílvia Regina Pereira, por terem feito parte da minha banca de qualificação, cujas orientações foram de suma importância.

Aos companheiros do GETERR (Grupo de Estudos Territoriais) da UNIOESTE, que contribuíram para a realização deste trabalho, a partir de debates e conversas informais, pelo suporte material, por todo conhecimento compartilhado e todas as experiências vividas.

Aos amigos e colegas do mestrado, por partilharem aflições e momentos de descontração. Quero também dedicar um agradecimento especial aos meus amigos geterianos, Suzana, Aline, Raquel, Ana, Elaine, Felipe, Rafael, Talita, Alexandre, Patrícia e outros, obrigada pelo companheirismo! Por tudo que vivemos juntos nestes dois anos, pelo carinho, pela amizade, em momentos bons ou não tão bons, que se fazem eternos...

As famílias entrevistadas, pela atenção, e cuja disponibilidade em nos atender, conversando e respondendo questionários, foram de fundamental importância.

Aos meus pais, Pedro e Tania, a quem eu devo tudo que tenho e sou, que foram e são sempre conforto, apoio, inspiração e motivo. Aos meus irmãos Bruno e Amanda, e ao meu companheiro Leandro, por existirem e fazerem parte na minha vida.

Enfim, a todos os outros que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização e conclusão desta pesquisa, os meus sinceros agradecimentos!

Com o tempo, os conceitos mudam...os sonhos mudam...os planos mudam...a vida muda...Mas não se mudam princípios e valores...Mudei e continuo igual...Assim é o ser humano: tão coerente em suas contradições...

Jacky Correia

RESUMO

O município de Francisco Beltrão localiza-se na região Sudoeste do Paraná. Sua ocupação efetiva ocorreu, especialmente, a partir das migrações internas, provenientes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, intensificada, a partir de 1940. É um território caracterizado pela presença expressiva de descendentes europeus, especialmente, da etnia italiana, isto é visível, através das manifestações econômicas e culturais reproduzidas, por estes, na atualidade. Nosso objetivo nesta pesquisa foi desvendar a dinâmica migratória dos descendentes de italianos para o município e revelar as principais características instituídas na formação territorial, considerando as contribuições econômicas e culturais, refletidas na organização do espaço, visíveis nos dias atuais. Para alcançarmos os resultados esperados, realizamos o resgate histórico de formação do Sudoeste do Paraná, em especial do município de Francisco Beltrão; refletimos e compreendemos a abordagem territorial e outros conceitos como processos sociais e territoriais de organização da vida cotidiana; verificamos os períodos de maior fluxo migratório e, sucessivamente, desvendamos o território de origem dos migrantes, a trajetória percorrida pelas famílias, desde o momento da imigração no Brasil e os motivos que os levaram ao deslocamento; por fim, analisamos as principais transformações econômicas e culturais que essas famílias provocaram no município, identificando as características identitárias vinculadas aos antecedentes, verificando, também, novos hábitos e comportamentos incorporados. Com os resultados obtidos, notamos que estas famílias contribuíram e ainda contribuem na caracterização da identidade territorial de Francisco Beltrão, bem como, revelam marcas da identidade italiana. Destacamos que estas características devem ser relatadas, valorizando a história de vida das famílias e do município, que carregam diferentes valores e expressam as experiências sociais ocorridas no tempo e espaço.

Palavras-Chave: Território. Identidade. Migração. Francisco Beltrão

ABSTRACT

The county of Francisco Beltrao is located in the Southwest of Parana. Its effective occupation has happened, from the inner migrations, from Rio Grande do Sul, Santa Catarina and Parana, and it has been intensified from 1940 on. It is a territory characterized by the significant presence of European descendents, specially the Italian ethnicity. It can be seen through their economic and cultural manifestation. Our objective on this research was to unveil the migratory dynamic of Italian people to the county and show the main characteristics instituted in the territory organization, considering the cultural and economical contributions echoed in the space organization, seen nowadays. To reach the expected results, it has been carried out the background of the region, mainly the county of Francisco Beltrao; It has been thought and understood the territorial approach and others concepts as social and territorial process of daily life organization; it has been checked the periods of bigger migratory flux, and at the same time it has been showed the migrants territory of origin, the trajectory gone through by the families, since the moment of immigration in Brazil and the reasons they have done it; at last, it has been analyzed the main economic and cultural changes that the families caused in the county identifying the identity characteristics linked to the ancestors, checking also, new habits and behaviors that have been incorporated. Through the results, it has been realized that the families contributed and still contribute in the territorial identity characterization of Francisco Beltrao, as well, reveals marks of Italian culture. It has been highlighted that these characteristics must be reported, adding value to the history of family life that takes different values and express the social experiences happened in the time and space.

Key-words: Territory, Identity, Migration. Francisco Beltrão.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Desmembramentos de Palmas.....	74
FIGURA 02: Desmembramentos de Clevelândia.....	75
FIGURA 03: Desmembramentos de Francisco Beltrão e Pato Branco.....	75
FIGURA 04: Emigração italiana para o Brasil, 1876-1920.....	92
FIGURA 05: Parte da árvore genealógica da família Tesser.....	162
FIGURA 06: Cardápio do Jantar Italiano, promovido pela comunidade.....	216

LISTA DE FOTOS

FOTO 01: Revolta dos Posseiros em 1957.....	82
FOTO 02: Família Zulian (a senhora sentada no meio é sua avó natural da Itália).....	172
FOTO 03: A cidade de Francisco Beltrão, em 1952.....	173
FOTO 04: Árvore genealógica da família Borghesan.....	176
FOTO 05: Parte do Jornal de Beltrão, 20 de dezembro de 1952: demarcação da CANGO.....	176
FOTO 06: Parreiral da família Salmória.....	181
FOTO 07: Cantina onde há barricas de vinho para o consumo e venda.....	182
FOTO 08: Capela da Nossa Senhora de Aparecida no quintal da casa da família Salmória.....	184
FOTO 09: Igreja de Árcie, onde a mãe do entrevistado nasceu.....	185
FOTO 10: Antigo moedor de uva.....	192
FOTO 11: Pipa de vinho herdada de seus antepassados.....	194
FOTO 12: Mala de seu avô proveniente da Itália.....	195
FOTO 13: Máquina de escrever.....	194
FOTO 14: Lampião.....	195
FOTO 15: Ferramentas antigas.....	194
FOTO 16: Igreja São Francisco de Assis, da Comunidade Secção Jacaré.....	202
FOTO 17: Divulgação da Festi Vin de 2006.....	211
FOTO 18: Festi Vin de 2010.....	212
FOTO 19: Componentes do Grupo Folclórico <i>Va Pensiero</i>	212
FOTO 20: Apresentação do Grupo Folclórico <i>Va Pensiero</i>	213
FOTO 21: Componentes do Grupo Folclórico <i>Belvedere</i>	214
FOTO 22: Apresentação do Grupo Folclórico <i>Belvedere</i>	215
FOTO 23: Centro social da comunidade Secção Jacaré.....	216

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: População das colônias - 1908 (%).....	53
GRÁFICO 02: População das colônias - 1909 (%).....	53
GRÁFICO 03: População das colônias - 1910 (%).....	54
GRÁFICO 04: População das colônias - 1911 (%).....	56
GRÁFICO 05: População das colônias - 1912 (%).....	56
GRÁFICO 06: Estados com população estrangeira.....	61
GRÁFICO 07: Composição da população do Sudoeste do Paraná, por estado de origem.....	83
GRÁFICO 08: Evolução da população urbana e rural do Rio Grande do Sul.....	110
GRÁFICO 09: Casamentos dos descendentes de italianos em Francisco Beltrão - 1954 a 1960.....	126
GRÁFICO 10: Casamentos dos descendentes de italianos em Francisco Beltrão - 1961 a 1970.....	128
GRÁFICO 11: Casamentos dos descendentes italianos em Francisco Beltrão-1971 a 1980.....	129
GRÁFICO 12: A composição da população de Francisco Beltrão por Estado de origem (1970-2000).....	131
GRÁFICO 13: Estados de origem dos descendentes de italianos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão.....	133
GRÁFICO 14: População, conforme a etnia, em Francisco Beltrão – 2008.....	135

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: Localização das colônias no Paraná, segundo as etnias (1829 a 1940).....	59
MAPA 02: Migração para as mesorregiões do Paraná (2000).....	64
MAPA 03: Divisão, em 1920, que correspondem hoje ao Sudoeste do Paraná.....	68
MAPA 04: Sudoeste do Paraná em 1938.....	70
MAPA 05: Migração interna para o Sudoeste do Paraná em 1970.....	78
MAPA 06: Predominância de gaúchos e catarinenses nos municípios do Sudoeste paranaense – 1970.....	79
MAPA 07: Expansão da etnia italiana na região Sul do Brasil.....	101
MAPA 08: Gaúchos que vivem em outros estados brasileiros.....	112
MAPA 09: Localização de Francisco Beltrão – PR.....	117
MAPA 10: Fluxo migratório dos descendentes de italianos do Rio Grande do Sul para Francisco Beltrão.....	137
MAPA 11: Fluxo migratório dos descendentes de italianos de Santa Catarina para Francisco Beltrão.....	138
MAPA 12: Migração da família, a partir do estabelecimento dos imigrantes italianos no Sul do Brasil.....	207

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Predominância de estrangeiros nas colônias.....	57
QUADRO 02: Imigração por nacionalidade no Paraná até 1948.....	60
QUADRO 03: Comparação dos municípios de procedência dos migrantes (ordem decrescente).....	141
QUADRO 04: Síntese das famílias entrevistadas na cidade.....	177
QUADRO 05: Síntese das famílias entrevistadas no espaço urbano.....	203

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Contingente populacional, segundo os grupos étnicos no Paraná até 1920.....	62
TABELA 02: Número de imigrantes dos estados brasileiros no Paraná – 1950.....	63
TABELA 03: População total e não natural do Sudoeste paranaense – 1960.....	76
TABELA 04: População total e natural do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 1970.....	80
TABELA 05: Emigração italiana para o Brasil, segundo as regiões de procedência – período 1876/1920.....	100
TABELA 06: Imigração no Brasil, por nacionalidade – períodos decenais 1884-1893 a 1924-1933.....	95
TABELA 07: População registrada pela CANGO, 1947 – 1956.....	121
TABELA 08: Quantidade de descendentes italianos que se casaram em Francisco Beltrão (1954-1980).....	125
TABELA 09: Média geral dos casamentos por período.....	131

LISTA DE SIGLAS

ABEVI: Associação Beltronense de Vitivinicultores de Francisco Beltrão

CANGO: Colônia Agrícola Nacional General Osório

CITLA: Clevelândia Industrial Territorial Ltda.

E-P-C-N: Econômica – Política – Cultural – Natural

GETSOP: Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INIC: Instituto Nacional de Imigração e Colonização

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

SLOT: Sistema Local Territorial

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TDR: Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização

UNIOESTE: Universidade estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I	
TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE: PROCESSOS SOCIAIS DE ORGANIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA.....	23
1.1 – TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE COMO RELAÇÃO SOCIAL.....	23
1.2–IDENTIDADE: PRODUTO DA TERRITORIALIDADE E DA TERRITORIALIZAÇÃO.....	35
CAPÍTULO II	
A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE FRANCISCO BELTRÃO NO CONTEXTO DO SUDOESTE DO PARANÁ.....	47
2.1 – ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.....	47
2.2–A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO SUDOESTE PARANAENSE A PARTIR DA INSERÇÃO DOS MIGRANTES.....	66
CAPÍTULO III	
A DINÂMICA MIGRATÓRIA E O DESLOCAMENTO DE DESCENDENTES DE ITALIANOS PARA FRANCISCO BELTRÃO.....	85
3.1 – A MIGRAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS ATRAVÉS DO TEMPO.....	85
3.2 – A IMIGRAÇÃO DE EUROPEUS NA REGIÃO SUL DO BRASIL.....	97
3.3 – A MIGRAÇÃO DOS DESCENDENTES ITALIANOS EM FRANCISCO BELTRÃO.....	116
CAPÍTULO IV	
OS DESCENDENTES DE ITALIANOS EM FRANCISCO BELTRÃO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS IDENTITÁRIAS.....	143
4.1 A MEMÓRIA E A FONTE ORAL.....	144
4.2 AS FAMÍLIAS QUE VIVEM NO ESPAÇO URBANO.....	150
4.2.1 Família Comunello.....	150
4.2.2 Família Tesser.....	157
4.2.3 Família Marcello.....	164
4.2.4 Família Bortolini.....	167

4.2.5 Família Borghesan.....	171
4.3 AS FAMÍLIAS QUE VIVEM NO ESPAÇO RURAL.....	179
4.3.1 Família Salmória.....	179
4.3.2 Família Lazarotto.....	185
4.3.3 Família Graciani.....	189
4.3.4 Família Felipetto.....	195
4.3.5 Família Nesi.....	198
4.4 GRUPOS FOLCLÓRICOS ITALIANOS EM FRANCISCO BELTRÃO.....	209
4.4.1 Grupo Folclórico <i>Va Pensiero</i>	209
4.4.2 Grupo Folclórico <i>Belvedere</i>	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
REFERÊNCIAS.....	221
ANEXO.....	229
APÊNDICE.....	233

INTRODUÇÃO

Com a finalidade de explicar o movimento migratório dos descendentes de italianos em Francisco Beltrão, as contribuições e características identitárias que estes efetivaram, a partir de 1940, é importante entender que a migração é o movimento da população *no e pelo* espaço, devido às transformações econômicas, políticas e culturais, que ocorrem em diferentes lugares e períodos. Descrevemos, no presente texto, os resultados da pesquisa sobre o processo de des-re-territorialização dos migrantes, por meio de influências políticas e econômicas, implantadas pelo Governo Federal, como a “Marcha para Oeste” e a instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), em Francisco Beltrão, além dos problemas econômicos enfrentados por estas famílias, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, da migração para o Sul e aspectos identitários reproduzidos em Francisco Beltrão.

Para a realização desta pesquisa, utilizamos a abordagem territorial, essencial para compreender a realidade, esta, norteou nossa reflexão e a construção teórico-prática do nosso estudo. Compreendemos que o território, a territorialidade e a identidade acontecem simultaneamente. A territorialidade é fundamental para a constituição da identidade e para a reorganização da vida cotidiana dos descendentes de italianos; é construída e reconstruída no processo histórico e na migração, com mudanças e permanências, como ocorreu em Francisco Beltrão. Assim, é por meio das atividades diárias, que a territorialidade se efetiva, influenciando no processo de produção de cada território, envolvendo características simbólico-culturais reproduzidas pelos grupos sociais.

A escolha do município deu-se devido à perceptível quantidade de descendentes de italianos residentes em Francisco Beltrão, ao mesmo tempo, percebemos que existem algumas lacunas no que se refere ao estudo da questão como processo social, ou seja, como um movimento de desterritorialização e reterritorialização, tanto cultural, quanto político e econômico, sobre as implicações territoriais destes indivíduos. Também notamos que existem estudos superficiais sobre a migração para o Sudoeste do Paraná e pouca atenção aos conceitos de territorialidade e identidade, importantes para explicação geográfica da mobilidade da força de trabalho. São esses fatores que nos instigam compreender a des-re-territorialização dos descendentes de italianos.

Os descendentes de italianos produziram o território, a partir de suas atividades cotidianas, centradas na policultura de subsistência e no trabalho familiar em pequenas propriedades. Hoje, o trabalho, a produção cultural, a religiosidade, as formas de organização

política, são fundamentais para compreender a territorialização e são essenciais na vida das famílias entrevistadas. Inicialmente, adquiriram apenas a posse e depois instituíram a propriedade privada familiar da terra, reproduzindo identidades, características de seus ancestrais, sobretudo europeus, provenientes, especialmente da Itália, Alemanha e Polônia.

Assim, temos como objetivo central, estudar o processo de migração dos descendentes de italianos e suas principais características na formação territorial de Francisco Beltrão, a partir de 1940, considerando as principais contribuições culturais e econômicas, que são refletidas na organização do espaço, até os dias atuais. Vale ressaltar, que este recorte foi estabelecido, porque foi a partir desta década, que se deu a intensa mobilidade de famílias oriundas de outros estados brasileiros para o Sudoeste do Paraná e para o município estudado, até então caracterizado pelo escasso povoamento.

Além disso, nossos objetivos baseiam-se em verificar os períodos de maior fluxo migratório e, conseqüentemente, os motivos que os levaram a se deslocar do território de origem para Francisco Beltrão; analisar as principais transformações econômicas e culturais que essas famílias provocaram no município e suas características identitárias, vinculadas a etnia italiana, verificando, também, novos hábitos e comportamentos incorporados; fazer o mapeamento dos fluxos migratórios das famílias e contribuir para os estudos sobre território, territorialidade, identidade, como processos sociais e territoriais de organização da vida cotidiana.

Os procedimentos utilizados na pesquisa são:

a) revisão bibliográfica, para a compreensão dos conceitos de migração, territorialidade, identidade, fonte oral e memória, como orientações fundamentais para entender a formação de cada território. Ao mesmo tempo, analisamos as principais obras da formação histórica do Paraná e da colonização do Sudoeste, com ênfase para Francisco Beltrão;

b) coleta de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (censos demográfico e agropecuário), da Prefeitura Municipal e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, dados referentes à colonização e migração para o Sudoeste e Francisco Beltrão;

c) coleta de dados nos livros de registros de casamentos das paróquias católicas de Francisco Beltrão, criadas até 1980, tentando identificar os períodos de maior fluxo e o local de origem dos migrantes (estabelecemos este ano, como recorte final, pois a partir de então, diminui significativamente a migração);

d) pesquisa em listas telefônicas, para verificar a predominância dos sobrenomes em italiano, alemão, polonês, brasileiro e outros, além disso, para identificar os sobrenomes em italianos que aparecem com mais intensidade e onde estes estão localizados, para nortear a realização das entrevistas;

e) coleta de dados das fichas de filiação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, destacando os de ascendência italiana, identificando o local de moradia destes no ano de filiação e ratificando os dados das paróquias;

f) Realização das entrevistas com as famílias descendentes dessa etnia, com o intuito de ratificar os dados retirados das paróquias e do sindicato dos trabalhadores, bem como, para conhecer melhor a reprodução ou não da cultura italiana. O trabalho de campo ocorreu em três momentos, primeiro conversamos com cinco pessoas, residentes no espaço urbano, que participaram da migração ou conheciam a história de seus antecedentes. Após, as entrevistas foram realizadas no espaço rural, com outras cinco famílias, esta divisão possibilitou a comparação entre urbano e rural, na questão da preservação identitária vinculada a etnia italiana. A terceira etapa, corresponde às entrevistas realizadas com os coordenadores dos grupos folclóricos italianos, os quais têm como objetivo divulgar e reproduzir a cultura de suas origens.

g) produção de documentos cartográficos (mapas temáticos), para representar as informações referentes aos processos estudados e melhor compreendê-los.

A partir disso, construímos quatro capítulos: no primeiro, realizamos a análise teórica dos principais conceitos que orientam nossa pesquisa, como território, territorialidade, o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, a formação de redes a partir da mobilidade de pessoas e as concepções de identidade para que possamos refletir, compreender e identificar as transformações ocorridas em Francisco Beltrão.

No segundo, apresentamos o histórico da formação territorial do Estado do Paraná e do Sudoeste, dando ênfase a Francisco Beltrão, o que nos proporciona entender as características do território e a formação da identidade dos descendentes de italianos. Elencamos as implicações ocorridas, a partir das imigrações para o Estado das migrações internas para o Sudoeste do Paraná, visto que, o processo de formação de Francisco Beltrão deu-se no mesmo movimento, no entanto, há no município, características sociais e naturais singulares, desde sua formação até os dias atuais.

No terceiro capítulo, tratamos da dinâmica migratória para Francisco Beltrão. Inicialmente, ressaltamos a desterritorialização de italianos, evidenciando as regiões de procedência e os motivos, os quais levaram milhares de famílias a emigrarem do seu território

de origem, em consequência disto, modificam-se as relações tanto no território de origem, quanto, no de destino, o que implica, ao mesmo tempo, na transformação da identidade territorial, tanto no âmbito econômico, como no político, no cultural e natural.

Em seguida, mostramos a reterritorialização dos italianos no Brasil, em especial, os motivos que levaram estes, a se instalarem, em grande parte, no estado de São Paulo, em seguida, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, pois através da desterritorialização dá-se, consecutivamente, a reterritorialização. Estas questões nos permitiram identificar, ao mesmo tempo, porque a maior parte dos descendentes de italianos, residentes em Francisco Beltrão, apresentam como território de origem os últimos três estados apontados, descartando São Paulo, como um dos principais estados de origem da população migrante.

Descrevemos as principais peculiaridades do município estudado, para que, através do entendimento do processo histórico, a migração dos descendentes de italianos seja interpretada. Após, com os dados das paróquias, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e das listas telefônicas identificamos as etnias predominantes e realizamos uma aproximação dos períodos migratórios dos descendentes de italianos, bem como, os municípios de origem e a porcentagem representada pelos provenientes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o que possibilitou a elaboração de mapas temáticos para visualizar e compreender com mais clareza o fluxo migratório.

Por fim, no capítulo quatro, construído a partir das entrevistas com famílias de descendência italiana, residentes tanto no espaço urbano como no rural, juntamente com os grupos folclóricos italianos de Francisco Beltrão. Desse modo, foi possível recuperar, por meio da fonte oral, as experiências vividas pelos migrantes, e consequentemente, identificar os elementos que compõem sua identidade, as permanências e mudanças inseridas no cotidiano destes, permitindo o detalhamento do nosso estudo. As entrevistas realizadas nos espaços urbano e rural permitiram a comparação, entre as famílias, identificando a importância dada a questão da identidade italiana e sua reprodução.

Trabalhamos com o conceito de memória e reforçamos a questão da identidade, ambos se complementam, consideramos necessário ressaltá-los para compreender a formação do território e sua transformação, a partir do depoimento das famílias que participaram deste contexto. A memória é um instrumento para incentivar a reafirmação da identificação da cultura italiana, evitando a perda de determinados elementos, considerando sua representação, a partir dos depoimentos, das fotografias, objetos, documentos, patrimônios culturais e grupos folclóricos.

Buscamos, também, identificar aspectos como o ano da migração: através deste, foi possível ratificar os dados coletados nos registros de casamentos das paróquias e os dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão. Outros elementos estudados foram os motivos que provocaram o intenso deslocamento para este território, e como ocorreu o processo de des-re-territorialização destes e de seus antepassados. Além do mais, é de extrema importância expormos os elementos identitários que ainda prevalecem e os que se modificaram no decorrer do tempo, caracterizando uma identidade híbrida.

CAPÍTULO I

TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE: PROCESSOS SOCIAIS DE ORGANIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA

1.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE COMO RELAÇÃO SOCIAL

Utilizamos os conceitos de território e territorialidade para que através destes possamos explicar a mobilidade de pessoas *no* e *pelo* espaço, como um movimento de desterritorialização e reterritorialização através das redes, facilitando o estudo das famílias descendentes de italianos que migraram e se estabeleceram em Francisco Beltrão. Também é possível compreender através desses conceitos como o território é modificado ao longo do tempo, por meio das diferentes relações que os homens têm no cotidiano, ou seja, por meio da territorialidade.

Este capítulo serve como embasamento teórico da pesquisa, na qual a territorialidade e a identidade são componentes fundamentais para a construção do território. Nesse sentido, objetivamos de forma sintetizada ressaltar algumas concepções de território, para que possamos refletir sobre as contribuições de diferentes autores com abordagens que consideramos renovadas e construir as bases para identificar as principais características do processo histórico de formação de Francisco Beltrão a partir das migrações e da construção da identidade dos descendentes de italianos, dando ênfase às influências econômicas e culturais, todavia, sem desconsiderar as dimensões políticas e naturais que foram determinantes para a formação do território.

Esses conceitos são modificados ao longo da história. A partir de 1950, há na Geografia pesquisadores com a preocupação em renovar a abordagem do conceito de território, dentre estes, Claude Raffestin, na Suíça que, a partir de 1970, inicia sua trajetória na Geografia, dedicando-se às questões do território e da territorialidade. Concordamos com Saquet (2007) ao considerar sua abordagem histórica, crítica, (i) material, reticular e relacional, pois o território na visão de Raffestin (1993) é formado pelas relações de poder multidimensionais, ou seja, é constituído por um conjunto de relações sociais, tanto econômicas como políticas e culturais, efetivadas pelos indivíduos que pertencem a certo

grupo social; a territorialidade corresponde a essas relações. O território é resultado das múltiplas territorialidades. Neste sentido, território:

[...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um processo do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias (RAFFESTIN, 1993, p.7-8).

O território é formado a partir da apropriação do espaço construído e modificado por malhas, nós e redes. As relações sociais modelam as redes e delas dependem, estas também contribuem para modificar o espaço-tempo de cada território, representando os modos de produção. Para o autor, a territorialidade surge através das relações sociais de poder e dominação, exercidas por meio das diferentes atividades realizadas pelos atores no cotidiano, como ocorre nas migrações.

Portanto, a territorialidade:

reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial por membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Esta é entendida pelo autor como multidimensional e inerente à vida em sociedade, os migrantes modelam o espaço através das características dos indivíduos e dos grupos que constituem determinado território, manifestando sua cultura como as festas, danças, culinária, dialeto, religião, monumentos, produtos e técnicas agrícolas, entre outros elementos. Assim, nesse processo, o indivíduo vive as relações sociais, constrói o território, há interações e relação de poder; ocorrem diferentes atividades cotidianas, que são reveladas na construção de malhas, nós e redes, podendo criar vizinhanças, acessos, afetividade, mas também podem levar ao desligamento, ao distanciamento dos indivíduos e de grupos sociais.

[...] Mas a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema [...] (RAFFESTIN, 1993, p.160).

Giussepe Dematteis, na Itália, também se dedicou ao conceito de território e à territorialidade. Sua concepção é similar a de Claude Raffestin, entretanto, apresenta um

caráter político vinculado aos processos de desenvolvimento, com caráter relacional, reticular, (i) material, histórica, crítica e operativa, como enfatiza Saquet (2007).

Para Giuseppe Dematteis, o território é compreendido como produto social, lugar de relações e de vida, considerando as interações territoriais entre diferentes lugares e pessoas. Também faz uma discussão sobre a territorialidade humana, tanto pelo fato de abordar as relações entre familiares, correspondentes à identidade e relações vinculadas às técnicas e à circulação mercantil.

Em Saquet (2007), fica evidente a abordagem de território de Dematteis (1967), demonstrando claramente a relação espaço-tempo em sua compreensão. “[...] A realidade geográfica do território, é entendida como rede de relações entre todos os fenômenos coexistentes e como resultado de um processo histórico de humanização do ambiente natural” (DEMATTEIS, 1967, p. 91, *apud*, SAQUET, 2007, p. 50). É compreendido como construção social, onde há desigualdades, com a combinação das características naturais específicas de cada espaço.

Dematteis (2008) está preocupado com as relações geográficas verticais e horizontais, vinculadas/combinadas com as articulações territoriais para o que ele denomina de Sistema Local Territorial (Slot), composto por: redes locais de sujeitos; *milieu* (ambiente) local; relação de interação da rede local com o *milieu* e com os ecossistemas locais; relação interativa da rede local com redes globais.

Para Giuseppe Dematteis, é através do estudo das relações sociais e naturais, ou seja, da territorialidade, que se pode compreender quais as potencialidades e dificuldades encontradas no território, com o objetivo de elaborar projetos de desenvolvimento que visam solucionar os problemas e potencializar as principais características que há no território.

O Slot, dessa forma, significa relações dos atores com o ambiente local; lugares e fluxos; nós e redes; destacando certa área com características sociais, culturais e econômicas. Entende o território também como projeção e como natureza, para além das dimensões sociais comumente enunciadas: são fatores físicos e histórico-culturais que influenciam no desenvolvimento local (SAQUET, 2007). Dessa maneira, na visão do autor, o território é condição para os processos de desenvolvimento.

Dematteis (2008) define a territorialidade como “relações dinâmicas existentes entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições e poder) e os elementos materiais e imateriais, vivos e inertes, que são próprios dos territórios onde se habita, se vive e se produz” (p. 34).

O autor faz a distinção de duas formas de territorialidades, a passiva “que, com estratégias de controle e com o sistema normativo associado, objetiva excluir sujeitos e recursos”; e a ativa que “deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão” (idem, p. 35).

A territorialidade ativa são as mediações simbólicas, cognitivas e práticas entre a materialidade dos lugares e o agir social nos processos de transformação territorial e de desenvolvimento local. É considerada como uma valorização das condições e locais potenciais para o desenvolvimento, essa territorialidade envolve grupos sociais, indivíduos.

Nesse sentido, Dematteis (2008) ressalta:

Na construção das formas passivas da territorialidade, de fato, aos sujeitos (locais) são transferidos comportamentos pré-definidos pelas estruturas de controle, de acordo com expectativas externas, sem se prever que possam agir de maneira própria, com ações autônomas. Já na territorialidade ativa os sujeitos locais efetivam papéis e ações configurando, desse modo, estratégias de resposta/resistência com relação às imposições de controle, contribuindo para realizar mudanças e inovações (p.35).

Como mostra Saquet (2007) a territorialidade passiva é vista como forma de controle, submissão e influência sobre as pessoas, já a territorialidade ativa, está relacionada com a abordagem de Claude Raffestin, vinculado aos processos de autonomia e formas de resistências, onde os indivíduos têm o direito de satisfazer suas necessidades, através da ajuda de mediadores. Nesse caso, a territorialidade é um processo que envolve um conjunto das práticas e dos conhecimentos que o homem tem com a natureza, vivendo em sociedade.

Para Dematteis (2008), há interação, com interconexões (nos fluxos) na relação infraestrutura/território. Há certa relação entre infraestruturas entendidas por esse autor como redes e território, essa relação aparece como um processo de interação entre o local e o global. A interconexão e a territorialização estão interligadas à reterritorialização, através das conexões efetuadas com as redes: os diversos sujeitos locais se territorializam em diversas redes.

Por meio da argumentação de Dematteis (2008), a territorialidade é entendida como relação social, e através do estudo, do conhecimento destas, há possibilidade de compreender o território tendo como objetivo elaborar projetos que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas na sociedade e no meio em que se inserem.

Já Haesbaert (1997), faz a distinção entre território como instrumento do poder político e território como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso. Há uma junção entre processos simbólico-culturais e político-administrativos.

Analisa o território com diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: a jurídica-política, na qual o “território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal” (1997, p.39). A culturalista, visto como um produto de apropriação ou valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido, “prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (idem, p.39) e a terceira, é a econômica, minoritária, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, que destaca “a des-territorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do encontro entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (idem, p.40).

Ressaltamos que, posteriormente, no livro *O mito da desterritorialização*, publicado em 2004, o autor acrescenta uma interpretação naturalista, utilizando a concepção do território com base nas relações entre a sociedade e a natureza, sobretudo no que se refere ao comportamento natural dos homens no seu cotidiano em relação ao ambiente físico. Desse modo, na visão de Rogério Haesbaert, o território precisa ser compreendido na perspectiva integradora, ou seja, como um domínio politicamente estruturado e também de apropriação simbólica, identitária inerente a certa classe social.

Para esse autor, o território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólico-cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, com a ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Haesbaert (2002) identifica a multiterritorialidade, ou seja, a sobreposição de territórios, reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. Para o autor, nos territórios-zona, predomina a lógica política; nos territórios-rede, prevalece a lógica econômica e, nos aglomerados de exclusão, ocorre uma lógica social que exclui pessoas de baixa renda.

Semelhante à perspectiva de Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis, nesse aspecto, Rogério Haesbaert, salienta que não se pode separar o território de rede, pois esta última é um elemento indispensável para a formação do território. “No mundo contemporâneo há uma dialética de des-re-territorialização, onde a cada momento, em cada escala e segundo a dimensão do espaço ocorrem múltiplas interações entre territórios e redes” (HAESBAERT, 2002, p. 124).

O espaço, ao ser apropriado, torna-se o território de um indivíduo, desde que haja relações de comunicação. Todo território pode ser tecido em malhas, estabelecendo através dos nós várias possibilidades de redes, através das ações, comportamentos, decisões que um indivíduo ou grupo social tem no seu cotidiano.

Nas migrações, os atores procuram manter relações através de contatos, vínculos e ajudas entre migrantes e não migrantes, o que permite influenciar e controlar, podendo também gerar o distanciamento ou a aproximação entre as pessoas do território de origem e de destino. As redes, como afirmam Saquet e Mondardo (2008), possuem símbolos, representações, significados, informações, identificações e diferenças; ligam e desligam.

A construção da identidade de um indivíduo ocorre no processo de migrações e em outras transformações territoriais, ou seja, ela se efetiva quando acontecem mudanças sociais que podem ser simplificadas no processo de desterritorialização e reterritorialização, havendo uma interligação e complementaridade. Tal fato pode ser verificado por meio da análise dos migrantes descendentes de italianos em Francisco Beltrão, onde há mudanças sociais, pois os elementos que são reproduzidos fazem surgir novas territorialidades e características identitárias, através da incorporação de novos elementos e relações sociais que surgem através do tempo.

Haesbaert (2004), em sua obra *O mito da desterritorialização*, identifica múltiplos territórios através das seguintes multiplicidades de territorializações:

- a) “Territorialização mais fechada: quase “uniterritoriais”, ligadas ao fenômeno aqui denominado de territorialismo, que não admitem pluralidade de poderes e identidades.”
- b) Territorializações “tradicionais”: pautadas numa lógica (relativa) de exclusividade, que não admitem sobreposições de jurisdições e defendem uma maior homogeneidade interna, como a lógica clássica do poder e controle territorial dos estados nações, tanto daqueles moldados sobre a uniformidade cultural quanto aos estados pluriétnicos, mas que buscam diluir essa pluralidade pela invenção de uma identidade nacional comum.
- b) Territorializações mais flexíveis: que admitem ora a sobreposição (e ou a multifuncionalidade) territorial, ora a intercalação de territórios – como é o caso dos territórios diversos e sucessivos nas áreas centrais das grandes cidades, organizadas em torno de usos temporários, entre o dia e a noite (SOUZA, 1995) ou entre os dias de trabalho e os fins de semana.
- c) Territorializações efetivamente múltiplas: resultantes da sobreposição e ou da combinação particular de controles, funções e simbolizações, como nos territórios pessoais de alguns indivíduos ou grupos mais globalizados que podem ou se permitem usufruir do cosmopolitismo multiterritorial das grandes metrópoles (2004, p. 342).

Como exemplo da multiterritorialidade, podemos citar a construída a partir da diáspora de migrantes, pois representa uma das formas pioneiras de multiterritorialidade na medida em que o deslocamento e a dispersão espacial de pessoas pertencentes a determinado grupo social, com uma identidade cultural, fortalecem seus costumes, tradições e hábitos mesmo vivendo em diferentes lugares.

Haesbaert (2004) indica que é possível identificar um território em movimento ou pelo movimento, da mesma maneira que Saquet (2007) acrescenta que “o movimento está no território e o território está em movimento e no movimento” (p. 161). Os indivíduos vivem em redes, nas quais a identidade é formada não apenas nos enraizamentos, mas também na própria mobilidade, portanto no processo migratório. “Territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2004, p. 280).

Nesse sentido, para o autor, a multiterritorialidade implica na possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, por meio das redes materiais e imateriais, o que pode ocorrer com a “mobilidade concreta”, no sentido de um deslocamento físico, como ocorre nas migrações, quanto “virtual”, também no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem o deslocamento físico, como nas novas experiências proporcionadas com o acesso à internet, televisões, rádios, celulares, etc., ou seja, pelas redes de comunicação.

Ainda cabe destacar que Saquet (2003/2001), na mesma perspectiva de Giuseppe Dematteis, elabora uma abordagem histórica, relacional e multidimensional do território, da territorialidade, eminentemente material, mas considerando a correlação da unidade objetividade-subjetividade. A partir dessa concepção, estamos compreendendo a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social, considerando a natureza, pois as quatro dimensões encontram-se intimamente ligadas. A territorialização não ocorre apenas em virtude das relações sociais, mas também envolve a natureza, evidentemente, os fatores e as características que compõem cada território são econômicas, políticas e culturais, em interação constante com a natureza.

De fato, há maior complexidade, mobilidade e fluidez no mundo da vida, através da diversificação de relações identitárias, de hibridismos, de técnicas e tecnologias e de outras ações inerentes a vida cotidiana. O território é produto histórico da relação sociedade-natureza, multiescalar e, condição para a vida [...] (SAQUET, 2007, p. 120).

A territorialidade significa um processo de relações sociais, como consequência das atividades diárias que os homens têm com a natureza e na sociedade. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção de uma identidade e organização da vida no dia-a-dia. O caráter histórico envolve elementos e processos culturais, econômicos e políticos, que são visíveis no município de Francisco Beltrão.

No dizer do autor,

[...] estamos no território, construímos o território e somos o território, de maneira processual-relacional. As relações interações da economia-política-cultura-natureza são múltiplas, complexas, heterogêneas e estão em unidade, em cada período, momento e lugar ou, em cada relação espaço-tempo; são territorializadas e fluídas, em um mesmo ou entre territórios diversos (idem, p. 160).

Concordamos com Saquet (2007), quando afirma que as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e as identidades estão interligadas, se complementam. O território, nesse sentido, tem uma formação areal e reticular, constituído por redes que, através das migrações, são fortalecidas, propiciando um processo constante de des-re-territorialização. Assim, a identidade de um indivíduo se encontra em um processo contínuo de transformação.

Para o estudo da migração, é importante tratar e destacar o conceito de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR) definido por Claude Raffestin (1993), que é gerado num espaço temporalizado em razão das informações que circulam e comunicam. Assim, na mobilidade há um processo de relações sociais, perda e reconstrução de relações.

Abordar esta questão possibilita analisar as condições dos migrantes italianos, que saíram de seu país de origem e se instalaram, principalmente no Rio Grande do Sul, e posteriormente, o deslocamento de seus descendentes para o Sudoeste do Paraná, mais precisamente para Francisco Beltrão. Esses mantinham determinadas relações sociais, apresentavam uma identidade com o território onde viviam, com suas especificidades. A partir do momento em que migram do território de origem estão se desterritorializando, perdendo certas relações e, ao se instalarem no Brasil, se reterritorializam, pois vão estabelecer novos relacionamentos, interagindo com pessoas e *coisas* em um território que possui características sociais e naturais diferenciadas, porém, continuam mantendo através da interação em rede, contatos, vínculos com parentes e amigos que ficaram no território ao qual

pertenciam, o que muitas vezes provoca o fortalecimento da identidade dos indivíduos migrantes.

Claude Raffestin (1993) sinaliza a relação economia-cultura para determinar a TDR, através de sua obra *Territorializzazione, Deterritorializzazione, Riterritorializzazione e Informazione* (1984, *apud* SAQUET, 2007):

[...] territorialidade implica [...] um conjunto modificado de relações [...], a desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão dos limites, das fronteiras [...]. A reterritorialização [...], pode ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, a propriedade, o dinheiro etc. (RAFFESTIN, 1984, p.78, *apud* SAQUET, 2007, p. 78).

De acordo com Saquet (2007), para Claude Raffestin, a territorialização é formada por indivíduos e grupos sociais, pelo trabalho, por mediadores materiais, como instrumentos e conhecimentos, pelas intenções e objetivos dos atores sociais e pelas relações entre estes com o ambiente, deste modo, todas essas ações têm como resultado a formação do território. A mobilidade da população *no* e *pelo* espaço, faz com que haja uma interação em rede, onde há relações construídas entre o território de origem e o de destino, através da circulação de pessoas e, concomitantemente, da comunicação entre migrantes e não migrantes.

Portanto, concordamos com Raffestin (1993), ao indicar que a territorialidade é caracterizada por continuidades e discontinuidades, significa um conjunto de relações efetivadas pelos homens, tanto simbólicas como materiais, mediadas pela língua, religião e tecnologia, onde a circulação e a comunicação são processos fundamentais para a construção da territorialidade, através das redes e por meio do processo de relações que formam o território.

Reforçando a ideia de que as redes estão presentes em todo território, vale ressaltar ainda que estas não são apenas materiais, mas também imateriais, como os autores deixaram transparecer, ou seja, existem redes técnicas (viárias e telecomunicações) e redes sociais (memórias, vínculos) que variam e se modificam ao longo do tempo.

As redes de circulação e comunicação ocorrem simultaneamente, se complementam e expressam mobilidade. A circulação está ligada ao deslocamento de pessoas e a comunicação atrelada à informação. Os migrantes circulam e sempre tem algo a comunicar, pois possuem informações e uma ligação com o território de origem. Assim, a rede deve ser compreendida como elemento indispensável para a construção do território através da mobilidade de um indivíduo ou grupo social.

“[...] A comunicação ocupa mais e mais o centro de um espaço abstrato, enquanto a circulação não é mais do que a periferia” (RAFFESTIN, 1993, p. 203). Ambas são importantes, pelo fato da comunicação depender da circulação e vice-versa, através da comunicação ou da circulação da informação, torna-se mais propício a mobilidade de pessoas e de *bens*, por conseguinte, propicia o aumento das migrações.

Ou seja, muitas vezes, com a notícia de que migrantes pioneiros conseguem melhorar de vida se deslocando para determinada região, ocorre a atração de outros migrantes, chamados por Santos (1994) de “seguidores”, estabelecendo grandes correntes migratórias. Isso ocorreu com várias famílias no Sudoeste do Paraná, provenientes principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, havendo inicialmente a migração de parentes e amigos que influenciaram na decisão de outras famílias (BRISKIEVICZ, 2009).

Nesse sentido, Raffestin (1993) afirma:

A comunicação se alimenta de circulação: o território concreto é transformado em informação e se torna um território abstrato e representado, isto é, deixa-se ver todos os fenômenos particulares e confusos e esconde-se o essencial que se torna organizado (p. 203).

As pessoas sempre estão envolvidas em redes, criam e controlam, e por meio destas se molda e se modifica o território, essas redes são móveis, se adaptam às variações que acontecem no espaço e às mudanças políticas, econômicas, culturais e naturais que o tempo impõe à sociedade, estão em constante transformação.

Como apontamos anteriormente, um determinado indivíduo que possuía elementos identitários específicos do território de origem, mantinha relações com determinados objetos e pessoas. Ao migrar, estas características são modificadas, implementando no território de destino novas relações, pois cada território possui sua singularidade, porém, através das redes se mantém determinados vínculos sociais e contatos estabelecidos com o território de origem, ou ainda, por meio de fotografias, de monumentos, de recordações, linguagem, religiões, alimentação etc., que muitas vezes, continuam sendo reproduzidas.

Concordamos com Raffestin (1993), ao considerar que o território é movimento, fluxo, rede, dotado de significados e expressividades para quem o constrói, é formado por diversos elementos específicos, o que o diferencia de outros. Da mesma forma que Saquet (2007) acrescenta que o território é um lugar de relações sociais, onde há conexões e redes; considerando além dos aspectos econômicos para sua formação, as relações do homem com a natureza, no processo de apropriação, na mobilidade, na identidade e por meio do patrimônio

cultural: “como produto socioespacial e condição para habitar, viver e produzir” (idem, p. 118).

Segundo Haesbaert (2004), os territórios são formados por pontos e linhas, ou nós e redes como destaca Claude Raffestin, a rede pode ser vista como parte do território, um elemento que o constitui.

[...] estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um “conjunto de pontos e linhas”, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a “superfície” territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão [...] e “profundidade”, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) [...] (HAESBAERT, 2004, p.286-287).

Outro aspecto que vale ressaltar é que as redes propiciam, ou melhor, proporcionam o processo de desterritorialização e reterritorialização, podendo tanto construir um território ou destruir as relações que o compõem. Nesse sentido, Saquet e Mondardo (2008), destacam que as redes podem ser o *elo* material e simbólico para a reterritorialização de migrantes em um território de destino e não apenas um processo de desterritorialização.

Simultaneamente à des-territorialização dá-se a re-territorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há a perda do território inicialmente apropriado e construído [...] e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características (SAQUET, 2007, p. 39).

A rede tem um papel de territorializar e desterritorializar. “Vista como componentes dos territórios, as redes podem assim estar a serviço tanto de processos sociais que estruturam quanto de processos que desestruturam territórios” (HAESBAERT, 2004, p. 298).

Com a migração de descendentes de italianos, alemães e poloneses para o Sudoeste do Paraná, é possível visualizar, nos dias atuais, que eles ainda reproduzem elementos que os identificam com os antecedentes provenientes da Itália, por exemplo, reafirmando e valorizando de geração a geração determinados aspectos identitários. Mantêm, também, relações e redes com parentes e amigos do território onde viviam no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, através da comunicação virtual, ou mesmo de visitas, mas também sustentam relações com as pessoas do território onde residem atualmente, evidenciando a articulação em rede, onde os indivíduos tentam manter determinados vínculos com objetos e pessoas que

fizeram parte de sua vida no passado, o que possibilita, muitas vezes, assegurar a identidade assumida por seus antecedentes.

A territorialidade, através dos elementos que a compõem, pode variar no tempo, dependendo da maneira como as sociedades tendem a satisfazer suas necessidades, e é através dessas modificações que se constituem novas territorialidades e, conseqüentemente, os elementos que compõem o território são transformados.

O Sudoeste do Paraná, por exemplo, era pouco povoado até 1940, a partir do momento em que o Governo Federal percebeu a necessidade de povoá-lo (promover a ocupação sistemática era estratégico para o Estado). O território foi transformado, pois houve um processo de ocupação efetiva de famílias provenientes de outros Estados brasileiros, que trouxeram consigo suas culturas, costumes, tradições, modificando as relações que haviam até então.

Raffestin (1993) menciona que pode existir a territorialidade estável, onde nenhum dos elementos que a compõe sofre mudanças com o passar do tempo, e a instável, ao contrário, sempre sofre mudanças. No dizer de Saquet (2007), há territórios temporários e também os mais permanentes. Raffestin (1993) enfatiza também que há outros casos, onde alguns dos elementos podem mudar, enquanto outros permanecem estáveis. Assim, as territorialidades são relações sociais que produzem historicamente o território, com mudanças e permanências.

Desse modo, compreendemos o território como um produto histórico que varia no tempo e no espaço, através das territorialidades, das redes, onde há uma interação entre os processos econômicos, políticos e culturais com a natureza, que em muitos momentos determinam o processo de desterritorialização e, concomitantemente, a reterritorialização de pessoas, influenciando na construção da identidade de um grupo social, como acontece na migração, onde há relações diárias, momentâneas que os homens mantêm entre si e com a natureza.

É fundamental tratar esses conceitos e destacar na visão de alguns autores como o território é construído a partir das dimensões E-P-C-N (Econômica-Política-Cultural-Natural), pois a territorialidade, como indica Saquet (2007), determina o processo de produção de cada território: “é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc.” (p. 129), sempre marcado pelo movimento, pela apropriação e a reprodução das relações sociais.

Territorializar implica controlar os fluxos, constituir e comandar as redes. Hoje são criados, simultaneamente, novos territórios e há possibilidade de atuar em diversos territórios que estão articulados em redes. Portanto, na migração dos descendentes de italianos há

construção do território em rede, com a reprodução de características identitárias tanto políticas como econômicas e culturais do local onde viviam, que influenciaram na constituição e na caracterização do território de Francisco Beltrão, um espaço concreto, permeado de relações sociais e simbólicas.

Esta reflexão, nos remete identificar que, no processo TDR, há reprodução e perda de elementos identitários (econômicos políticos e culturais). Na migração, há um processo de reprodução de aspectos identitários inerentes ao seu cotidiano, juntamente com mudanças, inovações, transformações. Dessa forma, sempre se recriam novas territorialidades e identidades, havendo um processo de redefinição, de significados e de descontinuidades.

[...] há perda, mas há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados [...]; há redes de circulação e comunicação, que substantivam a desterritorialização, o movimento, a mobilidade (SAQUET, 2007, p.163).

Por fim, vale mencionar, que ressaltaremos em nosso trabalho, as dimensões econômicas e culturais. Nesse sentido, trataremos, a seguir, do conceito de identidade, vista como um componente do território, ou seja, um produto da territorialidade e da territorialização, constituindo-se nas relações de cada indivíduo, tanto econômicas como políticas e culturais, e até mesmo com a natureza, e por meio de elementos inseridos e reforçados pelos monumentos, pela linguagem, religião, costumes, alimentação, festas, entre outros, que são mantidos através de características deixadas pelos seus antecedentes, na construção histórica do território em Francisco Beltrão.

1.2 IDENTIDADE: PRODUTO DA TERRITORIALIDADE E DA TERRITORIALIZAÇÃO

Como já salientamos anteriormente, a identidade é um componente fundamental para a formação do território: “um conjunto de interações recíprocas, de relações no âmbito da economia-política-cultura-natureza” (SAQUET, 2007, p. 215). Em Francisco Beltrão, através das características reproduzidas pelos migrantes descendentes de italianos, a identidade é manifestada por meio de festas, danças, dialetos, culinárias, monumentos, técnicas e produtos agrícolas, religião, entre outros.

Conforme Haesbaert *et al* (2001), a dinâmica da migração é um processo social que envolve significativamente a dimensão cultural. Ressalta ainda que a identidade cultural torna-se essencial para desvendar o processo migratório, considerando-a como um agente “intercultural ou interidentitário”, evidenciando as transformações territoriais através das identidades.

Com a intensificação da territorialização dos descendentes de italianos, poloneses e alemães no Sudoeste do Paraná, a partir de 1940, houve a transformação do território e a reprodução de características específicas, vinculadas ao modo de vida de seu país de origem. Nesse sentido, através dessa questão, propomos detalhar e destacar como a identidade de certo grupo social é composta por continuidades e permanências.

Nesse sentido, Woodward (2000) salienta que as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos, pelo qual são representadas. Da mesma forma que Raffestin (1993), afirma que a linguagem pertence a uma cultura, é um dos meios mais poderosos para expressar a identidade de um indivíduo, pois possui funções de comunicação, de organização e de transmissão.

De acordo com Woodward (2000, p.50), a identidade é relacional e marcada pela diferença. Neste sentido ele mostra duas faces da diferença:

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora [...].

Brandão (1986) também evidencia que um dos elementos essenciais para a consolidação da identidade é justamente o jogo dialético entre a semelhança e a diferença. Contudo, essa diferença pode ser sustentada pela exclusão; pode ser marcada por meio de símbolos nos quais existe associação entre a identidade da pessoa e as coisas que ela usa. Algumas conseqüências materiais como os conflitos religiosos, nos mostram o que as diferentes identidades causam ou podem causar na sociedade. Assim, a construção da identidade é simbólica, social e conflitual.

[...] possuímos uma identidade, uma série de singularidades: crenças, idéias, comportamentos e afetos que nos diferenciam dos outros. Se identidade significa diferença, identificar significa encontrar semelhança em relação ao outro. É a diferença que surge da semelhança, é o específico que emerge do comum. É o indivíduo que se torna único no social (BUCHMANN, 1995, p. 24).

Buchmann (1995) se preocupa com a produção da identidade sociocultural de certo grupo. Há contradições em relação às identidades que são geradas pelas tradições, regras, interesses e pela história, que se tornam diferenciadas entre os grupos sociais. A constituição da identidade é marcada, para o autor, pela cultura, pela nacionalidade e pela tradição permitindo aproximar alguns grupos sociais, facilitando a adaptação e sobrevivência dos indivíduos ao se deslocarem para um novo território, como ocorreu com os imigrantes que vieram de algumas regiões da Itália e se instalaram no Brasil. Esses procuraram se relacionar com sujeitos da mesma etnia, formando colônias, interagindo entre eles, assimilando e reproduzindo suas semelhanças, o que facilitou a sobrevivência em um território com peculiaridades territoriais.

Em relação ao conceito de identidade, utilizamos um trecho de Berger e Luckmann (1995), onde consta que:

A identidade é evidentemente um elemento chave da realidade subjetiva, e tal como toda realidade subjetiva acha-se em relação dialética com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. As sociedades têm histórias no curso das quais emergem particulares identidades. Estas histórias, porém, são feitas por homens com identidades específicas (p.228).

A construção de uma identidade é um processo histórico, cada indivíduo ao nascer traz certos elementos da história da humanidade, desenvolvendo e modificando estas por meio das ações e representações visíveis no cotidiano, ou seja, a partir das relações, nas quais, está envolvida.

Assim, a identidade caracteriza a singularidade de cada indivíduo determinada pela história de sua vida e modificada pelas atividades inseridas no seu cotidiano. Mesmo havendo a reprodução de aspectos identitários da Itália, houve a necessidade de adaptação ao novo meio, o que fez com que houvesse a adaptação de sua cultura e inserção de novos elementos. São os fatores culturais, políticos, econômicos e históricos que produzem a identidade de um indivíduo ou de determinado grupo social.

As identidades são historicamente construídas e os descendentes de italianos dependem destas, para justificar a representação que assumem, em períodos particulares do tempo, através de seus antecedentes. Atualmente, por exemplo, grupos de danças de Francisco

Beltrão usam vestimentas, que retratam determinados períodos da história, o mesmo incide em relação à linguagem, alguns indivíduos beltronenses, que falam o italiano, ao se depararem com italianos nos dias atuais, percebem que há modificações, pois a linguagem propagada atualmente não condiz à utilizada, em outro século, pelos imigrantes, pois eles conheciam e falavam de acordo com os dialetos das regiões de onde eram provenientes.

Os povos tentam reafirmar características que, de alguma forma, foram alteradas, podendo produzir outros elementos identitários, portanto, a redescoberta do passado é um dos processos de reconstrução da identidade, como podemos observar através das entrevistas com as famílias descendentes de italianos, pois muitas reafirmam seus costumes por meio da memória, de lembranças, de fotografias e do contato com parentes e amigos que viveram na Itália e se deslocaram para certas regiões do Brasil.

A diferença, conforme Woodward (2000) é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades e se encontra vinculada às condições sociais e materiais. Isso significa que a diferença é um produto social e simbólico, ambos referem-se a dois processos distintos, mas necessários para a construção das identidades.

A autora ainda destaca que a identidade se concentra entre *essencialismo* e *não essencialismo*. O *essencialismo* corresponde a um conjunto autêntico, com características que todos os grupos partilham e que não se alteram ao longo do tempo, podendo fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia. O corpo, por exemplo, é um dos elementos que define quem somos e serve como base para a identidade, ou seja, os italianos possuem uma característica genética diferente de outros grupos étnicos, é um elemento que só será alterado por meio da miscigenação. Outro aspecto refere-se à procedência dos descendentes de italianos que residem em Francisco Beltrão, pois possuem, em certa parte, uma identidade essencialista, porque seus familiares tiveram proveniência da Itália e se reproduziram no Brasil, e a história da mobilidade destes não se altera. Segundo as concepções essencialistas há características que são naturais, que nascem com os sujeitos, peculiaridades que tendem a permanecer e independem das relações sociais envolvidas.

O *não essencialismo* focaliza as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas, tanto entre os próprios grupos, quanto entre grupos diferentes. Os sistemas simbólicos são mediadores para concretizar o que somos e o que poderemos ser. Por isso, a representação é compreendida como um processo cultural que estabelece identidades individuais e coletivas, nas quais, normalmente, há incorporação de novos comportamentos e símbolos, como percebemos em Francisco Beltrão ao realizar as entrevistas. Embora haja a incorporação de novos elementos culturais na vida dessas pessoas (alimentação, linguagem,

religião etc), a identidade cultural destes, mostra como eles desejam ser representados, ou vistos na sociedade, estas características não pertencem à natureza do indivíduo e estão baseadas em um sistema de representação cultural, de seus antepassados e cabe a nós explicarmos através deste estudo porque os descendentes de italianos se identificam com tal até os dias atuais e reproduzem alguns aspectos da cultura italiana.

Nesse sentido, de acordo com Woodward (2000), a cultura molda a identidade ao dar significado à experiência e ao tornar possível optar entre várias identidades por um modo específico de subjetividade. Os sistemas simbólicos fornecem novas formas para dar sentido à experiência das desigualdades sociais, aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados, marcando o encontro do passado com relações sociais atuais.

Brandão (1986) aponta a importância de traduzir, explicar, compreender o outro, a sua cultura, seus símbolos e valores. Tal movimento traduz o que as pessoas são e representam. Entende o grupo étnico como um grupo de identidade minoritária combinada à cultura complexa, localizada em uma sociedade, como ocorre com os descendentes de italianos, poloneses e alemães e outras etnias que se instalaram em diversas regiões do Brasil.

É imprescindível apreender o modo como a sociedade constrói a ideia de pessoa e de que forma a identidade se constitui como uma categoria de atribuição de significados específicos e as diferentes vivências desses grupos, ou seja, em relações “interétnicas”. “Como outras construções simbólicas da cultura dos povos, a ideia de pessoa tem uma história própria, dentro da história social da humanidade” (BRANDÃO, 1986, p. 16).

Outro aspecto a ser considerado é a grafia de um sobrenome que revela a identidade essencialista do indivíduo. De acordo com Brandão (1986) a identidade pessoal reveste-se de posições familiares, ordens na escala dos nascimentos, relações entre parentes, por isso, realizamos coleta de dados em cartórios de registros civis, arquivos das paróquias e em listas telefônicas, baseando-se na grafia dos sobrenomes para identificarmos a descendência italiana.

Através do conceito de identidade podemos compreender como indica Brandão (1986), a estrutura e o processo das diferentes trocas de bens materiais, de serviços e símbolos entre diversas categorias e sujeitos, como se identificam e manifestam as semelhanças e diferenças. Pode-se identificar aspectos da realidade de cada um no cotidiano, através dos acontecimentos, das relações que o indivíduo tem com a família, com os amigos, parentes e outras pessoas que tiveram significado em algum momento de sua vida.

Um descendente de italiano, que vive no Brasil, sustenta relações familiares, tem lembranças de enraizamento, adquire costumes vinculados à identidade de origem, à

consciência e ao sentimento. Tal sujeito se considera um descendente dessa etnia, porém, mantém relações com múltiplas etnias, com características diferenciadas. Nesse sentido, relaciona-se um processo de identificação própria, juntamente com as relações sociais, que condiciona as experiências de vida de cada pessoa.

Outro autor, Silva *et al* (2000), afirma que existem duas formas de identidades culturais. Uma ocorre quando determinada *comunidade* busca recuperar o seu passado, sua história e cultura, partilhadas, que podem ser representadas, reforçando e reafirmando a identidade, como no caso de algumas famílias que buscam fazer a genealogia de sua família. A outra, baseada no reconhecimento e na reivindicação de um grupo social, reconstruindo e transformando o passado com novas características identitárias. Woodward (2000) apresenta, por um lado, que a identidade é vista como tendo um núcleo essencial que distingue um grupo do outro, e por outro lado, é vista como contingente, ou seja, produto de uma intersecção de diferentes componentes de discursos políticos e culturais e de histórias particulares.

Hall (2001) por sua vez, considera que, com o desenvolvimento de novas tecnologias, as mudanças ocorridas proporcionam a “crise identitária”. Antes, as pessoas tinham identidades únicas e imutáveis que, com a *modernidade*, estão desaparecendo e fragmentando-se em inúmeras outras. Assim, o sujeito, seria aquele que não possui mais identidades fixas, fundamentais e estáveis. Porém, os indivíduos nunca obtiveram uma identidade estável, ao longo do tempo foram recriadas, modificadas, simultaneamente, com as transformações que incidem na sociedade e na vida dos sujeitos.

Um fator destacado por Woodward (2000) é a globalização¹ que, a seu ver, pode diluir elementos identitários, provocando a perda de determinadas características culturais, por permitir, mais intensamente, relacionar-se com pessoas que possuem diferentes aspectos culturais, embora, por outro lado, pode fortalecer identidades, pois através das redes há possibilidade de se relacionar com familiares do território de origem, conhecer a história, os costumes, as crenças e os hábitos.

Esse autor revela que estes acontecimentos proporcionaram a intensificação das migrações e o aumento das desigualdades. O deslocamento de pessoas para diferentes lugares do mundo cria novas identidades, podendo transformar o modo de vida e os hábitos de um indivíduo. Assim, as mudanças e transformações da globalização na economia nas estruturas

¹ Este termo é entendido por nós, como o processo da evolução dos meios de comunicação e circulação, que se tornam cada vez mais rápidos e eficazes, que integram com amplitude as relações econômicas, sociais, culturais e políticas.

políticas, colocam em destaque várias questões de identidade e luta pela afirmação e manutenção das identidades étnicas.

A identidade é construída historicamente, sendo formada, transformada e perdida continuamente, como aconteceu com os descendentes de italianos que, ao migrarem, possuíam uma identidade que foi sendo modificada por outros sistemas culturais que os influenciavam, assim foram incorporando mudanças sociais. Um exemplo nítido desse processo é a linguagem, pois esses migrantes ao se deslocarem tiveram que se adaptar ao idioma do território, onde foram inseridos, devido à necessidade de comunicação, porém, algumas famílias mantiveram o dialeto que conheciam, praticando-o, muitas vezes, em casa, como mostram os relatos de moradores, isto é visível, notadamente, aos que viviam nos espaços rurais.

Nós se criamos no italiano, todos. O nono, os meus pais, nunca aprenderam a falar bem em brasileiro, meu pai e minha mãe ainda alguma coisa por causa do hotel né, mas lá na colônia tudo era em italiano, só italiano [...] quando chegamos eu e ele (marido) era tudo em italiano em casa, mas só que tinha brasileiro aí tivemos que mudar né, meio atrapalhado, mas sempre conversamos com alguém [...] (ENTREVISTADA 01, OUTUBRO, 2011).

Também por meio dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificamos esse processo no Rio Grande do Sul, onde em 1940, após 116 anos da imigração alemã e 70 anos da italiana, 393.934 alemães e 295.995 italianos não falavam português dentro de suas casas. No total dos europeus, 742.811 falavam habitualmente em casa a língua do país de origem, embora tenham incorporado essas mudanças e aprendendo a língua do país onde se re-territorializaram, reforçando uma das suas características identitárias.

Concordamos com Hall (2001), ao dizer que a identidade unificada não existe, os sistemas de representação cultural se multiplicam, são construídas múltiplas identidades às quais nos identificamos. Este autor faz uma distinção entre a sociedade *tradicional* e a sociedade *moderna*. A tradicional aprecia os símbolos e a cultura, que são passados por gerações, e estão inseridas, tanto no passado, como no presente e futuro. Já a moderna, valoriza as mudanças constantes e rápidas, alterando continuamente os símbolos e as identidades. O deslocamento pode ter um caráter que provoca a desarticulação de identidades do passado, oferecendo possibilidades de articulações, criando novos elementos identitários.

O autor focaliza alguns aspectos que respondem e definem as identidades de cada povo. Primeiramente, cada nação possui sua história, seus cenários, eventos, símbolos e

rituais nacionais, representam as experiências e acontecimentos de cada lugar. Em segundo, dá-se ênfase para as origens, continuidades, tradições, e mesmo que alguns aspectos da identidade nacional sejam esquecidos com as mudanças que possam ocorrer, há elementos que podem ser unificados.

Hall (2001) identifica três componentes que constituem uma cultura nacional: as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; e a perpetuação da herança. Uma forma de unificação da identidade é representada por uma única etnia, ou seja, por características culturais peculiares, como língua, religião, costume, tradições e sentimentos.

Um terceiro aspecto que foi destacado é a tradição, que significa: “Conjunto de práticas [...] de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente implica com um passado histórico adequado” (HOBSBAWN; RANGER, 1983, *apud*. HALL, 2001, p. 56).

As pessoas, muitas vezes, tentam resgatar o passado para reforçar suas identidades, o que contribui para partilhar a cultura às gerações seguintes, vivendo em um mundo moderno, mas sem perder características culturais de seu grupo social. Nas palavras de Saquet (2007, p.39) “o velho é re-criado no novo”, como identificamos na investigação, em Francisco Beltrão. Os traços das etnias são percebidos no dia-a-dia do beltronense, através dos seus hábitos alimentares e da linguagem, e outras manifestações culturais como grupos de danças e festas típicas, as quais serão relatadas no Capítulo 4.

Em outro momento, o autor descreve três possíveis conseqüências que a globalização pode promover sobre as identidades culturais:

As identidades nacionais estão se desintegrando, com o resultado do crescimento da homogeneização cultural pós-moderna global. As identidades nacionais e outras identidades locais ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização. As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades híbridas estão tomando seu lugar (HALL, 2001, p. 69).

Os traços de desintegração são visíveis em Francisco Beltrão, esses processos ocorrem pelo aumento acelerado dos fluxos e os laços que ligam as nações, os meios de comunicação que fazem com que os povos tenham uma relação mais profunda, desenvolvidas por meio das redes de circulação e comunicação, também, há mudanças nos processos de representação, na qual, a identidade está envolvida.

Assim, as diferentes identidades culturais passam a ser combinadas e as pessoas podem escolher, a partir do que lhes é conveniente para viver. Esse fenômeno é conhecido

como *homogeneização cultural*, a qual é criticada por Hall (2001) ao destacar essa visão como exagerada, pois a globalização explora as diferenças locais. A globalização não irá destruir as identidades nacionais, apenas produzirá novas identificações, além disso, difundem-se de forma desigual entre regiões e populações.

Com o deslocamento de pessoas em busca de maiores chances de sobrevivência, como acontecem com os alemães, italianos, poloneses, entre outros, impulsionados a migrar para fugir da guerra, da pobreza, da seca e do subdesenvolvimento econômico, levam o Brasil e outros países, a uma *pluralização*, ou seja, a uma diversidade identitária.

Alguns buscam reproduzir características de seus antepassados, ou mesmo de seu país de origem e, ao mesmo tempo, inserir-se na cultura de um *novo*, pela necessidade de interagir com os membros desse território, com costumes diferenciados; os migrantes passam a ter contatos no seu cotidiano, mantendo uma identidade híbrida, retratada por alguns descendentes de italianos entrevistados, logo, há por meio da migração a reprodução dos elementos do território de origem, ao menos algumas de suas características.

De forma geral, as identidades são construídas, desconstruídas e reconstruídas com o passar do tempo, na relação indivíduo-sociedade. Há múltiplas culturas, tornando-as sempre relacionais, marcadas pelas relações de poder, políticas, econômicas e culturais, que conferem identidade a cada território, como demonstrara Saquet (2003/2001).

De acordo com Haesbaert *et al* (2001), toda identidade deve ser contextualizada, o que significa ter um espaço e tempo de referência. Muitos autores que trabalham com a abordagem identitária acreditam que, com a globalização, as identidades “estão entrando em crise” como pontua Stuart Hall, sendo fragmentadas ou perdidas no passar do tempo e em determinados espaços. As identidades estão criando novos aspectos plurais e móveis, relacionados à identificação, ou seja, estão inserindo vários aspectos culturais, reinventados e reconstruídos historicamente, juntamente com a inserção de novas tecnologias.

Haesbaert *et al* (2001), destaca a identidade territorial, considerando-a social e ligada às relações de certo grupo, a partir da delimitação de um território caracterizado por certa identidade. Assim, entendemos que a identidade é historicamente construída e modificada na relação espaço-tempo, conforme ocorre com os migrantes, num processo de desterritorialização e reterritorialização, redefinindo várias identidades, chamadas de *pluralização identitária*.

Tanto as migrações, como a globalização têm efeitos diversificados e produzem possibilidades de se identificar, tornando as identidades menos fixas e unificadas. Existem iniciativas que têm como objetivo seguir a tradição, buscando recuperar e preservar as

identidades que foram ou estão sendo perdidas. Entretanto, outros concordam que as identidades estejam sujeitas às mudanças, incorporando-as e tornando cada vez mais plurais, intensificado, principalmente, para quem vive nas cidades, onde as inovações tecnológicas se materializam mais intensamente (HAESBAERT *et al*, 2001).

Por fim, Castells (2006), descreve a identidade como um conjunto de características e experiências específicas de um povo, ou seja, traços que as diferenciam de outros grupos. Assim, o autor coloca a identidade como:

O processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas (p.22).

As identidades formam significados que são definidos por Castells (2006) como uma identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal. É construída e processada pelos indivíduos e grupos sociais, que reorganizam seu significado em função de tendências na sociedade e projetos culturais enraizados em sua estrutura.

A construção social da identidade ocorre em um contexto marcado por relações de poder. Castells (2006), distingue três formas e origens de construção da identidade:

- a) identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;
- b) identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos;
- c) identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (idem, p. 24).

As identidades que começam como resistência², podem se tornar dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se em identidades legitimadoras para racionalizar sua superioridade. Já a identidade legitimadora, permite dar origem, segundo Castells (2006), a uma sociedade civil, a um conjunto de organizações e instituições, onde os atores sociais reproduzem a identidade que racionalizam as fontes de dominação estrutural, prolongando a dinâmica do Estado e aprofundando os enraizamentos entre as pessoas. A inserção dos

² Podemos citar como exemplo os movimentos dos trabalhadores sem terra, feministas e ambientalistas etc.

agricultores italianos ocorre, dentro de vários fatores, no intuito de expandir a economia interna do Brasil, e garantir a posse de terra em áreas fronteiriças, também de realizar a política de branqueamento da população. Trata-se de uma identidade legitimadora (introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os atores sociais).

A segunda construção da identidade (de resistência) leva à constituição de *comunidades*, dá origem às formas de resistências coletivas diante de uma problemática. Já a identidade de projeto, produz o sujeito que é o ator social coletivo, pelo qual, o indivíduo atinge o significado holístico em sua experiência, tornando-os capazes de construir uma nova sociedade. Assim, a construção da identidade consiste em um projeto de vida diferente, talvez, com base em uma identidade oprimida, porém, expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade.

Na modernidade, quanto mais há interação entre o local e o global, quanto mais aumentam as redes, mais o indivíduo se sujeita à adaptação, remodelando o seu estilo de vida. A etnia vem sendo especificada como fonte de significado da identidade, contudo, são integradas não com outras etnias, mas, de acordo com os princípios abrangentes, como características culturais, gênero e nação.

Enfim, as identidades são produzidas em alguns momentos particulares do tempo. Os processos históricos sustentam a fixação de certas identidades e forjam outros elementos por meio da luta e da contestação política, em que a dimensão política da identidade está baseada na construção social da diferença. A identidade, contraditoriamente, depende da diferença e as formas de diferenças simbólicas e sociais são estabelecidas por sistemas classificatórios³.

Woodward (2000, p.41) destaca que:

Cada cultura tem suas próprias e distintas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que cada cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Estes sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por “cultura”.

³ Para Woodward (2000), estes sistemas classificatórios são responsáveis em dar ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais. Estes sistemas classificatórios fazem uso de um princípio da diferença em uma população. A autora utiliza como exemplo a religião, mostrando que as relações são produzidas e reproduzidas por meio de rituais e símbolos, os quais classificam as *coisas* entre sagradas e profanas. Nesse sentido, considera a diferença como o componente vital para esse sistema.

Entendemos que a identidade de um indivíduo ou de determinado grupo social, se constrói através da identificação com a história de seus antecedentes, com características específicas do território onde vivem, como a língua, religião, costume, tradição, eventos, símbolos e rituais nacionais, representando as experiências e acontecimentos de cada lugar, assim, envolvendo componentes políticos, econômicos, culturais e históricos. A identidade de cada indivíduo é construída por meio de características específicas e, busca-se através de seus antecedentes, elementos para explicar os processos de identificação que esses sujeitos assumiram.

Através dos símbolos se dá sentido às práticas e às relações sociais, e é por meio da diferenciação social que a classificação das diferenças é vivida nas relações sociais e, o sistema classificatório expõe como as relações sociais são organizadas e divididas. Os movimentos étnicos, religiosos ou racionalistas, por exemplo, freqüentemente, reivindicam símbolos ou aspectos de sua história, comum para o fundamento de sua identidade. Já nas grandes cidades há, cotidianamente, a incorporação de novos símbolos e signos culturais, políticos e econômicos.

Para compreender a identidade é necessário apreender o contexto histórico e as territorialidades como um componente do território. As identidades são relações culturais, ou seja, territorialidades, que podem ou não serem reproduzidas com o passar dos anos, vindo a ser reinventadas e/ou reafirmadas, como alguns descendentes de italianos, deixaram transparecer nas entrevistas. Por este motivo, é essencial considerarmos o processo histórico, verificando mudanças e permanências na vida dos descendentes de italianos residentes no município de Francisco Beltrão.

Essas transformações identitárias são resultantes do contato e das relações que são estabelecidas com outros indivíduos. Há reformulação e adaptação, contudo, é perceptível a presença de aspectos que resgatam a identificação com o passado, dos italianos que se instalaram no Brasil, e posteriormente, migraram para regiões como o Sudoeste do Paraná. Estas possuem como base as lembranças divididas por um grupo, os monumentos que relembram acontecimentos do passado, os símbolos, as danças, crenças, hábitos alimentares, linguagem, religião e outros.

O território, a territorialidade e a identidade acontecem simultaneamente. A territorialidade é um processo de relações, econômicas, políticas e culturais, que são primordiais para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana dos descendentes de italianos. Entendemos que a identidade é produto do processo histórico e pode ser reproduzida ou não na des-re-territorialização.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE FRANCISCO BELTRÃO NO CONTEXTO DO SUDOESTE DO PARANÁ

2.1 ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Para que possamos compreender a formação do território de Francisco Beltrão, é relevante destacar o contexto histórico do Sudoeste do Paraná, a partir das migrações e, a formação do Estado em que se insere, caracterizado por uma ocupação diversificada. Portanto, faz-se necessário analisar a colonização e a imigração, ou seja, a des-re-territorialização, de forma ampla para algumas regiões do Paraná, enfatizando, posteriormente, a região Sudoeste e Francisco Beltrão. Estes foram instalados em terras devolutas, com o intuito de complementar e reforçar o processo de formação/ocupação do estado.

De acordo com Wachowicz (1939/2000), a colonização no Estado do Paraná, teve início no século XVI, quando diversas expedições estrangeiras percorreram a região. Os portugueses começaram a ocupar a região, a partir da descoberta de ouro, em áreas do Litoral, entre 1541 e 1542. Os espanhóis realizaram expedições que atravessaram terras paranaenses de Leste para Oeste e no Ocidente, formando a primeira vila no Paraná, chamada de Vila de Ontiveros, por volta de 1554, além desta, a Vila Rica do Espírito Santo e a Província de Vera ou do Guaíra.

Posteriormente, em 1810, foram localizadas ocupações nos campos de Guarapuava, o povoamento deste local passou a ser chamado de Atalaia. Conforme Wachowicz (1939/2000), em 1859, funda-se a aldeia São Jerônimo, a qual desempenhou papel importante como ponto estratégico na guerra do Paraguai. Após esse período diversos povoamentos ocorreram, dentre os quais estão: Paranapanema, Chagu, São Tomás de Papanduva, entre outros, embora tenham sido extintos tempos depois. Ao Norte do Paraná os primeiros núcleos de colonização foram Jataí e Jataizinho, em torno de 1896.

No litoral paranaense, houve o povoamento com habitantes vindos de Cananéia, São Vicente, Santos, São Paulo e Rio de Janeiro, todos atraídos pelo descobrimento de ouro em

áreas de Paranaguá, no início do século XVII; também foram criados povoados como Antonina e Morretes, onde foi estabelecida a colônia Nova Itália, em 1877, (RUIZ, 2004/2005) com a presença inicial de 150 imigrantes italianos.

Na metade do século XVII, já havia vários arraíás de mineração no planalto, onde o arraial Vilinha acabou dando origem à cidade de Curitiba. Após o primeiro ciclo econômico paranaense “mineração do ouro”, efetivou-se o povoamento no litoral, por mineradores provenientes de várias localidades do Brasil. Outro fator importante foi o surgimento de Paranaguá, em 1648; a fundação de Curitiba (originária dos antigos arraíás auríferos); a colonização do primeiro planalto e também a abertura de estradas que ligavam o planalto curitibano até o litoral, fato este, que tornou favorável o desenvolvimento da região.

Já a expansão para os campos gerais é decorrente de expedições desempenhadas por paulistas, a partir das primeiras décadas do século XVIII, com a intenção de explorar e de gerar lucros. Nesse sentido, os paulistas eram os grandes proprietários de terras, entretanto, não habitavam na região, viviam principalmente em São Paulo, Santos, Itú e Paranaguá. Até 1747, grande parte da população dos campos era formada por negros, destes, 308 eram escravos e apenas cinco habitantes eram livres (WACHOWICZ, 1939/2000).

Conforme Nadalin (2001), os campos de Curitiba, por serem locais excelentes para a criação de gado, induziram grupos do litoral a explorar o pastoreio. Assim, se especializavam, com a criação de gado e as lavouras, com atividades portuárias e comerciais, mas com a necessidade de subsistência surgiu a agricultura, juntamente a extração de erva mate. Por isso, Curitiba, enquanto vila teve uma identidade inicial fundada na pecuária, onde vários habitantes participavam na expansão do território no Paraná, em direção ao Oeste e Sul.

Assim sendo, verificamos que a imigração e colonização do Brasil em específico o Paraná, inicia-se com a vinda dos portugueses, contudo, a partir do século XIX, a imigração de europeus (no caso do Paraná os ucranianos e poloneses foram mais significativos) passou a ocorrer com intensidade, notadamente com a abertura dos portos. Anteriormente a este período, Saquet (2003/2001) ressalta que a colonização tinha objetivos políticos e militares explícitos, a fim de ocupar áreas de disputas entre portugueses e espanhóis. No entanto, a partir de 1820, as finalidades da imigração foram outras, devido às dispersões populacionais, com finalidade estratégica e econômica, a partir da política Imperial de imigração e colonização do Brasil e dos imperativos do capital.

Pelo fato de, em 1850, se tornar proibido a entrada de africanos no Brasil, com a Lei de Eusébio de Queiroz, os escravos tornaram-se caros para serem adquiridos pelos proprietários de terras, conseqüentemente houve falta de mão-de-obra, sobretudo para a

lavoura cafeeira. Ao mesmo tempo, havia a preocupação em impedir que o país se tornasse uma grande nação negra, em vista disso, como aponta Wachowicz (1939/2000), após o século XIX, houve um processo de *branqueamento* da população brasileira. “Essas ocorrências definiram o Brasil – e, dentro deste, o Paraná – como país predominantemente branco e estreitamente ligado à cultura européia” (p. 142).

Logo, cada vez mais, no lugar do trabalho escravo, introduzia-se a mão-de-obra livre e assalariada. Notadamente, a partir de 1870, que se concentra o maior fluxo de imigrantes europeus no Sul do Brasil, em virtude da propaganda de terras a baixo preço – Rio Grande do Sul, também para trabalhar na lavoura – São Paulo. Dessa forma, definir suas propriedades de terra, pois a maioria dos imigrantes, alemães, italianos e poloneses, entre outros, não tinham terras em seus países de origem, os camponeses, eram em sua maioria, arrendatários.

Para as autoridades brasileiras do século XIX, era viável a imigração européia, principalmente, os de origem camponesa, pelo fato de que poderiam implantar novas técnicas agrícolas e produzir alimentos a baixos preços. No Rio Grande do Sul, desde o século XIX, a colonização se fez com base na pequena propriedade, os imigrantes fizeram-se de início donos de suas lavouras, reproduzindo consigo, na migração de seus descendentes, os costumes, que são característicos no Sudoeste do Paraná.

Conforme Wachowicz (1939/2000), nesse mesmo período, o Governo Imperial estava preocupado com a perda de terras para a Argentina, em consequência disto, houve no Rio Grande do Sul, o estabelecimento de alemães, a partir de 1824, fixados em Santa Catarina e Paraná, a partir de 1829, como uma forma de garantir o território político. Localizados às margens do Rio Negro, havia 248 alemães, a instalação destes, sobrevieram com a finalidade de que, com as atividades agrícolas diminuísse a quantidade de indígenas na região e, enfraquecesse os ataques às tropas brasileiras. Em 1833, veio uma nova leva de 100 alemães. Além desta, nas margens do rio Ivaí, fundou-se a colônia Thereza, composta por dezenas de imigrantes franceses, a colônia de Superagui, criada em 1852, na qual residiam imigrantes suíços, alemães e franceses (WACHOWICZ, 1939/2000). Após este período, entre 1850 e 1859, ocorreu o início do fluxo de migração interna dos alemães do primeiro planalto paranaense para Curitiba.

Desse modo, as pequenas propriedades, no Sul, foram delimitadas e ocupadas por imigrantes alemães, italianos, espanhóis, poloneses e ucranianos, desde meados do século XIX, tendo uma grande proliferação das colônias no Rio Grande do Sul (encosta do planalto), em Santa Catarina (no Vale do Itajaí) e no Paraná (Vale do Iguaçu).

O Estado do Paraná, a partir de 1852, reivindicou ao governo a criação de uma colônia agrícola denominada de Assungui (hoje corresponde ao município de Cerro Azul), formada por 949 colonos com origem inglesa, francesa, italiana e alemã, (RUIZ, 2004/2005) voltados excepcionalmente à agricultura. Conforme os dados encontrados em Wachowicz (1939/2000), a população desta colônia, em 1875, ou seja, 23 anos após seu estabelecimento, era constituída por 875 brasileiros; 338 franceses; 221 ingleses; 202 italianos; 171 alemães; 6 espanhóis e 1 sueco, os brasileiros sobressaem com maior população, possivelmente porque esses valores correspondem aos filhos dos imigrantes.

Além destas, surgiram colônias como: Santa Cândida (1875), com 306 imigrantes; Orleans (1875), 270 pessoas; Santo Inácio (1876), 514; Riviera (1876), 406; D. Augusto (1876), 281; D. Pedro (1876), 380; Lamenha (1876), 746; e Tomás Coelho (1876), 739; a maioria com predominância de poloneses/ucraínos e, por conseguinte de alemães.

A ocupação máxima dos campos paranaenses aconteceu por volta de 1846, havendo no século XIX, várias circunstâncias favoráveis, no Brasil, para receber estrangeiros, pois, a região propiciava a organização de uma sociedade com identidade territorial bem delineada. Em 152 anos (1819-1970), de acordo com Nadalin (2001), houve o ingresso de mais de 5,5 milhões de estrangeiros, com diferentes características étnicas no Brasil.

A intensa atividade colonizadora atingiu, sobretudo, os terrenos dos arredores de Curitiba e, de modo geral, o planalto curitibano, com estabelecimento de diversos núcleos coloniais situados a distâncias próximas do centro urbano da capital paranaense. Nesse período compreendido entre 1869 e 1878, a composição dos grupos imigrantes estabelecidos nas colônias dessa área foi bastante heterogênea, com alemães, italianos, poloneses e ucranianos, em maior número, e franceses, suíços, ingleses e outros efetivos menores.

Assim, estes grupos étnicos conseguiram ostentar traços culturais diferentes, conforme a situação social em que se encontravam, adaptando-se às condições naturais e às oportunidades sociais que provêm da interação com outros grupos. A multiplicidade de etnias vai permitir a instituição de territórios caracterizados por uma identidade híbrida.

Na década de 1880, diminuiu o número de imigrantes europeus situados no Paraná. Até 1885, Nadalin (2001) aponta que, constituíram-se 86 colônias, dando ênfase à organização da Colônia de Carambeí, em Castro, com quase 70.000 imigrantes holandeses, poloneses, italianos, alemães e ucranianos. A composição étnica paranaense dos imigrantes, nesse período, concentra-se com alemães e poloneses entre 1880-1889; poloneses, italianos, alemães e ucranianos entre 1890-1899. No geral, são 83.012 estrangeiros residentes no Paraná, dentre o período de 1829 a 1911.

A partir de 1877, grande leva de russos foram encaminhados para os municípios de Lapa, Palmeira e Ponta Grossa. Outras colônias surgiram, como Otávio, em Ponta Grossa, Sinimbu, em Palmeira e Virmond, na Lapa, subdivididos em inúmeros núcleos, todos com instalação de alemães provenientes do Volga (próximo ao rio Volga, na Rússia). Destes imigrantes que haviam se instalado no Paraná, em média, a metade abandonou a província, pois não tinham como se sustentarem: as terras eram consideradas inférteis, inapropriadas para a agricultura (NADALIN, 2001). Já os que permaneceram, dedicaram-se ao transporte, especificamente de erva-mate para a exportação, seguindo uma rota que saía do interior até Curitiba, e desta, até municípios localizados nos portos de Antonina e Paranaguá.

Segundo Wachowicz (1939/2000), com poucos resultados na política imigratória, apenas em 1885, houve o estímulo para o retorno de imigrantes, particularmente de poloneses. No dizer de Maior (1968) "Polacos e ucranianos foram os seus colonizadores mais numerosos". Criou-se colônias para a instalação destes nas proximidades de Curitiba e os centros urbanos, surgindo: Mendes Sá, Alice e Cristina, em Campo Largo; Barão de Taunay, em Araucária; Gabriela, Antonio Prado, Presidente Faria e Maria José, em Curitiba, além de outras estabelecidas em Rio Negro: Augusta Victoria e Lucena, constituídas por alemães e poloneses em 1891 e, em Paranaguá: Alexandra e Pereira, ambas criadas em 1875, com imigrantes italianos e alguns espanhóis.

Por volta de 1882, em todo o Vale do Iguaçu, não havia centro populacional, todavia, com as navegações, favoreceu-se a exploração de erva-mate nesta região, de tal modo, colônias foram criadas para abrigar imigrantes poloneses e ucranianos, como São Mateus do Sul (1890), Água Branca (1891), Santa Bárbara (1891), Palmira (1891), Rio Claro (1891), Eufrosina (1892), General Carneiro (1892), Santa Galo (1892), Antonio Olinto (1895), Prudentópolis (1896) – possui a maior composição eslava no Paraná e Mallet (1896), (WACHOWICZ, 1939/2000).

Em relação ao Norte do Paraná, sua colonização iniciou-se na década de 1840. Existindo, inicialmente, a instalação de mineiros, após paulistas, os próprios paranaenses, japoneses, italianos, sírio-libaneses etc. A economia, baseava-se na agricultura de subsistência, na exploração da floresta subtropical, e subsequente, já nos últimos anos do século XIX e início do XX, o café se tornou viável na região. A colonização efetiva ligou-se estreitamente à expansão do café, pois os estrangeiros que lá se estabeleciam eram, em geral, colonos das fazendas de café. "A ocupação do norte foi fruto, em grande parte, da expansão da frente produtora do café que, depois de ocupar o norte propriamente dito atravessou o rio Piquiri e penetrou na região oeste" (WACHOWICZ, 1939 /2000, p.283).

Os núcleos de imigrantes eram pouco numerosos, destacando-se ao Norte a colônia de Rolândia, com colonos alemães, em 1932, também a Nova Dantzig. Nesse ano foi criada a colônia Açaí e, em 1936, a colônia Pirianito, com imigrantes japoneses e seus descendentes. Nessa região a instalação de novas colônias se deu, sobretudo, na década de 1950, dentre elas as colônias Entre Rios, com imigrantes alemães; Castrolanda, com holandeses; e em Witmarsum, a migração interna de catarinenses, particularmente os de descendência alemã.

No Paraná, também foram criadas sociedades de imigração, localizadas em 11 províncias: Paranaguá, Curitiba, Superagui, Porto de Cima, Morretes, Antonina, Campo Largo, Lapa, Ponta Grossa, Castro e Guarapuava.

Essas associações, como aponta Balhana *et al* (1969), promoveram o aceleração da expansão, a partir de 1885/86, de imigrantes, pelo fato de ter intensificado as publicidades, o aumento da construção de ferrovias, a abolição da escravidão e a Proclamação da República.

Este fato propiciou nas décadas de 1880, 1890 e 1900, o estabelecimento de mais de quarenta núcleos coloniais, dentre estes podemos destacar os seguintes: Cruz Machado (1910), Senador Correia (1907), Ivaí (1907), Irati (1908), Vera Guarani (1909); a colônia estadual Afonso Pena e, as particulares: Nova Galícia e Carambeí, instaladas em áreas mais afastadas da capital para abrigar estrangeiros de várias etnias.

Embora haja nessas colônias uma variedade étnica, evidenciou-se expressivo contingente de imigrantes poloneses e ucranianos que, segundo Balhana *et al* (1969), são os grupos que exprimem as maiores correntes migratórias para o estado paranaense. Também, evidenciam-se nesse período, imigrantes provenientes da Ásia e sírio-libaneses, a partir de 1890, e japoneses no início do século XX. Assim, desde a fundação da colônia alemã do Rio Negro, em 1829, até o estabelecimento da colônia holandesa de Carambeí, em 1911, mais de cem mil migrantes foram localizados no estado. Vale ressaltar que, posteriormente, outras colônias foram instaladas, abrigando japoneses e holandeses em regiões ao Norte do Paraná, como Londrina, Açaí, Bandeirantes, Uraí e Carambeí no município de Castro.

Com base nos dados do IBGE, analisamos entre os anos de 1908 e 1912 (únicos registros do IBGE), em algumas colônias a quantidade de estrangeiros e grupos étnicos predominantes. As colônias apontadas em 1908 são: Itapará, Ivaí, Jesuíno Marcondes, Senador Correia e Tayó. Como podemos observar no Gráfico 01, há predominância de imigrantes austríacos, pois somente a Colônia Iraty, possui a população composta por 66% de outras etnias, seguido de alemães e, em menor quantidade, austríacos. Os que revelam as maiores quantidade de austríacos, Itapará, Ivaí e Senador Correia, também contêm russos, embora, expressam pequenos números, esses estrangeiros, são significativos nas colônias. Em

Jesuino Marcondes, apenas 3,4% da população é de origem polonesa e, em Tayó, além de outras etnias, também há presença de alguns russos. Os alemães se concentram em Ivahy (3,2%) e Itapará (0,5%), porém, representam uma porcentagem inferior aos austríacos.

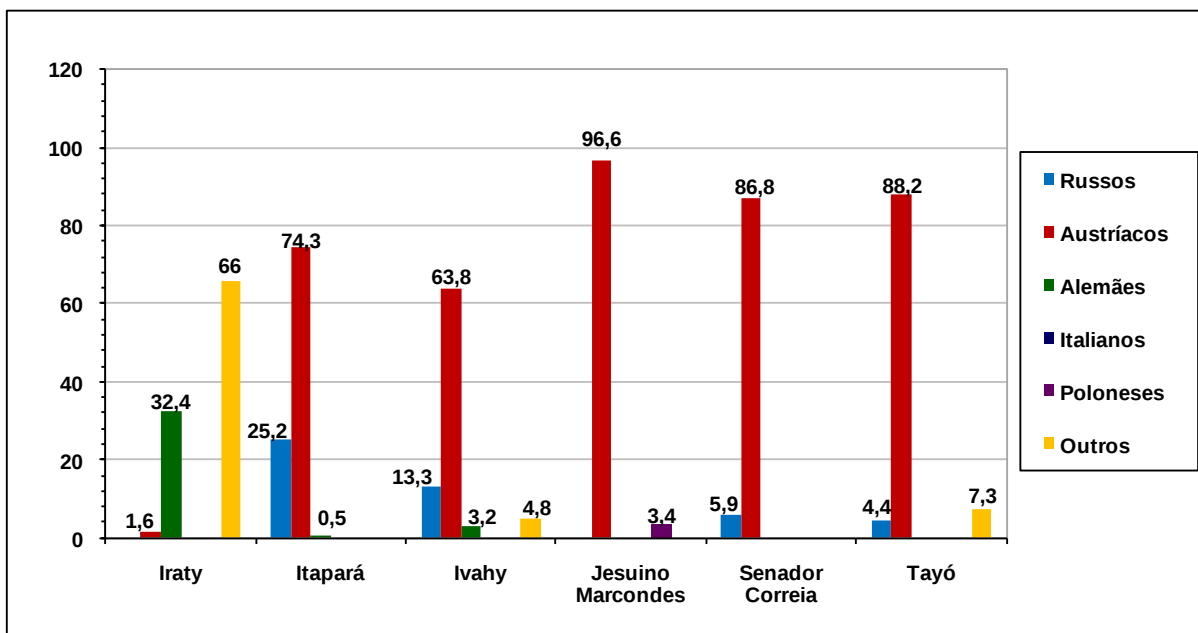


Gráfico 01. População das colônias - 1908 (%)

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v.1-3, 1916-1927. Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011)

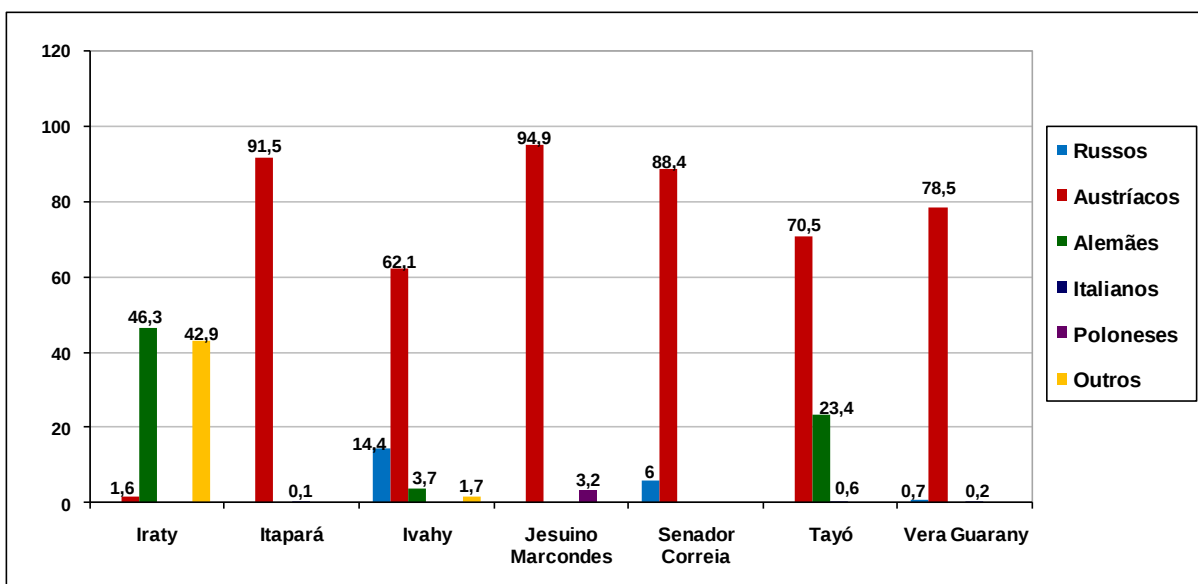


Gráfico 02. População das colônias - 1909 (%)

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v.1-3, 1916-1927. Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011)

No ano seguinte, 1909, os austríacos continuam compondo a maior parte da população estrangeira nas mesmas colônias, contudo, destacamos a presença da colônia Vera Guarany,

que não apresentava dados no ano anterior, além dos austríacos que compõem 78,5% da população, há alguns alemães e outras etnias. Em Iraty, há permanência, principalmente, de alemães com 46,3%, seguido de outras etnias e em menor quantidade, os austríacos (1,6%). A colônia Ivahy, tem 14,4% de habitantes russos, 3,7% de alemães, além de outras etnias, embora, significativamente em quantidades inferiores. Não enfatizando somente os austríacos, a colônia Jesuíno Marcondes tem em sua composição 3,2% da população com origem polonesa. Em Senador Correia 6% eram russos e Tayó, apresenta uma quantidade expressiva de alemães, ou seja, 23,4%, e os italianos que se encontravam nesta colônia correspondiam a 0,6% dos estrangeiros.

Em 1910, o quadro em relação aos austríacos não se altera, com forte presença em seis das colônias analisadas. A colônia Iraty, permanece com o predomínio de alemães, entretanto, diminui a quantidade em relação ao ano anterior. Além destes, há outras etnias, como a presença de 14,1% com nacionalidade russa (vale mencionar que estes não participaram da composição étnica da colônia nos anos de 1908 e 1909) e há ainda, a presença de alguns italianos, porém em quantidade pouco relevante.

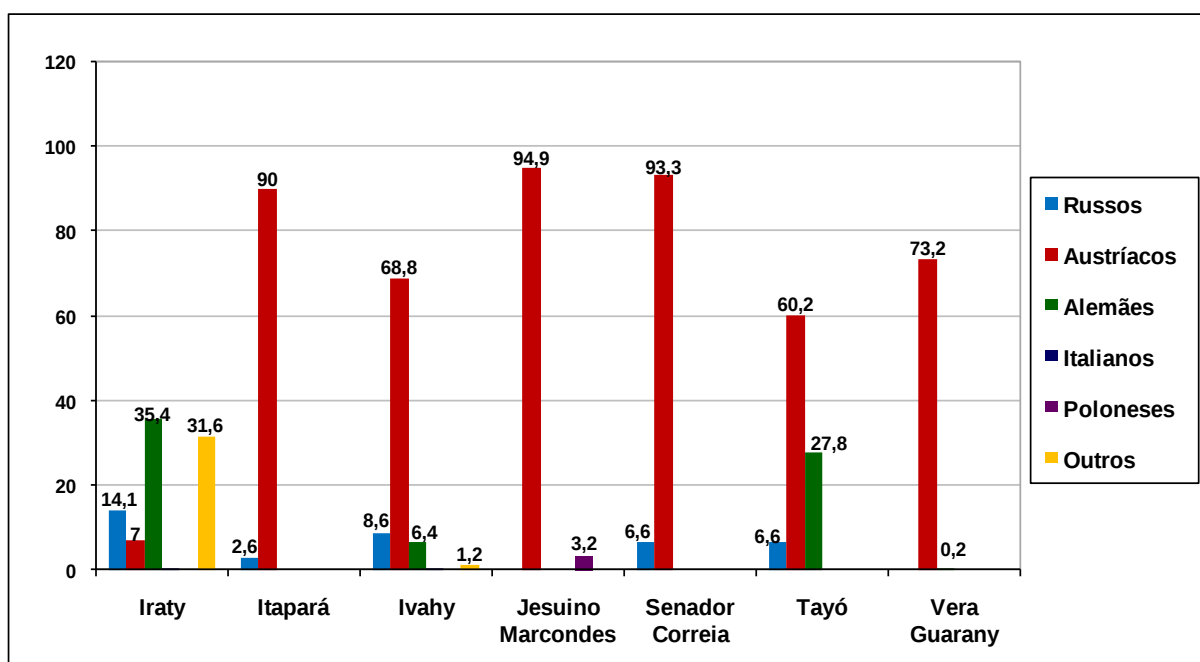


Gráfico 03. População das colônias - 1910 (%)

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v.1-3, 1916-1927. Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011)

Itapará, Jesuíno Marcondes e Senador Correia, continuam com mais de 90% da população formada por austríacos. Em Itapará, 2,6% são russos, e Ivahy, aponta a presença de 8,6% dessa etnia e 6,4% alemães, já Jesuíno Marcondes prossegue com a mesma quantidade

de poloneses do ano precedente e Senador Correia persiste com a mesma quantidade de russos. Há o aumento de alemães em Tayó, passando a representar 27,8%, e em menor quantidade de russos (6,6%) no ano de 1908, desta etnia existia 4,4%, desaparecendo em 1909, voltando a fazer parte da composição populacional em 1910. Em Vera Guarany, o quadro continua como no ano de 1909 (Gráficos 02 e 03).

Em 1911, a presença de austríacos nas colônias se modifica, passando a existir grande parte da população estrangeira composta por poloneses. A colônia Cruz Machado, que nos anos anteriores ainda não havia sido criada, é composta por quase 100% de poloneses, nesse ano, Iraty que antes continha a população com predominância alemã, diminui, representando 23,6% dos estrangeiros, no entanto, possui mais de 50% de poloneses, e 17,4% de outras etnias. Na colônia Itapará, que antes era composta, especialmente, por austríacos, passa a ter uma população com mais de 90% polonesa. Em Senador Correia, incide o mesmo processo, há uma inversão da composição étnica, antes com predominância austríaca, neste ano, 67,3% são poloneses, e apenas 30,4% são de nacionalidade austríaca.

Ivahy, Jesuíno Marcondes e Vera Guarany, continuam tendo a maior parte da população austríaca. Em Ivahy com 46,9%, entretanto, 40,6% são russos, ainda, há uma pequena presença de alemães (3,2%) e em quantidade mínima, italianos. Na colônia Jesuíno Marcondes, apesar de haver muitos austríacos, há alguns poloneses, além de outras etnias, não especificadas pelo IBGE. O mesmo ocorre em Vera Guarany, que além dos austríacos compondo a maior parte da população, há participação de russos e um pequeno número de alemães. Diferente de outras colônias, Tayó possui sua população com mais de 50% de russos, seguido de austríacos e alemães, como podemos destacar no Gráfico 04.

Em 1912 (último ano com dados da população estrangeira das colônias, registrados no IBGE), outra colônia surge, a Apucarana, habitada por mais de 80% de russos e alguns austríacos. Cruz Machado também tem sua população composta por boa parte de russos, ou seja, quase 70% são dessa origem. Os poloneses diferentemente do ano anterior, com quase 100% da população, agora passam a representar 15,1%, juntamente com 6,9% de alemães. Tayó prossegue com mais de 50% da população composta por russos, seguidos pelos austríacos, com 23,8% e alemães, com 18,5%. Itapará e Senador Correia continuam com a maior parte da população de origem polonesa, respectivamente, representando 95,8% e 84,6%, contudo, em Senador Correia, também, há 7,2% de estrangeiros russos (Gráfico 05).

A população de Iraty é alterada, em 1912, pois em 1911, prevaleciam os poloneses, no ano seguinte, 34,9% são austríacos, 22,4% russos e, 21,9% alemães, entre outros estrangeiros, mostrando que sua composição se encontra bem diversificada. Ivahy, Jesuíno Marcondes e

Vera Guarany, desde 1908 até 1912, continuam com a maior parte dos habitantes com nacionalidade austríaca. Jesuino Marcondes possui quase 95% da população dessa etnia, havendo um pequeno número de poloneses.

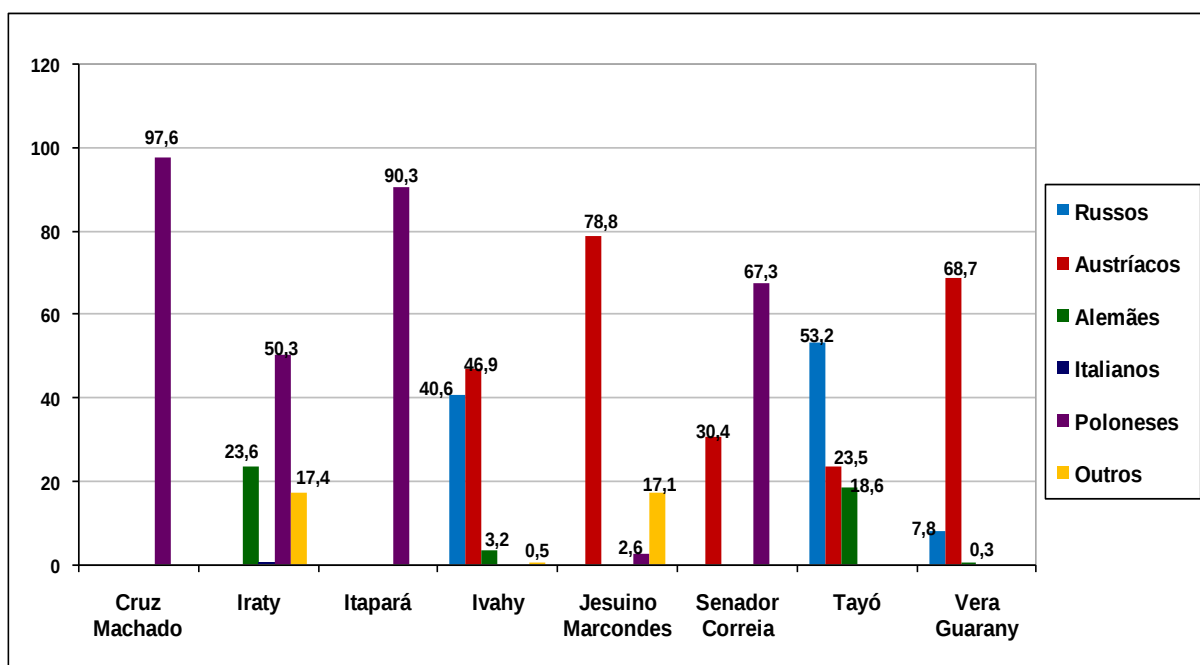


Gráfico 04. População das colônias - 1911 (%)

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v.1-3, 1916-1927. Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011)

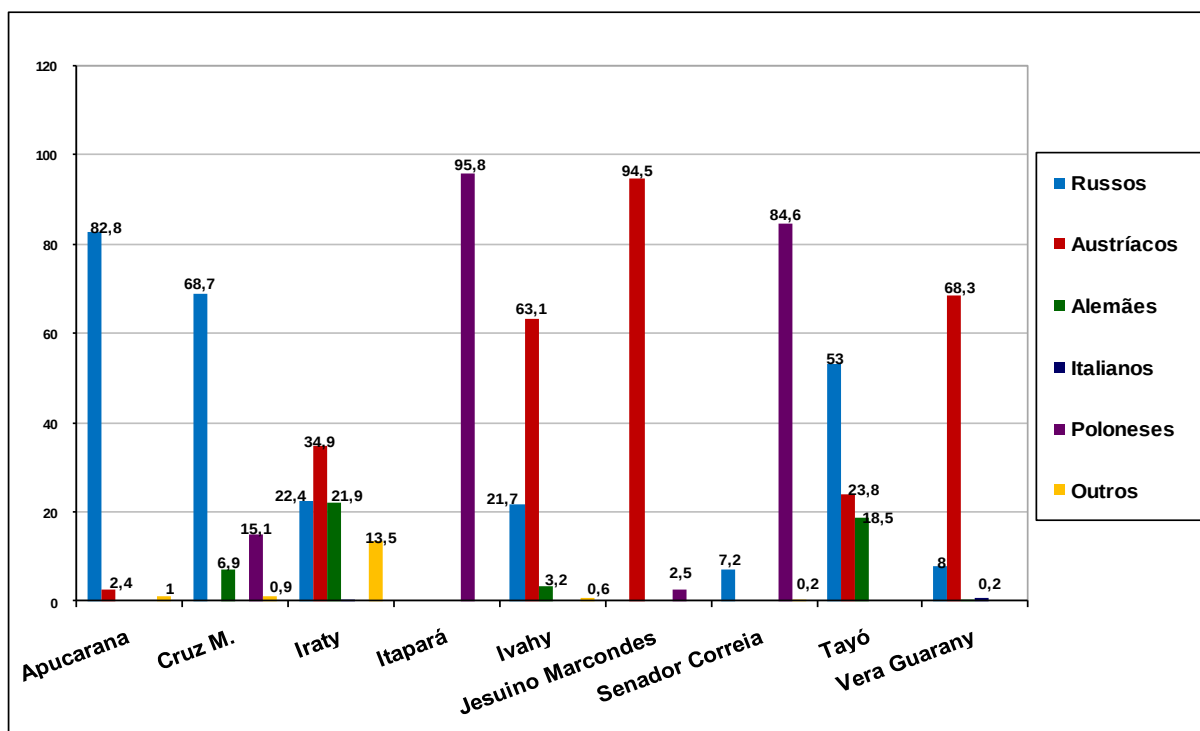


Gráfico 05. População das colônias - 1912 (%)

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v.1-3, 1916-1927. Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011)

Em Ivahy, além dos austríacos, também viviam na colônia, russos representando 21,7%, e os alemães permanecem com a mesma porcentagem do ano anterior. Vera Guarany, além de ter quase 70% da população composta por austríacos, há também 8% de russos e somente 0,2% de origem italiana. Analisando de modo geral, temos a seguinte relação no Quadro 01.

Colônias/ano de criação	Predominância
Iraty (1908)	Alemães e russos; após 1911 – poloneses, alemães, russos e austríacos
Itapará (1908)	Austríacos e russos; após 1911 - poloneses
Ivahy (1908)	Austríacos, russos e alemães
Jesuino Marcondes (1908)	Austríacos e poloneses
Senador Correia (1908)	Austríacos e russos; após 1911 - poloneses
Tayó (1908)	Austríacos, alemães e russos
Vera Guarany (1909)	Austríacos e russos
Cruz Machado (1911)	Poloneses, russos e alemães
Apucarana (1912)	Russos e austríacos

Quadro 01. Predominância de estrangeiros nas colônias

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v.1-3, 1916-1927. Elaboração: BRISKIEVICZ, M. (2011)

A colônia de Iraty, criada em 1908, até 1910 tem sua população composta, notadamente, por alemães, em 1911, passa a ser os poloneses e, 1912, há uma população com característica bem diversificada, com austríacos, alemães e russos; os poloneses, provavelmente acabaram migrando dessa colônia e se instalaram em outras, por isso não aparecem nesse ano como parte da população, caracterizando um hibridismo étnico.

Na colônia Itapará, segundo os dados do IBGE, há predominância de austríacos até 1910, estes, nos anos seguintes, desapareceram totalmente, e a maior parte da população passa a ser composta por poloneses. Ivahy e Jesuíno Marcondes mantêm a presença de estrangeiros austríacos em todos os anos. Ivahy diminui a quantidade, a partir de 1911, e a maior etnia encontrada na colônia é a de austríacos, aparecendo nos últimos dois anos alguns russos.

Senador Correia, do mesmo modo que certas colônias estudadas, até 1910, também contém a presença maior de austríacos, diminuindo sua quantidade em 1911, e desaparecendo em 1912, no lugar destes, a partir de 1911, quase toda população é de ascendência polonesa. O mesmo acontece com Tayó: até 1910 havia concentração de austríacos e em menor quantidade, no entanto expressiva, os alemães, nos anos seguintes, estes praticamente desaparecem, a maior parte da população passa a ser de origem russa.

Vera Guarany contém dados, a partir de 1909, com população austríaca em todos os anos, aparecendo alguns russos, a partir de 1911. Apesar de Apucarana, ser criada em 1892, em Guarapuava, com a presença de mais de 1.300 poloneses, nos dados do IBGE aparece apenas em 1912, apontando a presença expressiva de estrangeiros russos. Cruz Machado, criada em 1910, pelo Núcleo Colonial Federal, apresenta dados a partir de 1911, com população predominante polonesa, no ano posterior, estes diminuem, estabelecendo-se na colônia além desta etnia, russos e em menor quantidade, alemães.

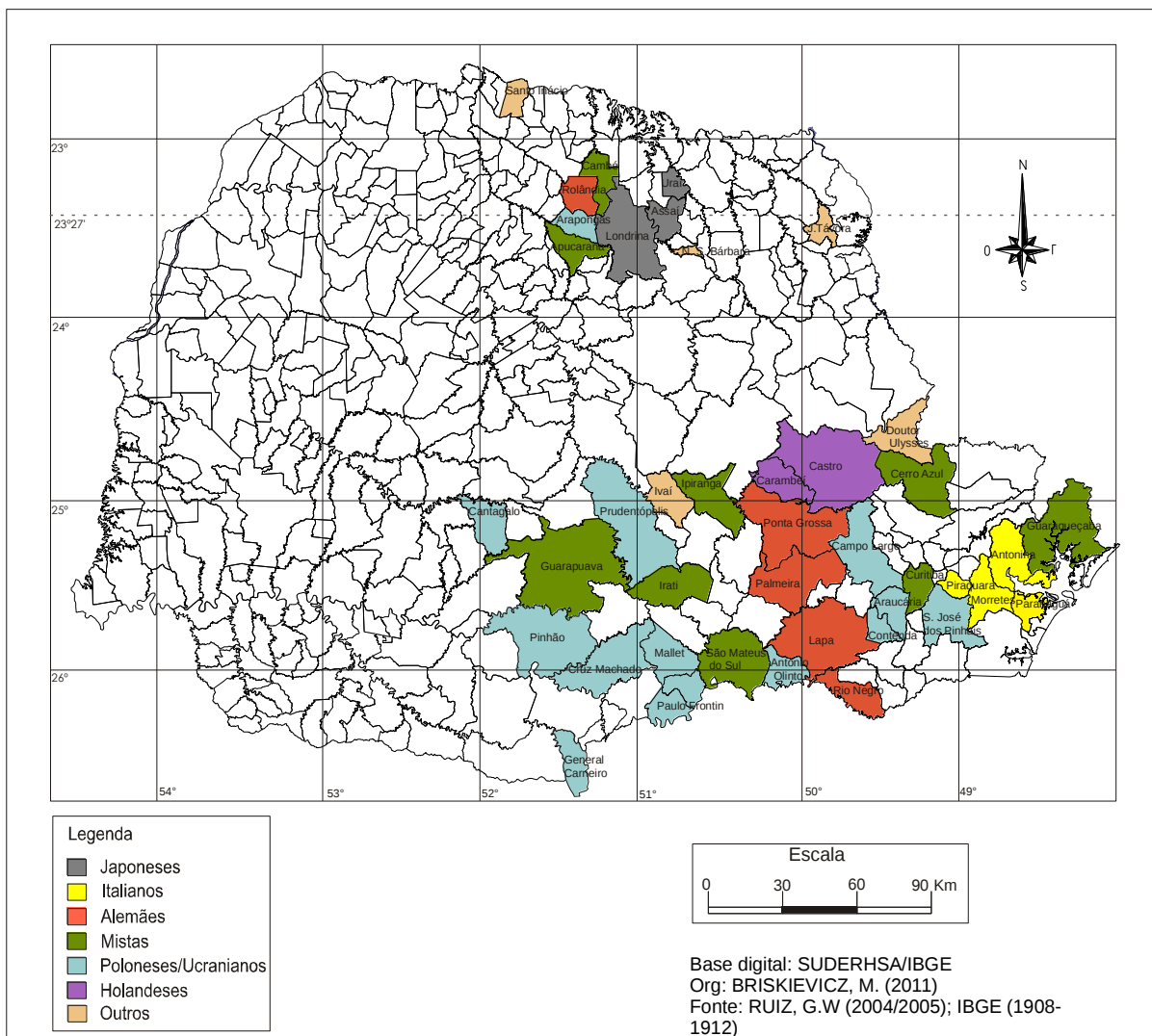
Portanto, mais uma vez podemos notar que essas colônias são compostas principalmente por europeus, ou seja, destacaram-se no Paraná, nesse período, as imigrações, especialmente, de austríacos, alemães, russos e poloneses, consoante as colônias ressaltadas a partir dos dados do IBGE. Em poucas colônias aparecem os italianos, e nas que apresentam habitantes dessa etnia, é em quantidade pequena, pois estes imigraram, notadamente, para o Rio Grande do Sul, por conseguinte, a maioria dos descendentes de italianos que vivem em Francisco Beltrão é procedente desse estado, e em menor quantidade, são provenientes de Santa Catarina e de determinadas regiões do Paraná.

Através dos dados do IBGE e outras fontes, como Ruiz (2004/2005), elaboramos o mapa mostrando a concentração das primeiras e principais etnias que se estabeleceram em determinadas regiões do Paraná, em vários períodos. Expondo a centralização na região metropolitana, no Sudeste e em partes do Norte, destacando, como mostramos nas análises anteriores, principalmente, a presença de poloneses/ucranianos e alemães (Mapa 1).

Muitos dos municípios foram classificados com população mista, por não haver evidências de porcentagens maiores, referente à etnia, e sim, uma heterogeneidade da população estrangeira (a quantidade de cada etnia, segundo os registros, aos quais nos baseamos, são equilibrados em determinados municípios). Também aparecem em alguns municípios os holandeses, italianos e japoneses, dentre outros, no entanto, em outros não foram possíveis de identificar a composição étnica.

No mapa, é visível que as regiões inicialmente povoadas correspondem ao Sudeste, Leste e uma porção significativa do Norte. Nestas regiões, os italianos correspondem às áreas de Antonina, Morretes, Paranaguá e Piraquara, são pouco relevantes e como demonstramos nas análises, estes imigrantes se instalaram, efetivamente em porções do estado de São Paulo, para trabalharem nas fazendas de café e outros para o Rio Grande do Sul, principalmente ao Norte e Noroeste, com o intuito de ocupar áreas para trabalhar na agricultura. “A quase inexistente quantidade de italianos, provavelmente se deve pelo fato de muitos terem ocultado

sua nacionalidade e se apresentarem como austríacos na relação de imigrantes” (PELLANDA, 1950, p.39).



Mapa 01. Localização das colônias no Paraná, segundo as etnias (1829 a 1940)

Isto nos faz refletir que a grande quantidade de austríacos apontados pelo IBGE, supostamente, deve-se a essa ocultação da identidade étnica. Também Saquet (2003/2001) revela que alguns italianos aparecem nessa relação como austríacos, porque determinadas áreas eram pertencentes à Áustria num determinado momento, mas são apresentados como italianos porque hoje, estas competem à Itália.

Com os dados apontados por Wachowicz (1939/2000), podemos averiguar que até o ano de 1948, o contingente imigratório, por nacionalidade, se encontra da seguinte maneira:

Nacionalidade	Número de imigrantes
Poloneses	57.000
Ucranianos	22.000
Alemães	20.000
Japoneses	15.000
Italianos	14.000

Quadro 02. Imigração por nacionalidade no Paraná até 1948

Fonte: Wachowicz, 1939/2000, p.158.

Adaptação: BRISKIEVIZ, M. (2011)

Os poloneses se destacam com 44% das nacionalidades apresentadas, seguidos de ucranianos (17%) e alemães (16%), já os japoneses são o quarto grupo étnico, com 12%, seguidos pelos italianos que representam uma quantidade menor, 11% da imigração no Paraná. Além desses imigrantes outros se destacam, no entanto, de modo geral, em quantidades menos expressivas: franceses, austríacos, ingleses, russos, sírio-libaneses, suíços, holandeses, portugueses, espanhóis etc.

No caso dos austríacos e russos, como percebemos ao analisar algumas colônias no Paraná, apresentam-se em menor quantidade pelo fato de haver um amplo número de estrangeiros, mostrados na Tabela 01, instalados em outras colônias estabelecidas no Paraná (esse quadro pode ser verificado na lista de colônias, no Apêndice 01). Isso indica que apesar destas etnias terem se destacado em algumas colônias, na composição geral da imigração para o estado, essas duas etnias encontram-se com uma porcentagem inferior às outras nacionalidades.

Entre 1872 e 1920, podemos analisar no Gráfico 06, a população estrangeira em alguns estados do Brasil, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Conforme Wachowicz (1939/2000), São Paulo é o estado que mais recebeu estrangeiros, totalizando 55% da imigração total no Brasil, em segundo se destaca o Rio Grande do Sul, acompanhado de Santa Catarina e Paraná. Entretanto, como observamos no Gráfico 06, em 1872, Minas Gerais possuía a maior população estrangeira, com 12%, mas, nos anos seguintes, São Paulo passa a ser o que mais recebe imigrantes.

O Rio Grande do Sul, em 1872, é o segundo estado com maior população estrangeira, ou seja, 11% do total da população estrangeira do país se encontram neste estado, seguido de São Paulo, Santa Catarina e somente 1%, dessa população reside no Paraná. Já em 1890, esse quadro muda, pois em São Paulo há aumento expressivo da imigração, seguido de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e o Paraná, até 1890, continua sendo o estado com menor população estrangeira se comparado aos estados indicados no gráfico.

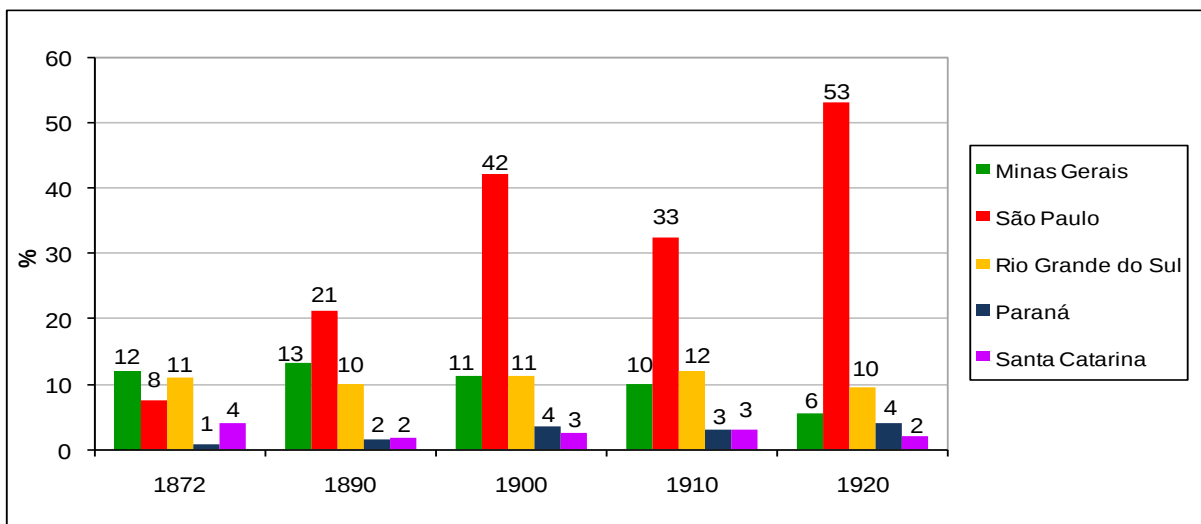


Gráfico 06. Estados com população estrangeira

Fonte: Anuário estatístico do Brasil, 1908 – 1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v. 1- 3, 1916-1927. Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011)

Entre 1900 e 1920, São Paulo permanece sendo o estado com mais estrangeiros, alcançando, em 1920, mais de 50% da população, dado este, que ratifica a colocação de Wachowicz (1939/2000), apontada anteriormente. Minas Gerais, a partir de 1900, diminui a imigração, chegando, em 1920, a representar 6% da população estrangeira. Há um crescimento de estrangeiros no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, até 1910, e neste último, diminui em 1920, pois de 3%, passa a se concentrar apenas 2% de estrangeiros no estado. Já o Paraná, de 1890 a 1900, tem um aumento considerável, contudo, representa apenas 3% desta população em 1910, chegando a representar em 1920, 4%, uma quantidade pouco expressiva, se comparado aos outros estados analisados, isto nos mostra que a migração interna foi mais significativa na formação geral do estado do Paraná.

Balhana *et al* (1969), faz o levantamento do contingente populacional imigratório no Paraná, segundo os grupos étnicos. Nesse sentido, destacamos na Tabela 01, desde o início da imigração até por volta de 1920, os grupos étnicos que mais se ressaltaram.

Comparando o contingente populacional por etnia, até 1920, com os dados analisados sobre a imigração por nacionalidade até 1948 (Quadro 02), apresentados por Wachowicz (1939/2000), os habitantes poloneses sobressaem no Paraná nas duas representações, seguidos por ucranianos e alemães. Há apenas uma mudança, em relação ao contingente da nacionalidade japonesa, que não se encontra nos dados prestados por Balhana *et al* (1969). Nesse sentido, deduzimos que estes, não aparecem, pelo fato da imigração japonesa no Brasil, especificamente para o Paraná, ocorrer num momento mais tardio, ou seja, essa proveniência incide por volta de 1906 (a contagem ainda não havia sido realizada até a conclusão do

trabalho do autor), e os dados apresentados por ele é até 1920⁴, ou seja, 28 anos antes da análise de Ruy Wachowicz.

Contingentes	%
Poloneses	49,2
Ucranianos	14,1
Alemães	13,3
Italianos	8,9
Russos	4,2
Franceses	2,5
Austríacos	1,5
Holandeses	1,2
Outros	5,1

Tabela 01. Contingente populacional, segundo os grupos étnicos no Paraná até 1920

Fonte: BALHANA *et al*, 1969, p. 184.

Também vale ressaltar, que estes dados, continuam ratificando que, além dos poloneses, há presença dos ucranianos e alemães, que possuem uma quantidade expressiva, apresentando-se, também, em menores quantidades: italianos, russos, austríacos, franceses e holandeses, além de outras etnias, conforme mencionamos anteriormente.

Por fim, de forma sintetizada, apontamos as principais transformações que os imigrantes proporcionaram na formação do estado paranaense, destacados no livro “História do Paraná”, de Ruy Wachowicz (1939/2000, p.158-159):

- 1)Lançou as bases para o surgimento de uma classe média rural e urbana;
- 2)Desenvolveu um ciclo rodoviário próprio, com a utilização do carroção eslavo e da carroça polaca. Esses veículos substituíram com grande vantagem os lentos carros de boi e as tropas de muare;
- 3)Recuperou a dignidade social do trabalho braçal tanto na agricultura como no meio urbano. O trabalho agrícola e manual deixou de ser considerado vergonhoso e de baixo *status* social;
- 4)Difundiu pelo Estado os ofícios manuais de ferreiro, carpinteiro, marceneiro, arreiator, alfaiate, barriqueiro etc;
- 5)Proporcionou uma verdadeira revolução agrícola na região, com a introdução e a difusão do arado de ferro com pá móvel, grade, ancinho, rastelo, gadanha, foice de cortar trigo, soterrador ECT;
- 6)Introduziu e difundiu o uso na alimentação do centeio, trigo sarraceno (tatarca), batata inglesa etc;
- 7)Proporcionou subsistência por quase 80 anos não só a capital como as principais cidades do interior;
- 8)Deu início a inúmeras indústrias na capital e no interior;
- 9)Forneceu os principais contingentes de mão-de-obra para a abertura das estradas da Graciosa e do Mato Grosso, instalação de bondes em Curitiba, introdução da energia elétrica e construção de ferrovias do interior;

⁴ Não há informação do ano inicial dos dados apresentados pelo autor.

- 10) Criou uma arquitetura característica, adaptada tanto ao quadro urbano, quanto ao meio rural;
 11) Tornou o Paraná um estado com população predominantemente branca e com majoritária influência européia.

Assim, na década de 1960, o Paraná já estava praticamente todo ocupado. Esses imigrantes tiveram grande participação na transformação da sociedade, “os alemães influenciaram mais no quadro urbano e os poloneses no rural” (WACHOWICZ, 1939/2000, p.280).

O crescimento populacional do Paraná está vinculado ao intenso movimento de migrações internas provocadas pelo povoamento de suas áreas, a partir de 1920. O recenseamento do IBGE, de 1950, citado por Balhana *et al* (1969), indica que 663.783 pessoas presentes na população paranaense eram provenientes de outros estados brasileiros, como podemos observar na Tabela 02. A ocupação da maior parte do Sudoeste e Oeste paranaense originou-se após meados da década de 1940, estimulados por problemas com mão-de-obra agrícola no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, deslocamento populacional chamado de “frente sulista”.

Os migrantes oriundos desta frente de colonização fundaram e se estabeleceram em importantes núcleos no sudoeste e oeste do estado: Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Santo Antonio do Sudoeste, Medianeira, Santa Helena, Toledo, Marechal Candido Rondon etc. (WACHOWICZ, 1939 /2000, p.285).

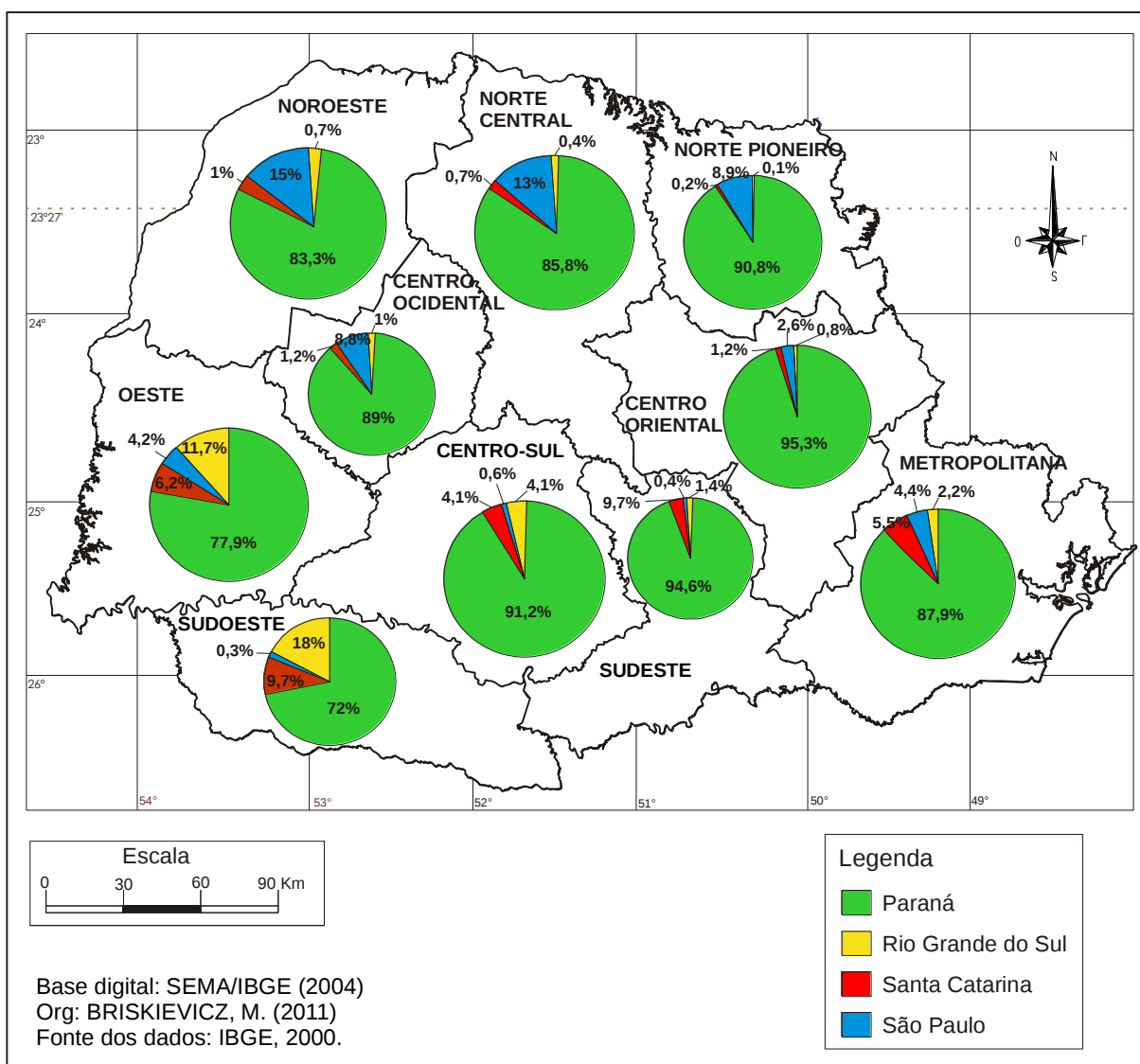
Estados	Números
São Paulo	352.471
Minas Gerais	156.848
Santa Catarina	63.162
Rio Grande do Sul	35.701
Outros Estados	55.601
Total	663.783

Tabela 02. Número de imigrantes dos estados brasileiros no Paraná – 1950
 Fonte: BALHANA *et al*, 1969, p. 246.

De modo geral, a migração dos estados brasileiros, ocorre principalmente de São Paulo, que corresponde a 53,1%. Em seguida, os provenientes de Minas Gerais representam 23,6% da população de pessoas instaladas no Paraná, além destes estados, destacam-se os catarinenses e gaúchos, registrando, respectivamente, 9,5% e 5,4%, além de outros que compõem 8,4% do total da migração de outros estados brasileiros para o estado em questão.

Também, a partir dos dados da migração interna disponibilizados pelo IBGE (contagem do ano 2000), podemos analisar de forma clara este processo, destacado em cada mesorregião paranaense, a porcentagem da migração de alguns estados selecionados⁵.

Analisando o Mapa 02, de modo geral, percebemos que em todas as mesorregiões, tem a migração proveniente de outras regiões paranaenses, isso ocorre, pelo fato de que a partir do momento que diminui a migração interna de outros estados, por volta de 1960, há aumento da migração dentro do próprio estado, além do mais, grande parte destes representam os descendentes dos que migraram. Nas mesorregiões do Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Sudeste e Centro-Sul, há mais de 90% da diáspora de paranaenses.



Mapa 02. Migração para as mesorregiões do Paraná (2000)

⁵ Esta seleção dos estados foi feita a partir dos maiores registros populacionais encontrados no Paraná.

Em relação à migração proveniente de São Paulo, destacamos as mesorregiões Noroeste com 15%; Norte Central, representando, 13%; Norte Pioneiro, 8,9%; Centro Ocidental, 8,8% e; Centro Oriental com 2,6%. Já os oriundos do Rio Grande do Sul, instalaram-se no Oeste, 11,7%; Centro Sul, 4,1% e; no Sudoeste paranaense com 18% da migração. As mesorregiões com maior quantidade de migração catarinense são: Metropolitana, com 5,5%; Sudeste, 9,7% e; Centro Sul representando 4,1% do total.

Deste modo, podemos observar e comprovar que, no Sudoeste, no Oeste e no Centro Sul do Paraná, a migração dos gaúchos é expressiva se comparada com as migrações de São Paulo e Santa Catarina. Os provenientes de Santa Catarina para essas regiões são o segundo grupo com contingente migratório significativo, mostrando que, no Sudoeste, essa diáspora corresponde a 9,7% e, no Oeste a 6,2% da migração.

Também observamos que em relação às outras mesorregiões que tem a concentração de paulistas, os gaúchos representam menos de 1%. Da mesma forma que os catarinenses apresentam nessas regiões cerca de 1,1% da diáspora.

Ainda em relação a estas três mesorregiões, há uma quantidade significativa de paulistas no Oeste, ou seja, cerca de 4,2%, diferentemente do Sudoeste e Centro Sul, que apontam, respectivamente, 0,3% e 0,6%, uma porcentagem inferior às outras regiões paranaenses.

É importante mencionarmos, que os municípios concentrados no Sul do Paraná, tiveram influência na sua ocupação da proveniência, como já salientamos em outros momentos, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Já os localizados na porção Norte, tem maior concentração de paulistas e receberam migrantes dos estados que fazem divisa com o Paraná, isto fica nítido no Mapa 02.

Enquanto a primeira, após o vigor inicial, cedia em volume e importância, a segunda se intensificava, durante os anos 50 e 60. Esta dinâmica diferenciada tem a ver, dentre outros fatores, com aspectos geopolíticos regionais do getulismo. Ou seja, a Marcha sulista encontrava incentivos maiores no poder central e na sua articulação com o poder regional, ao passo que a marcha nortista, como também é denominada, era vista como uma forma de manifestação de vigor econômico e de força política de São Paulo contra os quais a Revolução de 30 conseguiu aglutinar descontentamentos regionais (PEGORARO, 2007, p. 40).

A ocupação do Sudoeste e Oeste do Paraná resultou, sobretudo, de correntes migratórias internas, em uma circunstância de declínio da imigração face às medidas restritivas da política imigratória brasileira, além de outros fatores. O que significa que o

processo histórico da colonização dessas duas regiões, está de certa forma, desvinculado da história da imigração do Paraná, embora migrantes de outras procedências tenham também acompanhado o avanço das *frentes pioneiras* nessas regiões.

O intensivo programa de colonização, posto em execução, na segunda metade do século XIX, abrigou principalmente europeus, como destacamos, em determinadas áreas, como o Norte e o litoral paranaense, o que significa, que não tiveram contribuições significativas para o povoamento das regiões do Oeste e Sudoeste, pois estavam atribuídas à expansão das atividades relacionadas ao café. Dessa forma, no começo do século XX, havia pequenas e poucas povoações insuladas por consideráveis distâncias, ocorrendo uma migração interna mais intensa, a partir de 1940, com descendentes de italianos, alemães, poloneses, etc., provenientes, maiormente, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ocupando regiões ainda pouco habitadas, inserindo sua cultura, seus costumes, modos de produção, religião, entre outros aspectos identitários que ainda são visíveis no Sudoeste do Paraná e, mais especificamente, em Francisco Beltrão.

Essa diáspora está inserida no processo de des-re-territorialização, definido por Claude Raffestin, pois ao se “deslocarem” de outros países e estados brasileiros para o Paraná, os indivíduos se desterritorializam, ou seja, há desvinculamento do território de origem, um processo de perda de determinadas relações, tanto econômicas, como políticas, culturais e também naturais, pois cada território possui suas singularidades. Contudo, ao se reterritorializarem acabam criando outras relações no território onde foram inseridos, havendo uma alteração da identidade dos indivíduos, porém, alguns aspectos ainda são mantidos, tanto em relação à identidade de seus antecedentes, como também, as características dos estados de onde vieram.

2.2 A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO SUDOESTE PARANAENSE A PARTIR DA INSERÇÃO DOS MIGRANTES

Neste texto, abordaremos as principais características do Sudoeste do Paraná, composto por 42 municípios, dividida em quatro microrregiões: Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco e Palmas, segundo o IBGE (2011). Enfatizamos o povoamento e as transformações, a partir de 1940, período em que houve a inserção dos migrantes descendentes de italianos, alemães e poloneses provenientes, sobretudo, do Rio Grande do Sul

e de Santa Catarina. Esta análise é de suma importância para compreendermos as particularidades de Francisco Beltrão, município no qual propomos a realizar a nossa pesquisa.

É necessário considerarmos os aspectos antes da migração, ou seja, a população de origem luso-brasileira, conhecida como *caboclos*⁶, que viviam na região, antes do intenso processo de ocupação, pois também contribuíram econômica e culturalmente para a formação do município. No entanto, ressaltaremos o processo histórico da formação do Sudoeste enfocando a des-re-territorialização, fundamentalmente, de gaúchos e catarinenses.

É um território específico, com identidades, marcas do processo de colonização, indivíduos que reproduzem elementos e características do modo de vida de seus antecedentes, oriundos de outros países ou estados de origem, como religiosidade, alimentação, dialeto, produção de alimentos e matérias-primas, entre outras características que são mantidas no cotidiano, juntamente com novas relações e valores, construindo novos vínculos e identidades, que estão em constante movimento; há sempre mudanças e permanências, o que caracteriza uma identidade híbrida.

A desterritorialização italiana implicou na reterritorialização em outros lugares, onde os grupos sociais desenvolveram estratégias distintas para produzir, controlar e manter um novo território e novas territorialidades, como fruto da imbricação entre as velhas e as novas territorialidades no movimento de des-re-territorialização (SAQUET, 2009, p. 216).

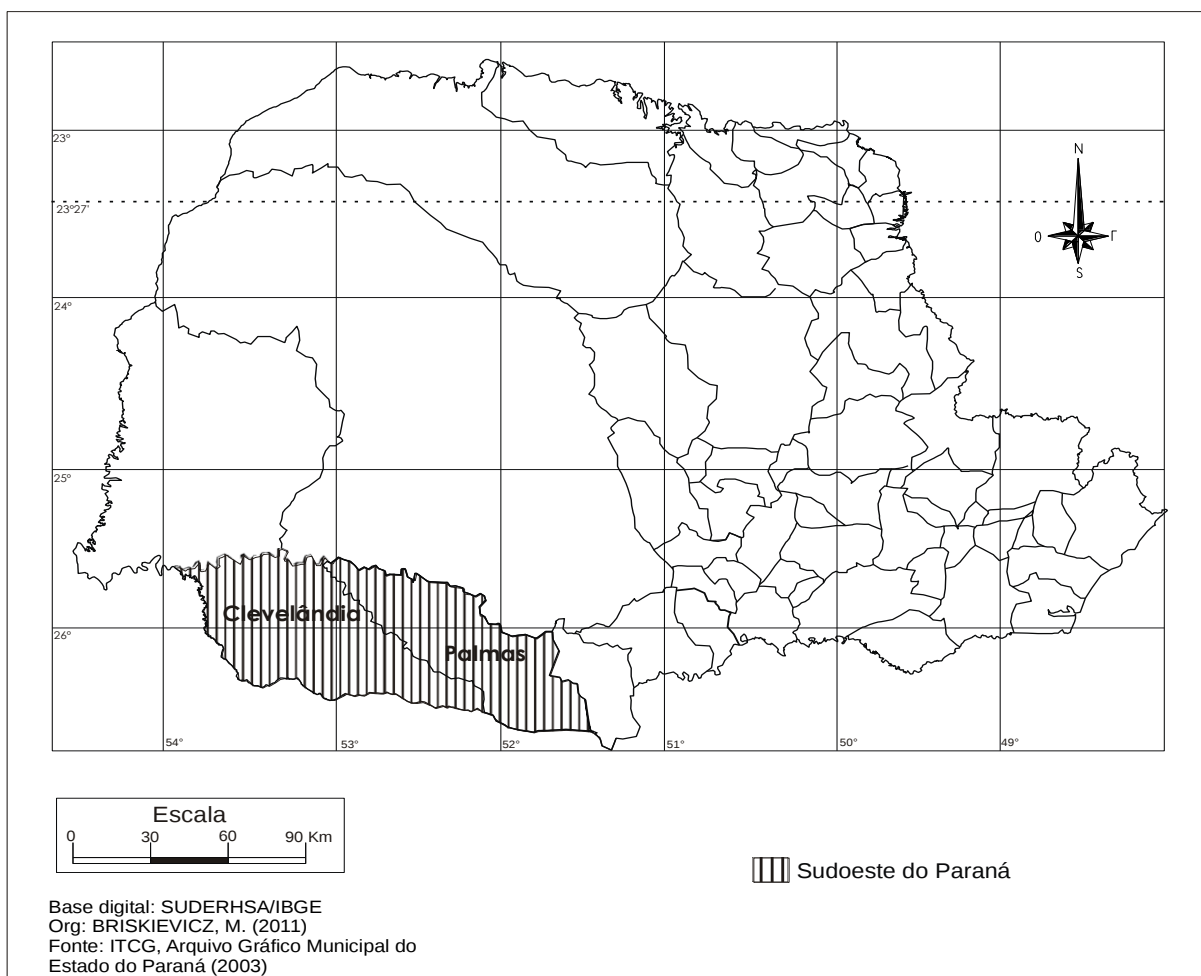
No relatório do Núcleo Colonial de Foz do Iguassú (1941/42), enviado ao Ministro da Agricultura, com o intuito de escolher uma área a ser utilizada na organização de uma colônia agrícola na fronteira do Brasil com a Argentina, para instalação de reservistas do exército, consta que, em 1900, a população de Clevelândia, que incluía o Sudoeste paranaense, era pouco superior a 3.000 habitantes, composta, especialmente por caboclos. Tratava-se de um vazio demográfico, onde destacava-se a ocupação da Colônia Militar do Chopin (atual município de Chopinzinho), criada em 1882. Conforme Abramovay (1981), tratava-se de uma população que vivia de uma agricultura de subsistência.

Uma década depois, essa população chegou a ser composta por cerca de 6.000 habitantes, procedentes, sobretudo, dos campos de Palmas, Guarapuava, São Paulo e alguns

⁶ Diferentes autores a eles se referem, etnicamente, como resultantes da miscigenação de índios, brancos e negros. Socialmente, tudo indica que se tratavam, principalmente, de antigos ocupantes do espaço das fazendas - peões, agregados, escravos e até estancieiros empobrecidos - que se instalaram nas matas em busca de alternativas de sobrevivência (BLOEMER, 2000, p.3).

do Rio Grande do Sul, “[...] em particular das zonas de campo e mata do planalto, de Soledade, Candelária, Passo Fundo e Palmeira das Missões” (CORRÊA, 1970, p.88).

A produção caracterizava-se, inicialmente, pela economia ervateira. Havia nas regiões fronteiriças a permanência de argentinos e paraguaios, visando a extração da erva-mate, chegando a constituir, como aponta Corrêa (1970), em 1920, respectivamente, cerca de 25% e 10% da população local, para o Sudoeste. Essa extração, de início, foi um dos principais fatores da atração da população que migrou para a região (Mapa 03 – é possível identificar as divisões dos municípios criados até 1920 no estado do Paraná e, por conseguinte, a área que corresponde hoje, ao Sudoeste). Por volta de 1940, com a decadência da extração de erva-mate (período em que a Argentina, principal consumidora e compradora, passou a produzir em seu próprio território), essa população diminuiu absolutamente, representando menos de 1% do total que havia na região.



Mapa 03. Divisão, em 1920, que correspondem hoje ao Sudoeste do Paraná

Num segundo momento, Corrêa (1970), destaca a criação de suínos, que após a decadência da erva-mate, passa a ser a principal atividade regional, praticadas em áreas de difícil acesso ou que não eram densamente ocupadas. Além desta, outras de menor importância podem ser citadas: caça de animais, porcos do mato, veados, antas e onças, ambas realizadas na base de trocas, com a finalidade de obter couros e peles. Além disso, a criação de muares e cavalos em Vitorino, Santo Antônio do Sudoeste, Dois Vizinhos e Pérola do Oeste.

Até 1920, a região recebeu poucos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as áreas mais ocupadas correspondiam a Pato Branco e Vitorino; em torno da Colônia Chopin (Jacutinga, Barro Preto, Covó, Passa Quatro e Retiro do Pinhal), áreas que serviram para abrigar famílias que participaram da Guerra do Contestado⁷; na fronteira (hoje correspondem a Barracão e Santo Antônio do Sudoeste), além de Renascença, Marmeleiro, Mariópolis, Itapejara do Oeste, Coronel Vivida e Salgado filho, ambos com pequenas concentrações de habitantes. Salientamos que essa ocupação ainda era considerada escassa, constituída por caboclos pobres e dispersos.

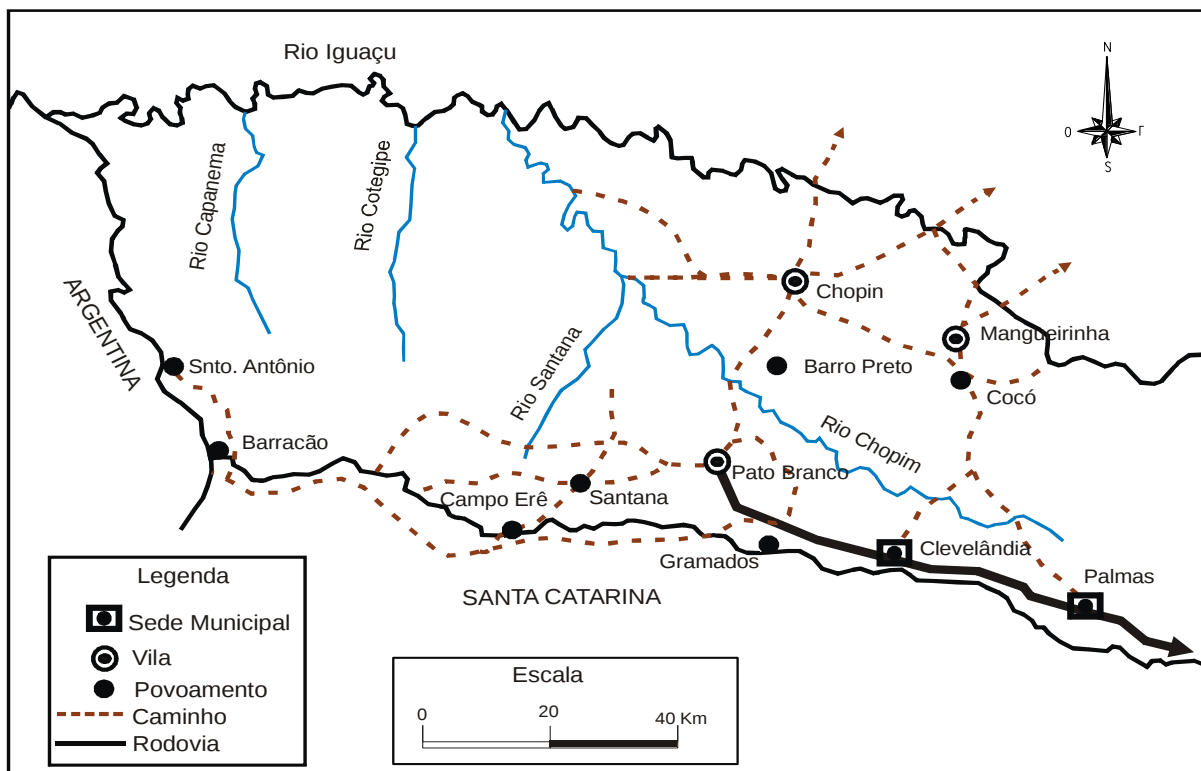
No Mapa 04, organizado pelo Departamento de Terras e Colonização do Paraná, em 1938, destacam-se as 2 sedes municipais na região, as mesmas desde 1920, Clevelândia e Palmas, embora, revelem em 1938, a existência de vilas como Chopin, Mangueirinha e Pato Branco, tendo povoamentos localizados em Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Campo Erê, Santana, Barro Preto, Covó e Gramados.

Estas áreas não se desenvolveram, no período, pela dificuldade de comunicação, devido à escassez de estradas e recursos para a instalação de equipamentos, além da ação de grupos sociais organizados que exploravam a população (CORRÊA, 1970). As medidas de distribuição gratuita das terras a quem as solicitasse, não foram suficientes, determinando um território, até 1940, pouco povoado.

Na medida em que chegavam os primeiros migrantes, vindos de outros estados do Sul, os chamados *caboclos vendiam* suas posses e se estabeleciam em áreas remotas para criação isolada de suínos, atividade que passou a ser valorizada na região devido à presença de frigoríficos. Conforme Santos (2008, p.47), “Prova disto é quando se verifica que a maior parte da população cabocla não permanece nas terras que possui”. Estes migrantes, territorializaram-se lentamente, criando as condições mínimas para a sobrevivência, apropriando-se politicamente, construindo uma identidade no lugar, centrada, inicialmente,

⁷ Disputa pela posse de terras entre Santa Catarina e Paraná ocorrida entre 1912 e 1916, correspondente à região Sudoeste do Paraná.

em relações de parentesco, amizade, relações de vizinhança que facilitavam suas práticas produtivas e mesmo recreativas.



Mapa 04. Sudoeste do Paraná em 1938

Fonte: CORRÊA, 1970, p.94. Adaptação: BRISKIEVICZ, M. (2011)

(*) Reduzido do mapa organizado pelo departamento de terras e colonização do Paraná-1938.

Através das entrevistas com algumas famílias, em Francisco Beltrão, pode-se identificar que muitos tiveram influências de parentes ou amigos neste deslocamento, ocorrendo, de certa forma, uma “propaganda”, ajudando-os com emprego e a instalação das casas, propiciando o melhoramento das condições de vida. De tal modo, há constituição de redes sociais no processo de migração: são parentes ou amigos quem trazem os outros, se estabelecendo todos próximos, estabelecendo através da migração a construção do território em rede, com articulação entre a comunicação e circulação, e são por meio destas que se mantêm vínculos sociais, contatos estabelecidos com o território de origem até os dias atuais.

Com a construção da estrada que ligava União da Vitória a Palmas e Clevelândia e, posteriormente a Pato Branco, há existência de um novo fluxo populacional, tornando-se importante para a região, até o fim da década de 1940, formando novos núcleos coloniais.

Essa diáspora é dividida por Padis (2006), em dois momentos, o movimento ocupacional do Norte, quando as plantações de café foram substituídas por outras atividades, diminuindo a necessidade de mão-de-obra e, conseqüentemente, provocando o contingente

populacional para determinados espaços no Sudoeste, por isso, a atividade do café surgiu em alguns municípios, embora em pequenas escalas. Este movimento sobrevém, no sentido Norte-Sul-Centro e outro, no sentido Sul-Norte-Noroeste.

O processo que realmente provocou a ocupação efetiva da região sudoeste do Paraná está relacionado à diáspora de gaúchos e catarinenses. É possível verificar estas características nos municípios, seja na feição dos indivíduos, nos hábitos, nos costumes e nas atividades econômicas, destacando que estes, na maioria, são descendentes de italianos, trazendo consigo características de seu estado de origem, e também, da identidade do país de seus antecedentes.

Embora haja a procedência e a ocupação efetiva do Sudoeste, a partir de 1940, é na década de 1950 que há intensificação desse movimento e a transformação expressiva do território. Até 1970, surgiram mais de 27 cidades, em função do fluxo migratório, como mostra o Arquivo Gráfico Municipal do Estado do Paraná (1997). É difícil encontrar dados e medir o contingente populacional originário de outros estados, no entanto, há alguns indícios que nos levam a esse entendimento.

O Sudoeste é formado por uma sociedade fruto da exclusão gerada pelo processo de ocupação: primeiro quando europeus, em especial italianos e alemães, vêm de seus países de origem, em busca de vida melhor no Brasil e, posteriormente, quando os descendentes desses grupos sociais precisam deixar suas terras em decorrência dos processos de fragmentação e concentração da terra ocorridos a partir de 1930 (ALVES DOS SANTOS, 2008, p.48).

Essas migrações são provenientes, notadamente, dos espaços rurais do estado rio-grandense, devido à indisponibilidade de terras e a incapacidade do estado absorver o incremento demográfico no espaço urbano, provocando o deslocamento para outros Estados do território brasileiro. Deste modo, concordamos com Singer (1987), ao referir que as causas das migrações quase sempre são econômicas, as pessoas vão em busca de trabalho, da propriedade privada da terra, e também, de condições para estudar, de assistência médica e também por conflitos políticos e religiosos, entre outros elementos que levam à mobilidade, sempre em busca de melhor qualidade de vida.

Analisando a população urbana e rural no Estado do Rio Grande do Sul, a partir do censo do IBGE, observamos que, de 1940 para 1950, há um crescimento de 5,6% ao ano no espaço urbano, já no rural não ultrapassa 1%, o que nos leva a entender que há o deslocamento do espaço rural para o urbano. Concordamos com Padis (2006), quando afirma “[...] que algo excepcional ocorreu em relação a essa população” (p.210).

Por meio do número de estabelecimentos, segundo o tamanho das propriedades, de 1940 a 1960, podemos demonstrar a evolução dos problemas enfrentados por famílias pobres que viviam no espaço rural. Entre 1940 e 1960, os minifúndios, com menos de 10 ha, multiplicaram-se, e o tamanho médio reduziu de 5,6 para 5,2 ha, sendo mais intenso em 1950, quando os dados do IBGE mostram que, de 47.724 propriedades, passa-se a 100.132, ou seja, a quantidade aumentou mais de 110%. Essa divisão de terras deu-se em detrimento das propriedades de tamanho médio, suas dimensões diminuíram o que influenciou, por conseguinte, a diminuição da produtividade e da rentabilidade. As causas são decorrentes da sucessão de famílias, por herança, especialmente em locais onde houve a colonização de italianos e alemães, isso nos leva a compreender, o motivo pelo qual prevalecem os descendentes destas etnias em Francisco Beltrão, juntamente com o fato de serem predominantes no Rio Grande do Sul.

Nas grandes propriedades aconteceu o inverso, em 1940 não passava de 41 propriedades com 10.000 ha e mais, acrescentando em 1960 mais 7, isto significa, o crescimento de 17%. O tamanho médio também é ampliado de 14,5 mil ha para aproximadamente 19 mil ha. O aumento ocorreu devido ao desenvolvimento da atividade pecuarista no Rio Grande do Sul, com o incremento de técnicas resultantes de maiores investimentos, mas é a concorrência com outros estados, como São Paulo, Mato Grosso e Goiás, que faz os pequenos pecuaristas se sujeitarem a vender terras aos grandes proprietários (PADIS, 2006).

Este fato estimulou as famílias a buscarem empregos, a partir da década de 1950, nas cidades, onde se iniciava o desenvolvimento das indústrias. Porém, a situação se agravou, as indústrias gaúchas estavam passando por dificuldades, visto que não necessitavam de mais mão-de-obra, por causa da ampliação da integração no mercado nacional, juntamente com o aumento das redes de transporte e o acelerado crescimento das indústrias paulistas, havendo a competição entre produtos locais com os emanados de São Paulo, principalmente em relação às indústrias de calçados, como demonstrara Padis (2006). A economia do Estado passou por um período de crise e a dificuldade de absorção da população rural nos setores urbanos gerou o crescimento do desemprego, em vista disso, muitos se viram condicionados a migrar para o Oeste e Sudoeste do Paraná, em busca de trabalho e terra.

Inicialmente, essa população se deslocou para Santa Catarina, desenvolvendo novos núcleos coloniais em regiões que, até a década de 1920, eram pouco povoadas (PADIS, 2006). Após esta ocupação, o fluxo migratório atingiu a região Sudoeste do Paraná, modificando tanto demográfica como economicamente os poucos municípios já existentes,

além de condicionar a criação de outros. Muitos destes eram migrantes gaúchos instalados em terras catarinenses que se re-territorializaram no Sudoeste. Um relato de entrevista mostra essa argumentação, na migração Rio Grande do Sul – Santa Catarina – Francisco Beltrão. “Nós viemo até Santa Catarina, Treze Tílias, com um cunhado né, ficamos lá uns oito nove meses, ele queria compra lá (terras), mas não dava porque era muito cara, ai ele se encontro com uns vizinho que vinham até..., bom que eles vinham pra cá (Francisco Beltrão)” (ENTREVISTADO 01).

Ao lado de todos os problemas de expropriação enfrentados pelas famílias no Rio Grande do Sul, há o direcionamento político dos migrantes sulistas para o Oeste. O Governo de Getúlio Vargas incentivou a colonização de áreas remotas com o projeto “Marcha para o Oeste”, para ocupar efetivamente terras do interior do Brasil. Como vimos no Mapa 01, a ocupação ocorria acentuadamente nas regiões litorâneas do Paraná, já o Oeste e Sudoeste mantinham-se sem ocupação efetiva, ainda pouco habitados.

Uma das sete colônias instaladas, promovida pelo Governo Federal, na rota da Marcha para o Oeste foi o Órgão Público Federal, Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), instituída em 1943, localizada onde hoje se situa o município de Francisco Beltrão, tendo como função principal, absorver pequenos produtores rurais, vindos de outras regiões, distribuindo lotes gratuitamente, fator que desencadeou o favorecimento da escolha para habitar este território. Essa política esteve centrada em pequenas propriedades rurais, com o objetivo de incentivar a ocupação e o povoamento das terras de fronteiras, tendo um caráter geopolítico e outro econômico, através da produção de alimentos para o mercado interno. Assim, a presença do Estado, representado pela CANGO, é fundamental para facilitar o processo migratório das famílias de descendência italiana em Francisco Beltrão.

O papel desempenhado pela CANGO foi exercer o trabalho de povoamento e colonização, isto acarretou realização de obras, por meio da construção de estradas e pontes para facilitar a locomoção das pessoas e a comercialização da produção, da instalação de serrarias, da construção de casas, de um hospital, farmácia, escola etc.

A CANGO construiu o primeiro hospital e instalou a primeira farmácia levando para a região o primeiro médico, Dr. Eduardo Winter, o primeiro farmacêutico e o primeiro dentista. Construiu a primeira selaria, marcenaria, olaria, cerâmica, ferraria, oficina mecânica para atender os primeiros habitantes. A CANGO construiu a primeira escola, inaugurada em 3 de maio de 1948 e contratou a primeira professora, Idaliha Zancan. A CANGO realizou na região um eficiente trabalho de povoamento e colonização, construindo obras de infra-estrutura, dinamizando a vida social e cultural da

comunidade, dando um impulso para o grande progresso que o Sudoeste possui hoje (LAZIER, 1983, p.55).

O Sudoeste era formado por 63 municípios, até 1970, segundo a divisão do IBGE, contudo, trabalharemos apenas com a classificação atual, na qual, constam 42. De 1920 a 1940, apenas Clevelândia e Palmas eram autônomos, com população, respectivamente, de 17.240 e 23.484 habitantes. A partir desse contingente populacional e da migração, mais 8 municípios foram criados até a década de 1950 e, mais 15 em 1960 (Arquivo Gráfico do Estado do Paraná, Figura 01).

A população migrante se fixou em colônias novas, pois cidades como Clevelândia e Palmas, tiveram crescimento populacional inferior a outras criadas depois. Isso ocorre, pelo fato de que, estes municípios foram desmembrados para dar origem a outros, o que provoca, por conseguinte, a perda da população. Nas Figuras 01, 02 e 03 observamos os desmembramentos de Palmas, Clevelândia, Francisco Beltrão e Pato Branco, que dão origem aos municípios que hoje compõem o Sudoeste paranaense.

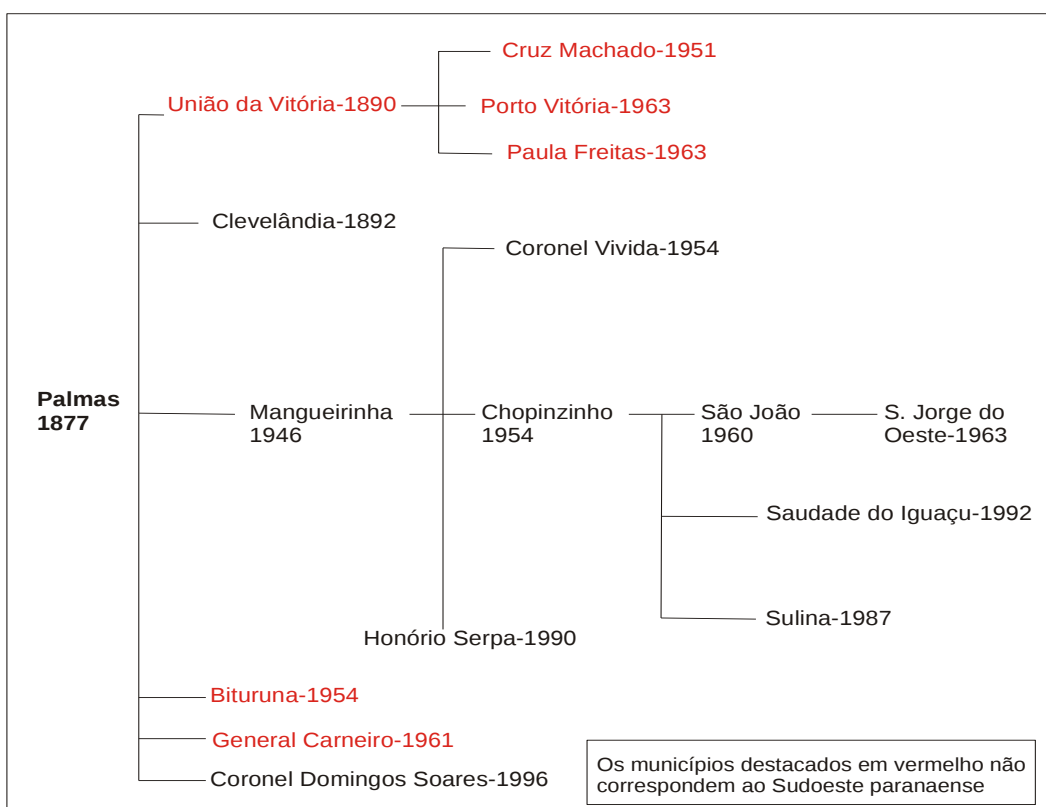


Figura 01. Desmembramentos de Palmas

Fonte: ITCG, Arquivo Gráfico Municipal do Estado do Paraná (2003)

Adaptação: BRISKIEVICZ, M (2011)

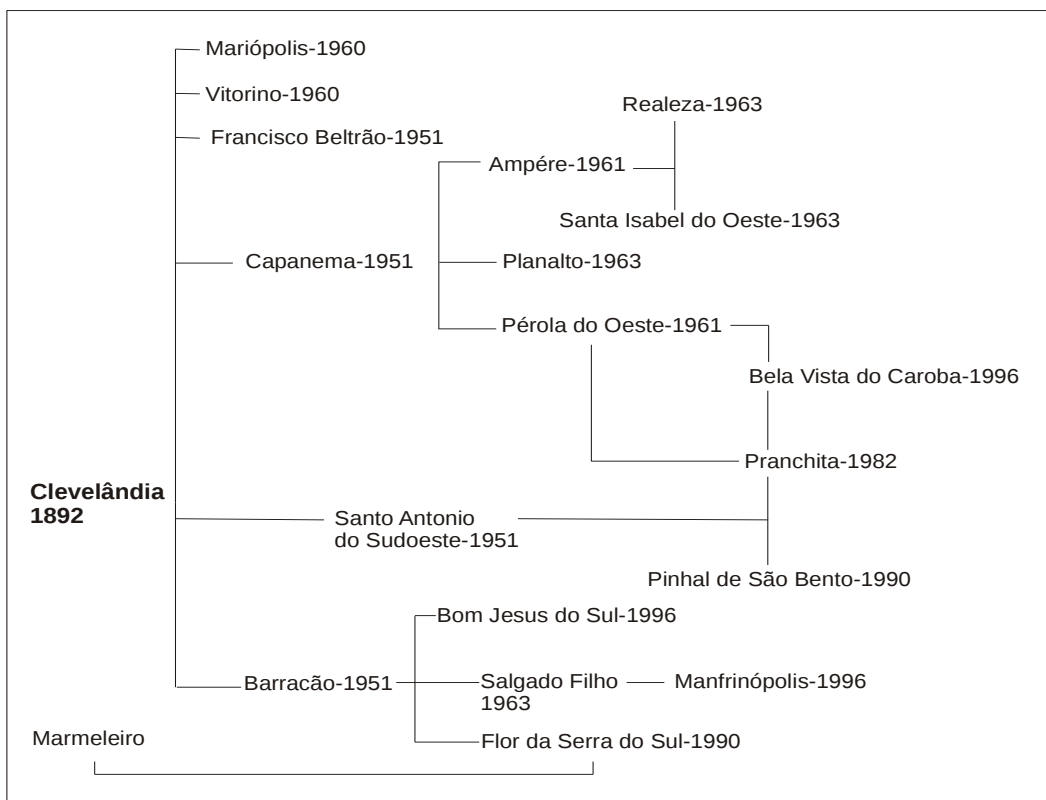


Figura 02. Desmembramentos de Clevelândia

Fonte: ITCG, Arquivo Gráfico Municipal do Estado do Paraná (2003)

Adaptação: BRISKIEVICZ, M (2011)

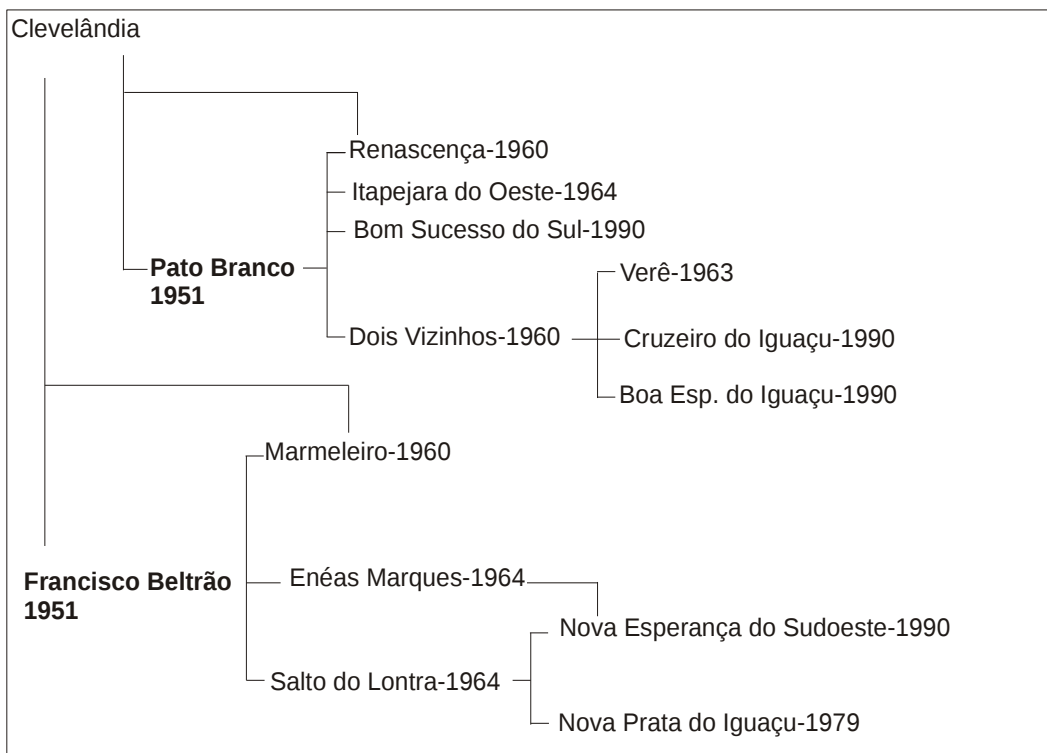


Figura 03. Desmembramentos de Francisco Beltrão e Pato Branco

Fonte: ITCG, Arquivo Gráfico Municipal do Estado do Paraná (2003)

Adaptação: BRISKIEVICZ, M (2011)

Em 1940, a população total do Sudoeste era de apenas 40.724 habitantes, havia os distritos de Pato Branco, que possuía 13.767 habitantes; Chopin 6.801; Mangueirinha 6.398; em Clevelândia a população era de apenas 3.475 e Palmas 7.218. Em 1950, essa população aumenta mais de 130%, representada por 94.158 habitantes. Esta era distribuída da seguinte forma: Palmas, 9.567 habitantes; Pato Branco ainda enquanto vila (Vila Nova), 48.065, se comparado com a década anterior há um crescimento populacional de 250%; Clevelândia 5.912; Mangueirinha 8.225 e Chopin 14.171, também com aumento intenso da população, de 108%. Todo este crescimento está incumbido ao deslocamento dos gaúchos e catarinenses.

Em 1960, a população total multiplicou-se 200% em relação a 1950, composta por 289.218 indivíduos. Como mostra o Tabela 03, neste ano, o IBGE registrou a existência de 11 municípios, dos quais, Francisco Beltrão, apresenta a maior população com 20% do total do Sudoeste, seguido de Pato Branco e Capanema, respectivamente com, 17% e 10%.

Em relação à migração, em 1960, podemos verificar através dos dados populacionais, a quantidade de indivíduos que se deslocaram de outros estados e se estabeleceram nos municípios representados na Tabela 03. Dos 11 registrados, 9 tem mais de 50% de indivíduos oriundos de outras regiões, destes, Capanema e São Jorge do Oeste, se destacam com 83,8% cada, seguido de Santo Antônio do Sudoeste e Barracão, Francisco Beltrão é o 5º município do Sudoeste, com maior população não natural, compondo 69,4%, apenas Mangueirinha e Palmas, possuem a maior parte dos habitantes nascidos no próprio município.

Municípios	População total	População não nascida no município	População não nascida no município em %
Barracão	14.830	11.363	76,6
Capanema	29.178	24.443	83,8
Chopinzinho	21.645	11.661	53,9
Clevelândia	23.365	12.770	54,6
Coronel Vivida	14.500	8.233	56,8
Francisco Beltrão	55.253	38.349	69,4
Mangueirinha	11.606	3.067	26,4
Pato Branco	51.124	32.902	64,4
S. Antônio do Sudoeste	26.098	20.009	76,7
São Jorge do Oeste	22.082	18.511	83,8
Palmas	19.537	6.553	33,5

Tabela 03. População total e não natural do Sudoeste paranaense – 1960

Fonte: Censo demográfico IBGE (1960)

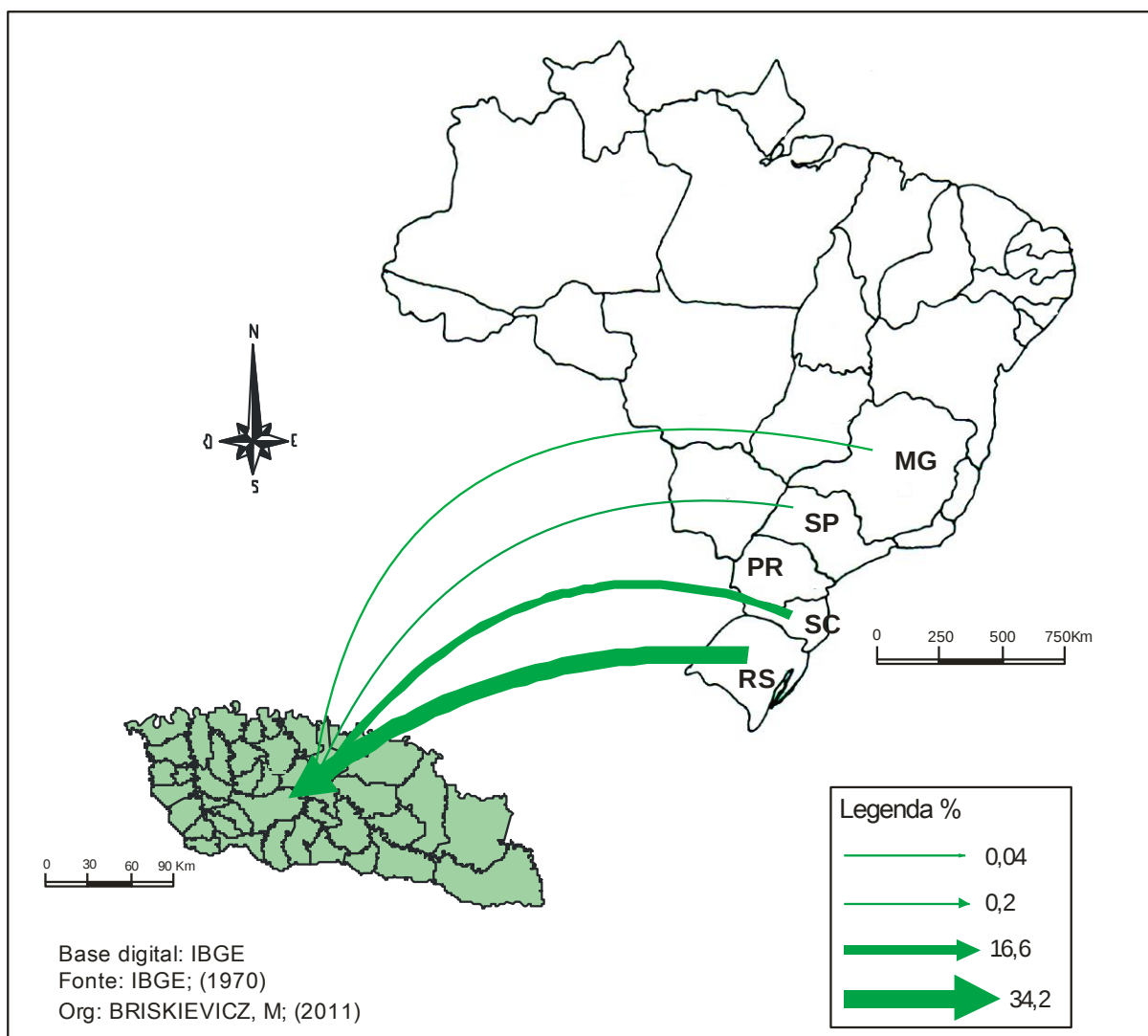
Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011)

Embora estes dados apresentados não desvendem o local de procedência dos migrantes, é de suma importância reforçar que, a maior parte destes, são provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Padis (2006, p.156), indica que, no inquérito realizado em 1960, em determinadas partes do Sudoeste, a população era composta por 59,3% de gaúchos, 14,1% de catarinenses, 6% de paranaenses e 1% de paulistas, além de outros, nascidos na própria região. Estes dados indicam que, em 1960, mais de 50% da população é de origem gaúcha, no entanto, não há identificação da etnia, ou seja, não consta se são descendentes de italianos, alemães, poloneses, ou de outros grupos étnicos.

O Censo Demográfico do IBGE, de 1970, revela o aumento populacional, expressivo se comparado às décadas anteriores, de 370%, ou seja, o Sudoeste é composto por 445.493 habitantes, destes, 90.808 são naturais do Paraná, 364 são de origem estrangeira, dentre as etnias se destacam: 133 argentinos, instalados, principalmente, em áreas de fronteira, como Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, 90 poloneses, 78 alemães, 46 italianos, dentre outros, ambos representando 0,08% do total da região. São quantidades pouco significativas, se comparadas ao fluxo migratório do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como podemos averiguar no Mapa 05.

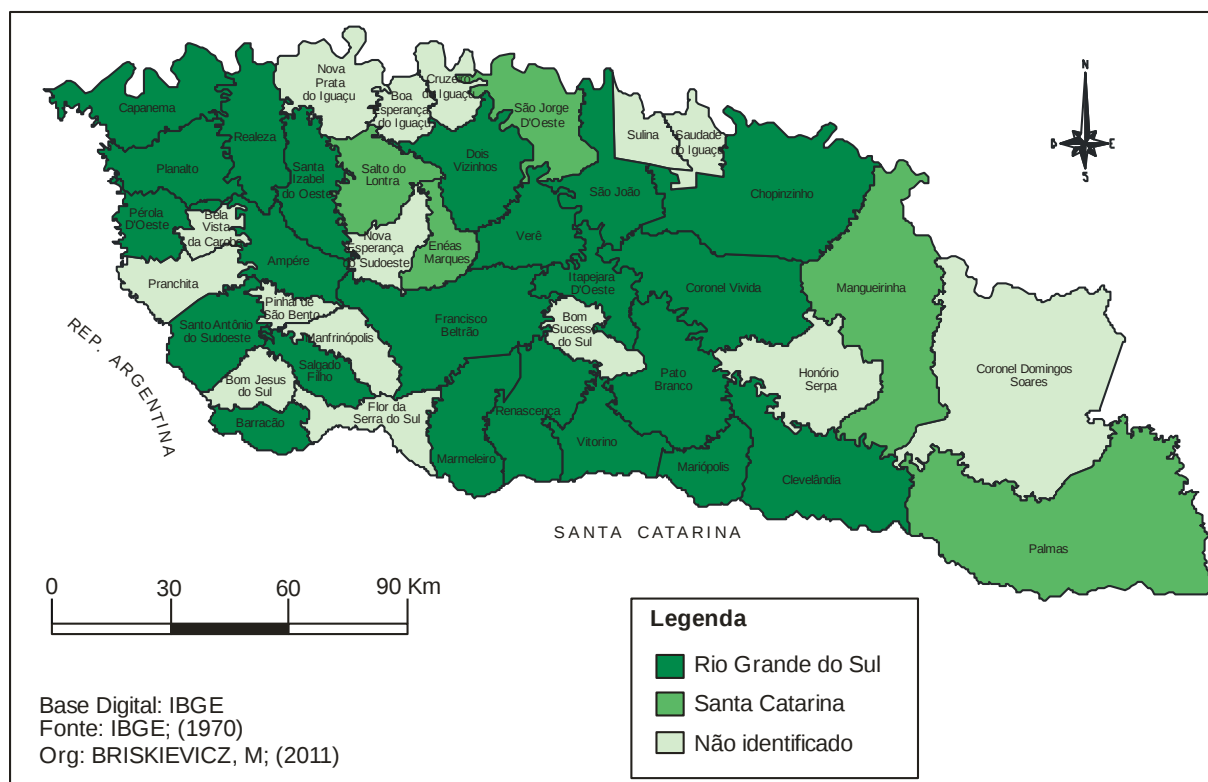
Os estados foram selecionados por terem os maiores registros de procedência para o Sudoeste do Paraná. Novamente, os naturais do Rio Grande do Sul representam 34,2%, em números, foram registradas, em 1970, 117.998. Seguido pelos catarinenses, com 16,6%, ou 65.977 habitantes. São Paulo e Minas Gerais têm uma porcentagem muito inferior aos dois estados, com respectivamente, 0,8% e 0,04%, em quantidade, os dois juntos não chegam a representar 500 pessoas.

Entrevistas realizadas por Padis (2006), em Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Marmeleiro e Renascença revelam que cerca de 90% da população é de origem gaúcha, especialmente, oriunda de áreas colonizadas por italianos. Em seus apontamentos, apenas Verê possui a população composta por descendentes de alemães provenientes de Santa Catarina, salientando que, boa parte, tem suas origens no Rio Grande do Sul.



Mapa 05. Migração interna para o Sudoeste do Paraná em 1970

No Mapa 06, há representação dos gaúchos e catarinenses predominantes no Sudoeste, mostrando que em todos os municípios há indivíduos dessa origem, mais de 50% tem população procedente do Rio Grande do Sul, ou seja, 22 municípios: Clevelândia, Mariópolis, Vitorino, Pato Branco, Coronel Vivida, Chopinzinho, São João, Itapejara do Oeste, Renascença, Francisco Beltrão, Verê, Marmeleiro, Salgado Filho, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Ampére, Pérola do Oeste, Planalto, Realeza e Capanema, Dois Vizinhos, Santa Isabel do Oeste. Vale evidenciar que estes apresentam a presença de catarinenses, embora sejam em menor quantidade.



Mapa 06. Predominância de gaúchos e catarinenses nos municípios do Sudoeste paranaense – 1970

É possível identificar ainda, que a migração catarinense se estabeleceu em maior número em 5 municípios: Enéas Marques, Manguaçu, Palmas, Salto do Lontra e São Jorge do Oeste. Relembrando, que estes, também possuem parte significativa da população composta por gaúchos como podemos verificar na Tabela 04, a qual nos mostra com especificidades a porcentagem de gaúchos e catarinenses em cada município e sua representação total. Ratificando que a composição populacional dos 27 municípios (em 22 predominaram os gaúchos e em 5 os catarinenses) tem quantidades expressivas oriundas destes territórios, de tal modo que 23 tem mais de 40% e apenas 4 municípios tem população gaúcha e catarinense inferior, embora ainda seja notável a presença destes. Os outros municípios que compõem o Sudoeste do Paraná, não apresentam dados por terem sido criados após 1970.

Conforme Wachowicz (1987), os principais municípios de origem destes são: a) Santa Catarina: Concórdia, Joaçaba, Chapecó, Campos Novos, Caçador, Orleans, Videira, Bom Retiro, Lages e Araranguá; b) Rio Grande do Sul: Erechim, Soledade, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Três Passos, Tenente Portela, Marcelino Ramos, Iraí e Sarandi. Essa informação é importante, pois é um indicativo, para nós, sobre os municípios de

origem dos descendentes de italianos de Francisco Beltrão, conforme mostraremos e analisaremos no Capítulo 3.

Municípios	Naturais do Rio Grande do Sul	Naturais de Santa Catarina	Total de gaúchos e catarinenses	Total da população
Ampére	39%	15%	54%	13.246
Barracão	52%	7 %	59%	16.205
Capanema	58%	10%	68%	21.717
Chopinzinho	23%	17%	40%	27.042
Clevelândia	24%	20%	44%	13.636
Coronel Vivida	22%	16%	38%	22.413
Dois Vizinhos	30%	18%	48%	37.153
Enéas Marques	21%	30%	51%	13.882
Francisco Beltrão	29%	20%	49%	36.807
Itapejara do Oeste	32%	15%	47%	10.075
Mangueirinha	9%	13%	22%	15.430
Mariópolis	27%	16%	44%	6.866
Marmeleiro	35%	19%	54%	12.651
Palmas	9%	21%	30%	25.811
Pato Branco	26%	15%	41%	33.808
Pérola do Oeste	58%	5%	63%	15.273
Planalto	61%	4%	65%	17.195
Realeza	43%	14%	57%	16.737
Renascença	30%	13%	43%	9.280
Salgado Filho	29%	23%	52%	12.305
Salto do Lontra	19%	29%	48%	31.448
Santa Izabel do Oeste	34%	17%	51%	14.903
Santo A. do Sudoeste	47%	9%	56%	29.533
São João	35%	12%	47%	15.454
São Jorge do Oeste	17%	20%	37%	17.912
Verê	25%	23%	48%	12.709
Vitorino	26%	18%	44%	7.622

Tabela 04. População total e natural do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 1970

Fonte: Censo demográfico IBGE (1970)

Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011)

Os migrantes gaúchos e catarinenses efetivaram no território do Sudoeste do Paraná, atividades cotidianas, centradas na policultura de subsistência e no trabalho familiar. Inicialmente os principais produtos, conforme o relatório do Núcleo Colonial de Foz do Iguassú (1941/1942) eram: trigo, milho, feijão, juntamente com batatas, fumo, erva-mate, uva e a criação de suínos e gado. Na cultura e na política, também há características expressivas e

específicas, reproduzindo aspectos da forma de vida que seus ancestrais trouxeram da Europa, principalmente da Itália, Alemanha e Polônia.

Os recursos e estratégias mobilizados na migração, como animais e sementes que foram trazidos, auxiliaram no incremento das primeiras atividades agrícolas e artesanais, incorporados a cultura dos descendentes de italianos que, ao mesmo tempo, praticavam certas atividades artesanais, como a produção de queijos, vinhos, polenta e salames, que concomitantemente, ajudavam na manutenção econômica da família.

Embora haja grandes indícios da migração de descendentes de italianos e alemães do Rio Grande do Sul, é difícil através dos dados censitários do IBGE, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), prefeituras e outros, identificar à etnia desses indivíduos e projetar a quantidade da população de origem italiana presente no Sudoeste e, particularmente, em Francisco Beltrão, de 1940 até os dias atuais. Este fator nos instiga a desvendar o processo, utilizando outros procedimentos metodológicos, ou seja, a coleta de dados primários em arquivos das paróquias do município, criadas até 1980 e a realização de entrevistas.

É importante destacar, também, a atuação da Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA) na região, a partir de 1950, estabelecendo conflitos entre os migrantes e as companhias. Conforme Santos (2008), mesmo não havendo o título efetivo das terras, há uma nítida distinção entre os “colonizadores oficiais” reconhecidos pela CANGO e os demais posseiros.

Como a população possuía a posse das terras e não os direitos reconhecidos pelo Estado, atribui-se à CITLA e à empresa Comercial, a responsabilidade de efetivar a colonização deste território, tornando-os proprietários da Gleba Missões e parte da Gleba Chopin. Muitos resistiram, fazendo com que as empresas usassem outros métodos, contratando jagunços para lhes fazer ameaças.

De acordo com Zanoni (1987), os posseiros solicitavam ajuda da polícia, mas esta os encobria, pelo fato do Governo do Estado ser um dos sócios da CITLA. Organizando-se politicamente, os indivíduos ocuparam as instalações da CITLA, localizada em Francisco Beltrão, efetivando um movimento de repercussão em nível nacional, denominado “Revolta dos Posseiros”, em outubro de 1957.

Em 1960, com a campanha eleitoral para Presidente da República, a comissão dos líderes da região, foi até a capital federal solicitar aos candidatos a legalização da posse de suas terras. Neste contexto, João Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste

do Paraná (GETSOP) com a intenção de executar trabalhos para a efetivação da regularização das terras, contribuindo para vários outros fatores, dentre eles o setor educacional.



Foto 01. Revolta dos Posseiros em 1957

Fonte: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/Image/fotlupion/ICO54A.jpg>

Acesso em: 10 mai. 2011.

Por interferência deste, acarretou-se o aumento das disparidades, incidiu-se a distribuição desigual dos tamanhos das propriedades. Segundo Santos esse fato “[...] legitima uma estrutura de manutenção de uma ordem desigual, na qual se encontrará a legitimação das pequenas e grandes propriedades rurais do Sudoeste paranaense” (2008, p.51). Nem todos os migrantes reproduziram o mesmo modo de vida, pois existiam semelhanças e diferenças internas em relação às condições econômicas e culturais, que implicaram em conflitos e disputas por terras, por melhores localizações e maiores extensões das mesmas e, por conseguinte, da lucratividade de seus investimentos no território. Legalizaram mais de 40.000 títulos de terras, tornando-os migrantes, proprietários. O município que mais recebeu títulos foi Francisco Beltrão, com 7.550, dos quais 4.305 estavam na categoria de urbano e suburbano, e 3.248 eram propriedades rurais (LAZIER, 1983).

Todo esse processo marcou o direcionamento para a modernização agrícola, que só ocorreu, efetivamente, após a titulação das terras aos antigos migrantes, permitindo os financiamentos para a aquisição de máquinas, adubos e inseticidas. Com isso, houve a substituição das formas tradicionais de acesso a terra, iniciando maior exploração capitalista,

que provocou grandes transformações econômicas na região. Ao mesmo tempo acarretou o aumento de estradas, a um reforço político do Governo em relação à economia com o intuito de aumentar a produção agrícola e os financiamentos, notadamente, a partir de 1970.

E esse fluxo migratório é inerente, entre outros fatores, à *modernização* agrícola adotada e amplamente incentivada pelos governos militares, que visa à ampliação do mercado consumidor agrícola de bens de produção e, ao mesmo tempo, na base de uma série de políticas que prejudicam a produção de alimentos para o mercado interno. Isso ocorre quando se implementa políticas a fim de beneficiar o segmento exportador. Exemplo disso é o caso do Estatuto do Trabalhador Rural, instituído em 1963, que provoca a aceleração do êxodo rural e a exclusão econômica, social, política e territorial de muitos produtores rurais (SANTOS, 2008, p.57).

Nesta década, além da agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca, introduziram-se as atividades industriais e comerciais. Em 1980, a população total do Sudoeste era composta por 527.645 habitantes, destes a maior parte já era nascida na própria região, ou seja, a migração diminuiu, embora haja, em 1980 o registro no IBGE, de 143.352 indivíduos provenientes do Rio Grande do Sul e 66.513 de Santa Catarina. Diferentemente dos anos anteriores, estes passam a representar menos de 50% da população (Gráfico 07).

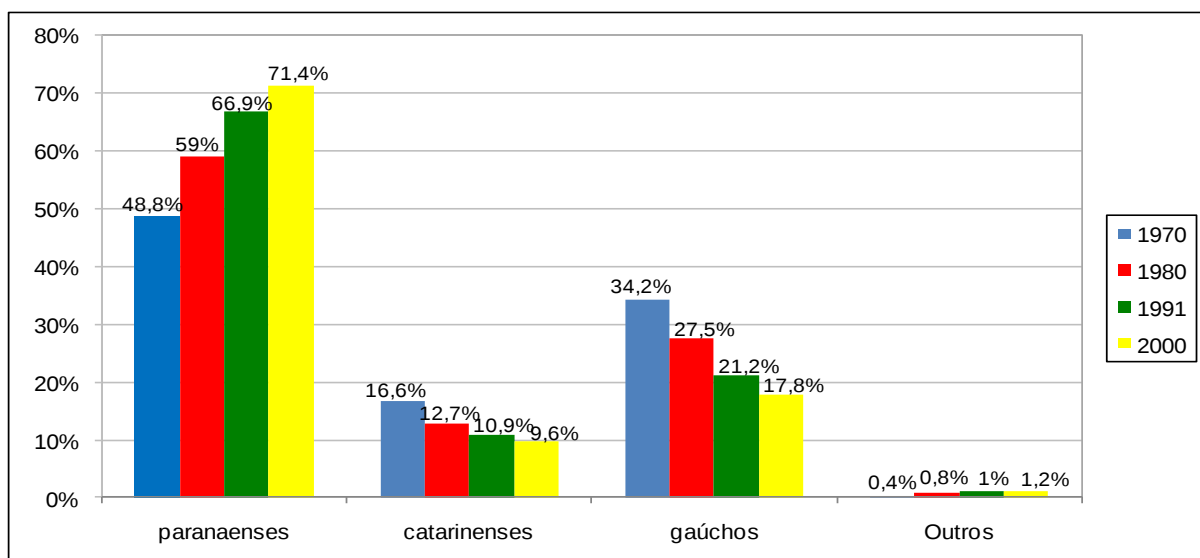


Gráfico 07. Composição da população do Sudoeste do Paraná, por estado de origem

Fonte: Censos demográficos do IBGE; 1970, 1980, 1991 e 2000.

Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011)

A partir de 1980, este quadro muda, os nascidos na região passam a compor quase 60% da população, chegando a representar 66,9% em 1991 e em 2000, 71,4%. Logo, os provenientes de Santa Catarina, reduziram, representando, em 2000, apenas 9,6% da

população migrante. O mesmo ocorre com os oriundos do Rio Grande do Sul, ou seja, de 34,2% em 1970, passa para 17,8% dos migrantes em 2000, diminui mais de 16%. Além destes, a partir de 1970, aumenta a migração com naturalidade de outros estados, embora em quantidades pouco relevantes, representando em 2000 apenas 1,2%.

O Sudoeste foi ocupado e organizado, como o lugar de possibilidades, das oportunidades para o acesso a terra, à sobrevivência, à reprodução de um modo de vida assentado na pequena propriedade rural, com atividades agrícolas, por meio, do trabalho familiar, bem como da construção de pequenas e pequeníssimas cidades.

Nesse contexto histórico, modifica-se tanto no âmbito econômico, como no cultural, no político e no natural, com singularidades, caracterizadas pela presença de descendentes de italianos, alemães e poloneses. Na des-re-territorialização há um processo de relações sociais entre os lugares de origem e de chegada na migração – entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Em poucas décadas, o Sudoeste do Paraná é colonizado efetivamente e se transforma. As características de povoamento são expressas na sua territorialização: pequenas propriedades; trabalho familiar; hábitos culturais dos descendentes de alemães, italianos e poloneses, como dança e comidas típicas (como a polenta); exclusão territorial etc. Enfim, um território que atende às necessidades de demandas de esgotamento/fracionamento/concentração nas terras do Rio Grande do Sul, geopolíticas e de uma urbanização/industrialização na região Sudeste do Brasil, ou seja, é definida em virtude de fatores econômicos, políticos e culturais, conforme se argumenta. Neste contexto, interesses econômicos se aliam aos políticos na construção de um *novo* (SANTOS, 2008, p.52).

Na medida em que os primeiros migrantes foram recebendo os lotes e/ou comprando, se fixando na região, estes enviavam notícias aos parentes e amigos contando as peculiaridades do território, as novas oportunidades de trabalho e da aquisição de terras, incentivando outras pessoas a migrarem para a região. Esse processo ocorre através das redes, mais especificamente de relações sociais. A mobilidade influencia no território, a partir das territorialidades. Um determinado indivíduo ou grupo social constrói no seu cotidiano diferentes relações de comunicação com o território de origem e também de destino, entre migrantes e não migrantes.

Os migrantes contribuíram para modificar o espaço-tempo do território. Assim, no próximo capítulo, demonstraremos detalhes da des-re-territorialização italiana para algumas regiões do Brasil e a migração de seus descendentes para Francisco Beltrão, bem como aspectos da sua forma de vida, destacando atividades econômicas e processos culturais-identitários.

CAPÍTULO III

A DINÂMICA MIGRATÓRIA E O DESLOCAMENTO DE DESCENDENTES DE ITALIANOS PARA FRANCISCO BELTRÃO

Para entendermos o motivo pelo qual o Sudoeste do Paraná – e sobretudo Francisco Beltrão – compreende grande quantidade de descendentes de italianos, é preciso desvendar o processo de desterritorialização, principalmente de camponeses e artesões de algumas regiões da Itália e, em seguida sua reterritorialização no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, estados dos quais a maior parte dos descendentes de italianos residentes de Francisco Beltrão são procedentes. Desse modo, iremos expor, sucintamente, os condicionantes geopolíticos e econômicos que incentivaram o desencadeamento da emigração dos italianos, dando ênfase a sua reterritorialização no Brasil, especialmente no que se refere à inserção deles na região Sul, desvendando o processo de des-re-territorialização na formação da identidade, a partir da diáspora e suas implicações tanto no âmbito econômico como no político e no cultural.

3.1. A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS ITALIANOS

Por que os italianos emigraram da Itália no final do século XIX? Esta é a questão primordial para desvendarmos a intensa desterritorialização de italianos para o Brasil e outros países. A mobilidade vincula-se “[...] às necessidades das classes hegemônicas brasileira e italiana e as condições precárias de vida dos italianos [...]” (SAQUET, 2003/2001, p.55). Para o autor, esta desterritorialização está profundamente ligada ao processo de expansão do capitalismo mundial na Europa, imbricada às transformações econômicas, políticas e culturais.

Nesse sentido, Singer (1987) aponta que as causas das migrações quase sempre são econômicas. No caso específico da Itália, depois de um longo período de lutas para a unificação do país, sua população, particularmente, a rural e mais pobre, seja nas pequenas propriedades que possuíam, seja onde simplesmente trabalhavam, seja nas cidades para onde se deslocavam em busca de trabalho, viam-se na necessidade de emigrar.

A imensa massa de agricultores não possuía, em sua maioria, casa própria ou terras para trabalhar na agricultura, sujeitavam-se a viver num regime de exploração econômica e social. Os trabalhadores emigraram desempregados e sem-terra para outras áreas que lhes ofereciam meios e oportunidade para melhorarem de vida, “[...] parte tão grande teve de emigrar para mundos desconhecidos não por livre escolha, mas como vítima de soluções impostas de cima em benefício de uma parte da nação ou de uma região do país” (IANNI, 1972, p.31).

Nesse sentido, entendemos a mobilidade da população *no* espaço, como um processo social que resulta das transformações da estrutura de um determinado país, fazendo com que haja ou influencie o deslocamento de qualquer classe social, especialmente os mais pobres, e vê o migrante como um indivíduo que deixou seu território de origem para se fixar em outro praticamente desconhecido, com distintas identidades.

Segundo Singer (1987), as migrações não parecem ser mais que um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta ao rearranjo espacial das atividades econômicas. Para ele, existem dois fatores que levam as pessoas a migrar: a) os de *mudança*, decorrentes da introdução de relações de produção capitalistas em algumas áreas, acarretando a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo como objetivo o aumento da produtividade no trabalho e a redução no emprego; b) os de *estagnação*, que se manifestam na forma de uma pressão populacional sobre a disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência de terra utilizável, como pela monopolização de grande parte delas por um pequeno grupo de proprietários.

Podemos dizer, em relação à mobilidade, que ambos os fatores correspondem à saída dos italianos e sua instalação no Brasil. Segundo Singer (1987), os fatores de *estagnação* resultam da incapacidade dos produtores que vivem em economias de subsistência de elevarem a produtividade da terra e melhorarem suas condições de vida. Ao mesmo tempo, na maioria, as novas atividades produtivas são localizadas em algumas áreas urbanas, desviando para estas ou para outros territórios com disponibilidade de terras (no caso do Brasil) os fluxos migratórios provocados pelos fatores de *estagnação* em áreas rurais. Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os deslocamentos (regiões da Itália), e os fatores de atração determinam a orientação destes fluxos e as áreas que lhe são destinadas (Brasil – Rio Grande do Sul).

A migração, além de estratégia para solucionar/remediar os problemas de emprego ou moradia, pode também ter papel relevante na mudança das relações sociais e nas redes, pois

muitos recebem ajuda de parentes ou amigos, ao mudarem de residência, mantendo contato com os que ficaram. A emigração era “uma arma eficaz para preservar a mesma ordem social que lhe dava causa” (IANNI, 1972, p.83) e estratégia para que se expandisse a economia nacional no exterior como também uma solução para sobrevivência das famílias. Desse modo, é possível entender a saída de cerca de 7 milhões de italianos no período compreendido entre 1860 e 1920 (IBGE, 2000).

O Reino da Itália foi constituído em 1861, embora seja consolidada a unificação política em 1870, com a conquista e incorporação de Roma. Como resultado, há o aumento da população urbana na Itália e se intensificam as trocas mercantilistas; poucos concentram terras e capital, outros (a maioria) vivem em condições difíceis, em especial camponeses e operários, que vendem sua força de trabalho para os grandes proprietários e industriais. Os trabalhadores em grande massa, emigram expulsos pela pobreza, pela expropriação das terras e excluídos das indústrias da época. “[...] Uma parte considerável da população italiana é violenta e definitivamente expulsa do processo produtivo nacional e é obrigada a procurar em outros países as condições elementares de vida que a Itália lhe nega”. (SERENI, 1968, p.351, *apud*, SAQUET, 2003/2001, p.59)

A dificuldade de acesso aos créditos agrícolas acarretou problemas às famílias que viviam no espaço rural e não tinham condições de pagar os juros cobrados pelos bancos populares; estes privilegiavam somente os grandes proprietários. Além do mais, como assinala Saquet (2003/2001), há cobranças aos moradores de altas taxas de impostos ligadas à expansão das indústrias, fato que agravou as desigualdades e favoreceu novamente as classes hegemônicas.

Simultaneamente à expansão capitalista e à permanência de características feudais no espaço agrário italiano, a concentração fundiária, reproduzida, forçou trabalhadores agrícolas, proprietários e arrendatários, também a migrarem, pois após e concomitantemente à incorporação de parcela das terras ao mercado, a des-territorialização manifesta-se como processo de exclusão no interior das relações sociais vigentes na Itália [...] (SAQUET, 2003/2001, p.61).

A crise agrária foi outro motivo que impulsionou a grande leva de italianos a emigrarem. A concorrência de produtos estrangeiros liberou força de trabalho das pequenas produções artesanais; esta dissolução está intimamente ligada à crise agrícola, pois ambas as atividades (fábrica artesanal e agricultura) eram complementares. Havia no dizer de Ianni

(1972), um processo de desindustrialização, ou seja, a crise agrícola e a concorrência estrangeira promoveram a precarização do modo de vida de muitas famílias.

As mercadorias vindas da Inglaterra, da França e da Suíça, além de outros países, eram mais baratas e de melhor qualidade; as atividades artesanais não conseguiram modernizar-se e, por conseguinte, não resistiram à concorrência. Com a queda dos preços de produtos agrícolas, intensificada, entre 1884 e 1894, a França, principal importador de produtos agrícolas italianos, impôs restrições aos produtos italianos em virtude da tarifa alfandegária protecionista (acirrada a partir de 1887), como aponta Ianni (1972).

A reforma com tarifas alfandegárias garantiu o monopólio do mercado interno à indústria nacional do Norte em detrimento das populações agrícolas e dos trabalhadores, que foram prejudicados pelo encarecimento do custo de vida, pela crise das exportações agrícolas e pela queda de preço de alguns produtos que mais interessavam a produção dos camponeses.

A população passava por dificuldades, enquanto as indústrias do Norte se expandiam-se e outras surgiam. A crise agrícola na Europa, a partir de 1880, e o protecionismo alfandegário de 1887 agravaram essas situações, notadamente em relação ao trigo e ao rompimento das relações comerciais com a França, uma das principais fontes de renda dos agricultores (mercado central para o vinho italiano).

Com a nova política comercial se consolidava a aliança entre os grandes grupos industriais e os grandes proprietários agrícolas, os quais se ajudavam mutuamente, intercambiando no Parlamento o apoio de seus representantes para obter privilégios a custa do povo e especialmente do Sul (IANNI, 1972, p.77).

Sobre o inquérito de 1884, realizado pelo Ministério da Agricultura italiano, o qual trata da situação do País, Ianni (1972) apresenta a seguinte situação: 1) baixa dos preços dos produtos pela concorrência estrangeira nos cereais, na seda, na lã, nas fibras vegetais etc; 2) agravamento de impostos; 3) aumento do preço da água destinada à irrigação; 4) encarecimento de mão-de-obra; 5) desflorestamentos de encostas; 6) doenças em plantas e animais; 7) adulteração de produtos agrícolas e adubos; 8) depreciação da propriedade agrícola; 9) tarifas de defesa econômica contra a importação de produtos, estabelecidos por quase todas as nações confinantes com a Itália; 10) contenção do curso forçado; 11) os institutos de créditos agrícolas pouco eficientes; 12) dívidas hipotecárias sobre as propriedades agrícolas.

Em tais condições, famílias italianas foram motivadas a emigrar, principalmente para o Brasil, Argentina e, posteriormente, Estados Unidos. Até mesmo antes da unificação, já havia

pequenas *comunidades* de italianos nestes países, estabeleciam-se entre os governos estrangeiros e os antigos Estados italianos, relações em torno do problemas de transferência de mão-de-obra e de colonização. Esse foi o processo que levou milhares de famílias a se desterritorializarem da Itália, estabelecendo-se no Brasil.

Muitos já consideraram a emigração italiana ora uma verdadeira fuga, ora um abandono em massa da terra natal, ora um protesto contra as condições de vida e de trabalho em que, havia séculos, o povo era desfrutado pelos grupos dominantes, não raros identificados com alguma dominação estrangeira. Sem dúvida ela foi tudo isso. Mas foi também um desafio possibilitado pela nova liberdade resultante da unificação do país, isto é, a simples liberdade de locomoção que a muitos, especialmente no Sul, era conhecida antes de 1860 (IANNI, 1972, p.82).

Saquet (2003/2001) vê, na formação da economia do mercado italiano, o principal fator da mobilidade territorial da força de trabalho no final do século XIX, tendo o Estado como o principal fator da desterritorialização.

Concordamos com Saquet (2003/2001) quando este ressalta que:

Os plantadores, colonos, é que residiam no espaço agrário, ocupando pequenos ou pequeníssimos pedaços de chão, não suficientes para absorver a força de trabalho familiar e para sustentá-la em virtude da política econômica do Estado italiano, da baixa rentabilidade, das técnicas e tecnologias produtivas rudimentares, do desgaste do solo, da inexistência de orientação técnica e de capital, da concentração fundiária e da exploração da força de trabalho (p.63).

Vale destacar que a emigração beneficia, de certo modo, a economia italiana, pois as remessas enviadas pelos imigrantes residentes no Brasil e em outros países como Estados Unidos e Argentina favorecem o próprio Estado e os principais agentes econômicos. Com isso, o governo italiano não estava interessado em promover a diminuição ou contenção da emigração no final do século XIX, pois as remessas contribuíam, muitas vezes, para o sustento da família que permaneceu na Itália.

Conforme Ianni (1972), a emigração e seus efeitos sobre a economia italiana “foram o eixo da normalização do país depois das penosas crises econômicas, financeiras e políticas que se seguiram à constituição do Reino” (p.18), mesmo que estas tenham impulsionado grandes levadas emigratórias. Muitos apontam esses emigrantes como “Riachos de Ouro”; estas palavras referem-se às economias mandadas pelos emigrantes ao país de origem, considerados

por Ianni (1972), a maior *indústria* que a Itália possuía, dando-lhe a chance de progredir e permitindo a ampliação de renda dos que lá ficaram.

Assim, de acordo com Ianni (1972), os emigrados influenciaram no comércio de seu país de origem de três formas: 1) continuaram a consumir produtos de sua terra; 2) difundiram o conhecimento e o uso desses produtos entre populações (neste caso, no Brasil); 3) pagaram dívidas, que cobriam parte considerável do custo da importação de mercadorias do país de origem. Além do mais, contribuíram para criar condições que possibilitaram o crescimento industrial no Brasil, que passou a tributar fortemente a importação de vinho, especialmente pelos agricultores italianos instalados no Rio Grande do Sul.

Juntamente com os fatores apontados, as propagandas de imigração e colonização no Brasil, influíram de forma incisiva na vinda dos italianos, notadamente no Norte da Itália, dentre 1875 e 1883. O governo brasileiro incentivou o que alguns autores chamam de “imigração espontânea”, com promessas de lotes grandes e pagamentos a prazo, isenção alfandegária, livre escolha da residência e assistência social. Isso ocorreu em 1882, antes da abolição da escravidão e no período em que a crise italiana acentuou-se (1884-1894).

É nesse contexto que várias cidades pequenas foram sendo dizimadas, ou seja, centenas de famílias italianas dirigiram-se para o Brasil, em grandes levadas para trabalharem nas lavouras de café, em São Paulo, e outra parte, para ocupar terras *devolutas* no Sul do país, especialmente no Rio Grande do Sul. Na Tabela 05, verificamos que foi da região do Vêneto a maior procedência de imigrantes instalados no Brasil, como demonstraram alguns autores, correspondendo a 29,5%, seguido de Campânia (13,4%), Calábria (9,2%) e Lombardia (8,6%), além de várias outras localidades.

Ao estudar a desterritorialização de italianos para a colônia Silveira Martins – RS Saquet (2003) aponta as províncias que se destacaram na emigração, entre 1876 e 1901: Údine e Belluno, Treviso e Vicenza, da região do Vêneto e do Friuli⁸, correspondendo a 83% do total dessas regiões, caracterizada por unidades de produção familiar, com precariedade nas vias e meios de circulação, sendo o local onde a crise agrária se manifestou com mais intensidade.

Além do mais, emigraram de lugares com alto crescimento vegetativo, como Oderzo e Conegliano, província de Treviso, entre outros. Havia grande escassez de alimentos, falta de

⁸ Entre 1876 e 1901, no total, 68,5% eram agricultores, pastores, assalariados temporários, jornaleiros e outras atividades agrárias. Localizavam-se em áreas montanhosas, e pouco férteis, o trabalho era artesanal com técnicas e tecnologias rudimentares. Poucas eram as atividades industriais que contratavam força de trabalho, algumas eram feitas temporariamente, de acordo com a demanda por seus produtos (SAQUET, 2003/2001).

escolas, de assistência médica e as habitações eram precárias. A intensificação das desigualdades e dos conflitos sociais decorrentes do modo de vida, da produção em tais províncias e as características de expansão capitalista nesse território também foram motivadoras.

Regiões de procedência	Emigrantes	Emigrantes (%)
1 - Vêneto	365.710	29,5
2 - Campânia	166.080	13,4
3 - Calábria	113.155	9,2
4 - Lombardia	105.973	8,6
5 - Abruzzi/Molizi	93.020	7,6
6 - Toscana	81.056	6,6
7 - Emília Romana	59.877	4,9
8 - Basilicata	52.888	4,3
9 - Sicília	44.390	3,7
10 - Piemonte	40.336	3,3
11 - Puglia	34.833	2,9
12 - Marche	25.074	2,1
13 - Lázio	15.982	1,4
14 - Úmbria	11.818	1,1
15 - Ligúria	9.328	0,8
16 - Sardenha	6.113	0,6
Total	1.243.633	100

Tabela 05. Emigração italiana para o Brasil, segundo as regiões de procedência - período 1876/1920

Fonte: Brasil, 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento.

Adaptação: BRISKIEVICZ, M. (2011)

Já Furlan (1997) destaca que o local de origem dos italianos corresponde ao Norte Centro-Oriental da Itália – regiões de Lombardia, Vêneto, Trentino - Alto Ádige e Friúli – Venézia Giúlia. Segundo o autor, quem mais aderiu às propagandas das Américas foram os habitantes que viviam nas colinas dos Alpes e das planícies vizinhas. De Lombardia (quarta região com mais procedência, segundo o IBGE) vieram de: Bérgamo, Bréscia, Cremona, Mântua e Milão; do Vêneto: Belluno, Vicenza, Treviso, Pádua e Verona; de Trentino: Trento; e de Friuli: Údine e Pordenone.

E os vênets re-produziram características de suas atividades agrícolas e artesanais, como proprietários, no Brasil e na Argentina. Já os emigrantes do Sul italiano procuraram principalmente as atividades mercantis e urbanas nos EUA e em alguns países europeus. Com isso, no Brasil, influenciaram na economia, na política e na cultura,

Outro fato que nos revela porque a maior parte dos trabalhadores italianos instalados no Brasil são camponeses é explicado através das restrições impostas para emigrar. Os indivíduos deveriam ser camponeses para receber benefícios de passagem e transporte. Esta política estabelecia que pelo menos 80% deveriam ser agricultores e que durante determinado tempo, mais ou menos quatro anos, não poderiam transferir-se para os centros urbanos (IANNI, 1972).

Portanto, das famílias de pequenos proprietários e trabalhadores de propriedades médias e grandes saem os colonos com destino ao Brasil. A deficiência ou falta de serviços governamentais de assistência técnica aos agricultores é uma das causas indiretas da emigração dos camponeses. Segundo os dados apontados por Ianni (1972), entre 1882 e 1901, o número de proprietários diminuiu de 168 para 159 mil habitantes na região de Basilicata; de 121 para 91 mil na Calábria e, de 114 para 94 na Sicília. Nesta última, após 1860, as vendas e loteamentos dos imóveis de domínio público e pontifícios, juntamente com a venda continuada de terrenos municipais, contribuíram para beneficiar grandes proprietários. Essas regiões estão entre as principais procedências dos italianos instalados no Brasil, especialmente em São Paulo.

Em relação aos camponeses, Ianni (1972) cita Rossi-Doria, que acrescenta:

[...] são proprietários, a sua propriedade quase sempre é constituída de pedacinhos de terra, numerosos mais pequeníssimos, insuficientes para matar-lhes a fome e para absorver o seu trabalho e o de suas famílias, enquanto maior parte da terra não é propriedade dos camponeses, mas de burgueses de toda a espécie, desde o grande latifundiário até o médio ou pequeno ou minúsculo proprietário que, em vez de cultivá-la diretamente, preferem dividi-la entre os muitos camponeses para resgatar simplesmente um aluguel ou cotas de participação (ROSSI-DORIA, *apud*, IANNI, 1972, p.60).

Após a unificação italiana, a política imposta fez com que se agravassem as desigualdades que caracterizavam os Estados em que se dividia a Península até 1860. Com o Estado Unitário, havia necessidade de estabelecer novos recursos financeiros, os quais eram superiores ao que os habitantes da Itália estavam acostumados a fornecer ao Governo, havendo, como aponta Ianni (1972), “a mais voraz opressão fiscal”. Os pobres eram intensamente mais atingidos do que os ricos. “[...] o povo italiano se tornou o mais tributado da Europa” (idem, p.72)

Os impostos, desde a unificação até 1866, aumentaram 40%, como demonstrara Ianni (1972), ou seja, em seis anos foram absurdamente elevados, além dos adicionais, sobretaxas

de toda ordem e os impostos municipais de consumo, isso acarretou a expropriação de 61.831 pequenas propriedades tomadas pelos fiscais, entre 1873 a 1881, devido à falta de pagamento de impostos; em 1884 e 1901, esse número elevou-se para 215.759; as vendas judicialmente por dívidas a particulares somaram 70.774 entre 1886 a 1900. “A opressão fiscal é sentida agudamente pelas classes mais pobres, principalmente pelos agricultores [...]” (IANNI, 1972, p.73). Assim, o sistema fiscal, colaborava para que desaparecessem propriedades pequenas e aumentassem as grandes, os impostos altos, também fazem parte do conjunto de fatores que desencadearam a emigração.

Além dos problemas enfrentados pelas famílias de camponeses, os indivíduos eram atraídos a emigrarem devido às propagandas das companhias de navegação e as estradas de ferro, com notícias de que os salários eram melhores, além de oferecerem maiores oportunidades de emprego. Estas têm ligação, com o que Ianni (1972) chama de *fatores secundários*, especialmente em relação aos primeiros impulsos migratórios. O serviço militar era outro fator que contribuía para impulsionar a emigração, pois muitos tentavam emigrar antes de serem chamados a servirem o exército.

Desde o primeiro ano, em 1869, até 1962, ou seja, em 96 anos, emigraram da Itália cerca de 24 milhões de pessoas. Entre 1869 a 1880, a média anual de expatriações, ainda conforme Ianni (1972), foi um pouco mais de cem mil, tendo seu ápice, entre 1871 a 1875, com 26.495 indivíduos, (até este último período foi incipiente), entre 1891-1895 aumentou para 256.578. De 1896-1900, a média anual foi de 319.434 expatriações; em comparação ao primeiro período, a emigração aumentou intensamente.

Mas de 1880 em diante o movimento começa a refletir as vicissitudes da vida econômica e política italiana de modo mais marcante, e com o agravamento das crises agrícolas, especialmente em consequência da nova orientação protecionista da política alfandegária iniciada em 1878 e da queda do preço de cereais devido à concorrência norte-americana, a média anual dos embarques subiu para 154.141 unidades no quinquênio de 1881-1885 (IANNI, 1972, p.93).

Na relação da imigração para o Brasil, de 1875 a 1900, registrada por Men de Sá (1950), há a seguinte relação: entre 1875 e 1880 são 56.590 imigrantes; entre 1881 a 1885, 63.125; entre 1886-1890, 232.339; entre 1891-1895, 378.143; e entre 1896-1900 há entrada de 300.618; o total corresponde a mais de um milhão de indivíduos estabelecidos, especialmente, nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. O auge da entrada de imigrantes correspondeu ao período de 1886 até 1900.

Entre 1870 e 1920, período do maior fluxo imigratório, denominado pelo IBGE (2000) como "grande imigração", de 3,3 milhões de imigrantes de várias etnias, os italianos representaram 42% do total que entraram no Brasil, cerca de 1,4 milhões. Na Tabela 06, temos a relação da entrada de imigrantes por nacionalidade, embora corresponda ao início de 1884. Os italianos aparecem com predominância entre os anos de 1884 a 1903, correspondendo a 60%; em seguida, os portugueses (19%) e espanhóis (12%). Embora ainda seja expressiva nos anos posteriores, a entrada de portugueses é predominante. Em 1904 a 1933, os italianos representaram o terceiro grupo, com 28,5% do contingente imigratório para o Brasil.

Nacionalidade	Efetivos decenais				
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177
Japoneses	-	-	11.868	20.398	110.191
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650
Sírios e turcos	96	7.124	45.803	20.400	20.400
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586
Total	883.668	852.110	1.006.617	503.981	717.223

Tabela 06. Imigração no Brasil, por nacionalidade – períodos decenais 1884-1893 a 1924-1933

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 226.

Adaptação: BRISKIEVICZ, M. (2011)

Esses deslocamentos humanos, segundo Rocha (1999), são determinados por uma série de fatores econômicos, étnicos, raciais, afetivos, ideológicos; enfim, os motivos que fazem as pessoas se deslocarem são complexos. No caso da emigração italiana para o Brasil, trata-se da mobilidade econômica, ou seja, vê-se na emigração a oportunidade de ganhar dinheiro, crescer na vida, de conseguir a sonhada propriedade privada da terra.

Reterritorializam-se no Brasil, com costumes diferentes, outras línguas e vestimentas, outro modo de produzir, de fazer e pensar, habituando-se às novas condições, impostas no novo território, reconstruindo uma nova identidade.

Produziu-se, no processo de re-territorialização, uma nova territorialização e novas territorialidades marcadas pela absorção dos que ali já residiam pelos “gringos”, culturalmente, mas principalmente pela força do capital comercial e pelos conflitos políticos no estado do Rio Grande do Sul (SAQUET, 2003/2001, p.80).

Colognese e Rossi (2006) apresentam dois sistemas de fixação dos imigrantes italianos: 1) o que visou fornecer mão-de-obra assalariada ou associada às fazendas de café, cujo maior pólo de atração foi o Estado de São Paulo, e 2) o sistema de colonização, que buscou a ocupação e a defesa de áreas territoriais tidas como vazias, pela criação de colônias de famílias de pequenos proprietários rurais, cujo maior exemplo foi o Estado do Rio Grande do Sul⁹.

Há certa centralidade da instituição familiar no processo de imigração italiana, devido à tradição cultural incisiva e a valorização da família nas regiões de origem italiana, visível, nos dias atuais, através de seus descendentes cuja tradição familiar era reforçada pela religião católica (fator importante pelo qual utilizamos os registros das paróquias) e pela origem camponesa da maioria dos imigrantes italianos.

Esses italianos construíram e modificaram os territórios e neles fundaram instituições coletivas como as escolas, os hospitais, as festas típicas etc. Além de desenvolverem o comércio através de oficinas, moinhos, hotéis, restaurantes, ferrarias, alfaiatarias, entre outros (COLOGNESE; ROSSI, 2006). As famílias foram decisivas para a configuração territorial e organizacional da sociedade nas regiões de imigração italiana, inserindo suas marcas até aos dias atuais.

Tinham como característica pequenas propriedades rurais com trabalho familiar e, diante do esgotamento das terras disponíveis e acessíveis, da fertilidade decrescente dos solos e das altas taxas de natalidade das famílias, as limitações eram cada vez maiores nas colônias no Sul do Brasil. Assim, viam-se obrigados a migrarem novamente para outras terras; nesse contexto, o Sudoeste do Paraná, e mais especificamente Francisco Beltrão, passa a receber tal população para a ocupação efetiva do território, reproduzindo, como afirmam Colognese e Rossi (2006), “a saga dos antepassados”.

As famílias dos descendentes de italianos migraram e buscaram reproduzir a organização das *comunidades* rurais dos locais de origem no Sul do Brasil, construídas a partir do fator étnico consolidado na religiosidade e na organização familiar. Como observamos através das entrevistas, o modo de vida construído historicamente por estes migrantes desestruturou-se parcialmente, pois foram assumindo outras características, notadamente nos espaços urbanos, onde as inserções tecnológicas ocorrem com mais intensidade. Porém, as transformações não eliminaram as marcas distintas da descendência étnica destes italianos, ao contrário, modificaram práticas e representações culturais.

⁹ Trabalharemos detalhadamente a imigração italiana no Rio Grande do Sul no próximo subcapítulo.

3.2. A RETERRITORIALIZAÇÃO EUROPÉIA NO SUL DO BRASIL

Neste item, buscamos retratar alguns aspectos gerais da reterritorialização italiana no Brasil e sua influência na construção e modificação do território, no âmbito econômico, político, cultural e natural. A imigração de europeus, principalmente italianos, alemães e poloneses, ocorreu para incrementar a agricultura voltada para o mercado interno, a constituição de um mercado de trabalho para a cafeicultura e a ocupação do Sul do país¹⁰, as quais resultaram na construção de uma cultura migrante, com características identitárias distintas: a partir de uma nova ética do trabalho, valorização do labor físico e a policultura estruturada na pequena propriedade, com trabalho familiar, como demonstraram Roche (1969) e Waibel (1988/1949).

A chegada de milhões de pessoas implicou um processo de redistribuição da força de trabalho a serviço das novas necessidades – fruto das solicitações do capital – que provocaram mudanças nas relações de produção. A reterritorialização italiana no Brasil, no século XIX, coincidiu com a construção e a transformação dos territórios.

A grande imigração significou, principalmente, elemento de inegável importância para a definição de um razoável esboço de desenvolvimento de um mercado interno. Sua presença, a do imigrante, o que equivale dizer do assalariado, aliada à crescente e dominante economia cafeeira, contribuiu sensivelmente para privilegiar economicamente determinadas partes do país [...] (PETRONE, 1988, p. 490).

A política de imigração e colonização do governo brasileiro para ampliar a inserção de imigrantes no Sul do país tinha como objetivo expandir a produção de alimentos para o mercado nacional por meio de estímulo à implantação da pequena propriedade familiar e efetivar a posse do território com o intuito de intensificar a expansão da fronteira econômica brasileira, concretizando novas atividades econômicas e ampliando as possibilidades de acumulação de capital, como aponta Saquet (2003/2001). Nesse contexto, como aponta Colongense e Rossi (2006), o Rio Grande do Sul recebeu cerca de 100 mil imigrantes italianos, seguido de Santa Catarina e, em menor contingente, o Paraná.

[...] um dos países mais aptos a liberar trabalhadores era a Itália, dadas suas condições econômicas e sociais. Recém unificada, embora

¹⁰ Diferentemente de São Paulo, nesta área o trabalho escravo não foi significativo, como demonstra Saquet (2003/2001).

faltasse ainda a anexação de alguns territórios, em 1870, a Itália se encontrava entre os países pobres e de alto índice de população. O excesso de população e a falta de terras cultiváveis provocavam uma distorção na oferta e procura de mão-de-obra (HUTTER, 1987, p.74-75).

Vale lembrar que ambos os fatores estão intimamente ligados à política de branqueamento da população, ou seja, desejavam-se indivíduos que não fossem escravos e nem grandes proprietários, que produzissem mercadorias com trabalho familiar em pequenas propriedades. Nesse contexto, concordamos com Saquet (2003/2001) ao dizer que não foram apenas fatores políticos e econômicos que promoveram a mobilidade de italianos, mas ao mesmo tempo, foi uma questão cultural. “A colonização deveria ser feita por homens livres, proprietários e brancos” (TAVARES DO SANTOS, 1978, p.15).

Para Waibel (1988/1949), o termo “colonização européia” corresponde a uma classe de pequenos proprietários rurais de origem européia, que tomaram posse das terras, estabelecendo-se em *comunidades* próprias nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, porém, não podemos desconsiderar a grande leva de imigrantes instalados nas grandes fazendas de café, em São Paulo e, em menor escala, sua concentração em Minas Gerais e Espírito Santo.

Os dados do IBGE (2000), referentes ao período de 1870 a 1920, demonstram o ingresso no Brasil de, aproximadamente 1,4 milhões de imigrantes italianos, dos quais cerca de 70% dirigiam-se para São Paulo. O elevado número justifica-se devido ao contingente de trabalhadores demandados pelas lavouras cafeeiras em expansão, em substituição à mão-de-obra escrava. O café tornara-se o principal produto exportado pelo país, e principal fonte de renda. Houve, então, no dizer de Hutter (1987), além da pressão governamental, a atuação de grandes fazendeiros para que a imigração italiana fosse voltada para essas áreas (nos fins do século XIX e princípios do XX).

Os imigrantes hospedavam-se gratuitamente em alojamentos da Província, as passagens e fretes eram pagas até o destino nas fazendas de café. Com essas medidas, os fazendeiros conseguiram suprir a ausência de mão-de-obra, a qual estava acima das necessidades, permitindo a sua exploração e o pagamento de baixos salários.

Segundo Petrone (1987) aos imigrantes vindos para trabalhar nos cafezais eram disponibilizadas casas para moradia e a *liberdade* de produzir outros produtos, destinados ao próprio consumo, sendo os excedentes vendidos, possibilitando o incremento da renda das famílias. Assim, “Imigração e exportação de café desempenham papel importante na

integração capitalista das áreas envolvidas” (Idem, p.104). São Paulo, em 1890 recebeu o maior contingente de italianos, cerca de 58% do total. No ano de 1900, perfazem 47%; em 1910, são 23%; já em 1920, percebemos uma queda, isto é 15% do total (IBGE).

Sobre as condições de vida dos estrangeiros, nas fazendas de café, Petrone (1987) apresenta duas fases, a primeira condiz com:

Os fazendeiros saídos de um quadro econômico e social presidido pela escravidão, só aos poucos compreenderam os anseios dos trabalhadores livres em suas fazendas, anseios esses, ligados a uma real melhoria das condições de vida comparada com aquelas que deixaram ao se expatriar (p.113).

A segunda está ligada ao melhoramento das condições. Além da diminuição da migração, há o desenvolvimento de organizações institucionais, as quais intervêm nas relações trabalhistas nas fazendas de café, além dos melhores serviços prestados aos imigrantes recém – chegados. Muitos deixaram as fazendas e se submeteram ao trabalho em espaços urbanos, dedicando-se ao comércio ou às atividades artesanais e industriais em crescimento naquele momento.

[...] se, por um lado, o processo de imigração no Brasil visou conseguir força de trabalho para a lavoura cafeeira, por outro, teve como objetivo secundário a instituição e o incremento da produção familiar em pequenas parcelas de chão para a prática da policultura, através do processo de colonização (SAQUET, 2003/2001, p.9).

Waibel (1988/1949) assinala que, desde o início, a colonização do Brasil foi organizada, planejada e dirigida pelo Governo Federal, províncias ou estados, municípios, companhias particulares ou grandes proprietários de terras, como deixamos transparecer em nosso texto.

No Rio Grande do Sul, por volta de 1870, todas as serras (encosta do Planalto Meridional) até o planalto estavam colonizadas por alemães, ali instalados, a partir de 1824, todos em lugares onde os caminhos de tropas e de gado tivessem passagem; aos italianos restaram terras mais afastadas da serra gaúcha, o que explica porque a maior parte dos descendentes de italianos, residentes em Francisco Beltrão, são provenientes das regiões Norte e Noroeste do estado gaúcho, em sua maioria, agricultores que desenvolviam a prática artesanal como complemento de renda da produção agrícola na subsistência familiar.

Através das estatísticas sobre grupos de línguas estrangeiras e por estimativas dos demógrafos, Waibel (1988/1949) avaliou a distribuição da população de origem européia no Sul do Brasil. Onde consta que em 1934, 28,6% eram de origem européia, tal quantidade corresponde aos estrangeiros e não aos descendentes. No Rio Grande do Sul, a porcentagem era de 33%, Santa Catarina, 30%, e no Paraná, 20%. Do total dessa população, em 1940, 52% eram alemães; 34%, italianos; e 14%, eslavos; estes dados correspondem ao total dos três estados. Como já mostramos em momentos anteriores, os italianos prevalecem no Rio Grande do Sul, os alemães em Santa Catarina e os eslavos no Paraná.

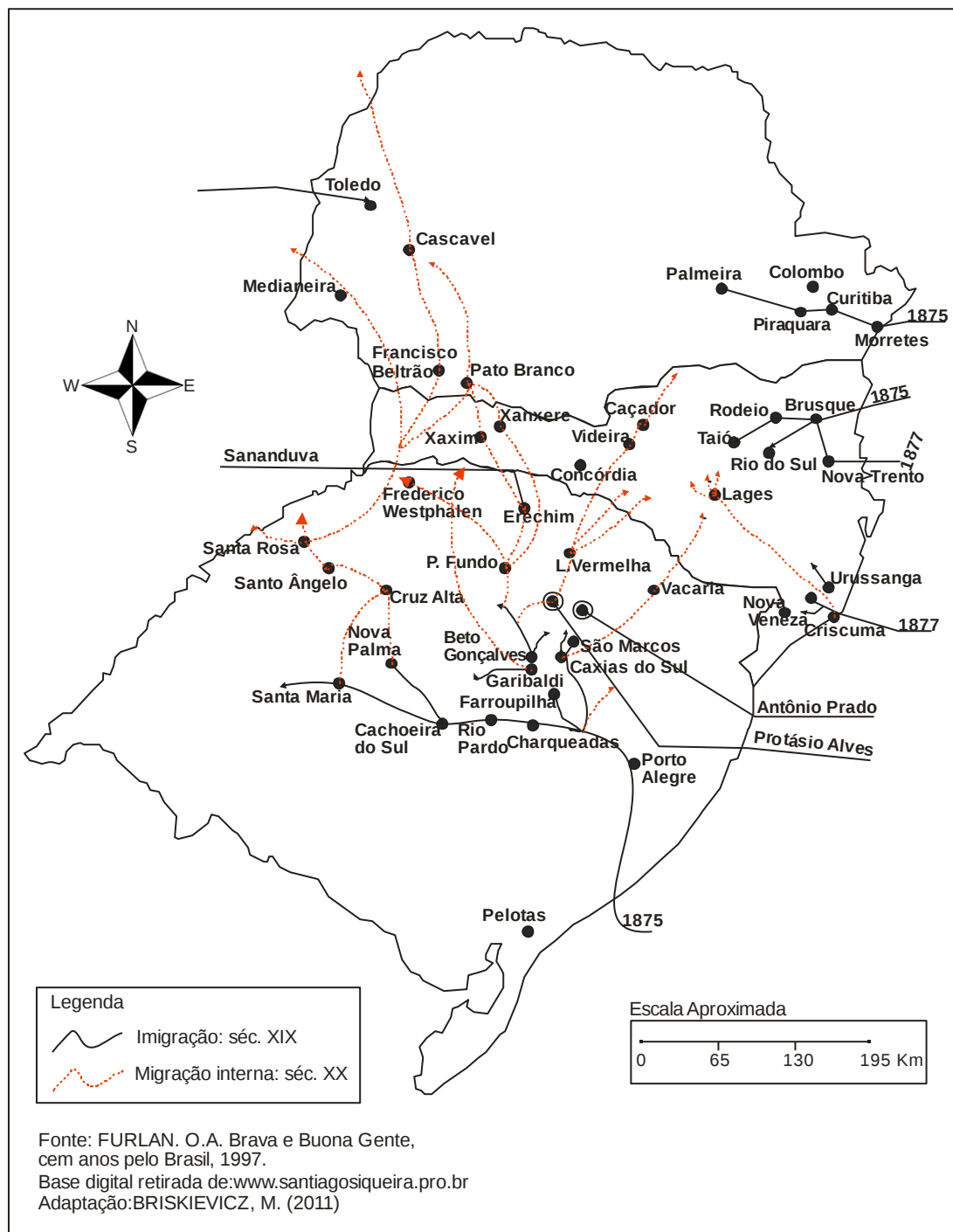
No Mapa 01, a partir da análise de Furlan (1997), é possível identificar a expansão da etnia italiana nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A predominância de italianos no século XIX, mais especificamente, a partir de 1875, sobressai no Rio Grande do Sul. Os imigrantes chegavam pelo porto do Rio Grande, deslocavam-se até Porto Alegre, após, estabeleciam-se em Garibaldi, Farroupilha, Caxias do Sul, São Marcos, Charqueadas, Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Nova Palma, Protásio Alves, Antonio Prado, Bento Gonçalves e Cruz Alta, também partiram para Sananduva até alcançarem Erechim (os municípios correspondem às colônias criadas nestas localidades).

Em Santa Catarina, a imigração dos italianos prepondera; em 1875, deslocaram-se para Nova Trento, Brusque, Rodeio, Taió e Rio do Sul. Em 1877, houve o deslocamento para Criciúma, Nova Veneza e Urussanga. No Paraná, a imigração ocorreu, em 1875, nos municípios de Morretes, Curitiba, Piraquara, Palmeira e Colombo; segundo Furlan (1997), alguns se deslocaram para Toledo.

Em relação à migração interna, dentro do próprio estado gaúcho, aparece o deslocamento para outros municípios como Erechim, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Frederico Westphalen, entre vários outros. Do Rio Grande do Sul, a migração interna deslocou-se também para Lages, Concórdia, Videira, Caçador, Xanxerê, Xaxim e outros, todos localizados no estado catarinense. No Paraná, aparecem Francisco Beltrão, Pato Branco, Medianeira, Cascavel e outros, como observamos no Mapa 07.

É nítido que este deslocamento provocou a construção de vários territórios e a modificação dos já existentes, tanto em aspectos econômicos como políticos, culturais e naturais. A mobilidade e as reproduções são dadas por fatores de expulsão e fatores de atração. No dizer de Singer (1987), o primeiro define a origem dos fluxos migratórios e o segundo determina a orientação do destino dos fluxos, isto é deixado para trás alguns familiares, amigos, vínculos afetivos com o local de origem e, até mesmo, levando a construção de novas relações, reprodução do trabalho e adaptação ao novo território e,

consequentemente, propiciando um processo contínuo de modificação da identidade desses indivíduos.



Mapa 07. Expansão da etnia italiana na região Sul do Brasil

Embora muitos não falem da imigração italiana para o Paraná e Santa Catarina devido ao fato de haver maior quantidade de poloneses e alemães, vale mencionar, segundo Balhana (1987) que, desde a emancipação política do Paraná, o governo estava interessado em

desenvolver a imigração destinada à agricultura de abastecimento. Estabeleceram-se colônias agrícolas próximas aos centros urbanos, notadamente, nos arredores de Curitiba – como já mostramos em momentos anteriores – com intuito de incentivar a produção de alimentos perto dos mercados consumidores.

Na década de 1870, foram em média 26 núcleos coloniais, como mostra Balhana (1987), os primeiros imigrantes italianos chegaram em 1874, no Paraná, para se estabelecerem como pequenos proprietários, provenientes, em sua maioria, do Vêneto, Vicenza, Pádua, Treviso, Verona, Cremona, Belludo, Údine, Feltre e Veneza.

Conforme Hutter (1987), foram encaminhados para as colônias Assungui, Alexandra e Eufrosina. Como essas colônias não prosperaram (devido às dificuldades enfrentadas nas áreas florestais, além da insalubridade do clima, e doenças), a maioria dos imigrantes estabeleceram-se na colônia de Nova Itália (Morretes), criada em 1877 (ver localização no Mapa 01).

O Governo Provincial, a fim de acomodar não somente aqueles que não mais desejavam permanecer em Alexandria, bem como outros que começaram a chegar em grande número, criou, em 1877, a colônia Nova Itália, com sede em Morretes, abrangendo doze núcleos coloniais em uma vasta área que se estendia pelos municípios de Morretes e Antonina. A experiência de Alexandra criara, porém, um clima desfavorável à colonização no litoral do Paraná (BALHANA, 1987, p.126).

A partir de 1878, os italianos estabeleceram-se em Entre rios, Prainha, Rio Sagrado, Graciosa, Zulmira, Cabrestante, que constituíam a colônia Nova Itália, em Morretes. Outros foram para colônias localizadas no Planalto: Alfredo Chaves (Colombo), Antonio Rebouças (Campo Largo), Novo Tirol, Murici, Inspetor Carvalho (São José dos Pinhais). Muitos migrantes, não conseguindo prosperar, solicitaram transferência para outras colônias, até mesmo fixaram-se nos espaços urbanos de Curitiba (HUTTER, 1987). A ausência de mercado consumidor, a falta de orientação técnica sobre as condições locais, o cultivo e aproveitamento de plantas tropicais, junto com a impraticabilidade de culturas tradicionais européias são fatores que contribuíram para o incipiente desenvolvimento dos núcleos coloniais litorâneos no Paraná (BALHANA, 1987).

Entre 1891-1892, alguns italianos estabeleceram-se nas colônias paranaenses Eufrásio Correia (Arraial Queimado), Presidente Faria, Maria José e Santa Bárbara (Palmeira). Entre 1907 e 1914, no estado do Paraná, foram criadas novas colônias e entraram 31.244 pessoas,

de diversas nacionalidades, porém, os italianos eram minoria, como vimos nos dados do IBGE (2000), sobre a colonização do estado em questão.

Dall'Alba (1987) diz que os primeiros italianos começaram a chegar em maior número a partir de 1870; Hutter (1987) acrescenta mais especificamente, que os primeiros grupos de imigrantes chegaram em 1877, com a fundação da colônia Azambuja, localizada na região de Rio das Pedras Grandes, no Sul catarinense, próxima aos rios Urussanga, Sangão e Braço do Norte. Outros se estabeleceram em Tubarão, embora a composição deste município apresente, maiormente, a etnia alemã. Muitos outros foram para o Vale do Itajaí-Mirim, Vale do Tijucas, Vale da Mãe Luzia e Vale do Araranguá. Em sua maioria, procedente das províncias de Belluno, Vicenza, Údine, Treviso, Pádova, Mántova, Verona e Trento.

No Vale da Mãe Luzia, em 1891, estabeleceram-se 2.198 italianos; no ano seguinte, chegaram mais 1.341 pessoas, (HUTTER, 1987); foram criados novos núcleos coloniais como Anitápolis, Esteves Júnior e Barão do Rio Branco, com italianos e outras nacionalidades. Com esses núcleos, a ocupação completou-se nos vales do litoral catarinense. Vale mencionar que os italianos também se instalaram em colônias alemãs, como Nova Petrópolis, em 1876.

Outras colônias apresentam-se com alguns italianos, como Blumenau que, entre 1850 a 1875, possuía quase unicamente alemães, austríacos, belgas, holandeses, suíços e dinamarqueses; porém constavam 1.315 italianos e 1.499 trentinos¹¹; em Nova Trento, criada em 1875, havia 3.000 trentinos, 1.125 italianos e 675 brasileiros; em Porto Franco, entre 1875 a 1877, entraram 5.616 imigrantes italianos, embora muitos tenham deslocado novamente para outras regiões; em Brusque, criada em 1876, havia cerca de 320 famílias; na colônia Luis Alves, fundada em 1877 e extinta em 1880, havia o registro de 120 famílias, (Dall'Alba, 1987).

Já em relação às colônias do Sul do estado, Azambuja, primeira colônia com italianos, apresentava cerca de 400 famílias, como não progrediu, ainda hoje é apenas distrito de Pedras Grandes. A colônia de Urussanga, considerada o centro da colonização italiana, criada em 1878 (por isso na migração catarinense para Francisco Beltrão, Urussanga aparece entre os primeiros municípios de origem), em 1895, havia 5.000 habitantes, todos vindos do Norte da Itália, incluindo os núcleos de Treze de Maio, Cocal e Criciúma. É um município

¹¹ Esta região pertence ao Tirol. Segundo Altmayer (2008), Tirol é dividida entre Áustria e Itália. Do século XV até 1813, a região pertenceu ao Império Austríaco. A partir de então, fez parte do Império Austro-húngaro e pertenceu até 1918. Após Primeira Guerra Mundial, a parte sul da região foi ocupada pela Itália. O Norte pertence à Áustria e o Sul compete à Itália, a qual toma conta de Trentino-Südtirol, subdividida em: Tirol do Sul e o *Trentino*. Uma pequena parte do Tirol do Sul foi desmembrada em 1923 e anexada ao território de *Belluno* (Vêneto).

exclusivamente italiano, cuja língua, nos seus diversos dialetos, era única reproduzida, segundo relatos de Dall’Alba (1987). Em Cocal havia 400 famílias; destas, quase metade possuía etnia italiana, o restante correspondia a poloneses, russos e alemães. A Criciúma, em 1880, chegaram cerca de 60 famílias, perfazendo, em 1891, o total de 145 famílias, embora houvesse indivíduos de outras nacionalidades.

Na colônia Grão Pará – hoje pertencente aos municípios de Orleans e Lauro Muller – o espaço rural era habitado mormente por descendentes de italianos; também em Treze de Maio, Armazém (pertencente a Orleans e, hoje, a Pedras Grandes), além da própria Pedras Grandes. Embora tenha acabado em 1930, a colônia Nova Veneza, fundada em 1891, fora exclusivamente composta por italianos (DALL’ALBA, 1987).

Conforme os indicativos, as cidades construídas por tais imigrantes correspondem à Nova Trento, Criciúma, Urussanga, Nova Veneza e muitas outras de segunda geração; já no Oeste de Santa Catarina, há Videira, Caçador, Concórdia, Chapecó, São Miguel do Oeste etc. Algumas dessas cidades correspondem aos municípios de origem dos descendentes de italianos, residentes em Francisco Beltrão, conforme enfatizado no sub-capítulo 3.3.

Entre 1940 e 1970, deu-se a colonização do Oeste, no mesmo contexto da ocupação efetiva do Sudoeste do Paraná. Os 25 hectares adquiridos do governo foram desmatados e cultivados até o fim da primeira geração, de tal modo que não havia lugar para as famílias dos filhos dos imigrantes, fato explicado pela inexistência do uso de adubo e falta de rotação das terras, em consequência disso, as famílias precisavam de grandes extensões de terras, mesmo cultivando menos hectares por ano.

Conforme Waibel (1988/1949) o sistema agrícola adotado pelos imigrantes é o fato de maior relevância para a colonização. Os métodos agrícolas da época, no Sul do Brasil, eram na maior parte, caracterizados pelo sistema agrícola chamado de “sistema de rotação de terras”. Ressalta três principais sistemas agrícolas nas áreas florestais colonizadas por europeus, representando estágios sucessivos do desenvolvimento histórico. O primeiro sistema é o de rotação de terras, o segundo corresponde à rotação de terras melhoradas e o terceiro, à rotação de culturas combinadas com a criação de gado. Conforme esse autor, somente 5% de todos os imigrantes europeus do Sul do Brasil alcançaram o terceiro estágio de desenvolvimento agrícola; 50% permaneceram no segundo estágio, em terras ainda não esgotadas e 45% estavam no primeiro estágio.

Tal característica, segundo Waibel (1988/1949), estava ligada a outros três processos: a) quase todos os *colonos* europeus que emigraram para o Sul do Brasil eram pobres e poucos tinham experiência com a agricultura encontrada; b) como as áreas eram desabitadas, foi

estabelecido o sistema de pequenas propriedades familiares; dessa forma, foi dada pouca atenção em relação à situação econômica dos migrantes; c) o governo e as companhias repartiram as terras em lotes muito pequenos, com tamanho médio entre 25 e 30 hectares.

Essa divisão da propriedade chegou ao ponto que os sítios não sustentam mais as famílias numerosas, obrigando os filhos a procurarem trabalhos em fábricas locais. O retalhamento acompanhado do esgotamento das terras e de empobrecimento econômico, físico e moral da população, leva a proletarianização lenta, mas incoercível de centenas de famílias rurais. E isso está se dando em uma região de imensas reservas de terras virgens (WAIBEL, 1988/1949, p. 240).

Esse é um dos motivos pelo qual, na maioria, os jovens migraram das propriedades rurais para as cidades ou para as áreas *devolutas* de Santa Catarina e Paraná, procurando adquirir terra para ter melhores condições de vida e, provavelmente, foi um dos principais motivos da diáspora para o município de Francisco Beltrão. “Essa gente emigra não tanto por causa do aumento da população, mas em consequência da deterioração da terra” (WAIBEL, 1988/1949, p.241).

Pellanda (1950) argumenta que, no Rio Grande do Sul, grande parte da indústria tem base no artesanato rural, pois as famílias dos agricultores traziam artífices e rapazes que se interessavam pela industrialização porque, no Norte da Itália, o camponês devia conhecer as artes e ofícios mais comuns, dada a necessidade de abastecer sua própria família, em regra, numerosa. Assim, principalmente os solteiros, ficavam nas cidades e, com o processo de fracionamento das propriedades, muitos agricultores deslocavam-se para os centros urbanos para se dedicarem a ofícios que lhes garantiam maior lucratividade.

Afirma ainda, que todas as grandes indústrias nacionais estabelecidas, no estado sul – rio – grandense, apresentam nomes fixados pelas correntes imigratórias européias, sobretudo, alemã e italiana (as mais numerosas). Isso é notado também em Francisco Beltrão, pois grande parte dos estabelecimentos comerciais e industriais possuem nomes que revelam a expressividade da etnia italiana. O vinho é um desses elementos. No Rio Grande do Sul, há o Instituto Rio Grandense do Vinho, com a finalidade de regular a produção e obter a progressiva melhora da qualidade do produto. Em Francisco Beltrão, há Associação Beltronense dos Víticultores (ABEVI), constituída por mais de trinta produtores.

Segundo Furlan (1997), 38% da população do Rio Grande do Sul é composta por descendentes de italianos, 22% de Santa Catarina e apenas 12% do Paraná. O Rio Grande do

Sul, dos três estados que compõem a região Sul do Brasil, foi o que mais recebeu estrangeiros, como já enfatizamos em momentos anteriores. Para Saquet (2003/2001), são dois processos que provocaram a reterritorialização no Rio Grande do Sul: “a (geo) política e a expansão do capitalismo mercantil, ou o movimento de formação do mercado interno brasileiro, acompanhado pela produção de força de trabalho e do mercado de trabalho *livre*” (p.17).

Manfroi (1987) aponta que as primeiras colônias instaladas foram: Conde d’ Eu, Dona Isabel, Caxias e Silveira Martins (principais focos de colonização italiana do estado), as quais tiveram um crescimento acelerado. As colônias D. Isabel e Conde D’ Eu, em 1875 e 1876, passaram para o domínio do Governo Geral; a partir de então, a imigração italiana começou a se tornar importante, tendo seu ápice em 1885, quando se reterritorializaram 7.600 pessoas, aumentando para 9.440 em 1899, voltando a diminuir em 1892, para 7.523 (PELLANDA, 1950). Estes eram provenientes principalmente da Lombardia e do Vêneto, ambos localizados no Norte da Itália.

Hutter (1987) acrescenta que, a partir de 1885, foram criadas novas colônias, com o incremento da colonização promovida pelo governo; entre elas estão: São Marcos (1885), Antonio Prado (1887), Jaguari (1889), Nova Prata, Nova Vicenza (1885-86), Encantado, Nova Milano etc. Em menor quantidade, destacam-se as colônias: São Marcos de Nova Vicenza, Nova Venézia, Vale Veneto, Nova Údine, Nova Pádova, Nova Treviso, Monte Veneto, Nova Roma, Nova Bassano, Nova Bérgamo, Nova Torino, Nova Sardenha, entre outros.

Hoje, correspondem aos municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves, Garibaldi, Flores da Cunha, Antonio Prado, Veranópolis (Alfredo Chaves), Nova Prata, Encantado, Guaporé. Além destes, em Lagoa Vermelha, Soledade, Cruz Alta, Jaguari, Santiago, São Sepé, Caçapada e Cachoeira do Sul, havia imigrantes de outras nacionalidades. Nas colônias mistas do Vale do Uruguai, é notável a contribuição do elemento italiano ao povoamento de Erechim¹², colônia fundada em 1908, emancipada em 1918, já com 32.000 habitantes.

Segundo Consiglio Nazionale Delle Ricerche, (1975, p.XVIII, *apud*, FURLAN, 1997, p.54):

[...] os italianos foram encaminhados [...] para protegerem a linha de fronteira das antigas colônias alemãs contra as incursões dos índios

¹² Esta foi à colônia com maior procedência dos descendentes de italianos instalados em Francisco Beltrão.

ainda sobreviventes e para fazerem avançar a colonização rumo a uma área de importância estratégica decisiva para o desenvolvimento do Brasil meridional, área que devia coligar o interior do Rio Grande do Sul, propagação extrema do Império, com Santa Catarina e, portanto, com o Paraná e São Paulo.

No relatório de Conde Pedro Antonelli (Ministro Real no Rio de Janeiro – Maio de 1899), consta que o Rio Grande do Sul, “[...] depois de São Paulo, é o estado para onde mais afluem os nossos compatriotas, e onde se calcula que atualmente o número de italianos natos ou de origem não seja inferior a 200 mil” (DE BONI, 1983, p.09). O movimento imigratório é calculado entre 1.500 e 2.000 pessoas por ano, embora tenha sido reduzida essa quantia, após o cancelamento da imigração subsidiada. De 1886 em diante, a imigração mais numerosa foi a italiana, seguida da alemã, como mostra o autor. Em 1897, dos 1.451 imigrantes que entraram no estado, 690 eram italianos e 242 alemães; no primeiro semestre de 1898, de 646 imigrantes, 352 eram italianos e 108 alemães.

Vale destacar que, em 1851, o governo promulgou a Lei 229, estabelecendo a exploração, demarcação e medição de terras “devolutas” para a criação de colônias com a concessão gratuita de lotes a imigrantes; até então, essas áreas eram destinadas à colonização de alemães e açorianos, perdurado somente até 1854 quando promulgou a Lei 304, em conformidade com a Lei de Terras e Colonização, proibindo a doação de terras aos colonizadores. De tal modo, só compraria terra quem tivesse dinheiro (SAQUET, 2003/2001).

A partir de 1854, com as mudanças desse sistema, conforme já mencionamos, os imigrantes italianos, diferentemente dos alemães, não recebiam terras gratuitamente; o Governo indenizava as despesas por 5 anos de estabelecimento, isso explica porque muitas dessas colônias são limitadas a pequenas propriedades.

Segundo Pellanda (1950), o sistema de colonização adotado no Brasil, com regulamento Imperial de 1867, definia a competência das Províncias sobre a produção de colônias, responsabilizadas pela distribuição e venda de lotes, transporte e alojamento de imigrantes entre o Porto de Rio Grande até Porto Alegre; disponibilizavam ferramentas, sementes, assistência médica, ensino etc., entretanto, nem sempre eram proporcionadas aos imigrantes essas condições. Muitos não aceitavam ir para novas colônias, consideradas “desertas” e sem estrutura, desse modo, seguiam para colônias particulares ou se fixavam nas antigas, que já haviam progredido.

Para realização da compra de terras do governo, com o intuito de constituir as colônias, havia alguns princípios básicos, dos quais faziam parte:

a) Divisão em lotes de 48 hectares, com reserva das áreas necessárias às servidões públicas; b) venda dos lotes a vista ou a prazo de cinco anos, mediante garantia hipotecária até o completo pagamento; juro de 1% ao mês, no caso de ser excedido o prazo de pagamento; c) auxílio aos imigrantes espontâneos reembolsável dentro do mesmo prazo de cinco anos; d) proibição aos colonos de explorarem as terras por meio de escravos seus, ou alheios, 'ou de' possuí-los nas terras das colônias, sob qualquer pretexto que seja (FRANCO, 1959, p.80, *apud*, TAVARES DOS SANTOS, 1978, p.18).

Essas normas foram implantadas para a colonização no Rio Grande do Sul, criando-se assim, pequenas propriedades rurais, sem uso de trabalho escravo. Conforme Tavares dos Santos (1978), o tamanho dos lotes não correspondia às leis, a variação era de 10 a 70 ha, e em sua maioria de 10 a 30 ha. Na Colônia Caxias, entre 1875 a 1885, a maior parte das compras foram de 12 a 30 ha, cerca de 70%.

Dessas terras, os agentes sociais, extraíam o sustento de suas famílias praticando a policultura, a criação de animais e comercializando, a partir da mediação estatal e da demanda do mercado interno. O Estado propiciou as condições iniciais necessárias à instalação e re-produção do colonizador e, simultaneamente, de relações mercantis em um espaço até então apropriado de forma esparsa por alguns caboclos e indígenas; foi o mediador na apropriação e valorização espacial, na construção do território [...] (SAQUET, 2003/2001, p.88).

Os *gaúchos* descendentes de europeus, geralmente possuíam famílias grandes, o que favorecia o trabalho baseado na agricultura, visto que as propriedades eram pequenas e tudo era feito manualmente. Porém, com o passar dos anos, os filhos iam crescendo, formavam suas próprias famílias e a propriedade não se tornara suficiente, na maioria dos casos, para garantir a sobrevivência de todos.

O fracionamento dos lotes devido à sucessão de herdeiros leva à diminuição da produtividade, e conseqüentemente, dos ganhos. Além do pagamento da propriedade da terra e o reembolso do auxílio para sementes, ferramentas, entre outros subsídios que propiciaram a formação de dívida aos imigrantes, a escassez das terras cultiváveis – com o enfraquecimento do solo (sistema rotação de terras) – o clima frio e úmido e o acelerado crescimento demográfico são fatores que, em seu conjunto, induziram famílias a migrar.

A modernidade ganha destaque, considerando a utilização de novas técnicas e tecnologias utilizadas. Através de entrevistas realizadas com alguns descendentes de italianos, fica claro que, a partir do momento em que ocorre a modernização agrícola, diminui a

necessidade de mão de obra, a disponibilidade de empregos diminuem, forçando-os a se deslocarem em busca de emprego. Isso é perceptível, especialmente em relação aos jovens, que tentam inserir-se no mercado de trabalho em grandes cidades, encontrando várias dificuldades como: falta de qualificação, inexperiência, baixos salários, desrespeito aos direitos trabalhistas, contratações como estagiários e tipos de emprego. Ou como ocorreu no deslocamento para o Sudoeste do Paraná: migram à procura de terras disponíveis a baixos preços, com alta fertilidade, propícias para produtividade; veem na migração a solução de problemas, geralmente ligado à falta de terras, neste caso, a migração “é condição de reprodução social” (BLOEMER, 2003. p.4).

Segundo Brum (1988), a migração surgiu com o “declínio da agricultura tradicional”. Alguns fatores citados por ele influenciaram na decadência na agricultura:

- a) O esgotamento da fertilidade natural do solo, em muitos casos até a exaustão, decorrente da intensa exploração agrícola praticada com métodos e técnicas que geralmente negligenciaram a preservação da natureza e a conservação, defesa e recuperação da terra;
- b) A redução substancial do tamanho das propriedades rurais, em decorrência das partilhas de herança o que forçava uma exploração ainda mais intensa da terra escassa, acelerando seu esgotamento ao mesmo tempo que produzia os frutos do trabalho;
- c) Os baixos preços dos produtos agrícolas constantemente aviltados no mercado pela exploração dos intermediários e dos que controlavam a comercialização nos diversos níveis (p.59).

Os motivos das migrações são variados: as pessoas migram, principalmente, pelo desemprego, venda ou perda da terra, baixa renda, para estudar, entre outros. As transformações que ocorrem no modo de produção capitalista propiciam o aumento da mobilidade de trabalhadores que se encontram cada dia mais subordinados ao capital, agravando os índices de desemprego e da precarização da qualidade de vida.

A migração dos espaços rurais, na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul, acelera-se a partir de 1950. A urbanização aumenta notadamente – se comparada com o crescimento da população rural – ou seja, enquanto, entre 1950-60, a população urbana cresce mais de 70%, a rural sofre um acréscimo de apenas 9,5%. Em 1960, esse aumento estava em torno de 45%, no urbano, e 3,6% na rural (IBGE). É um indicativo de que a população rural, nesse período, deslocou-se para os espaços urbanos e outra parte, para áreas ainda pouco povoadas, como Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

Outro indicativo é visualizado no Gráfico 08, mostra que, até a década de 1960, a população rural era maior que a urbana; em 1950, a rural representava 66% e urbana 34%; em 1960, 56% viviam no espaço rural e 44% no urbano; nessa década, já é possível visualizar que houve um aumento da população residindo no espaço urbano. Em 1970, o quadro muda; a urbana (53%) ultrapassa a rural (47%), chegando, em 1980, a ser muito superior; a urbana passa para 67% e a rural cai para 33%; situa-se a outro indicativo da expropriação dos agricultores para as cidades e outros estados.

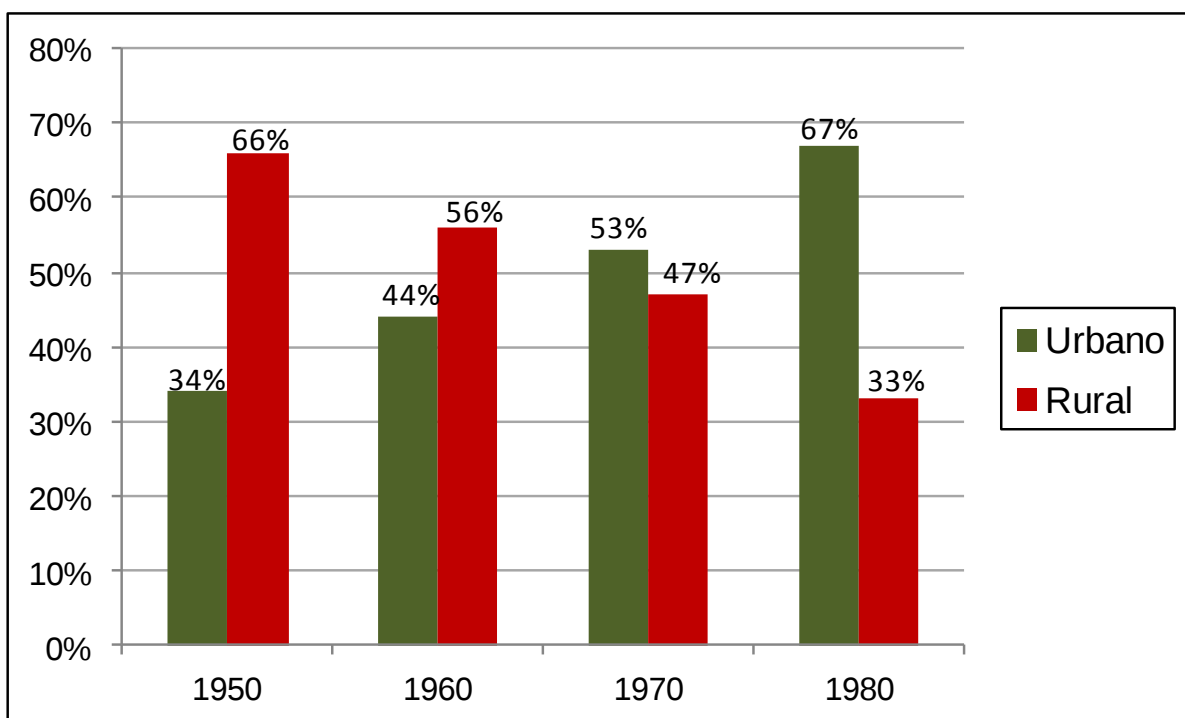


Gráfico 08. Evolução da população urbana e rural do Rio Grande do Sul

Tavares do Santos (1978) apresenta as fases do estabelecimento dos imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul, destacando o deslocamento interno, da seguinte maneira:

- 1) Imigração da Itália para o Noroeste do Rio Grande do Sul – Nova Milano, Caxias, Dona Isabel, Conde D’ Eu (1875 – 1884);
- 2) Imigração da Itália para o Nordeste do Rio Grande do Sul – Colônias Antonio Prado e Alfredo Chaves (1884 – 1894);
- 3) Imigração da Itália para o Nordeste do Rio Grande do Sul e migração interna para a Colônia de Guaporé, criada em 1892 (1892 – 1920);
- 4) Migrações internas na Região de Colonização Italiana, em geral, [...] (1880 – 1920);

5) Migrações internas para o Alto Uruguai e para outros estados da federação, especialmente Santa Catarina e Paraná (1910 em diante), [...];

6) Enfim, desde 1950, repercute o êxodo rural em toda a região, tomando duas direções: para os centros urbanos da Região Colonial Italiana e para os centros mais próximos, fora da região (Vacaria e Lagoa Vermelha, ao Norte; Porto Alegre e Canoas, ao Sul – entre outros). (FROSI, V.M.& MIORANZA, C. Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Movimento, 1975, p.53 e 51/2, *apud*, TAVARES DOS SANTOS, 1978, p.148-149).

A migração para o Sudoeste do Paraná, em especial para Francisco Beltrão, corresponde ao item 5, a grande leva de migrantes para o Oeste de Santa Catarina, a partir de 1910, e a partir de 1940, para áreas correspondentes ao Sudoeste paranaense. Antes disso, esse deslocamento estava vinculado à diáspora interna para outras áreas do estado gaúcho que, por conseguinte, ocorreu para outros estados.

As propagandas desencadeadas pelo Governo Federal, através do projeto *Marcha para o Oeste*, eram as melhores e foram difundidas, em sua maioria, por meio da emissora de rádio, com a intenção de estimular a migração e ocupação destes espaços. “Desse modo, nenhum outro recurso de propaganda tornou-se tão rico e eficiente quanto esse “esforço” de “desbravamento e colonização”, criado pelo “poder simbólico discursivo” de Vargas” (MONDARDO, 2010, p.208).

Aliado à propaganda e aos benefícios fornecidos pelo Governo na instalação das famílias, retratava-se que as terras eram férteis e próprias para o cultivo de milho, trigo, feijão, batata etc; além do mais, os terrenos estavam ao longo da ferrovia São Paulo-Rio Grande, o que tornava mais fácil o comércio dos produtos. Assim, no dizer de Tavares dos Santos (1978), “aquilo que o colono vende, o vende a melhores preços, e aquilo que ele deve comprar para seu consumo, ou seja, querosene, açúcar, café, tecidos etc., o compra a preço mais baixo” (p.152).

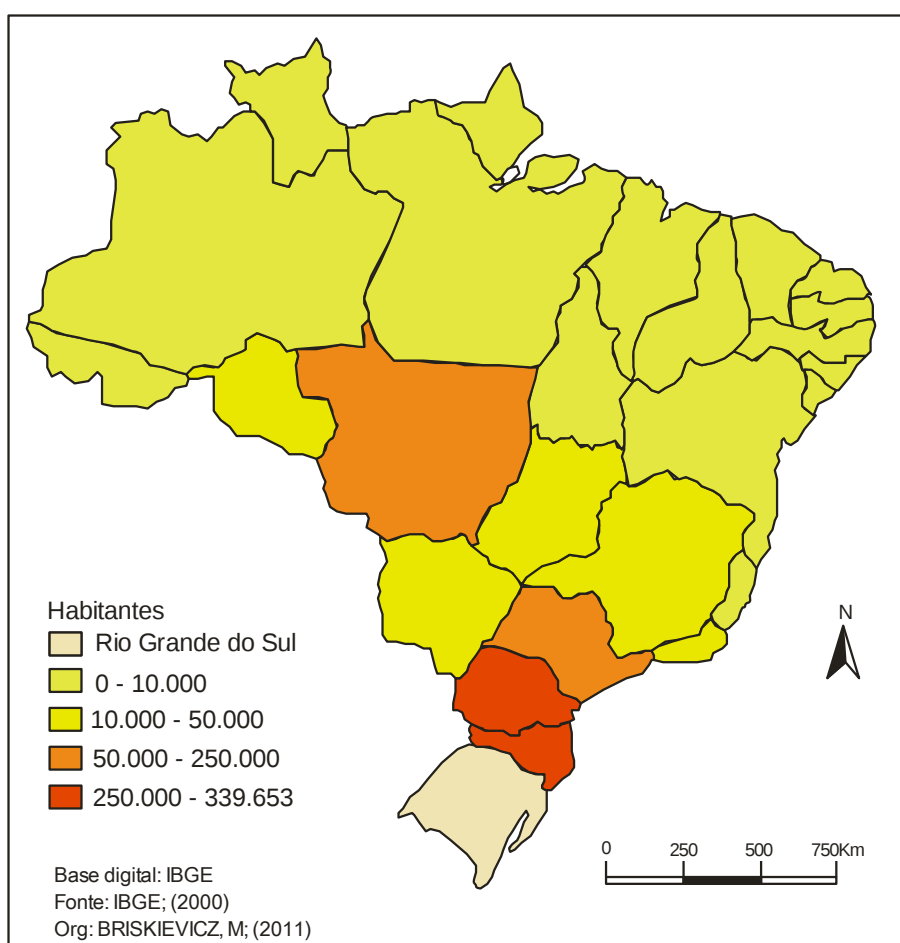
A migração interna ocorre em decorrência das condições precárias de vida e da reprodução familiar e artesanal. A diáspora dos colonos do Rio Grande do Sul advém, num primeiro momento, do direcionamento das colônias italianas, para outras terras e cidades próximas; em seguida, para lugares mais distantes como Sudoeste do Paraná. Conforme Saquet (2003), até 1920, a migração estava destinada ao Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul e, a partir de 1940¹³, para o Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

¹³ A migração interna para tais áreas já havia sido iniciada em 1910 com pequenos contingentes. Foi intensificada, para o Sudoeste do Paraná, a partir de 1940.

Para esses italianos, o desencadeamento da des-re-territorialização surgiu como alternativa às insatisfações de vida, caracterizadas pela expropriação sucessiva de trabalho, a alta taxa de natalidade, e as condições econômicas adversas.

Com as condições técnicas e tecnológicas rudimentares, lotes pequenos e com o crescimento demográfico significativo, produz-se um excedente de força de trabalho apto a migrar e ocupar outras áreas agricultáveis. Essas condições não permitem o aumento constante da produtividade agrícola e dos ganhos da família agricultora (SAQUET, 2003/2001, p.203).

No Mapa 08, identificamos os gaúchos que vivem em outros estados, a partir do censo demográfico do IBGE (2000), mostrando a concentração maior em Santa Catarina e Paraná, seguido de São Paulo e Mato Grosso; também destacam-se outros estados, embora em menor quantidade, entre eles estão: Rondônia, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro e o norte do Brasil. Foi para essas áreas que as famílias, sobretudo das antigas colônias de europeus, deslocaram-se na perspectiva de prosperarem economicamente.



Mapa 08. Gaúchos que vivem em outros estados brasileiros

Como verificamos nas entrevistas, algumas famílias, ao se des-territorializarem da Itália e re-territorializarem no Brasil, reproduziram alguns elementos do território de origem e, com o passar dos anos, continuam sendo reproduzidos, ao menos alguns aspectos, especialmente os que vivem no espaço rural, onde as inserções das inovações tecnológicas não são tão expressivas como no urbano.

Nesse sentido, concordamos com Paula (2009) ao dizer que, no ato de deslocamento de um lugar para outro, estamos, de certa forma, deixando nos territórios de onde saímos algo de nós, ao chegarmos a outro, encontramos também algo do outro. Na des-re-territorialização há alteração do modo de vida desses sujeitos e transformação do território, das relações entre migrantes e não migrantes, da aquisição do novo e reprodução do velho; na mobilidade, a identidade dos indivíduos vai sendo reconstruída constantemente, perdendo-se determinados elementos culturais e adquirindo novos, num processo de mudanças e permanências que vai caracterizar a identidade híbrida dos descendentes de italianos em Francisco Beltrão.

[...] mobilidade espacial-temporal constituem e configuram representações das ações humanas nos lugares, em meio às relações carregadas de símbolos, de imaginários, na hibridização que formam as identidades que fazem as culturas dinâmicas. Um constante processo compreendido como aproximação, confronto e encontro de tradições recriadas à medida que a modernidade se instala (PAULA, 2009, p.28).

Desde os primeiros anos, os imigrantes italianos procuraram adaptar ao novo território sua cultura trazida da Europa, a base da alimentação, a religião, os dialetos, os saberes, costumes, vestuários e outros. A polenta, conforme Pellanda (1950), a “pasta sciuta”, o talharim ou macarrão de farinha de trigo com pão e vinho são características culinárias que consolidaram as colônias italianas e foram reproduzidas em várias regiões do Brasil, embora produzissem lavouras de feijão, batata doce, cana, cevada e mandioca.

Há uma reprodução das produções do território italiano pelas famílias descendentes que vivem em Francisco Beltrão. Percebemos que a alimentação brasileira, pelo menos no Sul, adquiriu certos costumes italianos. Saquet (2003/2001) ao estudar as famílias no Rio Grande do Sul, destaca que os agricultores produzem alimentos típicos da Itália, ao lado da produção de vinho, do mesmo modo que os identificados em Francisco Beltrão. Na alimentação constam: a pizza, o macarrão, os espaguete, a sopa de agnolini, a lasanha, o salame, o queijo e outros.

Outro elemento que se destaca é a língua, que identifica a cultura italiana, especialmente o dialeto Vêneto que, no dizer de Saquet (2003/2001), “acabou por impor-se aos outros dialetos, tornando-se a língua mais falada no Sul do Brasil [...]” (p.68). Esta é difundida por seus descendentes no município de Francisco Beltrão, em sua maioria os de 1ª a 4ª geração.

Constata-se, muitas vezes, em uma mesma família, a presença simultânea de dois dialetos originários um da linha paterna e outro, da linha materna, resultando, nos filhos, uma mescla de ambos, ou a prevalência de um sobre o outro, sempre, porém, com a presença de palavras portuguesas (COSTA, 1987, p.384).

A permanência da língua e da cultura italiana ocorreu, segundo o autor, por alguns fatores, entre os quais estão: a criação de colônias compostas quase 100% de italianos e isolados dos centros urbanos; embora haja uma hibridização dos dialetos e, ao mesmo tempo, a adoção de palavras portuguesas bem como de outras etnias, esta miscigenação manifesta-se entre os descendentes. A reprodução dos dialetos italianos tem sido uma das formas de sustentarem sua identidade como italianos. Como apresenta Bloemer (2003), é considerado um dos atributos dos italianos e constitui uma de suas marcas particulares.

Como também identificamos em Francisco Beltrão, os indivíduos que vivem nos espaços rurais reproduzem com mais intensidade a cultura italiana, diferentemente da cidade, onde as inserções tecnológicas ocorrem com maior intensidade e os descendentes vão-se adaptando a novos costumes e comportamentos. “Um constante processo compreendido como aproximação, confronto e encontro de tradições recriadas à medida que a modernidade se instala” (PAULA, 2009, p.28).

Os resultados do censo do IBGE, no Rio Grande do Sul, em 1940, em relação à língua falada, apresentam que 295.995 indivíduos não falavam o português habitualmente em suas casas e, sim, o italiano. De 142.976 indivíduos com pais estrangeiros, que não falam habitualmente o português em suas casas, 74.935 reproduzem a língua italiana em suas casas, ou seja, mais de 52%.

Do mesmo modo que De Boni (1996), entendemos que a religião é outro fator de identificação cultural bem como a reprodução da culinária, dos dialetos, das músicas e outros é determinante para a identidade de um indivíduo. A igreja teve papel primordial para a re-territorialização dos italianos no Rio Grande do Sul, influenciando no estabelecimento das vilas/povoados; isso é importante, pois revela os elementos da cultura, da política e da economia na vida cotidiana e na produção do território. A religião ainda tem papel

significativo na vida das famílias, conforme constatamos nas entrevistas com migrantes vindos do Rio Grande do Sul e estabelecidos em Francisco Beltrão.

Esses imigrantes, instalados no final do século XIX, não conheciam a língua oficial da Itália, que recém-havia sido unificada, por isso falavam o dialeto de cada comuna de origem, o que revela os diferentes dialetos falados por esses descendentes em Francisco Beltrão. Em virtude das dificuldades de circulação, o modo de vida italiano era reproduzido nas colônias, embora, seus descendentes, aos poucos, vão estabelecendo relações com outras etnias. Eles reproduziram nas colônias, no seu cotidiano, não apenas as características da produção agrícola e artesanal, mas também sua cultura, como a alimentação (polenta, massas, vinhos, salame, *fortaglia*, queijos...), as roupas, a religião (igrejas, santos, cantos, as festas), além dos dialetos, implantados onde reproduziram seus aspectos culturais.

Para Roche (1969), o distanciamento do Rio Grande do Sul de outros lugares do Brasil foi um fator que favoreceu o aumento do número de atividades artesanais nas colônias agrícolas e a reprodução cultural, pois os agentes sociais tinham que produzir uma parcela do que necessitavam para efetivar suas atividades diárias, produtivas. Nesse sentido, Furlan (1997) acrescenta que o isolamento preserva tradições:

O isolamento rural favoreceu a perpetuação de modos de vida baseados materialmente na pequena produção agrícola independente e na economia familiar de subsistência, culturalmente na relação de coesão do mundo da lavoura com a igreja: dois aspectos estritamente conexos de uma mesma realidade histórico-social nas regiões italianas de origem. Ocorreu, em suma, numa área brasileira, a reprodução orgânica de um tipo de sociedade campesina vêneta de fim do século 19, tradicionalista e católica, cujas formas culturais, por um conjunto de circunstâncias que procuramos sintetizar, se cristalizaram no tempo da região de colonização [...] (1975, p. XXI), p.68).

Desse modo, o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e, posteriormente Santa Catarina e Paraná, resultou da inserção de imigrantes, sobretudo italianos, os quais ocuparam espaços deixados pelos grandes proprietários, bem como, a sua inserção no mercado interno brasileiro, abastecendo espaços urbanos, com produtos alimentícios e matéria-prima barata.

Esses *colonos* não tinham rendimentos suficientes para adquirir novas terras, até porque os preços eram muito elevados, devido a pouca oferta e a grande procura. As terras destinadas aos italianos tinham baixa fertilidade, a única solução encontrada foi à especialização na produção de vinho, exportado para fora do território das colônias.

Produzido de forma artesanal; após a colheita da uva, a família fabricava o vinho na cantina¹⁴ e, depois de todo ciclo de elaboração, era vendido aos comerciantes (SANTOS, 1978).

Como demonstra Maestri *et al* (1998), a imigração italiana criou uma sociedade semelhante à do território de origem, embora com algumas diferenças. Os italianos estão inseridos no novo modo de viver, representado pela cultura gaúcha. “Acredita-se que mais de três milhões de gaúchos – das mais diversas origens – possuam ao menos um ancestral italiano. Hoje, de certo modo, todo sulino é também um ítalo-gaúcho” (p. 5). Isso representa a hibridização cultural, pois, ao se estabelecerem no Rio Grande do Sul, assumiram e difundiram também, a cultura de “ser gaúcho”, adquiriram hábitos de tomar chimarrão, criaram e adotaram o traje gauchesco da bombacha, bota espora, lenço e poncho, passaram a ouvir as músicas tradicionais gauchescas e muitos participam dos Centro de Tradições Gaúchas (CTG). É importante entendermos, nesta pesquisa, que esses descendentes de italianos que vivem em Francisco Beltrão, através da des-re-territorialização, identificam-se como italianos, gaúchos, catarinenses, paranaenses ou beltronenses, conforme demonstraremos no capítulo seguinte.

Assim, concordamos com Fredrick Barth ao dizer que a identidade dos grupos étnicos é construída através da manifestação relacional.

[...] As identidades resultam assim das relações dos grupos entre si, nas quais cada um utiliza determinados traços distintos para marcar uma distinção cultural. Estes traços não são definitivos e nem totalmente determinados pelas “raízes” etno-culturais do grupo, mas constantemente construídos, reconstruídos e mobilizados no interior das trocas sociais (BARTH, 1998, *apud*, COLOGNESE; ROSSI, 2006, p. 62).

Essas mudanças do modo de ser, de alimentação, de falar, de se vestir, de trabalhar, acontecem no espaço-tempo. Em Francisco Beltrão, o passado vem sendo reconstruído ou reinventado em alguns aspectos, mas devido às necessidades que o presente lhes impõem, inserem-se a outras culturas.

A des-territorialização, num determinado lugar, gera a re-territorialização noutro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. O território deve ser estudado na perspectiva de conhecer suas singularidades, buscando analisar as

¹⁴ Compartimento de pedra situado embaixo da casa de moradia onde se encontravam as pipas e os instrumentos necessários à fabricação de bebidas.

mudanças e permanências que os italianos e seus descendentes provocaram e incidem, atualmente no município de Francisco Beltrão.

3.3 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE FRANCISCO BELTRÃO, MODIFICADO POR MEIO DA DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO DOS DESCENDENTES DE ITALIANOS

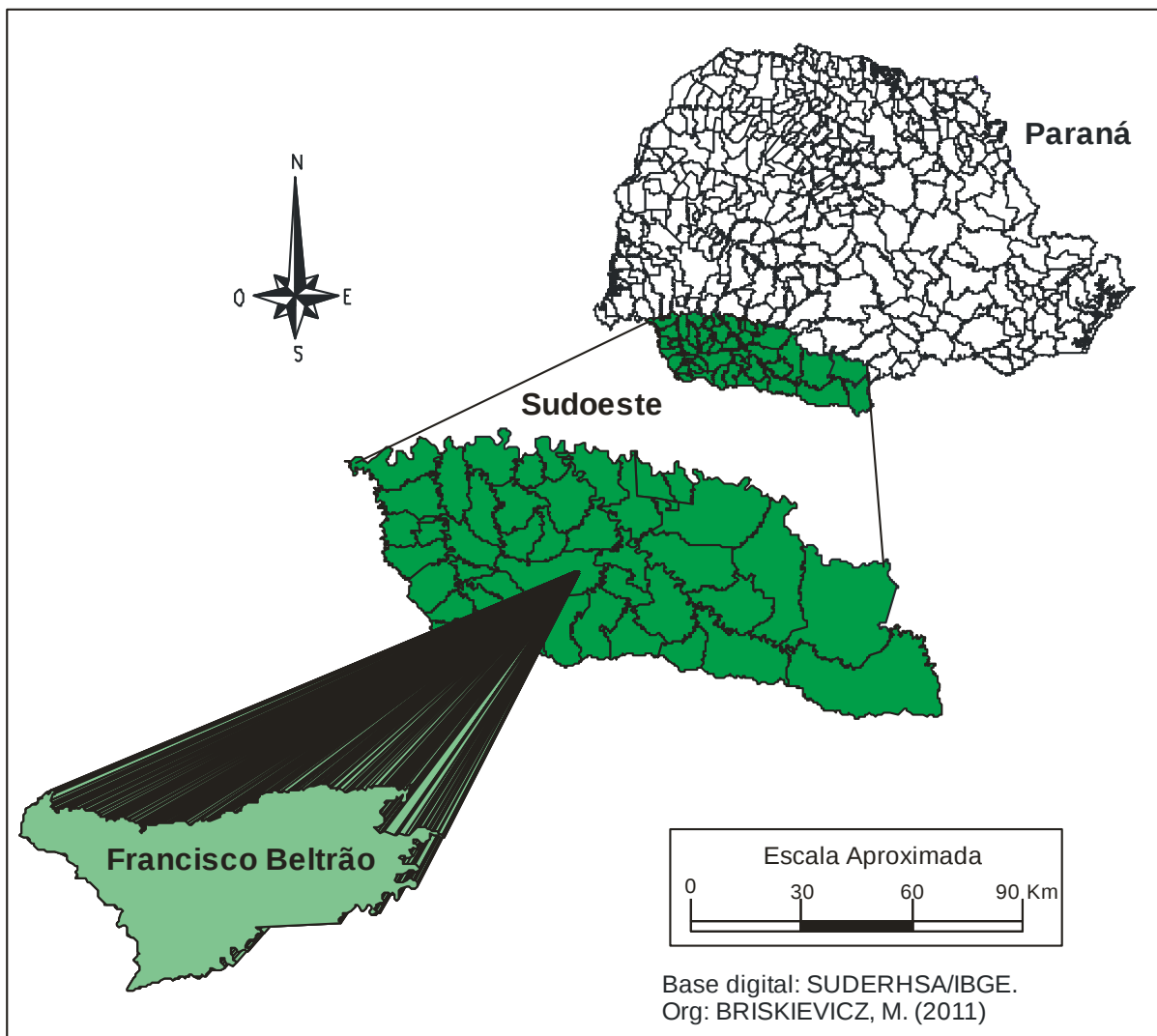
O município de Francisco Beltrão (Mapa 09) tem, atualmente, sua população composta por 78.943 habitantes e uma área de 735,113 [km²](#) (IBGE, 2010). Foi desmembrado do município de Clevelândia, em 1951 (Figura 03), tornando-se sede municipal em 1952, e sede de Comarca em 1954. Conforme já salientamos, está localizado na mesorregião Sudoeste do Paraná, visto que seu processo de ocupação deu-se no mesmo movimento. Em momentos distintos, a mobilidade espacial da população deixou marcas no tempo e no espaço, levando à reconstrução do território, uma vez que estes migrantes depararam-se com novas relações, expressando suas particularidades, tanto na economia, como na política, na cultura e nos aspectos naturais.

A compreensão do território, como já referimos, é fundamental para analisarmos essas migrações, pois está ligado ao processo de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, os processos migratórios que ocorrem, em períodos determinados, na região em questão. É nesse sentido que Haesbaert (2006) acrescenta que o território – e por ligação a desterritorialização – está impregnado de diversas formas de deslocamentos. A migração dos descendentes de italianos alterou as relações existentes e levou a mudanças, apreendidas no território de destino e também no de origem.

Pela formação de um território reticular através das redes de relações sociais (de parentesco e amizade) é que foram sendo tecidas as relações de *desligamento* de um território e *religamento* em outro, em novas bases, em novo chão, com novas relações, com novas territorialidades engendrando, portanto, a reterritorialização: da destruição à construção do novo território, das novas relações sociais que foram re-criadas (MONDARDO, 2009, p.300).

Portanto, entender a trajetória dos migrantes a partir da construção e modificação do município, requer recuperar a história de formação deste, desde antes da densa mobilidade. O povoamento sistemático iniciou-se por volta de 1920, na localidade conhecida como Vila

Marrecas, povoado situado no município de Clevelândia, com predominância de uma economia *cabocla* voltada para a subsistência. A partir desse período, ocorre, em Francisco Beltrão, a migração de gaúchos e catarinenses descendentes de italianos, alemães e poloneses aqui re-territorializados, no século XIX.



Mapa 09. Localização de Francisco Beltrão – PR

O município possuía uma economia baseada na produção agropecuária até a década de 1950. Os dados do IBGE (1960) apontam as principais atividades realizadas, entre elas a agricultura, a pecuária, a silvicultura, a extração vegetal, a caça e pesca, voltadas praticamente para a subsistência, sendo comercializado apenas o excedente de suas produções. Havia, uma produção, nos espaços rurais, marcada pela policultura, baseada em cereais como trigo, feijão e milho; na criação de grandes e pequenos animais (bovinos, suínos, galinhas etc.). Os produtos eram vendidos, por vezes, no comércio do povoado ou até mesmo trocados. A

chegada de migrantes gaúchos e catarinenses à região Sudoeste, especialmente esse município, aumentou quantitativa e qualitativamente a produção de excedentes, ocasionando importantes modificações no comércio (LANGER, 2007).

Este território recebeu atenção do Estado especialmente por deter grandes áreas de terras desocupadas, relativamente em espaços fronteiriços. Passou a fazer parte do projeto Marcha para o Oeste, no intuito de intensificar a expansão territorial, determinada por interesses econômicos, culturais e políticos, tendo como escopo a implantação de um projeto de colonização com a instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO).

A criação das colônias agrícolas nacionais constituiu a materialização e o simbolismo da política *colonizadora da Marcha para Oeste*. Logo, a implantação de colônias agrícolas nacionais no interior do território nacional, constituiu um número de pontos que realizavam a conexão entre o Estado e os espaços classificados como “vazios”. A localização/distribuição das colônias na porção Oeste do território nacional brasileiro explicita os objetivos territoriais das suas implantações (MONDARDO, 2009, p.233).

Gaúchos e catarinenses desterritorializaram-se de seus estados de origem em busca de melhores condições de vida. A migração não é um ato simples, como está explícito em Goettert (2008), vem de uma necessidade ou desejo de melhorar as condições tidas até então. Em sua maioria, os descendentes de italianos migraram no intuito de obter um pedaço de chão para reproduzir seu modo de vida assentado, sobretudo, na propriedade familiar.

A mobilidade intensificou o povoamento, principalmente, com a instalação da CANGO, como já salientamos. A disponibilidade de terras e a atuação do Estado – um dos elementos primordiais que intensificaram e estimularam a des-re-territorialização – foi importante para essa mobilidade.

Conforme Wachowicz (1987, p.200) “cada dia entravam 10 a 20 famílias, em Francisco Beltrão, muitas delas sem o controle da CANGO [...]”.

A mobilidade geralmente era realizada em grupos familiares, o que facilitava o enfrentamento dos problemas encontrados nas difíceis viagens dos primeiros moradores, como estes relatam nas entrevistas, devido à falta de infra-estrutura como estradas, já que existiam somente picadas que mal davam acesso às propriedades, a falta de comunicação e transporte dificultavam o deslocamento e escoamento da produção; era escassa energia elétrica, assistência médico-hospitalar, educação, lazer e acesso à cidade.

O acesso a Marrecas era assegurado pelas estradas de serviço e por alguns trechos da “estrada federal”, que a CANGO construía em ritmo lento. Não havia pontes para transposição dos rios que a cruzavam; apenas pontilhões que ficavam submersos por ocasião das chuvas torrenciais. A passagem por Vitorino, Forquilha, Santana com sua

serra quase intransponível, Vargem Bonita (hoje Renascença) e Marmeleiro, constituía por vezes, um desafio a paciência, coragem e resignação dos viajantes que dela se serviam (MARTINS, 1986, p.2).

Como aponta Martins (1986), as atividades comerciais e de serviços que prevaleciam no município, em 1947, eram: Hotel do Comércio e Bar do Soranso, Bar de Teodoro Zanatta, Alfaiataria de Odósio Dalla Maria, Barbearia de Feliciano Pessoa, Casa Comercial José Opolski, Casa Comercial dos Irmãos Daros, Casa Comercial de Vicente Longo, Bar de Angélico Penso. Muitos destes são de ascendência italiana, como identificamos através dos nomes dos estabelecimentos. A colonização na época, como mostra Martins (1986), era de 99% de etnia italiana, originários do Rio Grande do Sul. Abramovay (1981, p.35) evidencia a presença dos migrantes na região:

No nome das casas comerciais, na pronúncia, na fisionomia e nos costumes pessoais, revela-se a profunda e rápida transformação por que passou o Sudoeste Paranaense, a partir, sobretudo do final da década de 1940. O peso cultural e étnico de italianos, alemães e poloneses é esmagador. O caboclo hoje esconde-se anônimo nas encostas das montanhas. Esta terra já não é mais a mata que lhe pertenceu. Seus atuais habitantes despiram-na e fizeram do solo rico e fértil que ela cobria uma das regiões mais produtivas do Estado.

Tudo o que se realizava em Francisco Beltrão estava ligado às atividades da CANGO, por meio da execução dos objetivos do projeto político, tendo finalidade de materializar a mobilização do contingente populacional, por meio desta, estabeleceu-se o povoamento, além de influenciar e estimular o desenvolvimento do comércio.

Algumas estradas de serviço criadas pela CANGO deram acesso às *comunidades* do Rio Tuna, do Rio Catorze e de Jacutinga (ainda existentes) – estradas chamadas por Abramovay (1981) de “Picadão” – e que também proporcionaram acessibilidade às áreas fronteiriças com a Argentina. Isso ocorria em virtude do aumento populacional no município e da necessidade de escoamento da produção agrícola que cresceu significativamente com a chegada dos migrantes, demandando maior comunicação entre o campo e a cidade bem como com outras regiões do Brasil.

Nos relatórios da CANGO, com registros até 1950, enviados para a direção geral do órgão, há dados relacionados à densidade demográfica, implantação de serviços e produção agropecuária. Entre os anos de 1947 e 1956, podemos analisar o número de famílias cadastradas pela CANGO e o número de habitantes (Tabela 07). Destacamos que, conforme o relatório de 1951, havia famílias que entraram clandestinamente em terras da CANGO,

instalaram-se por conta própria e não eram incluídos nos registros. Isso indica que a população era maior do que a registrada nos cadastros. Conforme Pegoraro (2007), em 1956, 26.000 pessoas esperavam o cadastramento.

Nesse sentido, Boneti (2005, p. 113) acrescenta que:

Alguns migrantes, ao entrar na região, apresentavam-se nos escritórios da CANGO. Neste caso, obedeciam aos critérios e as orientações da CANGO assentando-se numa posse já delimitada por esta instituição. Outros adquiriram a posse dos caboclos ou simplesmente embrenhavam-se na selva delimitando por si próprio as divisas. Posteriormente, caso estivessem dentro da área da CANGO, os migrantes eram submetidos à disciplina do assentamento promovido pela CANGO. Nesse caso, o migrante, que já havia feito suas próprias divisas, obrigava-se retalhar sua posse cedendo terra para os que chegavam, ficando somente com a quantia de alqueires autorizada pela CANGO, entre 10 e 20.

De 1947 a 1948, aumenta expressivamente a população registrada (96%), a maior se comparada aos anos posteriores: “Diariamente chegavam a Marrecas dezenas de pessoas, às vezes centenas” (BONETI, 2005, p.3), muitos lotes eram cedidos gratuitamente ou vendidos por preços baixos. Alguns lotes urbanos, como assinala Martins (1986), eram comercializados por trezentos até três mil cruzeiros (moeda da época).

Diferentemente de 1949, com crescimento de 22%, a população de 1950, teve um aumento de 18%. Em seis anos (1950 a 1956), a população aumentou 114%, ou seja, os registros da CANGO denotam um crescimento anual da população, em média, de 19%.

Ano	Número de Famílias Cadastradas	Número de Habitantes
1947	467	2.529
1948	886	4.956
1949	1.068	6.045
1950	1.440	7.147
1956	2.725	15.284

Tabela 07. População registrada pela CANGO, 1947 – 1956

Fonte: MARTINS, 1986, p.46.

Em números supostamente reduzidos, em 1948, de 4.956 habitantes; 17,9% eram pais de família e 82,1% eram seus dependentes; desse total, 25,1% sabiam ler e escrever e 74,9% eram analfabetos, quantidade relevante pelo fato destes serem principalmente crianças que ainda não frequentavam escolas (MARTINS, 1986).

A população reconhecida oficialmente pela CANGO não levava em conta os que entraram de forma irregular no município de Francisco Beltrão, portanto, não compararemos tais dados com o censo demográfico realizado pelo IBGE, em 1960, pois o aumento seria em maior número.

Com a crescente mobilidade, constituiu-se um território diferenciado pelo patrimônio cultural e pela influência de países europeus. Isso ocorreu por haver a reprodução dos costumes, das características do modo de vida de seus antepassados. Vale lembrar, porém, que essas famílias também desenvolveram características peculiares do próprio estado de onde vieram, pois também são visíveis, costumes como o chimarrão, o churrasco, as músicas tradicionalistas e as vestimentas.

Alguns indícios revelam a presença significativa de descendentes italianos, conforme constatamos, pelo time de futebol, na associação atlética da CANGO; através das fotografias expostas em Martins (1986), nas quais estão: Elpídio Mazzaro, Nirzaldo Araujo, Nelson Lamberti, Cyro Maracini, Plínio Faedo, Elcio Tomazoni, Gilberto Leal Santos, Fausto Quintela, entre outros. Também entre os 30 servidores da prefeitura, em 1953, 13 eram desta etnia, ou seja, quase 50%. Dentre eles estão: Paulo Ferronato, Guerino Siliprandi, Maria L. Gonzatti, Sustene Liston, Isolete A. Simon, Gerônimo Fioravante Campanharo, Ana Bochi Macagnan, Virgílio Bordim, Maria Lucini Chiapetti, Tereza Dalla Palma, José Galvan e Aurélio Galvan.

O autor acima acrescenta alguns indícios de cooperação da CANGO com a Prefeitura de Francisco Beltrão como: 1) nivelamento de ruas e aterros na cidade, com a utilização de máquinas; 2) serviço de rádio em transmissões urgentes para a capital e a autorização para a exploração de sua pedreira, destinada à instalação de meio-fios e calçamento de ruas; 3) empréstimo de formas metálicas para a fabricação de tubos de concreto destinados a canalização de águas pluviais, em áreas urbanas e construção de bueiros, além da manutenção das escolas públicas, instaladas anteriormente no município.

A CANGO surgiu com a finalidade de proporcionar aos migrantes terras gratuitas, meios para retirar os recursos necessários a sua subsistência, auxiliando-os com a construção de hospitais e escolas, incentivando-os com a promessa do título da propriedade, cuja entrega seria feita no decorrer de cinco anos, ocasião em que a vila deveria estar emancipada. Em 1951, foi instalado o primeiro hospital Marrecas, com a participação do primeiro cirurgião dentista, descendente de italianos, José Cherobim Filho, proveniente de Morretes. Também estabeleceram-se: David Jansen de Sás, Petronio Rondes de Moraes, Valentino Wandresen, seguido por Antônio Vandresen (1952), Odil Assis Geremias, Germino Balastrelli e Euclides

Senigalia. Segundo Boneti (2005), as primeiras escolas foram construídas pelas próprias famílias migrantes e com recursos do Governo. A primeira professora do povoamento Marrecas, conforme Martins (1986) foi a Italina Zancan Scott.

[...] Povoado que nasceu há pouco mais de um lustro, sob a denominação de Marrecas, como fruto do trabalho honesto e construtivo de seu povo, teve a felicidade de ser elevado à categoria de cidade e sede municipal, antes mesmo de ser distrito, passando a constituir uma das mais promissoras comunas [...] (MARTINS, 1986, p.225).

Em 1954, a CANGO foi desligada da Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, passando à tutela do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) como Núcleo Colonial General Osório, fato este que prejudicou os migrantes instalados no território de Francisco Beltrão e em toda região do Sudoeste (PEGORARO, 2007).

O projeto inicial para a CANGO era fundar uma colônia militar na faixa de fronteira do Paraná, a pedido dos reservistas. A comissão designada para estudar o projeto escolheu a Gleba Missões, optando por ampliá-la para colonos também. O seu projeto de colonização passou por dois momentos diferentes: primeiramente, estava sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, como colônia agrícola, permanecendo assim por dez anos. Posteriormente, foi transformado em Núcleo da Fundação Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic) com o nome de Núcleo Colonial General Osório, quando passou a ter fins lucrativos (PEGORARO, 2007, p. 38).

Após a extinção da CANGO e o surgimento do INIC, as propriedades que antes eram de 20 alqueires, passam para 8 ou 12 alqueires e pagas ao INIC. Às famílias fixadas, há mais de seis anos, pelas administrações anteriores, negava-se o direito a terra, reduzindo os lotes que lhes pertenciam, cobrando-lhe por serviços que antes eram gratuitos, além de estabelecer o fechamento de algumas escolas.

Dentro da mesma política, instala-se a empresa privada CITLA que, além das atividades cotidianas, também implantava a colonização. Esse processo desencadeou vários problemas que resultaram em violência durante a ocupação e posse das terras. A disputa de terras entre os posseiros e as companhias colonizadoras, como salientamos ao retratar o Sudoeste do Paraná, resultou na [Revolta dos Posseiros \(1957\)](#), tendo seu ponto culminante em [Francisco Beltrão](#), sede das companhias de terras CITLA e Comercial.

Todavia, a revolta beneficiou os habitantes de Francisco Beltrão e de todo Sudoeste, pois os títulos de terras foram escriturados a favor dos posseiros, havendo a expulsão das companhias colonizadoras da região. O fluxo migratório continuava crescendo entre as décadas de 1950, 1960 e 1970, e a chegada das famílias era maior do que a capacidade de atendimento da CANGO. Embora houvesse crescimento populacional, a comunicação ainda era precária, devido à dificuldade de acesso às estradas e à falta de automóveis; para a locomoção eram utilizados principalmente cavalos.

Com a finalidade de resolver o problema da legalização das terras, o Governo Federal instituiu, em 1962, o Grupo Executivo de Terras no Sudoeste do Paraná (GETSOP), tendo Francisco Beltrão, novamente, como sede. Este viabilizou a abertura de outras estradas, tanto no entorno da cidade como no interior do município, construiu escolas, incentivou o reflorestamento, entre outros benefícios; atuou por doze anos na região, sendo extinto em 1974. Após a Revolta dos Posseiros, não ocorreu uma distribuição igualitária das terras, mas a regularização de quem já possuía a posse.

A revolta dos posseiros de 1957 representa uma conquista dos colonos sobre a CITLA que potencializa sua expropriação direta, cobrando por uma terra que já lhes pertence. Mas o desdobramento da vitória com a presença do Estado, por intermédio do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste Paranaense (GETSOP), legitima uma estrutura de manutenção de uma ordem desigual, na qual se encontrará a legitimação das pequenas e grandes propriedades rurais do Sudoeste paranaense (ALVES DOS SANTOS, 2008, p.51).

Optamos, para detalhamento da migração, a metodologia adotada por Roche (1969) e Wachowicz (1987), ou seja, fizemos um levantamento no arquivo das paróquias¹⁵ criadas até 1980: Nossa Senhora da Glória, Cristo Rei e São José, utilizando os registros de casamentos, identificando a etnia, o local de nascimento e o ano de casamento dos descendentes de italianos, através da grafia do sobrenome e das anotações existentes em cada registro (Tabela 07). Os documentos escritos como as certidões de nascimento, de batismo, casamento, cartas e outros são registros importantes porque permitem a preservação da memória, revelando dados sobre a identidade pessoal e social dos indivíduos bem como sobre o processo de migração.

É de suma importância relatar que utilizamos os registros das paróquias, porquanto, os cartórios de registros civis – estes seriam mais completos por abranger todas as religiões – não

¹⁵ Segundo Roche (p. 806, 1969), os dados obtidos sobre os conjugues “permitem considerar fiel a imagem que eles nos dão dos grupos rurais correspondentes”.

autorizaram o acesso às informações. A religião católica, no período definido como recorte temporal, foi primordial na vida destes indivíduos; estimamos, desse modo, que a maior parte dos que casavam no civil, também o faziam na igreja.

Isso significa que os dados que apresentamos são uma aproximação da quantidade de pessoas que migraram, por ano, deduzindo – através do número de casamentos – o aumento ou a diminuição da migração, para Francisco Beltrão, em cada período, desde 1954 (ano inicial dos registros) até 1980, (este recorte foi feito porque a partir desse ano, há diminuição da migração, fato que indica, ao mesmo tempo, o aumento dos indivíduos nascidos no município, provavelmente, filhos dos migrantes descendentes de italianos).

Ano	Rio Grande do Sul	%	Santa Catarina	%	Paraná	%	Outros estados	%	Total
1954	72	53,7	49	36,6	4	3	9	6,7	134
1955	60	54	33	29,7	5	4,5	13	11,8	111
1956	101	58,7	55	32	12	7	4	2,3	172
1957	123	58,3	62	29,4	16	7,6	9	4,7	211
1958	154	62,9	68	27,8	20	8,2	3	1,1	245
1959	92	53,8	59	34,5	16	9,4	4	2,3	171
1960	112	58,3	69	35,9	10	5,2	1	0,6	192
1961	124	52,5	79	33,5	22	9,3	11	4,7	236
1962	121	50,2	98	40,7	12	5	10	4,1	241
1963	145	50	120	41	20	6,9	6	2,1	291
1964	112	45,9	94	38,5	20	8,2	18	7,4	244
1965	131	50,8	94	36,4	22	8,5	11	4,3	258
1966	91	48,9	76	40,9	12	6,4	7	3,8	186
1967	101	52,6	74	38,5	15	7,8	2	1,1	192
1968	82	49,4	64	38,5	20	12,1	0	-	166
1969	106	44,2	91	37,9	36	15	7	2,9	240
1970	91	51,1	47	26,4	37	20,8	3	1,7	178
1971	133	47,8	95	34,2	45	16,2	5	1,8	278
1972	99	45,8	58	26,9	51	23,6	8	3,7	216
1973	138	39,9	98	28,4	86	24,8	24	6,9	346
1974	95	36,5	69	26,4	87	33,3	10	3,8	261
1975	94	33,3	70	24,8	113	40,1	5	1,8	282
1976	131	38,1	79	23	129	37,5	5	1,4	344
1977	83	26,2	53	16,7	173	54,6	8	2,5	317
1978	113	38,4	81	27,5	94	32,1	6	2	294
1979	80	29,1	52	18,9	137	49,8	6	2,2	275
1980	66	32,8	28	13,9	103	51,3	4	2	201

Tabela 08. Quantidade de descendentes italianos que se casaram em Francisco Beltrão (1954-1980)

Fonte: Paróquias Nossa Senhora da Glória, Cristo Rei e São José, 2011.

Elaboração: BRISKIEVICZ, M. (2011).

Em 1960, a população total do Sudoeste multiplicou-se 200% em relação a 1950, compondo-se por 289.218 indivíduos. Wachowicz (1987) revela, em seus trabalhos de campo, que coletou 97.786 registros de casamentos, englobando vários municípios da região, que 31,4% eram nascidos no próprio estado paranaense, 24,8% eram naturais de Santa Catarina, e do Rio Grande do Sul procedeu quantidade bem superior aos outros estados, ou seja, representaram o estado com maior mobilidade, com 42,9% do total.

Em Francisco Beltrão também houve um aumento expressivo, levando-se em conta os dados de 1956 apresentados pela CANGO. Segundo o censo demográfico do IBGE de 1960, a população era a maior entre os municípios que compõem o Sudoeste paranaense, com 55.253 habitantes, representando 20% do total; destes, 38.349 não eram naturais do município, ou seja, mais de 50% eram migrantes.

De modo geral, entre 1954 e 1960, dos descendentes de italianos casados em Francisco Beltrão, os gaúchos representaram mais de 50% dos migrantes, seguidos de catarinenses, com registros anuais, entre 27% e 36%. No ano de 1954, são do Rio Grande do Sul 53,7% dos que se casaram e de Santa Catarina, 36,6%; há também os nascidos em outros estados representando 6,7%; esta quantidade é maior que os nascidos no Paraná, pois os dados referentes a este, assinalam somente 3%.

No ano seguinte, a população de origem italiana do Rio Grande do Sul continua aumentando, ao contrário dos catarinenses que diminuem quase 7% se comparado ao ano anterior; há crescimento dos provenientes de outros estados e do próprio Paraná, com respectivamente, 11,8% e 4,5%, destacando que a mobilidade deste último estado, ainda é pouco significativa se comparada aos outros deslocamentos (Gráfico 09).

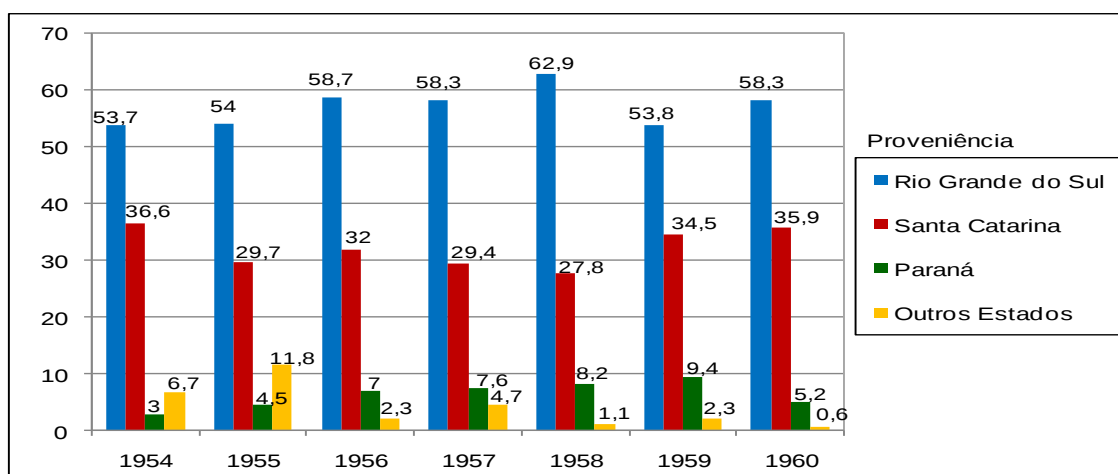


Gráfico 09. Casamentos dos descendentes de italianos em Francisco Beltrão - 1954 a 1960

Fonte: Paróquias Nossa Senhora da Glória, Cristo Rei e São José, 2011.

Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011).

Em 1956, os nascidos no Rio Grande do Sul que se casaram em Francisco Beltrão compõem 58,7% e aumentam novamente os indivíduos naturais de Santa Catarina. Também, ocorre uma inversão em relação aos nascidos no próprio estado e os provenientes de outros territórios brasileiros; os nascidos no Paraná são 7% e os de outras localidades diminuem bruscamente para apenas 2,3% dos casamentos de etnia italiana. No ano seguinte, os oriundos do Rio Grande do Sul, apesar de diminuírem, permanecem compondo mais de 58%; diminuem os catarinenses e aumentam os paranaenses e os de outros estados, com oscilações até 1960.

O ano em que mais houve indivíduos que se casaram em Francisco Beltrão foi 1958. Os nascidos no Rio Grande do Sul, correspondem a 62,9% do total de descendentes de italianos, já os catarinenses continuavam diminuindo desde 1956, chegando a representar 27,8%, percentual ainda significativo se comparado aos paranaenses que casaram no município.

Em 1959, os paranaenses continuam aumentando, com 9,4%, havendo uma queda dos provenientes do Rio Grande do Sul de 9,1% em relação ao ano anterior, mas os registros revelam aumento no ano seguinte (5,5%), ou seja, são 58,3% dos indivíduos gaúchos casados. As oscilações mantêm-se, mas os descendentes de italianos do Rio Grande do Sul, em todos os anos do gráfico, são os que mais se destacam e os oriundos de Santa Catarina também aumentam. Os naturais do Paraná, embora em quantidades menores, têm um aumento gradativo até 1959, diminuindo apenas em 1960.

Já em 1970, devido aos desmembramentos, os dados do IBGE apontam para a diminuição da população total do município para 36.807, deles, 0,08% são procedentes de Minas Gerais, 20,2% de Santa Catarina, 0,3% de São Paulo, 29,5% tem origem sul-rio-grandense, 0,4% são migrantes de outros estados e 49,5% naturais do Paraná. É de suma importância ressaltarmos que tais dados correspondem à população total, sem detalhamento das etnias; e, do total, 36% viviam no espaço urbano e 64%, no rural.

Eclodiu novo surto de desenvolvimento no Sudoeste com a mecanização da lavoura, a partir de 1970, com a racionalização do cultivo da terra, expansão do crédito agrícola, pavimentação das estradas de rodagem, intensificando o fluxo da produção e o aproveitamento do potencial energético com a instalação de novas usinas hidrelétricas (MARTINS, 1986). O Sudoeste possuía, nesse período, taxas de crescimento populacional acima da média nacional (3,12%) e do próprio estado (7,23%), representando 12,4% (CORRÊA, 1970, p. 32).

Em Francisco Beltrão, bem como em todo Paraná, a partir da década de 1970, se processou um novo *momento de transição*, ou seja, delineou-se um momento histórico mais rápido e intenso de transformações do território, pois, é quando forças econômicas e políticas, especialmente aquelas ligadas a modernização conservadora da agricultura e da industrialização é que passaram a agenciar o território através de seus novos atores com um forte impacto sobre a mobilidade espacial da população (MONDARDO, 2009, p. 371).

Os dados coletados (Gráfico 10) confirmam que, entre 1961 a 1970, os descendentes de italianos continuam sendo provenientes, sobretudo, do Rio Grande do Sul, seguido por Santa Catarina; os indivíduos vindos de outros estados, são os que menos compõem esta população. De modo geral, embora haja uma pequena diminuição em alguns anos, em 1970, os nascidos no Paraná, passam a representar mais de 20% do total dos indivíduos de origem italiana; isso se deu devido ao nascimento dos filhos dos migrantes no próprio estado, ou melhor, no próprio município, como identificamos nos registros de casamentos das paróquias estudadas.

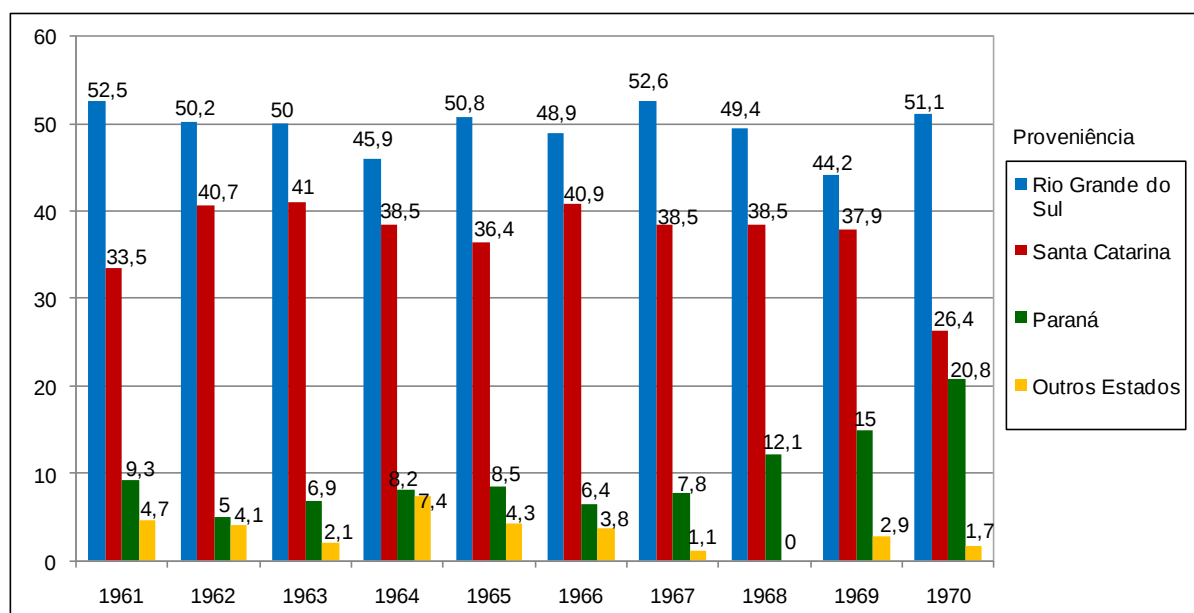


Gráfico 10. Casamentos dos descendentes de italianos em Francisco Beltrão - 1961 a 1970

Fonte: Paróquias Nossa Senhora da Glória, Cristo Rei e São José, 2011.

Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011)

Até 1963, os sul-rio-grandenses representaram mais de 50% dos indivíduos de origem italiana, mas diminuiu para 45% em 1964; o mesmo ocorre com os catarinenses: aumentam até 1963 e diminuem para 38,5%. Isso ocorre porque os procedentes do Paraná e de outros

estados brasileiros aumentam, respectivamente, para 8,2% e 7,4%; é um crescimento considerável se comparado aos anos de 1962 e 1963.

Em 1965, aumentaram os casamentos dos oriundos do Rio Grande do Sul com ascendência italiana, porém há uma oscilação até 1970, chegando a representar a maior quantidade em 1967, com 52,6%, e a menor em 1969, com 44,2%. Os nascidos em Santa Catarina também oscilam bastante até 1968, mas diminuem até 1970: isso ocorre porque, apesar da variação da quantidade de descendentes de italianos nascidos no próprio estado, a partir de 1967 há um aumento gradativo, chegando a representar, em 1969 e 1970, 15% e 20,8%. Os nascidos nos outros estados têm sua porcentagem maior em 1964, oscilando até 1970, chegando a não ter registro em 1968, correspondendo, em 1970 a 1,7% do total.

Ao analisarmos o total de migrantes, em 1970, conforme os dados do IBGE e compararmos com os registros dos descendentes de italianos nas paróquias, aqueles correspondem a mais de 50% dos oriundos do Rio Grande do Sul, ou seja, a 29,5% do total registrado no censo do IBGE.

Em 1980, 48.765 habitantes compunham o município; deles, 10.608 pertenciam ao distrito de Nova Concórdia. Há uma brusca mudança entre os que residiam nos espaço urbano e rural, com 58% dos indivíduos vivendo no urbano e 42%, no rural; ou seja, diminui a população rural e aumenta bruscamente a urbana em Francisco Beltrão. Do total, quase 60% são nascidos no estado do Paraná; destes, 43,3% dos habitantes são naturais do próprio município. Dos migrantes, 0,06% são de Minas Gerais; 0,3%, de São Paulo; 0,7%, de outras regiões brasileiras; 15% de Santa Catarina e 24% são oriundos do Rio Grande do Sul, sendo a quantidade destes dois últimos ainda consideráveis. Em ambos os estudos do IBGE, não há relação étnica da população do município, apenas indícios do local de origem do total da população (especificamente de Francisco Beltrão, os registros aparecem a partir de 1970).

Até 1974, os dados das paróquias sinalizam que os descendentes de italianos, nascidos no Rio Grande do Sul, compunham a maior parte da população de Francisco Beltrão, embora haja diminuição gradativa após 1970, o que também ocorreu com os catarinenses. É de suma importância enfatizar que, desde 1971 até 1980, os nascidos no próprio estado, mormente no município, representaram a maior parte dos casados; isso indica que a migração não se deu expressivamente como nos anos anteriores (Gráfico 11). Assim, por meio dos dados registrados nas paróquias, deduzimos que o período mais intenso da migração de descendentes de italianos ocorreu entre 1954 a 1974, entretanto, não pudemos identificar, por meio dos dados coletados, a migração ocorrida antes de 1954. A partir de então, há diminuição do deslocamento, surgem novos elementos que transformam e modificam o

território, a modernização agrícola, altera as características ambientais e sociais (econômico-político-culturais) do município.

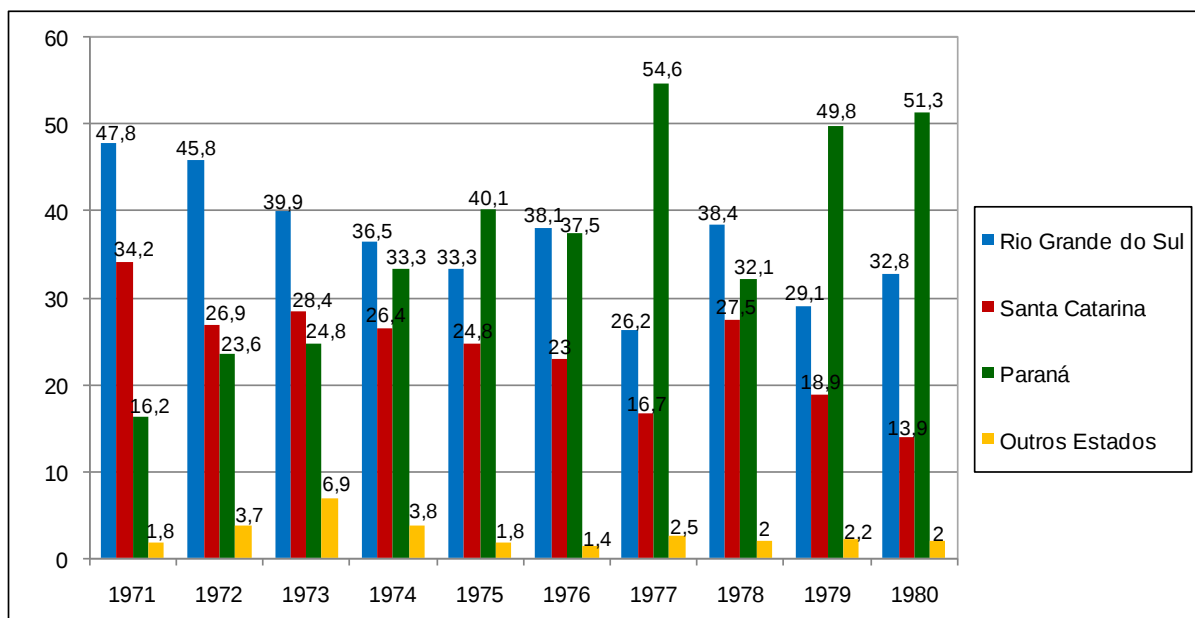


Gráfico 11. Casamentos dos descendentes italianos em Francisco Beltrão-1971 a 1980

Fonte: Paróquias Nossa Senhora da Glória, Cristo Rei e São José.

Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011).

Em 1971, os nascidos no Rio Grande do Sul representavam 47,8%, seguidos de catarinenses com 34,2%, os naturais do próprio estado são 16% e, em menor quantidade, os provenientes de outras regiões. Já em 1974, há grandes mudanças, pois os sul-rio-grandenses que antes representavam mais de 50% do total dos descendentes de italianos passam para 36,5%.

Embora, em 1971, tenha aumentado em relação a 1970, os catarinenses, de forma geral, também diminuem, chegando a representar em 1974, 26,4%. No mesmo ano, os casados, nascidos no Paraná, foram 33,3%, comparando com o primeiro ano de análise (1954), aumenta mais de 48%. Em 1975, inverte-se a origem dos descendentes de italianos; os rio-grandenses continuam com a mesma quantia do ano anterior e os catarinenses diminuem novamente, representando 16,7% em 1977 e apenas 13,9% em 1980.

Os do Rio Grande do Sul tiveram sua menor porcentagem em 1977; apenas 26,2%, aumentando para 32,8% em 1980. É evidente que, a partir de 1975, a população nascida no estado paranaense com descendência italiana (principalmente do próprio município) cresceu, a procedência diminuiu e os descendentes que migraram, notadamente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, passam a ter seus filhos no município, isso explica a inversão da

procedência – a partir do início da década de 1970 – em relação aos indivíduos casados em Francisco Beltrão.

Em 1975, os casados nascidos no Paraná correspondem a aproximadamente 40%, embora diminuíssem no ano seguinte, em todos os outros anos, predominavam, chegando, em 1977, a 54,6% e, em 1980, a 51,3%. Vale mencionar que os provenientes de outras localidades, no período analisado nas paróquias, de modo geral, foi a menor população migrante, desde 1956, tendo seu maior registro em 1964, com 7,4% e, em 1973, com 6,9%, chegando, em 1980, a representar apenas 2% do total dos casados provenientes de outros estados.

Estabelecemos este recorte, porque, a partir de 1975, a migração diminuiu e os nascidos no próprio município passaram a compor a maior parte dos casamentos, conforme os dados deixaram transparecer. Tais informações podem ser ratificadas pelos dados do IBGE, embora não haja a especificação do município de origem e das etnias (Gráfico 12). A média geral dos períodos analisados, em relação à aproximação da migração, esboçada nos dados coletados nas paróquias, correspondem a:

Períodos	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná	Outros
1954-1960	57,1%	32,3%	5,7%	4,2%
1961-1970	49,6%	37,2%	10%	3,2%
1971-1980	36,8%	24,1%	36,3%	2,8%

Tabela 09. Média geral dos casamentos por período

Fonte: Paróquias Nossa Senhora da Glória, Cristo Rei e São José.

Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011).

No período de 1954 e 1960, a média aproximada da proveniência dos migrantes do Rio Grande do Sul é de 57,1% dos registros, mas diminui após esse período; a média de 1961 a 1970 corresponde a 49,6%, chegando a 36,8%, embora haja menor procedência, a média é expressiva em relação à dos outros estados. Mesmo que os nascidos no próprio estado tenham aumentado com intensidade entre 1971-1980, nas décadas anteriores correspondiam a apenas 5,7% e 10%, na média geral, ainda constitui a migração abaixo dos gaúchos.

Em relação aos vindos de Santa Catarina, ocorreu a diminuição dos casamentos com o passar dos anos. De 1954 a 1960, compete a 32,3% da média, há um acréscimo, passando a compor 37,2% do total de descendentes que vivem em Francisco Beltrão, mas decai para 24,1% na década de 1970. Isto também ocorre com os oriundos de outros estados do Brasil,

que no primeiro período correspondiam a 4,2%, decaindo para 2,8% na média entre 1971 a 1980.

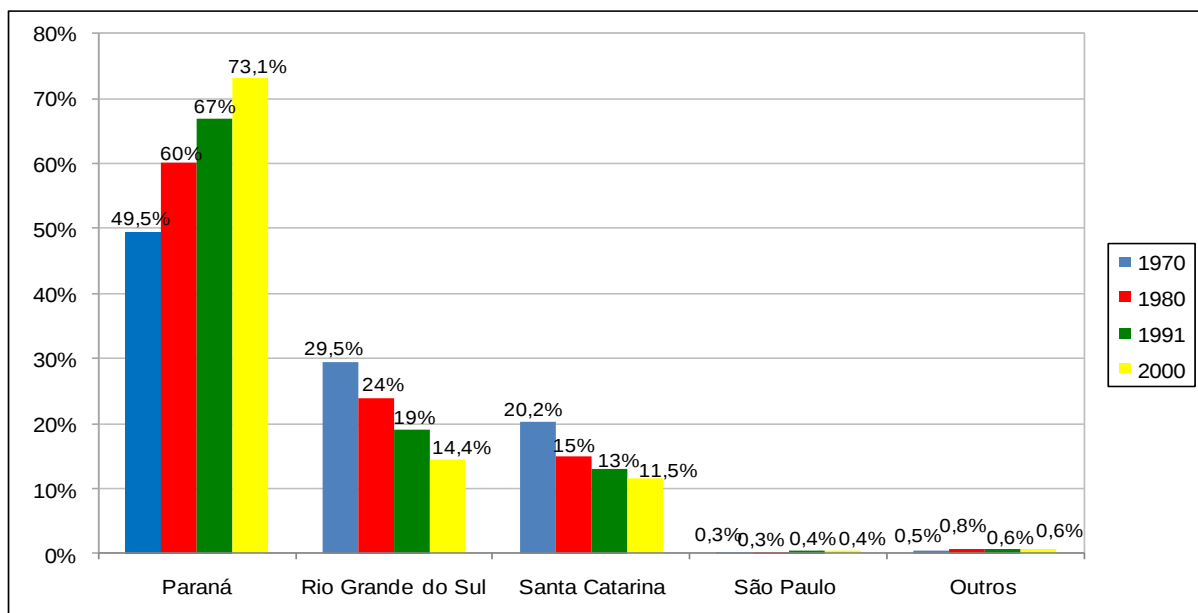


Gráfico 12. A composição da população de Francisco Beltrão por Estado de origem (1970-2000)

Fonte: Censos demográficos IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000.

Elaboração: BRISKIEVICZ, M. (2011).

Em 1991, o Sudoeste possuía 478.125 habitantes; destes, 61.272 pertenciam a Francisco Beltrão, ou seja, representavam um percentual de 12,8% do total; mais de 85% da população viviam na cidade e apenas 15% no espaço rural. Já em 2000, a população total do município atingiu 67.132 habitantes e continuou sendo a maior entre os municípios que correspondem ao Sudoeste; do total, 82% vivem na cidade e apenas 18% encontram-se no espaço rural. Houve grande mudança em relação à moradia das famílias, a população na cidade aumentou, ao contrário da rural; um dos principais fatores relacionados às mudanças foi a transformação técnica da produção agrícola, que modificou a composição da mão-de-obra ocupada no campo e na cidade.

Desse modo, houve claramente, um processo de inversão da população rural e aumento gradativo, nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000 da população urbana. Um fator que teve forte influência no processo de êxodo rural foi, sem dúvida, a mecanização da agricultura. Nesse sentido, concordamos com Singer (1987) ao dizer que as migrações não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, um rearranjo espacial das atividades econômicas.

Em relação à procedência populacional houve, em 1970, 49,5% nascidos no próprio estado. O Gráfico 11, permite identificar que, a partir desse ano, gradativamente, a maior parte da população originou-se do próprio estado, isso ratifica os dados coletados nas paróquias: até o início da década de 1970, houve o predomínio de descendentes de italianos provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e, a partir daquele momento, de nascidos no Paraná, especialmente em Francisco Beltrão. Ao contrário dos provenientes de outros territórios, os migrantes do Rio Grande do Sul que, até 1960, compunham mais de 50% da população diminuíram, a partir de 1970, chegando a representar, em 2000, apenas 14,4% (os dados sobre os descendentes italianos coletados na paróquia, oriundos do Rio Grande do Sul, correspondem a essa porcentagem); o mesmo ocorreu com os catarinenses que representavam nesse mesmo ano 11,5% da população total do município. Já os provenientes de outros estados mantendo-se com menos de 1% do total.

Outra metodologia utilizada para que possamos, mais uma vez, ratificar os dados coletados nas paróquias e os dados apresentados por Ruy Wachowicz ao estudar o Sudoeste do Paraná, corresponde à filiação dos descendentes de italianos cadastrados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Através desses dados, identificamos novamente a predominância de indivíduos com descendência italiana que se instalaram em Francisco Beltrão e também o estado e os municípios de onde se originaram. Estamos cientes de que estas metodologias são apenas aproximações, porém nos possibilitam, de várias formas, ratificar a permanência desses descendentes em Francisco Beltrão, e permitem-nos retratar a migração, ter conhecimento em relação à quantidade e aos períodos.

Segundo Pirin (2006, p. 131), “o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Francisco Beltrão foi fundado no ano de 1963, com 504 sócios, de acordo com levantamentos documentados na sua sede”, contudo, na década de 1950, já existia uma forma de organização representativa dos trabalhadores rurais, por isso, os dados das fichas de filiação coletadas e analisadas são anteriores ao ano da fundação do sindicato, considerando que sua criação foi num período, como já salientamos, de intensa migração para o município.

A carta de reconhecimento de fundação do Sindicato foi deliberada no ano de 1964, quando o sindicato já tinha 1.600 sócios. Posteriormente, em 1971, o decreto-lei nº. 1.166 definiu como “trabalhador rural” tanto os associados rurais quanto os pequenos proprietários rurais; o Sindicato dos Produtores Rurais Autônomos de Francisco Beltrão passou a se denominar como Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) (PIRIN, 2006). Assim, este sindicato incluía pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores rurais autônomos.

Do total de 6.198 fichas analisadas, entre os anos de 1952 e 1996 (após esse período as fichas passaram a ser computadorizadas), 2.135 são de ascendência italiana, destes, mais de 50% são oriundos do Rio Grande do Sul, (Gráfico 13), em seguida pelos vindos de Santa Catarina, e os nascidos no próprio município de Francisco Beltrão. Embora, a partir de 1980, a migração que já havia diminuído significativamente, os filiados correspondem, na maioria, aos pais destas famílias, ou seja, aos migrantes colonizadores, pois os 15,4% de filiados naturais do próprio município correspondem, sobretudo, aos que nasceram após 1960.

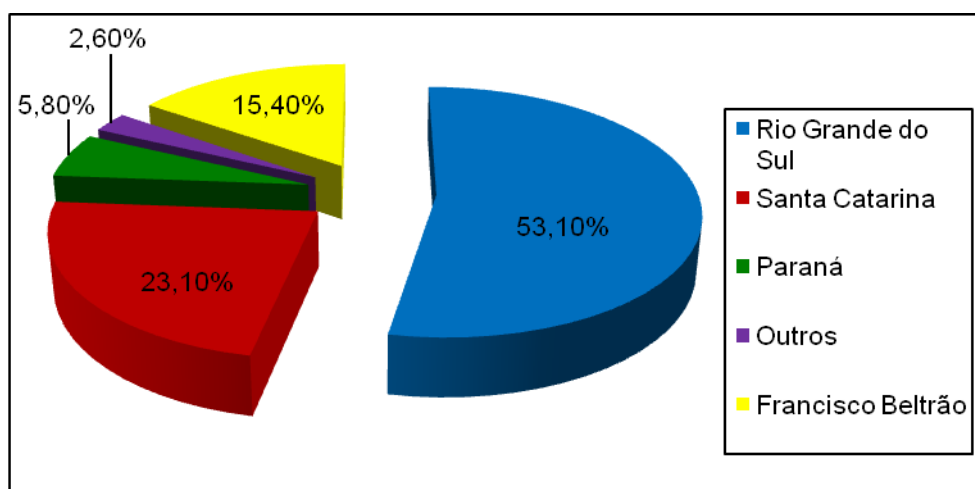


Gráfico 13. Estados de origem dos descendentes de italianos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão

Fonte: Fichas de Filiação, fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, 1952-1996. Elaboração: BRISKIEVICZ, M. (2011).

Os dados ratificam acima os extraídos das paróquias e analisados e são comprovados também por meio das entrevistas realizadas com famílias de etnia italiana. Mostra, mais uma vez, que a predominância desta etnia no município é relevante, inserindo-se a maioria (está vinculada) ao processo de migração do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para Francisco Beltrão.

Como ressalta Raffagnin (2005), na época, o sindicato não era centralizado e constituía-se de delegacias localizadas nas *comunidades* rurais mais povoadas do município, tais como: Jacutinga, São Braz, Vista Alegre, Rio Bocó, Jaracatiá (Enéas Marques), Rio Tuna, Guarapuava, Km 20, Rio Vitória, Nova Esperança, Salto do Lontra, Jacaré, Barra Grande, Nova Concórdia, Rio do Mato e Rio Pedreiro e, posteriormente, em 1964, Barra Bonita e Rio Varanda.

Em relação à localização dos descendentes de italianos, a partir da análise das fichas de filiação, encontra-se da seguinte forma: *gaúchos* – Linha Gaúcha, Rio do Mato, Nova

Concórdia e Km 20; *catarinenses* – Secção São Miguel, Secção Jacaré, Rio Tuna e Bairro da CANGO; *paranaenses* – Nova Concórdia, Cabeceira do Rio do Mato, Bairro da CANGO e Linha Gaúcha; e *beltronenses* – Secção São Miguel, Água Vermelha, Linha Gaúcha, Rio Tuna e Secção Jacaré. Devemos ressaltar que há várias outras localidades, porém, a predominância encontra-se nas *comunidades* e bairros citados. Isso explica também porque, nos dias atuais, *comunidades* como Km 20 e Secção Jacaré têm predominância da etnia italiana e reproduzem com mais intensidade aspectos de vida de seus antepassados como os grupos de dança que divulgam sua cultura.

Para obtermos dados aproximados da representatividade de cada etnia na formação de Francisco Beltrão, utilizamos também a lista telefônica com maior quantidade de números telefônicos cadastrados, a qual mostra a identificação da presença principalmente de três etnias: italiana, alemã e polonesa, entre outras que, separadamente, são em menor número, como: portugueses, espanhóis, japoneses e brasileiros, por isso foram agrupados (Gráfico 14).

Identificamos 9.779 sobrenomes de indivíduos residentes no município¹⁶ e, por meio da classificação, verificamos a origem étnica das famílias. Destarte, estes dados também são uma aproximação¹⁷. Segundo tais dados, os de origem italiana aparecem com 44,3% dos sobrenomes, os alemães, com 10,3%, e os poloneses, 4,8%, já as outras etnias apontadas, embora estejam somadas (40,6%), se tomadas em separado, apresentam-se em menor número.

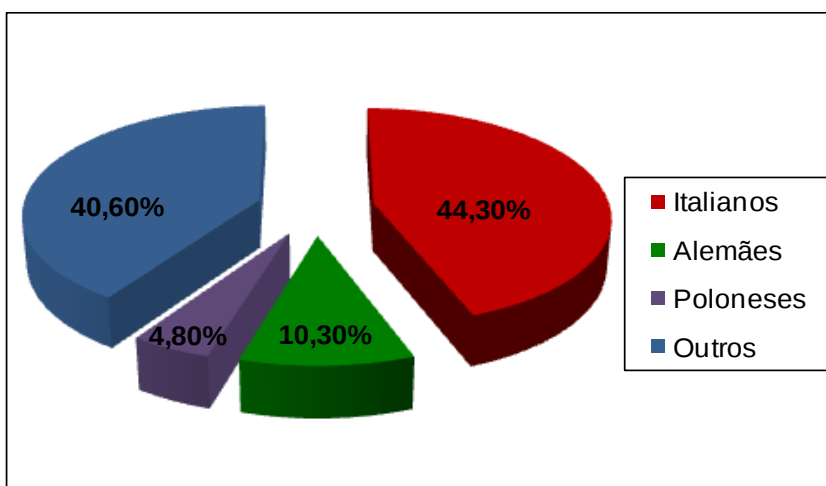


Gráfico 14. População de Francisco Beltrão, conforme a etnia - 2008

Fonte: Lista Telefônica Editel – 2008, fornecido por Ana Rúbia Gagliotto.

Organização: BRISKIEVICZ, M. (2011).

¹⁶ Embora esses dados não corresponderem à população total de Francisco Beltrão, somente das famílias que possuem telefone fixo, podemos averiguar a expressividade dos descendentes de italianos e, em número menor, outras etnias européias.

¹⁷ Mesmo tendo os sobrenomes em italianos, isso não significa que todos sejam desta etnia, devido à troca de sobrenomes realizados por meio dos casamentos. Assim, através dos sobrenomes que mais apareceram nas listas, serão realizadas as entrevistas, para ratificar se são da etnia italiana.

Alguns sobrenomes não foram identificados por causa das modificações ocorridas ao imigrarem para o Brasil e devido aos erros dos registros nos cartórios. Enfatizando – como assinala Gagliotto (2009) – que “[...] é cada vez mais frequente o surgimento de sobrenomes com raízes brasileiras” (p.57). Entre os sobrenomes que mais se destacam em Francisco Beltrão, a partir da lista telefônica, estão¹⁸: Nesi, Negri, Perin, Tonello, Bordignon, Marcello, Chiapetti, Zanella, Bonetti, Galvan, Martini, Basso, Fávero, Girardi, Baldo, Fabris, Ferrari, Marcon, Andretti, Borghesan, Barbieri, Bortolini, Dall’ Agnol, Gemelli, Mazetto, Montemezzo.

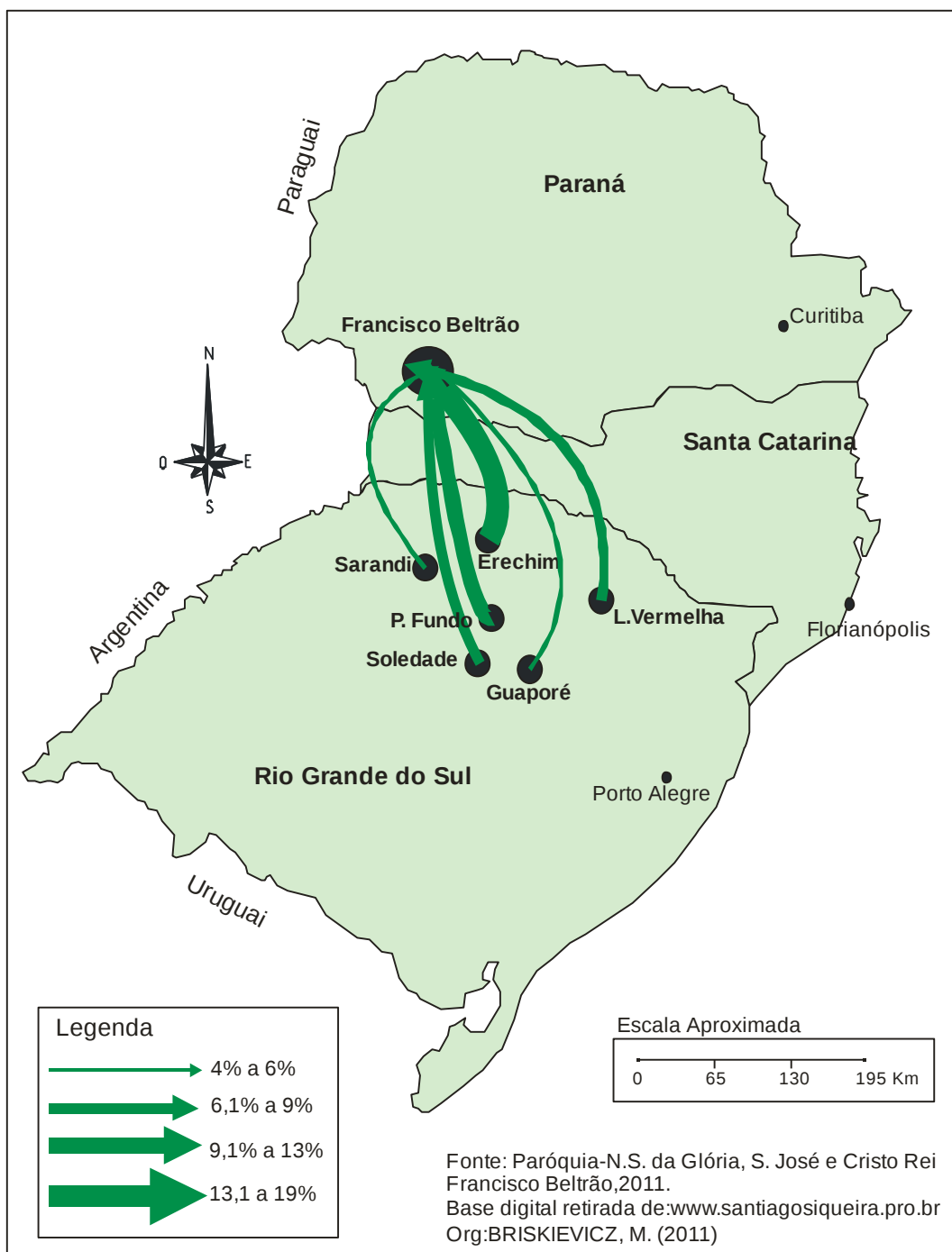
O território de Francisco Beltrão, por ser construído historicamente e incorporar as dimensões econômicas, políticas, ambientais e culturais, expressa uma identidade, uma característica própria, abrange certos valores, códigos, ícones, tradições, costumes e folclore (aspectos estes constituintes de uma cultura), visíveis por meio das características da vida dos descendentes de italianos. Brandão (1986) acrescenta que as diferenças biológicas, *essencialistas* (cor de pele, tipo dos olhos ou cabelos) e culturais, isto é *não essencialistas* (forma de organização do trabalho comunitário, regras de casamento, códigos de orientação do comportamento, crenças religiosas) são consideradas diferenças étnicas.

Após realizarmos a sistematização e tratamento estatístico dos dados coletados nas paróquias, identificamos a notória carência de documentos cartográficos que proporcionassem a visualização espacial da origem e a proporção dos migrantes de ascendência italiana para o município, por isso, propusemo-nos a elaborar mapas sobre a temática, pois eles fornecem uma representação para registrar os movimentos.

Entendemos o mapa como representação da realidade, vista de maneira subjetiva, podendo representar o passado, o futuro desconhecido ou imaginado, considerando fatos e ficção, ciência e arte. Os mapas, gráficos, diagramas e esboços são amplamente utilizados na Geografia e outras áreas, pois proporcionam visualização da distribuição dos fenômenos no espaço geográfico (BRISKIEVICZ; MEIRA, 2009). Por isso os utilizamos em nossas pesquisas.

Nos mapas elaborados (10 e 11), podemos identificar através da espessura das flechas de fluxos, a intensidade, a origem e o destino das famílias migrantes a partir dos registros de casamentos, enfatizando que o recorte foi feito com municípios que apresentam mais de 4% do total de indivíduos provenientes tanto do Rio Grande do Sul como de Santa Catarina.

¹⁸ Estes sobrenomes serviram como um indicativo para a realização das entrevistas.



Mapa 10. Fluxo migratório dos descendentes de italianos do Rio Grande do Sul para Francisco Beltrão

Erechim e Passo Fundo são os municípios de origem da maior parte dos migrantes descendentes de italianos instalados em Francisco Beltrão, conforme verificamos através do Mapa 08 e confirmamos através das entrevistas constantes no Capítulo 4. Erechim representa 18,4% e Passo Fundo 13% do total dos indivíduos provenientes do Rio Grande do Sul (as flechas com maior espessura demonstram essa ocorrência); também há significativa

procedência de Soledade e Lagoa Vermelha, respectivamente, com 7,1% e 9%; de Guaporé são 4,7% dos migrantes e Sarandi 4,6%.

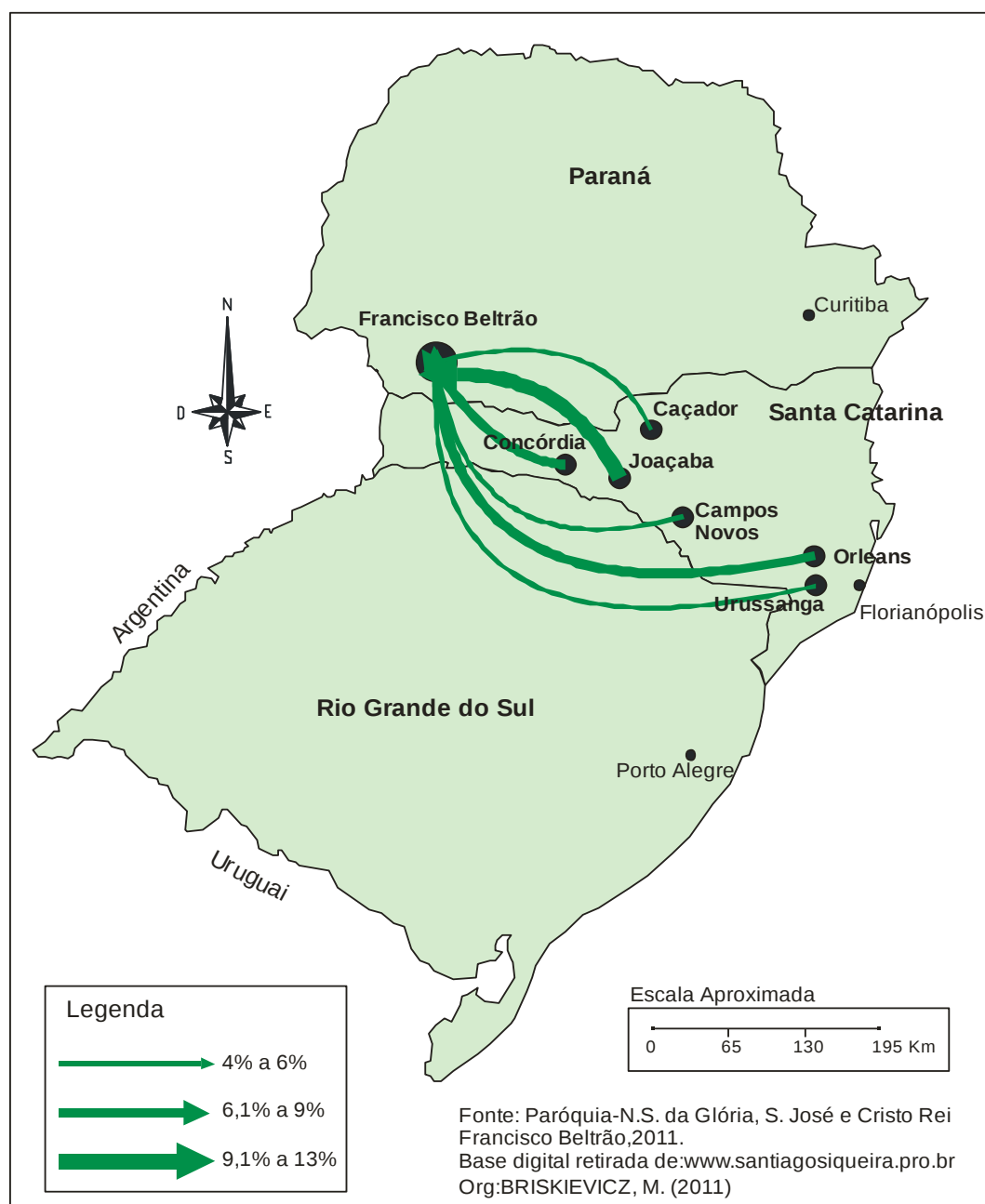
Segundo Roche (1969), a colônia Erechim foi a mais desenvolvida no estado do Rio Grande do Sul. Vários nomes foram dados ao município, inicialmente, chamado de Paiol Grande e depois, sucessivamente, de Boa Vista, Boa Vista de Erechim, José Bonifácio e, finalmente, Erechim; por isso constatamos relevante quantidade de indivíduos descendentes de italianos nascidos em José Bonifácio. Em 1950, constituía um dos municípios rurais com maior densidade populacional; mesmo com os desmembramentos territoriais de Getúlio Vargas, em 1934, e Marcelino Ramos, em 1943, foi considerado um exemplo de grande impulso demográfico que ocorreu com a colonização. Isso leva a compreender que a expressiva densidade populacional foi um dos motivos que impulsionou a migração.

Embora em menor quantidade, lembramos que, além dos municípios representados no mapa, há outros registrados, entre eles, Sananduva (3,9%), Nova Prata (3,8%), Marau (2,1%), Getúlio Vargas (1,9%), Encantado (1,7%), Cruzeiro do Sul (1,7%), Palmeira das Missões (1,6%), Carazinho (1,6%), Espumoso (1,3%), Marcelino Ramos (1,1%), Lajeado (1%). Estes, juntamente com os apresentados no mapa, representam 73,1% do total dos municípios de deslocamento da população que se fixou em Francisco Beltrão.

Ainda é importante destacar que – como identificamos através dos dados de nascimento coletados nas paróquias – autores como Wachowicz (1987), Padis (2006), Corrêa (1970), e outros que estudaram a colonização do Sudoeste do Paraná, também relatam que o deslocamento ocorreu de áreas correspondentes ao Norte e Noroeste do estado sul-rio-grandense, principalmente de territórios mais antigos que correspondiam às colônias de italianos e alemães fundadas no final do século XIX e no primeiro quartel do XX.

Em relação à proveniência de Santa Catarina, destaca-se o município de Joaçaba, com 12,1%, como se observa no mapa do fluxo migratório (Mapa 11), seguido de Orleans com 8,9% e Concórdia com 8,1%; também aparece 5,1% de Campos Novos, 4,6% e 4,3% de Caçador e Urussanga, respectivamente.

Há indivíduos provenientes de outros municípios, como Videira (3,7%), Chapecó (3,5%), Bom Retiro (3,1%), Araranguá (2,7%), Capinzal (2,7%), Lages (2,2%), Lauro Muller (2%), Urubici (1,8%), Tubarão (1,8%), Braço do Norte (1,6%) e outros. Todos juntos representam um total de 73,6% da origem dos migrantes oriundos de Santa Catarina; os outros 26,4% correspondem à variação de outros municípios que possuem menos de 1,5%.



Mapa 11. Fluxo migratório dos descendentes de italianos de Santa Catarina para Francisco Beltrão

Em relação aos descendentes de italianos provenientes do próprio estado do Paraná até 1965, os registros dos cartórios mostram que a procedência era principalmente de Pato Branco, Clevelândia e Palmas. Também havia migração de outras localidades, porém, em pequena quantidade, como de Lapa, Umuarama e Chopinzinho. Após o referido ano, os registros dos descendentes da etnia italiana, nascidos no próprio município, aumentam, embora, até 1971, ainda houvesse uma quantidade significativa de migrantes oriundos dos municípios paranaenses já citados. Em 1972, os beltronenses representavam mais de 50% dos

descendentes de italianos, conforme enfatizamos anteriormente; isso ocorre porque houve diminuição da migração e, provavelmente, são a terceira e quarta gerações da etnia italiana.

A partir de 1974, os beltronenses representam mais de 80% dos indivíduos; a migração de outros municípios do Paraná continua ocorrendo, principalmente, para as proximidades de Francisco Beltrão. Além dos já mencionados, estão Enéas Marques, Renascença, Santo Antônio do Sudoeste, Vitorino, Mangueirinha, Marmeleiro, Salgado Filho e Barracão.

Os municípios de origem, destacados através dos registros de casamentos, conforme os lugares de nascimento dos descendentes de italianos, assemelham-se com os assinalados por Wachowicz (1987), aos municípios de origem da migração para o Sudoeste do Paraná, embora ele não descreva a quantidade residente em Francisco Beltrão¹⁹. Também corresponde à análise das fichas de filiação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STD) de Francisco Beltrão (Quadro 03). Este quadro permite-nos conceber visualizar e comparar os resultados das coletas de dados, afirmando a similaridade dos municípios de procedência dos indivíduos migrantes.

Nos 10 municípios destacados no Quadro 03, correspondentes às maiores quantidades de descendentes italianos originários de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, as três fontes dão informações semelhantes a respeito da origem dos indivíduos. Algumas diferenças de municípios surgem na análise de Ruy Wachowicz, ou seja, Guaporé, Nova Prata, Sananduva não constam entre os 10 municípios de origem dos migrantes. Já em relação a Santa Catarina, apenas Urussanga não aparece na pesquisa do autor, isso porque ele faz o apanhado geral do Sudoeste e nossa pesquisa vincula-se somente ao município em questão, posto que sua colonização tenha-se dado no mesmo contexto.

A construção do território de Francisco Beltrão deu-se no processo de desreterritorialização, condicionada por uma multiplicidade de fatores e esteve eminentemente ligado à influência do Estado. A desterritorialização dá-se, sobretudo, por fatores econômicos e políticos, similar à re-territorialização; as pessoas migram condicionadas por um conjunto de elementos e processos identificados no Capítulo 4.

O fluxo migratório favoreceu as atividades tradicionais de colonizadores de origem italiana, especialmente os que vieram da região da Serra Gaúcha (principal produtor de uva do Brasil), sendo a viticultura uma das atividades introduzidas artesanalmente na economia do município de Francisco Beltrão, em poucas décadas, colonizado efetivamente e transformado,

¹⁹ Os dados correspondentes a Francisco Beltrão, coletados por Ruy Wachowicz, abrangem apenas de 1966 a 1975, devido ao fato de que os dados dos cartórios não existiam, por causa de um incêndio, e as duplicatas dos registros não haviam sido recolhidas ao Departamento de Arquivo e Microfilmagem do Estado do Paraná.

por isso, é fundamental conhecer a história das famílias identificando as mudanças e permanências. As características de povoamento são expressas na sua territorialização como os hábitos culturais dos descendentes de europeus, principalmente de italianos. Saquet (2004) afirma que a perda e a construção de um território e da identidade ocorrem por meio da des-re-territorialização.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais			Registros de casamentos das paróquias		Wachowicz (1987)	
Rio Grande do Sul		Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
1	Passo Fundo	Orleans	Erechim	Joaçaba	Erechim	Concórdia
2	Erechim	Urussanga	Passo Fundo	Orleans	Soledade	Joaçaba
3	Guaporé	Joaçaba	Lagoa Vermelha	Concórdia	Passo Fundo	Chapecó
4	Lagoa Vermelha	Concórdia	Soledade	Campos Novos	Lagoa Vermelha	Campos Novos
5	Soledade	Caçador	Sarandi	Caçador	Palmeira das Missões	Caçador
6	Sarandi	Campos Novos	Guaporé	Urussanga	Três Passos	Orleans
7	Nova Prata	Bom Retiro	Sananduva	Videira	Tenente Portela	Videira
8	Sananduva	Chapecó	Nova Prata	Chapecó	Marcelino Ramos	Bom Retiro
9	Aratiba	Videira	Marau	Bom Retiro	Iraí	Lages
10	Encantado	Araranguá	Getúlio Vargas	Araranguá	Sarandi	Araranguá

Quadro 03. Comparação dos municípios de procedência dos migrantes (ordem decrescente)

Fonte: Paróquias Nossa Senhora da Glória, Cristo Rei e São José; Fichas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais 1952-1996; e Wachowicz (1987)

Elaboração: BRISKIEVICZ, M. (2011).

Visualizamos que, aspectos identitários, herdados de gerações passadas permanecem de forma clara no cotidiano dos beltronenses, até nos dias atuais, como na alimentação: polenta, massas, vinhos, salame, queijos; objetos da vida diária como mesas, armários, camas, ferramentas; livros e fotos são guardados pelas famílias como forma de preservação da memória e podem ser utilizados como fontes de informações sobre suas vidas; as linguagens; as práticas religiosas: igrejas/templos, santos, canções, festas típicas em Francisco Beltrão como: Festa e Concurso Regional do Vinho, Baile Queijos e Vinhos, Festi Vin, jantares italianos, entre outros; além desses costumes dissolvidos no cotidiano, existem *comunidades* localizadas no espaço rural, onde a concentração de descendentes é manifestado com mais

intensidade, principalmente através de eventos e grupos de danças: *Va Pensiero* e Grupo Folclórico Italiano *Belvedere*, localizados nas *comunidades* do Km 20 (Pio X) e na Secção Jacaré; ambos têm o objetivo de divulgar a cultura italiana através de danças típicas de várias regiões da Itália, entre outras manifestações culturais.

De acordo com Lazier (1986), as migrações para o município de Francisco Beltrão são uma das principais características históricas de sua formação territorial; a maioria são descendentes de italianos, alemães e poloneses – como também demonstrara Wachowicz (1987) – o que foi ratificado pelos dados que coletamos nesta investigação. Tal processo determinou a identidade do município, revelando as marcas culturais (entendidas como o que o indivíduo produz no seu cotidiano as práticas, as teorias, os valores materiais e espirituais, comportamentos, monumentos, entre outros) e econômicas; embora o contato com outras culturas tenha mudado, em alguns aspectos, o seu modo de vida, ao longo dos séculos, perduraram e são visíveis nas atividades de algumas famílias com origem italiana – a serem relatadas no Capítulo 4 – mesmo no processo de des-re-territorialização das famílias italianas para determinados estados brasileiros e, destes, para outras regiões como o Sudoeste do Paraná e, em particular, Francisco Beltrão.

CAPÍTULO IV

OS DESCENDENTES DE ITALIANOS EM FRANCISCO BELTRÃO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS IDENTITÁRIAS

Nesse capítulo, nossa finalidade é apresentar os resultados do trabalho de campo, realizado através de entrevistas, com as famílias selecionadas de acordo com a quantidade de sobrenomes encontrados nas listas telefônicas, de ascendência italiana, no município de Francisco Beltrão.

As entrevistas foram no total de dez, destas, cinco entrevistados residem no espaço urbano: Comunello, Tesser, Bortolini, Marcello e Borghesan. E cinco vivem no espaço rural: Lazarotto, Salmória, Graciani, Nesi, Felipetto. Essas entrevistas foram realizadas através de um roteiro elaborado com questões fundamentais, para verificar o processo de desterritorialização e reterritorialização dos migrantes e suas principais características identitárias, que foram reproduzidas ou perdidas com o passar do tempo, por meio da escuta e do registro da história de vida dos indivíduos. Os entrevistados foram selecionados desta forma, para que possamos comparar a diferença da importância dada à questão da identidade italiana, pelas famílias e sua reprodução, em relação as que residem nos espaços urbano e no rural.

Utilizamos a fonte oral como metodologia de análise, a partir da narrativa dos entrevistados, pois concordamos com Thompson (2006), ao dizer que o nosso passado é nossa memória. Para o autor, a partir da história oral, as pessoas buscam compreender as transformações as quais sofreram durante a vida, e por meio desta, conseguiremos analisar as mudanças e permanências da cultura dos descendentes de italianos entrevistados.

No município de Francisco Beltrão, identificamos elementos materiais e imateriais, fundamentais para o registro do processo histórico e para a reafirmação da identidade. Por isso, ressaltamos a importância do conceito de memória e identidade, ambos se complementam e são necessários para compreender a formação do território e sua transformação, bem como, para incentivar a reafirmação da identificação da cultura italiana, evitando a perda de determinados elementos.

A identidade de um indivíduo é construída e reconstruída cotidianamente, a partir da relação com o passado (por meio da memória) e, modificada, a partir, das novas inserções advindas com passar do tempo. Além do mais, a cultura dos indivíduos, influencia na

identidade de cada território, pois estes, a partir das relações econômicas, políticas e culturais, induziram a transformação de determinadas características do território de Francisco Beltrão, especialmente em relação aos patrimônios culturais, elementos que permitem associá-los ao passado, por meio da memória. Desse modo, concordamos, com Gagliotto (2009), ao afirmar que:

Quando falamos em aspectos culturais percebidos em Francisco Beltrão podemos assinalar as heranças, sejam elas de origem étnicas ou não, como gastronomia, danças, linguagem, religião, arquitetura, evento e outras, originadas em decorrência da forma e motivação da ocupação de Francisco Beltrão... (p. 57).

Há traços relevantes desta etnia, inseridos no dia-a-dia da população beltronense, por meio dos seus hábitos alimentares, da linguagem, da religião e outras manifestações culturais, como as festas e danças. Estes costumes estão dissolvidos no cotidiano, especialmente pelos indivíduos que vivem no espaço rural, existem *comunidades* onde a concentração de descendentes desse grupo étnico preserva com mais intensidade a cultura de seus ancestrais, reproduzidos e divulgados por eventos e grupos folclóricos. Por isso também realizamos entrevistas com os grupos *Va Pensiero* (Comunidade São Pio X – Km 20) e *Belvedere* (localizado na Secção Jacaré).

Realizamos a descrição e análise detalhadamente das famílias, buscando ratificar os dados sobre a mobilidade, coletados nas paróquias e no sindicato dos trabalhadores, enquanto transformação e transformadora das relações sociais. Em seguida, elaboramos uma síntese para melhor compreensão dos resultados em relação à reprodução ou não de elementos como alimentação, linguagem, músicas, danças, vestuário, religião, e outros objetos. Ao mesmo tempo, evidenciamos a importância da existência dos grupos folclóricos da etnia italiana para a preservação e representação da identidade das famílias que participaram do contexto abrangido, como podemos averiguar no decorrer do texto a seguir.

4.1 A MEMÓRIA E A FONTE ORAL

O conceito de memória vem sendo difundido especialmente no campo da História, Psicologia, Antropologia, Sociologia e outras ciências. Na Geografia, o estudo da memória, como mostra Flávio (2011), não possui tradição, por isso devemos nos conter no campo de outras ciências, mantendo o diálogo da história com a Geografia e outras áreas do

conhecimento, para melhor desvendarmos e analisarmos o processo de des-re-territorialização dos descendentes de italianos e a formação da identidade.

São as recordações, que através do resgate da memória, contribuem para construção e reconstrução de identidades, conformam as heranças culturais, comportamentos e hábitos. Em Dias e Priori (2009), a memória ganha destaque nas suas análises, vinculada aos lugares, aos quais apreciamos para compreender como os territórios são construídos e reconstruídos através da mobilidade humana e, como este processo implica na formação das identidades dos indivíduos. Os lugares são: a) *funcionais*, como biografias, memórias e depoimentos; b) *simbólicos*, como as igrejas, considerando os cerimoniais religiosos e rituais e; c) *monumentais*, relacionados aos museus, arquivos, bibliotecas e edificações.

Nosso interesse baseia-se em analisar a partir da memória, as lembranças ou recordações, dos descendentes de italianos que vivem em Francisco Beltrão, para compreender o processo de des-re-territorialização e a construção e modificação da identidade, para isto, utilizamos as fontes orais, narrativas dos indivíduos que participaram deste processo.

Destacamos a importância das fotografias, objetos, patrimônios culturais e grupos folclóricos, como elementos que ajudam a preservar a identidade, a história das famílias e da formação do município, chamadas por Delgado (2006) de memórias visuais. As vozes da memória, para a autora, correspondem às narrativas, filmes, fotografias, telas, esculturas, imagens, livros, músicas, monumentos, relíquias, documentários e outros, ambos essenciais para a produção de novas fontes históricas e a preservação de documentos já existentes. Também para Dias e Priori (2009), estes meios provocam o desejo da sociedade em cultivar a memória que, de certo modo, comportam elementos para a história e o entendimento do presente.

a memória é a base para a construção da identidade, da consciência do indivíduo e dos grupos sociais. Afinal, a memória é quem vai registrar todo o processo de identificação dos sujeitos com o espaço em que se inserem e as consequentes relações que se vêm estabelecer a partir dessa identificação (CARLOS, 1966, p. 137, *apud*, GOETERR, 2008, p.56).

Embora saibamos que a utilização de outras fontes possa garantir ou propiciar uma análise aprofundada de determinada pesquisa, a fotografia permite “conservar” a memória, os depoimentos e relatos dos habitantes nos ajudaram a compreender melhor as relações sociais a que estão envolvidos. Também os objetos “[...] guardam ainda o que no passado é vital para

nós. [...] não apenas nos fazem retroceder no tempo como também tornam-se os tijolos que ligam o passado ao futuro (WEINER, 1988, p.159, *apud*, DIAS; PRIORI, 2009, p.68).

Gonçalves (2009) reconhece que os objetos materiais estão associados à memória e a experiência vivida por cada indivíduo, servem como “pontes” entre o passado, o presente e o futuro, são relações que os seres humanos mantêm com o seu passado. Além do mais, tem como papel, representar as identidades, as memórias, o passado histórico e a cultura de determinados grupos.

Nas entrevistas, nos propormos ouvir relatos históricos de algumas famílias que participaram na construção do território de Francisco Beltrão, estes como apontam Meyer (2000) podem, através da história de vida, narrar às tradições de gerações, promovendo, desse modo, “um diálogo entre o passado e presente, repleto de cenas, cenários, sabores, sentimentos, vivências, conhecimentos e práticas da natureza, do vivido, do imaginado, do representado e das visões do mundo onde vivemos” (p.36).

Consideramos indispensável incorporar nas pesquisas, as fontes orais, pois como coloca Goetter (2008) “o papel da geógrafa e do geógrafo, portanto, é também *ver e ouvir*”, pois ao desvendar o processo de migração por meio da memória, da lembrança, utilizamos uma metodologia “capaz de recriar o movimento migratório e, por sua vez, os lugares *pertencentes à migração*” (GOETTER, 2008, p.56).

Esta metodologia, além de buscar o resgate da memória e das representações, possibilita como demonstra Goetter (2008), a “desfragmentação” das experiências dos migrantes e, conseqüentemente, resgata o processo de construção do território de Francisco Beltrão e a reafirmação da identidade dos indivíduos.

Thompson (2006) é um dos principais pensadores contemporâneos da História Oral. Concordamos com tal, ao expor que devemos levar em conta tanto os recursos qualitativos como quantitativos, para tornar a pesquisa mais profunda, para que haja a complementação. Assim, embora a fonte oral seja essencial em nossas pesquisas, para ratificarmos os períodos de maiores fluxos migratórios, os lugares de origem das famílias, não devemos usá-la unicamente, esta “deve ser percebida como uma *opção*. É a opção por uma fonte. Não a única” (GOETTER, 2008, p.66).

Com certeza só se pode entender os processos sociais que estão por trás da migração por meio de um método como a história oral, entrevistando pessoas. Depois será possível voltar aos números e talvez aí eles comecem a fazer algum sentido. Mas se não dermos esse segundo passo, conectando os dois processos, nunca saberemos se as entrevistas são ou não representativas,

e é preciso saber disso se queremos ser historiadores ou cientistas sociais sérios (THOMPSON, 2006, p.22).

Além da fonte oral, Delgado (2006), destaca a memória escrita, esta se refere aos documentos, cartas e diários, e memórias obtidas através de entrevistas sob forma de histórias de vida. “[...] é necessário que registremos nossas memórias de diferentes maneiras, sejam escritas, orais ou iconográficas, e que as discutamos baseadas em nossas trajetórias e experiências” (p.108).

É um procedimento metodológico, o qual, busca a construção de fontes e documentos, procura registrar através das narrativas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história e suas dimensões. É um registro de depoimento. “A memória, principal fonte dos depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças [...]” (DELGADO, 2006, p.16).

O resgate da memória é importante para a reprodução das experiências vividas ao longo de diferentes temporalidades. A memória contribui para a construção de visões e representações sobre determinados períodos, destarte, as lembranças são disseminadas por gerações, por familiares e amigos, os quais influenciam ou determinam a representação no presente. “[...] é um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória” (DELGADO, 2006, p.18), possivelmente através destas podemos averiguar as mudanças e permanências inseridas na vida das famílias de descendência italiana.

As fontes orais privilegiam as entrevistas e depoimentos de determinado processo histórico, objetiva a construção de documentos que subsidiam pesquisas ou formam acervos de pesquisa, por isso foi utilizado ao problematizarmos o processo de des-re-territorialização, especialmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para Francisco Beltrão. Esta permite recuperar informações sobre acontecimentos e processos que não se encontram registrados em outros tipos de documento, ou se registrado não estão disponíveis a todos.

No estudo da mobilidade populacional, a fonte oral não é a principal e única, mas complementa as informações recolhidas em outras fontes, como os registros de casamentos das paróquias, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e os dados coletados por Wachowicz (1987) ao estudar a migração no Sudoeste do Paraná, os documentos existentes são fundamentais para a pesquisa, bem como, as fotografias, os livros antigos, os jornais, entre outras fontes que fornecem subsídios e informações.

As fontes orais enriquecem a pesquisa e obtêm informações não contempladas em outros documentos. Além de possibilitar a ratificação dos dados, os conjuntos de depoimentos

de sujeitos históricos, permitem averiguar a participação dos indivíduos no movimento migratório e no processo de formação e caracterização de Francisco Beltrão, possuindo uma identidade com marcas visíveis da etnia italiana, e estas podem ser analisadas, por meio do resgate da memória.

Desse modo, Delgado (2006) destaca alguns significados para a memória:

- Ordenação e releitura de vestígios, relacionada a comportamentos, mentalidades, valores, experiências, tradições;
- Retenção de elementos inerentes a conhecimentos adquiridos;
- Estabelecimento de nexos entre o presente e as experiências vividas;
- Evocação do passado, através de reminiscências e lembranças;
- Afirmação de identidades através do reconhecimento da pluralidade e da alteridade, que conformam a vida em fluxo contínuo;
- Atualização do passado no eterno presente;
- Retenção e manifestação, através do ato de recordações vagas, telescópicas, profundas, transparentes, auto-censuradas, registradas, esquecidas, selecionadas;
- Seleção e tensão entre o lembrar e o esquecer;
- Evocação de utopias, que libertam o homem, fazendo do passado suporte para reconstrução do próprio presente e para construção do futuro;
- Manifestação de identidades – não unívocas, mas plurais, múltiplas e sempre atualizadas;
- Reconhecimento, ou mesmo superação, de traumas marcados pela não identificação anterior de raízes;
- Reconhecimento de espaços perdidos ou reencontrados;
- Reflexão sobre a experiência individual de vida, relacionando-a as experiências coletivas, ou seja, aos conteúdos históricos sociais (p.39).

A memória serve para contribuir para que as lembranças continuem vivas e atualizadas. O tempo tem a função de transformar ou reforçar o significado da representação do indivíduo no passado. “[...] se o espaço se transforma e as referências espaciais se perdem na dinâmica incessante do tempo, os homens perdem seus elos, sua base identitária e a substância de sua história” (DELGADO, 2006, p.37). A memória possibilita que os indivíduos percorram os tempos que viveram, é a base para construção ou formação da identidade do indivíduo, além do recordar, possibilita que os indivíduos não percam suas raízes, sua identidade.

Utilizamos as narrativas, em nossas transcrições, como instrumento importante de prevenção e transmissão de heranças identitárias e tradições.

Narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo movimento peculiar a arte de contar, de traduzir em palavras os registros da memória e da consciência da memória no tempo. São importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram a História da

humanidade. São suportes das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser no mundo (DELGADO, 2008, p.43).

Identidades referem-se a atributos, culturais, simbologias, experiências, hábitos, crenças, valores. Remete a um conjunto de variáveis em constante construção, e a memória é importante para o reconhecimento dos laços identificadores, pois contribui para a reprodução de significados e experiências. Isto leva a registrar o passado e a manter uma relação com tal, além do mais, contribui para evitar o esquecimento.

A importância da memória é considerada, por Delgado (2006), a partir de três elementos: fornece a construção da identidade e a solidificação da consciência; referencia coletivamente a relação em certas *comunidades*; e faz com que haja a manifestação das experiências que foram compartilhadas ou vividas; “A memória, portanto, traduz registro de espaços, tempos, experiências, imagens, representações” (p.61).

Por fim, a identidade e a memória dos indivíduos se complementam “O ambiente, o espaço, o tempo, as relações territoriais alteram a memória” (FLÁVIO, 2011, p.49), isto nos leva a compreender que o território, a territorialidade e a identidade acontecem simultaneamente. A territorialidade é um processo de relações sociais, econômicas, políticas e culturais-afetivas, que são fundamentais para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana dos descendentes de italianos.

Entendemos que a identidade é produto do processo histórico e pode ser reproduzida na migração, havendo mudanças e permanências que são inerentes a vida em sociedade, como verificamos, a seguir, por meio das entrevistas realizadas com os descendentes de italianos em Francisco Beltrão. É por meio da recuperação da memória que os indivíduos podem fortalecer as identidades relacionadas ao passado e construir representações sobre sua cultura, além do mais, possibilita desvendar a constituição do território, não apenas considerando os registros e documentos oficiais, mas por meio dos depoimentos dos indivíduos, inseridos neste contexto.

4.2 AS FAMÍLIAS QUE VIVEM NO ESPAÇO URBANO

4.2.1 Família Comunello

A primeira entrevista foi realizada com a família Comunello de origem italiana, localizada no bairro São Cristóvão. Esta foi pioneira na colonização do município. A entrevistada nasceu numa *comunidade* próxima à cidade de Caxias do Sul-RS, conhecida hoje por Santuário de Nossa Senhora do Caravágio, depois foi morar em Nova Prata-RS e na sequência, após ter se casado, seguiu para Santa Catarina migrando novamente para Francisco Beltrão, em agosto de 1946, onde a família reside há 64 anos.

Em seu depoimento relatou que seus pais eram filhos de italianos, por ambas as partes, naturais de Caxias do Sul-RS. Seus avós eram imigrantes, provenientes da Itália, embora a entrevistada não lembrasse a região de procedência e o período da imigração destes para o Brasil, “os avó não, nem conheci, eles eram da Itália, mas moravam aqui no Rio Grande do Sul né, como tem muita gente da Itália que sai de lá e vem embora...”. Isso nos mostra a importância em resgatar a história de vida das famílias, que foram perdidas no tempo para que não caiam no esquecimento e, conseqüentemente, através da memória identificar a identidade em relação ao passado, objetivando recuperar as tradições, bem como a história do passado de seus familiares.

A entrevistada casou-se com descendente de italiano, viveram no espaço rural por alguns anos, trabalhavam com a venda de carne bovina e suína. A decisão de migrar surgiu com a necessidade em melhorar de vida, isto foi possível com a notícia de que haviam terras a baixos preços, disponíveis em abundância para compra, especialmente no Oeste do estado de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná²⁰.

Juntamente com as propagandas realizadas pelas rádios, que como demonstra Mondardo (2010), este foi um recurso eficiente para a realização da propaganda do Projeto Marcha para Oeste, juntamente com a divulgação feita por conhecidos, a família composta pela mulher, marido e o filho ainda com dois anos de idade desterritorializou-se do território de origem. Inicialmente migraram para Treze Tílias-SC, junto com o cunhado e família, pois

²⁰ Como ressaltamos em momentos anteriores, várias famílias se deslocaram para Oeste de Santa Catarina e após, novamente migraram para o Sudoeste do Paraná.

já tinham outros conhecidos migrantes instalados na região, o qual influenciou na decisão de migrar e ajudou na instalação da família.

Viveram mais ou menos oito meses em Treze Tílias - SC, logo, resolveram migrar novamente, pois as terras eram caras e não muito férteis, inviável para a compra (até então moraram de favor na casa do cunhado). Conforme a família foi crescendo, a casa tornou-se pequena, surgindo por parte da família Comunello, a necessidade de procurar outro espaço adequado para criação dos filhos e para prosperar financeiramente.

Nisto, ocorreu à oportunidade de migrar para o Sudoeste do Paraná, neste caso, especificamente para Francisco Beltrão. A notícia de terras disponíveis, ocorreu por meio do encontro com um conhecido, também, proveniente do Rio Grande do Sul que morava em Pato Branco (ainda chamado de Vila Nova) há algum tempo, este tinha um mercado e estava administrando a construção de estradas na região, sendo responsável por divulgar a venda de terras que pertenciam a Donato Leal. Neste ano, a CANGO não havia iniciado a distribuição dos lotes.

Nó viemos até Santa Catarina Treze Tílias, com um cunhado né, fiquemos lá uns oito, nove meses. Ele queria (marido) comprar lá, mas não dava porque era muito cara, aí ele se encontrou com uns vizinhos que vinham até...bom que eles vinham pra cá também (Francisco Beltrão), e veio junto, quando ele chegou em Pato Branco ele se achou com esse um que tinha um mercado pela estrada lá em Santana (caminho entre Pato Branco e Francisco Beltrão), era conhecido do Rio Grande...(ENTREVISTADA 01, OUTUBRO, 2011).

A mobilidade da família Comunello, foi influenciada e exercida precisamente por laços familiares, os parentes “chamaram” estes, a migrarem, ofereceram-lhe apoio material e oportunidade de trabalho, posto que, em Santa Catarina não obtiveram sucesso e não prosperaram. Notamos deste modo a importância das redes, pois tiveram papel primordial para a des-territorialização de Nova Prata-RS e a re-territorialização em Treze Tílias-SC, e posteriormente na re-territorialização para o município de Francisco Beltrão-PR. Esta última também ocorreu a partir de relações estabelecidas por amigos e conhecidos, que divulgaram a existência de terras a baixo preço disponíveis para a venda.

O deslocamento de Treze Tílias - SC para Francisco Beltrão teve 12 dias de duração. A família veio em uma carroça grande, alugada e guiada por um carroceiro, nesta, trouxeram suas mudanças, contendo dentre outros objetos, um colchão de palha onde dormiam “veio muita coisa, mais de comida porque de móveis veio só a cama e o fogon”. A entrevistada ainda acrescenta que a estrada era de difícil acesso, o que dificultava a viagem e tornava mais

demorado o trajeto até o município de destino, “não sabíamos o que iríamos encontrar pela frente, quando achavamos um rio paravamos para descansar e passar a noite”.

Viemos de carroça, tinha uma parte enlonada muito bem arrumada e no meio nós tinha o colchon de palha sabe, porque tu podia deita la na estrada...e dos lados era tudo as caixas. Para o lado de fora que não havia tanto movimento da onde que viemos, tinha quatro cadeiras penduradas...dai nós posávamos na estrada...o carroceiro tinha uma bagagem dele numa caixa, ele se virava e nós também...(ENTREVISTADA 01, OUTUBRO, 2011).

O carroceiro tinha como destino, Pato Branco, era onde o dono da carroça morava. Este foi buscar a carroça em Santa Catarina para puxar mudanças, porque havia muita demanda no município com a chegada de migrantes gaúchos e catarinenses. Não existiam carroças e outros meios de locomoção para a realização dos serviços. “não sei como que foi que ele soube dessa carroça que ia sai vazia de lá até Pato Branco, há mais enton viemos com ele...já fui lá carrego a mudança...veio banha, veio bolacha, veio pon, este não fiz muito porque secava...”.

Assim, em 1946, houve a reterritorialização da família no município, ainda conhecido como Vila Marrecas, a colonização ainda era incipiente (esta família foi uma das primeiras). Segundo a entrevistada, além deles, “na cidade não tinha nada...havia quatro moradores, Luis Faedo, Sebastião Muller, Sebastião Purezze e João Onoratto...são quatro morador...depois de 1948 começou a chegar mais gente”, estes, também eram migrantes naturais do estado do Rio Grande do Sul. Havia alguns caboclos que, de acordo com a entrevistada, ajudaram na instalação de sua família e também na derrubada de pinheiros (trabalho realizado pela família quando se estabeleceram no município).

A dificuldade de instalação era enorme, pois relatos da entrevistada apontam que “não tinha ponte e nem estrada”, o picadão dava acesso até Pato Branco, o percurso para Francisco Beltrão ainda estava em construção realizada pela CANGO. “De Pato Branco pra cá achamos um mercado que fornecia aqueles que estavam derrubando os pinheiros. Em Marmeleiro tinha um rancho para aqueles que estavam abrindo estradas, que também nós posamos...” (ENTREVISTADA 01, OUTUBRO, 2011).

Os alimentos eram comprados neste “rancho”, próximo ao município de Marmeleiro (hoje a uma distância de 4 km de Francisco Beltrão), existiam poucos comércios, contudo, conforme foram chegando os migrantes, o Sudoeste foi se desenvolvendo e foram sendo criadas mercearias, por exemplo. Conforme o depoimento da entrevistada, com a chegada dos migrantes “o município evoluiu rapidamente”. Em 1948, começaram a chegar muitas famílias

com mudanças vindas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, antes, como destacamos, a ocupação ainda era incipiente.

Neste período, a família Comunello instalou um hotel, ficaram neste ramo por quatro anos. Depois compraram uma propriedade no espaço rural, onde tinham criação de porcos e, após a instalação da prefeitura, seu marido foi trabalhar de inspetor de saneamento.

O hotel do Comunello (ou Pensão Comunello, como estava registrado), teve grande importância nos primeiros anos da Vila Marrecas, como hospedaria, inaugurado em 1948, onde ficaram meses o cabo Pernambuco (primeiro soldado de Francisco Beltrão) e os mecânicos Odósio Dalla Maria e Arthur Pinto Salgado, únicos que sabiam inglês em toda a região e a quem cabia ler os manuais (em inglês) dos caminhões e máquinas da CANGO, entre outros.

Nós construímos o hotel porque também ficavam lá as pessoas com as malas...fiquei quatro anos no hotel, depois vendemos...ai ficamos na cidade mesmo...mas depois ele resolveu de comprá um sítio para caça...e ai quando Rubens (primeiro prefeito do município)²¹ entrou na prefeitura...convidou meu marido para ser inspetor de saneamento...era ele e Artur Nacks, depois entrou Odino dos Santos e assim foi conforme aumentou a cidade né...(ENTREVISTADA 01, OUTUBRO, 2011).

A residência ainda está localizada no mesmo lugar, hoje corresponde ao bairro São Cristóvão. Tiveram oito filhos, dos quais sete nasceram no município e apenas o mais velho é natural de Nova Prata-RS. Atualmente, dois moram em outros municípios, um em Guaíra-PR e outro em Curitiba-PR, os outros sempre residiram em Francisco Beltrão, trabalham com escritório de contabilidade e contribuem na representação dos descendentes de italianos e na reprodução de alguns aspectos identitários, característicos desta etnia, tanto em relação à identidade essencialista como à não essencialista, apontada por Woodward (2001).

Relevamos a grande importância e a necessidade da construção de um diálogo com os indivíduos envolvidos em nossa pesquisa, a partir de um acontecimento histórico vinculado a migração, isso é imprescindível pois, como aponta Goetter (2008), é possível por meio do

²¹ Segundo o Portal RBJ, o primeiro prefeito do município, em 1952, foi Ricieri Cella, do PTB. Empossado no mês de dezembro, governando até o início de fevereiro de 1953, ou seja, foi prefeito por três meses, quando foi obrigado a entregar o cargo para seu concorrente, Rubens da Silva Martins, do PSD. A Justiça Eleitoral aceitou um pedido para validar algumas centenas de votos em separado, que não tinham sido computados na eleição de novembro. Na nova contagem, Rubens, que na primeira contagem tinha 537 votos, ficou com 749. E Cella, que fora eleito com 545 votos e vencera com uma diferença de 17, ficou com 697 e perdeu por 52 votos. (14/11/2011)

diálogo, identificar alguns acontecimentos ocorridos no território de Francisco Beltrão, “[...] são neles que as relações, materiais e simbólicas, são construídas e reconstruídas” (p.49).

Entendemos que a identidade é construída historicamente e processada por indivíduos ou grupos sociais, que reorganizam seus significados pelas tendências impostas na sociedade e por meio de projetos sociais que valorizam a dimensão cultural. Relembramos que a construção da identidade envolve sempre as diferenças, novos comportamentos e valores. Ao mesmo tempo, a identidade pode significar resistência às mudanças e são essas características que buscamos retratar na pesquisa, se há ou não a inserção de novos comportamentos e valores ou a resistência da cultura relacionada ao passado dos descendentes de italianos.

Na família, embora haja a reprodução de alguns elementos, na maior parte dos casos, notamos que se perdeu a representatividade da etnia italiana. Há reprodução da culinária, embora para eles a polenta, o macarrão e a lasanha, por exemplo, não correspondam a cultura italiana e sim a alimentação típica brasileira, isto ocorre, porque a culinária italiana está inserida de forma intensa no cotidiano dos brasileiros, como se fosse algo sempre existente na culinária do Brasil, mas sabemos que esta começou a ser reproduzida a partir da vinda dos imigrantes europeus, isto é visível especialmente no Sul do Brasil. Em seu depoimento, fica claro ao dizer que não seguiram nenhuma tradição em relação à alimentação, “não, não... a alimentação era tudo igual (em relação à brasileira) [...] era mais a polenta, como agora é também”.

Na linguagem, percebemos a mudança, a partir da narrativa da entrevistada, antes, dentro de sua casa, falava apenas o italiano, logo, após a migração para Francisco Beltrão, a reprodução da linguagem em italiano, foi se perdendo com o passar do tempo, porém, na entrevista percebemos a mistura de palavras em português com o italiano. Ou seja, nunca conseguiu falar claramente o português, mas também não perdeu totalmente a linguagem do italiano. Hoje, a entrevistada revela que lembra algumas palavras e frases, mas no seu cotidiano, predomina o português.

nós se criemos no italiano, todos [...] os meus pais, nunca aprenderam a falar bem em brasileiro. Meu pai e minha mãe ainda falavam alguma coisa por causa do hotel né, mas lá na colônia tudo era em italiano, só italiano e acabou-se (em relação à língua italiana), então a piaçada se acostumaram também né, e na escola também, então lá já era mais brasileiro.

[...] era tudo em italiano, ninguém falava em brasileiro, eu vim pra cá, falava em brasileiro sim, mas em casa era italiano e agora me acostumei, não sei mais falar em italiano...alguma coisa [...] agora no caso não falo nem uma língua nem a outra né[...](ENTREVISTADA 01, OUTUBRO, 2011).

Ao chegarem a Francisco Beltrão, a família só pronunciava a língua italiana, entretanto, tiveram a necessidade de se comunicar com outras pessoas, em decorrência destas relações, o português passou a predominar. Repassaram o conhecimento aos filhos e, alguns netos também aprenderam certas palavras. Acrescenta que se adaptaram a nova língua, sobretudo, quando começaram a trabalhar no hotel, intensificando as relações com famílias de diferentes etnias, “quando chegamos eu e ele (marido) era tudo em italiano, mas só que tinha brasileiro ai tivemos que mudar né, meio atrapalhado, mas sempre conversávamos com alguém (em italiano)”.

A entrevistada nos mostra que consegue pronunciar algumas palavras e entende bem tudo o que é dito para ela em italiano: percebemos isso através das palavras citadas por ela, em italiano. Declara ainda que, devido à miscigenação de seus filhos com mulheres de outras etnias, não conseguiram mais falar somente em italiano dentro de casa: “[...] depois que vim pra cá daí, ia fala italiano com ele (filho), mas daí tudo essas muierada, tudo era em brasileiro, então nós começamos também, e ai me acostumei [...] e agora se for fala falo, me lembro. Alguma palavra parece que é tão difícil [...]”.

Os netos, principalmente os mais novos, não falam em italiano: “tenho 12 netos, eles escutam, me pedem o que é isso”, nesta fala percebemos que há curiosidade por parte deles em aprender sobre a história de vida de seus antepassados, estas instigam a preservação da cultura, abordando algumas percepções do passado. A memória é elemento fundamental para preservar a identidade de um território, mas para isso é preciso instigar a importância da reprodução, de manter os laços, as tradições do passado, pois a tendência é que estas histórias se percam no tempo, as pessoas que viveram isto estão envelhecendo e a família acaba não tendo contato com a cultura e a história de vida de seus ancestrais.

São devotos a igreja católica, observamos que há, na residência, uma capela, mostrando que a religião é uma característica fortemente preservada na família. Destaca também, que antigamente, quando não havia igrejas, as missas eram celebradas em sua casa, “por falta de igreja, muitas missas foram celebradas no porão de minha casa”.

Em relação às músicas, no depoimento é visível sua reprodução, embora nem sempre seja ouvida, a família possui alguns CDs e discos em italiano, mas vale mencionar que a hibridização está presente, ouvem regularmente músicas gaúchas, há reprodução de elementos da cultura gaúcha (estado de origem), bem como da italiana (país de origem dos ancestrais).

Domingo fui almoçar (com os filhos), sempre vou ali com eles, derrepente ele acho um coiso de músicas e boto...eu tava na cozinha daí ele disse mãe vem cá, conhece essas músicas ai? [...] mas é italiano claro que conheço.

Mas olha estava ali na gaveta e vim vê o que era, agora isso aqui vai ficar sempre [...] (ENTREVISTADA 01, OUTUBRO, 2011).

Esses objetos foram encontrados na casa dos filhos, que também mantêm o costume de ouvir músicas italianas, embora com menor intensidade. Já em relação ao vestuário, a família jamais usou, são trajes antigos. Também, em relação às danças em italiano, eles assistem apresentações, mas nunca participaram, costumam a dançar e ouvir músicas gauchescas, porque, como enfatizamos grande parte é proveniente do Rio Grande do Sul, embora tenham ancestrais italianos.

Não possuem objetos de vida diária e fotos antigas dos ancestrais, as fotos correspondem, em sua maioria, ao início da colonização do município de Francisco Beltrão. Na entrevista, destacou que possuía muitas coisas, vários objetos, mas não via importância em preservá-los, pois para ela não havia significado, em seu dizer “como não usava mais, joguei fora ou dei para outras pessoas”.

Na entrevista, percebemos que as características identitárias foram sendo modificadas a partir da necessidade de comunicação com outras etnias, também pelo fato de que há aprofundamento das relações entre as pessoas. Há hibridização de etnias, de culturas, a partir dos casamentos, que são característicos em muitas famílias (nesta família isto ocorre apenas a partir da quarta geração), também com a inserção de novas tecnologias que possibilitam, neste caso, a perda da identificação com sua etnia e facilita o acesso e reprodução das mudanças que ocorrem na sociedade.

As redes proporcionam, atualmente, acesso fácil a outras culturas, porém, contraditoriamente, possibilitam o conhecimento maior em relação à cultura dos seus ancestrais, e cabe a cada indivíduo, a partir de sua história de vida, resgatar, através da memória, ou modificar as relações e valorizar ou não a cultura de cada etnia. Como afirma Flávio (2011), é por meio desta que há “re-conhecimento do passado”, uma nova representação, mostrando as permanências e rupturas estabelecidas nas famílias.

Esta família estabelece relações com outras famílias de descendentes de italianos em Francisco Beltrão e com pioneiros de outras etnias. Ao mesmo tempo, há grande envolvimento com o estado de onde tiveram procedência, possui amigos e duas irmãs vivas, que vivem em Nova Prata-RS. Já com parentes da Itália, a entrevistada não tem notícias e nem contato, nunca tiveram o interesse ou intenção de voltar à Itália, embora a família já tenha pensado em fazer uma árvore genealógica para o conhecimento de seus ancestrais, isto ainda não se concretizou.

Estas relações são estabelecidas através das relações em redes (materiais e imateriais) como telefonemas, realizados todos os meses, por meio de visitas constantes para o estado de origem, como visualizamos na declaração da entrevistada: “Sim, tenho bastante relação, tenho notícias sempre [...] vamos se visitá sempre, estamos no telefone toda hora [...] No Rio Grande tem os parentes meus, da minha família e da família dele (marido) são tudo de lá né, mas tem outros espalhados”.

Dessa forma, pode-se notar que poucas pessoas na família ainda demonstram certa identificação com a etnia italiana. As pessoas com mais idade da família, falavam bem o italiano desde pequenos, especialmente em suas casas, (única língua utilizada dentro de casa). Alguns de seus filhos mais velhos conhecem a cultura italiana, sabem pronunciar e traduzir algumas frases, mas os filhos mais novos e os netos, em sua maioria, não compreendem e não falam. Deste modo, até a quarta geração, mas ao mesmo tempo há inserção de novas culturas, tanto em relação ao Rio Grande do Sul, como as novas características inseridas com as inovações tecnológicas.

4.2.2 Família Tesser

A segunda entrevista foi realizada com a família Tesser, residem no bairro Nossa Senhora de Aparecida. O senhor Tesser é natural de Guaporé-RS, na época era Distrito São Luiz da Casca, possui duas cidadanias, uma brasileira e outra italiana. Casado com a senhora Tesser, natural de Nova Bassano-RS, também de descendência italiana.

Seus pais são nascidos em Guaporé-RS. Seu avô, veio da Itália, com vinte e poucos anos, acompanhado por dois irmãos, dos quais, um ficou em Curitiba-PR, outro se instalou em Sarandi-RS. Seu avô migrou para Guaporé-RS, era engenheiro agrônomo, proveniente de Treviso, localizado no Norte da Itália, morreu de apendicite aos 37 anos, por falta de médico na colônia onde vivia, em 1889. Os entrevistados revelam que os avós da senhora Tessser, também eram provenientes de Treviso - Itália, da família Longaretti, o qual nasceu no navio vindo para o Brasil “os pais dos meus pais eram da Itália”.

Tesser e sua esposa se conheceram em David Canabarro-RS, “é eu pai saiu de Guaporé e veio para David Canabarro que pertencia a Passo Fundo naquela época[...]”. Viveram neste município até migrarem para Francisco Beltrão. Residiam no espaço rural, e

trabalhavam na agricultura, com a produção de milho, arroz, trigo e criação de gado, segundo o entrevistado, “naquela época não tinha muito opção”.

Parou de trabalhar com a agricultura, a partir de 1948, porque ocorreu uma seca a qual os levou ao prejuízo. Passou então, trabalhar com caminhão, cedido pelo seu pai, isto acarretou a realização de várias viagens para levar as mudanças até o Sudoeste do Paraná, também, a manter relações com várias famílias que se deslocavam para a região, e conseqüentemente, a conhecer o município antes da mobilidade. Seu pai comprou alguns alqueires, mas continuou morando em David Canabarro-RS, o mesmo processo ocorreu com o entrevistado, comprou os alqueires, em 1952, mas migrou um ano depois para o município, após se casar (1953).

O entrevistado trouxe muita gente do Rio Grande do Sul, relatando que às vezes vinham de cinco a seis mudanças no mesmo caminhão. Deslocou mudanças de vizinhos, amigos, parentes e conhecidos.

Daí eu trabalhava com caminhão e puxava mudança desde 1948, na época de 50 meu pai comprou terra aqui na Água Branca (*comunidade* pertencente a Francisco Beltrão) e tal, e daí em 1952, era solteiro ainda, vim pra cá puxa madeira para Curitiba com caminhão e trouxe um tio dela (esposa) que era carpinteiro e fez a casa ai na Água Branca, pra nós. Nós era solteiro ainda, daí em 1952, um ano depois casamos, daí já viemos pra cá, no dia 06 de agosto de 1953 (ENTREVISTADO 02, OUTUBRO, 2011).

Assim, a partir das relações em redes de comunicação e circulação, apresentados por Raffestin (1993), ocorreu o processo da des-re-territorialização da família para Francisco Beltrão, juntamente com isso, mudam-se as relações, especialmente as econômicas e culturais, e conseqüentemente, provocam a transformação do território de destino, com a inserção de novas relações, edificações, cultivos, comportamentos, etc. A família descobriu as terras, quando começaram a trabalhar com o caminhão, levando mudanças de diversas famílias, desse modo, resolveram migrar, porque já conheciam o lugar, as terras eram baratas e a cidade, como aponta o entrevistado, estava prosperando, crescendo rapidamente.

Foi o seguinte, o meu pai comprou uma terra lá, do vizinho caboclo lá, e daí entro num negócio pra nós trazer a mudança dele, tinha comprado no Rio do Mato (*comunidade* pertencente a Francisco Beltrão) naquela época, era um sítio, daí tá, nos trouxemos a mudança, só chegamos no Rio Santa Rosa, onde é a Sadia hoje, não deu pra passar o rio porque não tinha ponte, não tinha nada, daí descarregamos ali, daí fiquemos aqui, no Marrecas. Tinha a ponte coberta, estavam fazendo o loteamento, a avenida ainda não estava bem aberta, tinha tocos de pinheiro. Daí nós falemos com o pai, bah aqui pode da uma cidade boa com o tempo e o pai disse: a com certeza. Então vamos comprar, compramos 95 alqueires 60 no Quibebe e 35 na Água

Branca. Daí eu continuei puxando mudança, e daí o pai vinha junto com o caminhão...daí gostamos. O lugar começou a aumentar, melhorar, e daí quando casei vamos pro Paraná mesmo de mudança, aí viemos pra cá (ENTREVISTADO 02, OUTUBRO, 2011).

Levaram dois dias de viagem, o caminhão percorrida áreas de difícil acesso “era longe, estrada de chão”. Vieram de caminhão, pois embora a estrada fosse de chão, já havia caminhos que vinham até o município, precisava-se passar primeiramente por Pato Branco, “tinha que entrar em Pato Branco [...] já tinha estrada de chão”.

Inicialmente migrou apenas o casal, após veio o restante da família, “naquela época nós dois, mas daí dois anos depois o falecido pai veio também de mudança, e daí eu fui buscar a mudança dele dois anos depois, e daí veio toda a família, meus irmãos tudo [...] Nós tinha entre homem e mulher onze irmão”. Em relação à família de sua esposa, migraram para Francisco Beltrão seus pais e dois irmãos.

Segundo o depoimento do entrevistado, naquela época ocorreu a “febre” da migração para o Paraná, na esperança de melhorar de vida, várias famílias se deslocaram, mas nem tudo era fácil, havia muitas dificuldades porque não havia quase nada na região. Em relação ao comércio, “Não tinha nada quando começamos aqui, tinha a lojinha do Polski, do Penso, mas pequeno, nossa não tinha quase nada”.

Trabalhou mais de vinte anos com caminhão em Francisco Beltrão, mas continuaram residindo no espaço rural, trabalhavam com criação de gado, criavam os porcos, tiravam leite, faziam queijos e outras atividades. Depois começou trabalhar com frete de feijão para Curitiba-PR e madeira para o Rio Grande do Sul.

O casal teve nove filhos, três residem no município de Francisco Beltrão, dois foram para Cascavel-PR, outros dois para Toledo-PR, e dois moram em Caxias-RS. Possuem alguns parentescos que também vivem no município, como tios e primos, os quais contribuíram para construção do município e sua caracterização.

Em relação às características identitárias dos descendentes da família, de origem italiana, destacamos que, dentre as entrevistas realizadas no espaço urbano, esta é a que se destaca na representação e reprodução da identidade vinculada aos imigrantes italianos, pois ainda preservam a cultura, as tradições e procuram repassar aos filhos e netos este conhecimento, também os incentivam na realização de cursos e viagens para Itália.

Na alimentação revelam que: “comida sim, a gente faz bastante italiano, macarrão, lasanha, o nhoque, o risoto [...] também pão e bolacha”. Mas ressaltamos a linguagem, como elemento mais citado, em relação à sua reprodução. Embora relatem que não falam muito em italiano, os filhos e netos procuram fazer cursos de italiano e alguns já conheceram o país, isto

decorre do fato de serem descendentes desta etnia. Esta foi à representação mais evidente em nossa pesquisa. No dizer de Meyer (2000), a língua é um dos elementos mais poderosos das representações, junto a eles também destaca a religião e a nacionalidade.

Italiano nós falemo muito pouco, porque quando era nova e ele também, proibiram né. Eu sabia só fala em italiano, conversa em italiano quando era pequena, mas depois tiraram né, daí largamos, me arrependo tanto em não ter continuado, hoje podia ter duas línguas né, como a gente podia ir para a Itália tudo, e assim, a gente não lembra mais tanto (ENTREVISTADO 02, OUTUBRO, 2011).

O casal conversa pouco em italiano, “às vezes brincamos, eu lembro certas parte”. Em relação ao entrevistado, revela que há pouco tempo aprendeu a falar com mais amplitude o italiano, isso ocorreu principalmente, quando conseguiu adquirir a cidadania italiana, “eu aprendi bem, há poucos anos falar em italiano, praticamente, por causa da cidadania italiana”. Destaca ainda que a mãe de sua esposa tem 101 anos, ainda vive em Davi Canabarro-RS, e conversa apenas em italiano, poucas palavras são em português, quando se encontram conversam nesta língua e relembram do passado. A importância da memória é nítida para manter ativa a lembrança do passado e a reprodução da cultura.

A família é católica, participam das missas realizadas na igreja, revelam ainda que, já foram em missas rezadas na língua italiana. Estas ocorrem periodicamente, na igreja matriz de Francisco Beltrão, para que haja a participação de famílias que ainda resguardam e reproduzem, ou até mesmo relembram, por meio da memória, a língua falada por eles, pelos seus pais e avós, havendo a identificação com o italiano, isto é importante para a reafirmação da identidade que os identificam como descendentes de italianos.

Embora ouçam canções em italiano, percebemos a hibridização, pois gostam de ouvir músicas sertanejas e gauchescas, tradicionais do estado de onde são provenientes. Possuem CDs em casa e às vezes escutam, “eu tenho cd em música italiana e tudo”. Mas, as danças típicas não conhecem, como também o vestuário, este foi usado pelos avós provenientes da Itália, mas os pais, ou seja, a segunda geração já não utilizavam estes vestuários, até mesmo, pelo fato de que os imigrantes tiveram que se adaptar às novas situações encontradas ao se reterritorializarem em outro país com características diferenciadas.

Possuem poucos objetos de lembranças da família, possuem fotos e também o histórico da árvore genealógica da família Tesser (Figura 05). O sogro do entrevistado, possuía vários objetos, mas as pessoas que moravam nas proximidades pegaram. O entrevistado possuía um relógio de 100 anos ou mais, italiano, pertencente a seu avô, passou

para seu pai e depois para ele. Este também doou o relógio para o filho, o qual ainda mantém guardado como lembrança, além disso, revela que “do meu pai eu não peguei nada, nada mesmo”. Estes artefatos herdados permitem compreender e construir no presente as experiências envolvidas.

(Isola, piazza, casale o casa sparsa) *sparsa*

Num. d'ordine delle persone che compongono la famiglia	Cognome	Nome	Paternità	Maternità	SESSO		RELAZIONE di parentela o di convivenza col capo della famiglia
					Maschi	Femmine	
1	2	3	4	5	6	7	8
1	Tesser	Angelo	fu Bartolo	fu Elia von M Malles	M		Capo
2	idem	Luigi	Angelo	fu Corrado Margherita	M		figlio
3	idem	Caterina	Luigi	fu Maria Morlato		F	Sigola
4	idem	Giacomina	idem	idem		F	id
5	idem	Maria	idem	idem		F	id
6	idem	Olivia	idem	idem		F	id
7	idem	Pietro An- tonio	idem	idem	M		id
8	idem	Angela	idem	idem		F	id
9	idem	Ignazio Angelo	idem	idem	M		id
10	Guarnieri	Candido	fu Giovanni	fu Angela Bonisio	M		id
11		Madalena	fu Giuseppe	fu Elena Michielin		F	id

Figura 05. Parte da árvore genealógica da família Tesser

Fonte: Tesser, 2011.

O entrevistado disse que nunca foi para a Itália, mas seu filho mais velho já viajou até a região dos familiares, para conhecer. Ambos os filhos possuem a dupla cidadania, o qual instigou a família a voltar a falar o italiano, fazer o curso para aperfeiçoar a língua. Todos os filhos fizeram o curso e estes, instigam os netos ao mesmo, “tudo eles quase fizeram curso de italiano”, “as netas fizeram curso de italiano também”, mostrando que a família se preocupa em preservar elementos que fortalecem a identidade. Isto foi possível porque, conforme aponta o entrevistado, todos os filhos tiveram oportunidades de se dedicar aos estudos, conseguiram conhecer muitos lugares, dentre eles a Itália.

A família possui relação com outras famílias de descendência italiana em Francisco Beltrão, bem como, com amigos e parentes que ainda vivem no estado de onde migraram, através das redes, são feitas viagens e mantêm contato por telefones e internet, só não possuem relação com os familiares que vivem na Itália, embora tenham o histórico familiar, desde 1600. Revelam que sentem vontade de conhecer o local de onde vieram seus familiares (como seus filhos tiveram a oportunidade), porém isto não é mais possível, devido ao fato de estarem doentes e não poderem realizar viagens longas a outros países.

Outro fato que é válido mencionar relaciona-se ao nome do entrevistado. O nome é Segundo, este nome diferente é explicado, na tentativa de colocar o nome do avô no neto, mas naquele período era proibido colocar nomes estrangeiros nos recém nascidos:

O meu avô era Secondo, e daí naquela época que eu nasci em 1931, daí não podia mais fala essas língua estrangeira, então a língua italiana também não, então o pai foi me registra Secondo, mas o cara do cartório disse: a não pode, então Segundo sim, que é nome brasileiro, mas Secondo não que era nome italiano, naquela época não podia né, era proibido (ENTREVISTADO 02, OUTUBRO,2011).

Expõem na entrevista, que a falta de conhecimento em relação à história da família proveniente da Itália, resume-se pelo fato de que os pais, naquela época, não tinham diálogo com os filhos. Diferentemente de hoje, que seus filhos, buscaram conhecer seus antepassados, tiveram a possibilidade de acessar documentos em um cartório na Itália. “o meu rapaz, foi pra Itália, para vários lugares, e daí ele acho Tesser lá na Itália e o cara disse: a mais você quer ver onde foram registrados teu avô e bisavô. Foram lá no cartório e encontraram”.

Porque naquela época não tinha diálogo com os pais, conta de onde veio né, ia só trabalhar, hoje é uma maravilha, vejo o meu filho que mora em Caxias, ele foi pra Europa, ele foi pra tudo quanto é lado, pego o histórico dos avôs, bisavôs, maravilha saber das coisas e daí vão se atualizando pedindo pra um pedindo pra outro, mas pelos pais a gente não saberia nada (ENTREVISTADO 02, OUTUBRO,2011).

Conforme os entrevistados, seus avós trouxeram ao migrarem para o Brasil, características peculiares da Itália, desde a alimentação, o vestuário, a religião católica, músicas, linguagem e objetos de vida diária como recordações. Com o passar do tempo, alguns elementos foram mantidos por seus filhos, netos e alguns bisnetos, e outros foram perdidos. Possuem uma identidade cultural bem evidente, mas foram se adaptando a outros hábitos brasileiros. Estamos de acordo com Vanderlinde (2006), ao dizer que o camponês europeu que se estabeleceu no Sul do Brasil, é o que traz sua herança, mas ao mesmo tempo, se adaptam às novas condições socioeconômicas encontradas.

Com o processo de modernização, com o aumento das redes e a possibilidade de interagir com outros países e outras culturas, as pessoas podem tanto reafirmar uma identidade, como ocorre com esta família, como fazer com que essa se modifique, incorporando novos valores, comportamentos, hábitos e costumes cotidianos. A família interagiu com seu país de origem em um determinado momento da história, reafirmando sua identidade, mas nesse mesmo processo de interação em redes, estão modificando outros elementos identitários, pois estas possibilitam o acesso a outras culturas.

Neste sentido, concordamos com Castells (2006), quando diz que, na modernidade, quanto mais há interação entre o local e o global, quanto mais aumentam as redes, mais o indivíduo se obriga a se adaptar, remodelando o seu estilo de vida. Assim, a etnia vem sendo especificada como uma fonte de significados da identidade, de acordo com os princípios mais abrangentes, como características culturais, gênero e nação.

4.2.3 Família Marcello

A terceira entrevista foi realizada com a família Marcello, residem no bairro Vila Nova, migraram para o município há 64 anos. A entrevistada tem o sobrenome Marcello, mas foi casada com um descendente de italiano da família Nesi. Esta nasceu no município de Turvo, o qual pertencia a Araranguá – SC.

Seus pais eram naturais de Urussanga – SC e foram para Turvo-SC, quando casaram. Os avós vieram de Turim, na Itália, desembarcaram no Brasil e se deslocaram para Urussanga-SC, e segundo o relato dos seus avós, a viagem durou cerca de 36 dias de navio. Conforme a entrevistada, sua mãe cantava músicas em relação à viagem, mas observamos que esta esqueceu os nomes dos avós e parte da história de vida dos familiares: “A mãe de meu

pai, acho que era Lúcia, agora o vô, não me lembro mais”, isto significa que a história de vida, se não resgatada, tende a desaparecer, como percebemos ao analisarmos esta família.

A minha mãe cantava uma música de 36 dia, levaram pra vim de lá da Itália pro Brasil, e daí ela teve um neném na viagem, a minha vó, veio da Itália e o nenê ficou doente e foram obrigado a jogar no mar, não tinha como né, eram 36 dias de barco, não era igual agora, depois vieram morar em Urussanga-SC e lá ficaram, morreram lá (ENTREVISTADA 03, OUTUBRO,2011).

Após alguns anos vivendo no estado de Santa Catarina, deslocaram-se para o Paraná, com a intenção de adquirir terras mais baratas e melhorar de vida. Chegaram a Pato Branco em 1945 (ainda era Vila Nova), neste município trabalharam dois anos na agricultura e na criação de porcos. A entrevistada chegou ainda adolescente, aos 17 anos, em Francisco Beltrão, em 1947, juntamente com outras três famílias, dentre elas, seus pais e mais oito irmãos, todos pequenos. Segundo seu depoimento, o município ainda era conhecido como Vila Marrecas, também lembra que a compra das terras foi realizada por seu pai, ela não participou, por isso, disse que não sabe como a família ficou sabendo da existência das terras nesta região.

A viagem durante a migração foi de grande dificuldade, conforme a declaração da entrevistada. Vieram de caminhão, passaram pelo Rio Uruguai de balsa, “não era muito longe, mas a estrada era de chão”, o que dificultava, era a chuva. “Não era muito longe, nem sei quantos dia, não me lembro [...] a estrada era de chão”. O esquecimento mostra que há perda da história de vida das famílias e junto à identificação com o passado foi perdida. O resgate destas narrativas servem para instigar as lembranças e recuperar elementos culturais abandonados.

Viamo de caminhão, mas era três famílias, e quando chegemos no Rio Uruguai, se escapemos de uma, quando o caminhão quis sair do rio, a balsa afundo, quase que nós perde tudo, a sorte que ele não se apavoro, o motorista né, nós tava tudo fora do caminhão, [...] quando chegemo pra sair, a balsa começou afundar, e daí ele criou coragem e acelerou e conseguiu sai, senão nós tinha afundado tudo (ENTREVISTADA 03, OUTUBRO,2011).

Em relação ao município, no ano de 1947, revela que “era tudo mato, não havia muitas casas, tudo era muito longe”. Havia poucas estradas, poucas famílias, poucos comércios. “Sei que tinha poucas famílias aqui em Beltrão, tinha o Poliski e [...] o Babinski, os Comunello”.

Casou-se em Francisco Beltrão, também com descendente de italiano, proveniente de Criciúma-SC. Trabalharam com a agricultura (mesma atividade desenvolvida por eles no

município de origem): “Plantava os milhos, depois soltavam os porco na roça pra engorda”. Tempos depois, embora ainda trabalhassem na agricultura, seu marido tornou-se caminhoneiro.

Observamos na fala da entrevistada que estes mantêm poucos traços de identificação com a cultura e costumes de seus antecedentes. Em relação à alimentação, aponta que não fazem comidas italianas, destacando que, nem chegou a aprender.

Já em relação à linguagem, ao nos referirmos se aprenderam falar em italiano, respondeu:

um pouco sim, a falecida mãe falava em italiano, com nós não, só que as vezes ela contava história né, ela cantava música que agora cantam na rádio né, como é que é, [...] cantava nói semo partiste [...] (trecho da música) eu sei que ela sempre cantava, trenta se diorno, de maquinini vapore, que dize que trinta e seis dias de máquina e vapor [...] que vieram da Itália (ENTREVISTADA 03, OUTUBRO, 2011).

Assim, identificamos que a entrevistada e seus familiares falam pouco a língua italiana e entendem bem (observamos nas frases citadas e sua posterior tradução, como: *trenta sei giorni di macchina a vapore* – trinta e seis dias de máquina a vapor). Embora seus pais falassem bastante nesta língua, cantavam e contavam histórias em italiano, isto foi reproduzido pelos filhos, com pouca expressividade, pois na maior parte não sabem falar a língua de seus antecedentes, isto ocorre devido à interação com famílias de outras etnias.

Ao chegarem a Francisco Beltrão, falavam mais em italiano com conhecidos e especialmente dentro de suas casas, mas depois esta foi se perdendo, além do mais, em seu depoimento destacou que “hoje não tem nenhuma precisão em falar o italiano”. A entrevistada não vê importância em preservar a história e cultura de seus familiares, de sua etnia de origem.

Em relação à religião, a família é católica e como a família Comunello, também possui uma capelinha. As músicas em italiano, ainda são ouvidas, a família escuta a rádio aos sábados, de um programa italiano, tocam músicas e falam nesta língua. “eu escuto os italiano sábado, que sábado tem o programa dos italianos, todo sábado a 13:30 eu acho ou 14:00, da educadora, tem o Spessato, tem dois italiano apresentando”. Vale destacar que a família não possui nenhum tipo de recordação ou objeto dos familiares vindos da Itália.

Hoje a entrevistada tem cinco filhos, todos residem no município. Há determinadas relações com outras famílias de descendência de italianos e com pioneiros. O bairro onde vivem é um dos que predominam famílias descendentes de italianos provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em relação ao estado de origem, não tem nenhuma relação

porque já se passou muito tempo e as pessoas que conheciam, em maioria, faleceram, também não possuem nenhum vínculo com os familiares que vivem na Itália, e não tem nenhum interesse em conhecer.

Seus familiares, a partir da terceira geração, não seguem as tradições italianas, não aprenderam as comidas típicas, nem músicas reproduzidas pelos seus antecedentes. A mesma coisa acontece em relação ao modo de se vestir, a família da segunda geração já não usavam roupas que retratavam a identidade de origem.

Sempre foram católicos, os mais antigos da família rezavam em italiano e hoje ninguém teve interesse de aprender, até mesmo porque as pessoas com mais idade desta família também perderam essa identidade. Assim, podemos notar que a única identidade que prevaleceu em poucos da família foi à linguagem e religião, mas está sujeito a desaparecer com o passar do tempo, pois não teve continuidade pelos filhos e netos.

A entrevistada é a única que ainda possui determinados traços identitários da etnia italiana, o restante da família incorporou outros costumes e outra cultura. Entendemos que esta família, reproduz com pouca intensidade os aspectos identitários de seus ancestrais. Como revelou, seus avós e pais praticavam a cultura italiana, mas a entrevistada (terceira geração) embora ainda pratique determinados elementos que lhe identifica como italiana, não há reprodução das gerações seguintes (filhos e netos), pois não conhecem o passado e a cultura dos que imigraram.

Notamos que essa família, modificou com o decorrer dos anos, a cultura passada pelas gerações passadas. Apenas os mais velhos possuem traços identitários (verificamos isto em quase todas as entrevistas), estão inseridos socialmente e incorporando outros hábitos e costumes, outras formas de vestir, de viver, deixando de lado a identidade cultural de seus antecedentes. Isso é visível, quando os imigrantes e as gerações seguintes adotam outras técnicas de preparo da na agricultura, a utilização de outros materiais e formatos de construção de casas, o hábito de tomar chimarrão, a percepção de que era importante aprender o português, há um processo de incorporação, adaptação, reformulação e exclusão de saberes, valores e práticas os quais possibilitaram que estes imigrantes se fixassem no país e no estado onde se inseriram.

4.2.4 Família Bortolini

A quarta família entrevistada é a Bortolini, residem no bairro Cristo Rei, vivem no município há 58 anos. O entrevistado é natural do Distrito de Vila Maria, pertencente à Guaporé-RS. Ambos os pais eram italianos, provavelmente provenientes do Tirol, isso é revelado a partir do relato da música cantada e reproduzida pela família (Verginella – típica daquela região). “O pai e a mãe vieram da Itália”, “eu sei que ele saiu de lá e viajou 36 dias de navio, pra vim pro Brasil”.

Houve a dispersão dos familiares, ao chegarem ao Brasil, estabelecendo-se em diferentes regiões.

O finado pai, só de irmão era o Lécio, o Ico, o Dante, o Aurélio, i tinha muito irmão, o finado pai era família grande, que veio da Itália pra cá, daí esparramaram lá para Porto Alegre, foram para outros lugar, uma parte veio aqui pra fronteira, enton lá em Rio Grande, Porto Alegre, que nem o finada mãe, o pai, moro um ano, pra cá de Porto Alegre, São Leopoldo, Alfredo Chaves, que era distrito aquela vez [...] Moro em Espumoso um tempo, o finado pai e a finada mãe (ENTREVISTADO 04, OUTUBRO, 2011).

Ao chegarem ao Brasil, seus pais instalaram-se no município de Espumoso-RS. Viveram e trabalhavam no espaço rural, com plantação de feijão, trigo, arroz e na criação de gado. “o finado pai tinha uma fazendinha, lá tinha bastante terra, só trabalhava lá de agricultor”. “nós trabalhava bastante com arroz e trigo, criação, também, tinha bastante”. Moraram um tempo neste município, porém, por estarem passando por dificuldades, seu pai começou trabalhar com um cunhado como tropeiro, foi neste período que migraram para Guaporé-RS, “tropeava de Porto Alegre a Passo Fundo”.

Migraram, novamente, para Francisco Beltrão, em 1953, de caminhão, naquele momento vieram quatro pessoas: ele, seu irmão, sua irmã e a cunhada. Tiveram a notícia de que o governo, por meio da CANGO, estava doando terras a famílias reservistas. O entrevistado diz: “Nós viemo trabalha na terra aqui que era da CANGO, era do Governo não é, enton, naquele tempo nós não comprava terra, só requeremos o direito, entremos. Daí depois deu aquela revolta, daí que medimos, mas senão era da CANGO, do Governo”.

A viagem durou por volta de cinco dias, passando por vários municípios do Rio Grande do Sul. Devido às chuvas e por as estradas serem de chão, a viagem foi difícil e demorada. Ao chegarem a Francisco Beltrão, não conseguiram entrar, havia um portão que impedia a passagem para o município, apenas pessoas com a documentação de que eram

reservistas teriam o direito de entrar, mas devido o fato de que haviam conhecidos na região, a família conseguiu prosseguir para tal região.

Cinco dia, saímos de Guaporé, até Marau e chegemo aqui em Beltron. Paremo em Ronda Alta um dia e meio, chovia e não tinha estrada e andava daquele jeito, daí fiquemo em Ronda Alta, lá perto de Erechim” “de Marau pra vim pra aqui, por Passo Fundo, passemos Erechim, viemo em Ronda Alta, daí começou a chuva, se acampemo num baracon ali em Ronda Alta e vamos ficar ai porque chovia e a mudança né, e não tinha estrada, tudo chon tudo picada né, daí saimo de la entremo em Chapecó, entremo aqui em Vitorino, aquele tempo era tudo picada, chegamo aqui em Beltron, nem tinha cidade aqui, em cinqüenta e três, era cinco, seis casas (ENTREVISTADO 04, OUTUBRO, 2011).

Não queriam me deixá entrá, passa o Rio pra cá, e o Dinarte queria porque ele conhecia o meu irmon, o Luis Vacari, daí eu sei que deu uma bagunça com o Dinarte e o negron, o Porto Alegre, daí o Dinarte disse eu mando, veio ai e me abriu o mandiolo e disse pode entra, vai lá trabalha, vocês é pra trabalha mesmo, vai lá eu sou lei aqui, e os outros ficaram quieto, deixaram (ENTREVISTADO 04, OUTUBRO, 2011).

Seu pai, um irmão e dois cunhados viviam no município antes deles migrarem, chegaram em 1947, requerendo o direito as terras na CANGO. Estes influenciaram na decisão e na propaganda de terras de fácil acesso. “Ele veio requerer o da CANGO, aquele tempo a terra era tudo da CANGO, nos tinha protocolo, ele me dava um documento, que dizia que daí nós era reservista, e reservista entrava na terra do governo trabalhá, produzi, só”.

Primeiramente se instalaram no km 23 (hoje é uma *comunidade* de Francisco Beltrão), depois mudaram para o bairro Cristo Rei. Continuaram trabalhando com a agricultura, no dizer do entrevistado: “agricultor porque tudo era no mato aqui, tudo trabalhava derrubava mato plantava feijon, milho, criava porco, naquele tempo comecemos porque ninguém tinha nada também”.

Há uma construção de redes, através das migrações, pois umas pessoas seguem as outras, são convidadas, motivadas a migrar por conhecidos, amigos e/ou parentes que vivem em determinada região, conseguindo melhorar de vida, como pudemos observar na maioria das famílias dos descendentes de italianos estudadas.

Hoje, possuem quatro filhos, todos residem em Francisco Beltrão, três na cidade e um no km 26 (*comunidade*). Por meio da narrativa do entrevistado, percebemos a reprodução de alguns elementos que os identificam com a cultura italiana, tanto pelo entrevistado como pela família (filhos e netos), apesar de que outras foram perdidas com o tempo.

Na religião, toda família é muito católica, participam das missas e encontros religiosos, já participaram, também, de missas rezadas na língua italiana. Na alimentação

embora façam macarrão, polenta e outros alimentos típicos, destaca que: “comida é mais arroz e feijão, carne, mandioca, batata”.

No que se refere à alimentação das famílias do camponês, houve uma adaptação dos hábitos dos colonos as condições e cultivos da região, da qual a utilização do aipim (mandioca) e o milho podem ser considerados como exemplares. Ao mesmo tempo, difundiram hábitos alimentares característicos dos seus países de origem e aceitaram outros típicos do Brasil (VANDERLINDE, 2006, p.41).

A linguagem é a mais reproduzida, pois segundo o entrevistado ainda falam em italiano, embora não dominem totalmente a língua, pois misturam muito com o brasileiro, devido a relação com caboclos e outras etnias quando se estabeleceram no município “Em italiano, na verdade nenhum sabe fala bem, porque sabia fala bem em italiano a finada mãe, o fiando pai e a finada vó, aqueles sim falava bem, mas nós sabe é tudo misturado, porque lá onde nós se criemos, tinha caboclo que nem aqui, tinha de tudo então era toda língua”, isto nos mostra novamente a hibridização da cultura.

Destaca também que, após se estabelecer em Francisco Beltrão, diminuiu ainda mais a prática do falar italiano, pois, havia relações diárias com caboclos e poloneses que viviam no município. No início era quase tudo em italiano, revela que sua família no início passaram por algumas dificuldades, em relação a linguagem (exemplo): “a finada mãe, uma vez quando vieram morar ali no km 23, daí veio um caboclo, pedi a *trocaise* (ferramenta), emprestada e pra nós era *tanaia*, e a mãe não conseguia saber o que era ele falava e ela não compreendia”, isto aconteceu várias vezes até aprenderem corretamente a língua portuguesa.

Além disso, no espaço rural, onde viviam, falavam praticamente só a língua italiana dentro de casa, mas após a mudança para a cidade, tiveram mais relações com brasileiros e se adaptaram ao português. “Sim, sim, nós morava no interior e a maioria era só em italiano, depois que a gente veio pra cidade, que a gente troco mais, fala em português”. Todos os filhos do entrevistado ainda falam alguma coisa e entende bem a língua italiana, até mesmo alguns netos conhecem esta linguagem, porém, com menos intensidade. Percebemos que estas famílias residentes no espaço urbano, reproduzem com menos intensidade esta cultura, também dão menos importância aos costumes passados pelas gerações anteriores. No dizer de Meyer (2000) os indivíduos que vivem no urbano acabam perdendo seus valores devido aos hábitos do “mundo urbano”.

Em relação às músicas e danças, não reproduzem, por meio das lembranças relevam que, era cantada músicas italianas em vários momentos, encontros e festas: “Nós cantava

naquele tempo, com meu cunhado, na adega, na festa, só aquela música La Verginella, é uma música antiga, verginella non posso trova (trecho da música cantada pelo entrevistado), é minha prima lá de Cascavel ainda canta essa música, meu deus. Verginella é uma música antiga mesmo, no tempo do italiano” (ENTREVISTADO 04, OUTUBRO, 2011).

Não possuem nenhum objeto de recordação da família, estas representações, seriam essenciais para deixar ativa a recordação e a reprodução por meio da memória, “Nós não temo mais nada”, tudo foi perdido, jogado fora ou dado para outras pessoas. Observamos que antes a reprodução dessas características ocorriam com mais intensidade, a partir do momento em que se deslocaram para a cidade, mantendo relações com pessoas de outras etnias, esses traços foram deixados de lado.

Ainda mantém relações com familiares do município também de origem italiana, possuem vários conhecidos, embora destaque que a maior parte tenham falecido, o mesmo é colocado em relação a conhecidos e parentes do estado de origem, nunca voltaram para passeios, apenas mantém relações a partir de ligações. Também, nunca foram para a cidade de origem, pois possuem poucos familiares, “meu cunhado, meus tios, tudo morreram, eram mais velhos que eu, e sobrinho eu tenho lá, mas são poucos”. Seus pais voltaram para a Itália, na intenção de recordar o local de onde nasceram: “O finado pai e a finada mãe foram, nós era piazzada e ele ia pra lá Itália, iam passear, eles foram uma vez”. Mas não manteve nenhum meio de comunicação com o país mencionado.

Podemos concluir que a família, após migrar para o Brasil, modificou sua identidade, inserindo novos hábitos e costumes para se adaptarem e sobreviverem em um novo país, com características diferentes. Estes também contribuíram para transformar a entidade do território onde se instalaram. Alguns elementos foram deixados de lado e no lugar destes inseridos outros a partir das mudanças ocorridas na sociedade.

4.2.5 Família Borghesan

A quinta família de sobrenome Borghesan, foram os primeiros moradores do bairro Júpiter e residem no município há mais de 60 anos. O entrevistado é proveniente do Rio do Sul-SC, já a família de sua esposa é natural de São Bernardo-RS. Os pais do entrevistado são naturais de São Joaquim-SC, já os avós provenientes da Itália, porém, não lembra a região de procedência. Os pais de sua esposa são naturais de Vacaria-RS.

Vale destacar que o entrevistado casou-se em Francisco Beltrão, portanto, nesta entrevista haverá relatos da família Borghesan, e da família de sua esposa, os Zulian, também de origem italiana. Esta última revela que seus bisavós são da Itália, mas não tem certeza do local de procedência, embora aponte a existência de uma praça registrada com o sobrenome da família, a praça Zulian – A partir de pesquisas, descobrimos que a praça se localiza em Veneza, portanto deduzimos que a família é natural desta região.

As famílias de ambos entrevistados viviam no espaço rural e trabalhavam na agricultura. A família Borghesan veio em junho de 1952, o entrevistado chegou aos 13 anos, “a gente pra cá, e aqui era sertão”. A família Zulian estabeleceu-se no município em 1950, a entrevistada veio com os pais, tinha apenas nove anos, mas anteriormente migraram para Joaçaba-SC, em 1946, “daí ali a gente ficou quatro anos, aí nós viemos pra cá”. A mudança veio em um caminhão alugado.

Conheceram-se e se casaram em Francisco Beltrão. “Nós viemos aqui àquela época, porque aqui era a CANGO, nós conseguimos da CANGO o terreno. Morava no mesmo bairro, onde tem hoje a associação São Cristóvão”. Os terrenos foram doados a famílias que possuíam o documento de reservistas e outros eram vendidos a baixos preços, assim, “quem podia vende o que tinha lá (Santa Catarina) vendia e comprava aqui bem mais terrenos”.

Da família da entrevistada vieram os pais e irmãos. “Nós irmãos era oito, mais os pais”. Dois irmãos já morreram e os pais também. Os outros moram em Francisco Beltrão, nas proximidades, pois a maior parte dos lotes pertencia a seu pai no início da colonização e foram repassados aos filhos. Os parentes e conhecidos influenciaram na decisão, pois, “tinha o meu tio aqui que era Paulo Borghesan, tem até rua por aí com o nome dele [...] ontem até foi inaugurado uma pracinha ali na CANGO”. Possuem três filhos, todos moram em Francisco Beltrão, no mesmo bairro, onde foi colonizado pela família, anos atrás.



Foto 02. Família Zulian (a senhora sentada no meio é sua avó natural da Itália)

Fonte: Borghesan, 2011.

Esta família também teve problemas para a chegada no município, pois também proibiram a passagem na ponte, só conseguiram atravessar por terem conhecidos já residindo no município.

Até quando a gente chegou aqui em Beltrão, eles não deixavam passar na ponte, porque tinha uma ponte coberta, aí eles tinham chamavam Manjolo, era a madeira atravessada na frente, então o meu pai teve que vim aqui em São Marcos, pega um senhor leva ali na CANGO para testemunhar que nós ia morar na casa dele, que nós viemos com duas mudanças de lá, e o outro senhor da mudança tiveram que voltar para Vitorino, e nós tinha a sorte que tinha um conhecido, o Zancanarro”. Depois saímos, fomos morar ali no São Marcos, fomos lá no Triton e depois que a gente veio pra cá (ENTREVISTADO 05, OUTUBRO, 2011).

A cidade era pequena, segundo o entrevistado, havia apenas a Rua Julio Assis, havendo em média vinte e poucas casas, como observamos na Foto 03. Continuaram trabalhando na agricultura, plantavam milho e feijão. O local ainda é o mesmo onde residem

hoje em dia, “no começo era tudo sertão [...] tinha pinheiro gigante, uma estradinha e mais nada. Chegamos aqui eram poucas famílias, não tinha nada aqui”. “Quando viemos pra cá, lembro de barro e poeira. Ninguém tinha rádio, luz, a lotação do Guancino veio depois de muitos anos, porque era tudo a pé. Para chegar lá do outro lado da cidade demorava meio dia, de cavalo”, recorda.



Foto 03. A cidade de Francisco Beltrão, em 1952

Fonte: Borghesan, 2011.

Apontou em seu depoimento que participou na revolta dos posseiros:

Eu tinha 19 anos na revolução dos posseiros, participei. Duraram uns três, quatro dias aquele povo todo armado, que tomou a praça. Mas para nós era tudo festa, ninguém tinha medo de ninguém, todo mundo era valente, os que tinham medo ficaram em casa (ENTREVISTADO 05, OUTUBRO, 2011).

Em relação aos elementos identitários, podemos observar que todos são católicos, como descendentes de italianos, nas suas representações mantiveram a religiosidade como elemento indissociável da cultura. Na alimentação, embora haja elementos da culinária brasileira ainda fazem a comida italiana, “Sim, a gente faz macarrão, faz lasanha às vezes, o nhoque, e a polenta que como diz o ditado, que aquela é italiana mesmo né”.

A linguagem também é difundida pela família, embora não tenham repassado para seus filhos essa cultura e não praticarem com expressividade. Segundo o entrevistado “Fala alguma coisa a gente fala, mas não tem o hábito de fala assim o italiano, hoje em dia a gente perdeu, mas entender a gente entende quase tudo”. “Os filhos entendem alguma coisa, mas

falar eles não falam”. Destaca ainda que seus pais falavam muito o italiano, mas com o tempo, quando foram se relacionando com outras famílias, passaram a falar o português. Conforme os depoimentos, é a partir das novas relações que a identidade sucessivamente reconstruída “A identidade se constrói, se desconstrói e se reconstrói segundo as situações” (COLOGNESE; ROSSI, 2006, p. 62 *apud* CUCHE, 1999, p.198).

Os meus pais sim, eles falavam muito em italiano né, depois uma época então meu pai falava mais italiano, e nós falava em brasileiro principalmente se tinha gente de fora, a gente se preocupava né, porque parecia que as pessoas iam pensar que a gente tivesse falando deles (ENTREVISTADO 05, OUTUBRO, 2011).

Isto era praticado entre eles, dentro de casa, “As famílias de italiano, eles costumavam a falar italiano entre eles. Quando chegava alguma visita daí eles falavam em português”. Embora a família considere importante manter a relação com o passado, nunca procuraram conhecer a cultura, bem como, conhecer a Itália.

Assim, em seu município de origem falavam o italiano cotidianamente, seus pais falavam inicialmente o italiano, mas ao migrarem para Francisco Beltrão, passaram a falar em português, “nós falava bastante italiano naquela época, a gente foi perdendo né”. Conforme Goetter (2008), a desterritorialização, ou seja a perda ou a modificação de certas relações, podem dissolver parte da tradição, pois “relações velhas” se fundem em “relações novas”, em um novo território.

Conhecem algumas músicas italianas, mas hoje não ouvem mais, isso ocorreu também, porque a família era pobre e não tinham esse aparelhos, apenas a rádio que tocava músicas gaúchas, devido as circunstâncias inseriram em seu cotidiano a cultura do estado de onde eram naturais. Essa multiplicação das identidades decorre, como aponta Gonçalves (2009), da descentramento dos indivíduos com a modernização, contribui para o esfacelamento de tradições, dos saberes e memórias de determinados grupos.

Também vale ressaltar que a família de ascendência italiana realizou uma festa em 2009, reunindo 580 pessoas da família Borghesan, a comida era típica da Itália e as pessoas eram identificadas com um crachá, contendo o seu nome e o nome dos avós, estas continuarão sendo realizadas nos próximos anos.

A família reside em Francisco Beltrão há mais de 60 anos, há homenagens a família, com nomes de ruas, como Virgínia Borghesan (mãe do entrevistado). Outra possui o nome da sogra, outro é da mãe e uma é do pai dela. Também há pouco tempo foi inaugurada a praça

com o nome do seu tio Paulo Borghesan, um dos pioneiros do município, inserindo no território, características dos familiares imigrantes provenientes da Itália.

Possuem alguns objetos como fotos antigas da família, “Fotos de antigamente, tem de alguém da família, mas não muito antigas, média de 60 anos atrás né”. A família possui a árvore genealógica da família Borghesan (Foto 04), também tem alguns jornais antigos do ano de 1952, década em que a colonização do município ocorreu com mais intensidade. Neste jornal, aparecem reportagens sobre a primeira eleição e posse do primeiro prefeito; a instalação do município de Francisco Beltrão e outros 38 na região; Informações da região e dos desmembramentos; entrevistas com alguns dos primeiros moradores, dentre estes, a entrevistada da família Comunello; informações sobre a atuação da CANGO, e as demarcações dos lotes (Foto 05).



Foto 04. Árvore genealógica da família Borghesan

Fonte: Borghesan, 2011.



Foto 05. Reportagem do Jornal de Beltrão, 20 de dezembro de 1952: demarcação da CANGO
Fonte: Borghesan, 2011.

Estas fotos e documentos como os jornais, são importantes para que a história da região e dos familiares continuem sendo lembradas, é a representação do passado, isto propicia a reafirmação da identidade das famílias. As fotos, documentos, recortes de jornais e objetos pessoais, ajudam a contar a história dos entrevistados. Embora nem sempre seja possível inserí-los em todas as entrevistas, esse material enriquece e completa os depoimentos. Concordamos com a visão de Delgado (2006) quando afirma cada imagem é uma fonte histórica. Os objetos e documentos expressam identidades e representam referências de enraizamento.

De maneira geral, temos a seguinte situação, em relação aos entrevistados, residentes no espaço urbano, representada no quadro a seguir.

Nesta síntese, vale mencionar, primeiramente, que a análise corresponde ao deslocamento dos entrevistados (e não da trajetória dos pais e avós), pois se o considerarmos, teremos outros resultados, que serão trabalhados no Mapa 12.

Inicialmente, observamos que as migrações, de acordo com as cinco entrevistas, ocorreram entre 1946 a 1953, correspondendo aos mesmos períodos apontados a partir do registro de casamento das paróquias e da ficha de filiação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão.

Família	Municípios de origem	Ano de migração para Francisco Beltrão	Elementos da identidade cultural italiana atual	Principais mudanças
Comunello	Caxias do Sul – RS Nova Prata – RS Treze Tílias -SC	1946	- Alimentação - Linguagem - Religião - Música - Fotos e/ou documentos	- Vestuário - Danças -Objetos pessoais
Tesser	Guaporé –RS Davi Canabarro - RS	1953	- Alimentação - Linguagem - Religião - Música - Objetos - Fotos e/ou documentos	- Vestuário - Danças
Marcello	Araranguá – SC Pato Branco - PR	1947	- Linguagem - Religião - Música	- Alimentação - Vestuário - Danças -Objetos pessoais - Fotos e/ou documentos
Bortolini	Espumoso - RS Guaporé-RS	1953	-Alimentação -Religião - Linguagem - Músicas	- Vestuário - Danças -Objetos pessoais - Fotos e/ou documentos
Borghesan	Rio do Sul-SC	1952	- Alimentação - Linguagem - Religião - Música - Fotos e/ou documentos	- Vestuário - Músicas - Danças -Objetos pessoais

Quadro 04. Síntese das famílias entrevistadas na cidade

Fonte: Trabalho de campo, entrevistas realizadas em outubro, 2011.

Os locais de procedência das famílias também correspondem aos citados no sub - capítulo 3.3 (ambos, aparecem nas análises realizadas). Todos os entrevistados têm como território de origem Rio Grande do Sul (03) ou Santa Catarina (02), mas, devemos destacar que a migração não ocorreu somente uma vez, houve o deslocamento dentro do próprio estado, bem como, para outros, antes de se instalarem em Francisco Beltrão. Este processo se encaixa nas fases estabelecidas por Tavares dos Santos (1978), referente à mobilidade dos imigrantes e descendentes, escritos no sub - capítulo 3.2.

Duas entrevistas mostram que houve a migração dentro do próprio estado, anos antes da procedência para Francisco Beltrão, dos Tesser e Bortolini. Os Comunello, além da

migração dentro do próprio estado, tiveram o deslocamento anterior para Santa Catarina. A entrevistada da família Marcello, natural do estado catarinense, antes de se estabelecer em Francisco Beltrão, migrou para outro município no estado do Paraná. A família Borghesan foi à única que teve a migração direta de Santa Catarina para Francisco Beltrão.

Na questão identitária, analisada nas entrevistas, concordamos com Buchmann (1995) ao afirmar que a construção da identidade é um processo histórico, em que, cada indivíduo, vive elementos da história da humanidade, desenvolvendo e modificando essa identidade através das ações e representações visíveis no cotidiano. Isto é perceptível em todas as entrevistas, onde há mudanças, bem como, permanências, há reprodução de alguns elementos e características das gerações anteriores, ao mesmo tempo, há inserção de outras características vinculadas à modernidade.

Através das entrevistas podemos notar que, em todas as famílias, há traços identitários reproduzidos, mas ambos com menos intensidade do que antigamente, estes, tendem a desaparecer gradativamente. A representação da identificação com a etnia italiana é reproduzido pelas pessoas com mais idade das famílias, da terceira e quarta gerações (netos e bisnetos), especialmente na alimentação, na linguagem e na religião, elementos culturais importantes na identidade das famílias.

Ao mesmo tempo, podemos notar que os mais jovens não conhecem a história de vida dos familiares, nem preservam a cultura repassada pelos pais e avós, isso muitas vezes ocorre pela falta de interesse por parte dos familiares e pelos jovens participarem de outro momento histórico, quando se destacam as inovações tecnológicas, possibilitando a aquisição de outros hábitos e costumes que são visíveis nos dias atuais. Isso significa que apenas uma parcela da população tem consciência da importância da territorialidade-identidade para a reprodução da sua cultura.

Resumidamente, a religião é um elemento identitário introduzido na vida de todos os entrevistados. Na alimentação, apenas na família Marcello não há reprodução, no restante, esta, é praticada, especialmente, pelas pessoas com mais idade. Na linguagem, os entrevistados Marcello e Borghesan, *sabem falar*, mas não o fazem com frequência e não repassaram aos filhos e netos esse conhecimento. Os Comunello, os Bortolini e os Tesser, além de praticarem o italiano nos dias atuais, dentro de casa e com alguns amigos e parentes, ensinaram a língua italiana aos filhos e alguns netos. As famílias Comunello, Tesser e Marcello, embora ainda ouçam em rádios ou CDs, canções em italiano, também ouvem músicas gaúchas, da cultura rio-grandense, diferente dos Bortolini e Borghesan que, com o passar dos anos, esqueceram as músicas italianas, cantadas e ouvidas pelos mais antigos.

Os objetos, fotografias e outros documentos, possibilitam as recordações, essenciais para a construção e reconstrução da identidade, mas na vida destas famílias, são quase inexistentes. Os objetos foram perdidos ou doados aos familiares e muitos não dão importância a sua representação; as fotografias e documentos existentes, em grande parte, estão extraviadas. Embora os documentos sejam poucos, alguns foram guardados e/ou recuperados, como no caso das famílias Borghesan e Tesser. Os entrevistados da família Bortolini e Marcello, não possuem fotos que permitam lembrar dos momentos vividos por estes e seus familiares de gerações passadas, o restante, embora nem todos tenham consigo fotos (algumas foram entregues a filhos que não residem no mesmo local dos entrevistados), possuem fotos referentes aos familiares italianos e correspondente ao início da colonização do município de Francisco Beltrão.

Notamos que algumas famílias ainda tentam reafirmar características da cultura italiana, do período vivido pelos imigrantes, através dos elementos analisados. Mesmo com a facilidade de acesso às novas tecnologias, que podem tanto possibilitar o fortalecimento de características culturais de um indivíduo ou de um grupo social, reafirmando a identidade (isso é perceptível em algumas famílias), bem como, podem levar a perda destes elementos, e simultaneamente, a aquisição de novos costumes e comportamentos. Esta transformação ocorre com mais intensidade na cidade, onde as inovações tecnológicas se materializam mais intensa e rapidamente e também por terem acesso facilitado aos novos componentes da modernidade²².

4.3 AS FAMÍLIAS QUE VIVEM NO ESPAÇO RURAL

4.3.1 Família Salmória

A primeira família entrevistada, residente no espaço rural, é a Salmória, que mora na *comunidade* Rio Quibebe, localizada no município de Francisco Beltrão. O entrevistado é natural de Erechim – RS. Seu pai nasceu em Taquara-RS e sua mãe é italiana, proveniente de

²² Embora hoje, as famílias que vivem no espaço rural, também tenham acesso às inovações inseridas, este, ainda ocorre com menos intensidade do que no espaço urbano.

Arcie - Itália (região do Vêneto, província de Belluno). Embora seu pai tenha nascido no Brasil, seu avô paterno, também é proveniente da Itália, em uma região próxima a Treviso.

Viviam no espaço rural, trabalhavam com agricultura e com parreiral. Migraram para Francisco Beltrão, em 1950, com o intuito de crescer financeiramente, com a aquisição de terras férteis e a baixos preços: “Com a esperança, de novas terras, de lugar novo, nós estava naquela expectativa de conseguir terras melhores aqui” (ENTREVISTADO 06, NOVEMBRO, 2011).

Da família, migraram seis pessoas, estes, correspondiam aos seus pais e quatro filhos, logo, mais seis irmãos nasceram no município. A viagem foi de caminhão, embora o entrevistado não lembre a quantidade do tempo percorrido para fazer o trajeto, revela que foram vários dias, pois a estrada era de chão e quando chovia não podiam continuar, porque estavam em péssimas condições.

A decisão de migrar ocorreu por influência de parentes que já residiam no município, conforme declarou nosso entrevistado: “Tinha dois tios que já residiam aqui”, estes os ajudaram com a instalação e na aquisição das terras. Com a notícia de que conhecidos conseguiam melhorar de vida, há atração de outros familiares, isso leva, como vimos na transcrição dos depoimentos realizados até então, a grandes correntes migratórias, vinculados, sobretudo, aos fatores econômicos, responsáveis por exercer enorme influência nas decisões.

Ao se estabelecerem na Vila Marrecas²³: “praticamente não tinha cidade, era uma vilazinha, era pequena”, afirma que haviam poucas famílias estabelecidas na região, em sua maioria caboclos. Instalaram-se no município e continuaram a trabalhar na agricultura, prosseguindo, ao mesmo tempo, com a produção de uvas “nós aqui trabalhamos com parreira”; atualmente continuam nesta atividade (Fotos 06 e 07)²⁴.

Em relação aos elementos culturais vinculados à etnia italiana, que em seu conjunto, revelam a identidade de cada indivíduo, observamos que esta é preservada com mais amplitude, pois, ao nos referirmos às comidas típicas da Itália, reproduzidas por eles, responderam: “quase praticamente tudo”, macarrão, polenta, a horta, que era algo bem tradicional dos italianos na época, é tudo basicamente”; até a produção de uva, para o entrevistado é uma questão da tradição, herdada pelos seus familiares. Notamos uma

²³ Nome dado ao município antes de sua emancipação.

²⁴ Estes são associados à Associação Beltronense de Vitivinicultores (ABEVI). A vitivinicultura foi uma das atividades introduzidas artesanalmente na economia do município e hoje, segundo os dados da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, em cerca de 52 associados. Essa grande quantidade de produtores ocorre pela influência da etnia italiana e a tradição da produção de vinhos e derivados.

identidade híbrida, pois também possuem elementos da cultura gaúcha, como *chimarrão* e o churrasco, entre outros.



Foto 06. Parreiral da família Salmória
Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2011.



Foto 07. Cantina onde há barricas de vinho para consumo e venda
Fornecido por: Ana Gagliotto, 2009.

Outro elemento importante corresponde à produção de uvas, vinhos, doces e vinagre. Trabalham com parreiral, porque seus avós maternos sempre trabalharam no cultivo da uva, é uma tradição, seguida por gerações: “eu desde que comprei terreno, eu tinha um parreiral e tenho até hoje, é uma coisa que a gente tem por tradição” (ENTREVISTADO 06, NOVEMBRO, 2011).

Na linguagem, algumas frases são ditas e entende-se quase tudo. Ao chegarem ao município, relatam: “eu só falava em italiano. Eu vim aprender a falar em português aqui em Beltrão”. A família inteira tinha como língua principal, o italiano, mas houve mudanças, pois, passaram a se relacionar com indivíduos de outras etnias, especialmente os brasileiros (caboclos) que viviam na região. “A gente veio morar na casa do tio, na Água Branca, daí tinha os primos que só falavam em português, aí a gente começou, se entrosou e acabamos falando naturalmente”.

Às vezes eu falo em italiano com a própria família, mas com o tempo a tendência é perder isso, infelizmente né. Vai caindo no esquecimento, vai ficando. Apesar de que em Beltrão tem o círculo italiano, mas também agora esta meio parado²⁵ (ENTREVISTADO 06, NOVEMBRO, 2011).

Viajaram em setembro de 2011 para a Itália (o entrevistado e sua esposa), e relatam que não entendiam muitas palavras, pois há dialetos diferentes dependendo da região, o praticado pela família, corresponde à região de Belluno, na Itália, município onde sua mãe nasceu. Esta viagem possibilitou recuperar elementos que haviam sido esquecidos, até mesmo, adquirir conhecimento das gerações passadas que não foram revelados pelos familiares, e ainda, reforçar a identificação com a cultura italiana.

Tem regiões, na maioria das regiões eu não entendo nada o que os outros falam e eles não entendem o que eu falo também, porque os dialetos são diferentes, porque na Itália até uns 150 anos atrás, ela era dividida em vários países dentro da própria Itália, eram as chamadas províncias, depois houve assim, uma espécie de uma revolução, aonde a Itália foi unificada, aquelas províncias passaram a pertencer tudo para um país só, mas cada região manteve o dialeto deles, então por isso cada região eles falam o dialeto diferente, hoje as regiões, cada uma estão com seus dialetos (ENTREVISTADO 06, NOVEMBRO, 2011).

A viagem ocorreu no intuito de conhecer de onde eram provenientes seus familiares, também pela curiosidade e para passear. Além do mais, sua filha reside naquele país, em

²⁵ Eles participavam do Circolo Italiano, faziam algumas reuniões, trabalhavam com a questão da dupla cidadania e buscavam ter contato com outros grupos. Este grupo desenvolvia atividades culturais e recreativas, mantendo a tradição italiana, porém, tivemos informações de que não há mais sua atuação no município.

Bolonha: “ela ganhou muita experiência em conhecimento, domina bem o italiano”, mas a língua falada pela filha não corresponde ao mesmo dialeto repassado pelas gerações passadas.

A reprodução da religião aparece no cotidiano dessa família, nitidamente, possuem uma capelinha (Foto 08) e participam com frequência das missas realizadas na *comunidade*. A religião, como mostra Meyer (2000), está profundamente imbricada na constituição da cultura de cada grupo social, é um dos símbolos mais poderosos de pertencimento à etnia italiana.



Foto 08. Capela da Nossa Senhora de Aparecida no quintal da casa da família Salmória
Fonte: Trabalho de campo, novembro, 2011.

Em relação às músicas, possuem alguns CDs em italiano e conhecem as letras, sabem cantar, “tenho, pouca coisa mais tenho”, isto porque participavam de um grupo italiano, o Coral Musicante²⁶, “Dai lá a gente ouvia muitas músicas, cantava também”, ainda possuem alguns folhetos de músicas em italiano. Segundo a reportagem do Jornal de Beltrão (15/09/2010), este coral foi formado em 2000, pelos alunos do curso de italiano do Centro de Cultura Italiana (CCI), tendo como objetivo resgatar os valores da cultura italiana. Ainda em relação às músicas há reprodução das típicas do Rio Grande do Sul, estado de origem da família.

²⁶ Este coral possui onze anos de existência.

Não possuem outros objetos, além dos folhetos de músicas e CDs: “quem tinha alguma coisa era a falecida mãe”; estas foram perdidas com o passar do tempo. Porém, possuem várias fotografias das viagens realizadas, em relação à igreja de batizado de sua mãe e à cidade onde seus antepassados viveram.

Alguns familiares já deram início à pesquisas e construção da árvore genealógica da família Salmória, embora ainda não esteja finalizada. “E lá na Itália, a Rose (filha) esteve na igreja onde minha mãe foi batizada e ela conseguiu levantar alguns dados, alguma coisa, do registro de nascimento de minha mãe e o casamento de meus avós na igreja” (ENTREVISTADO 06, NOVEMBRO, 2011).



Foto 09. Igreja de Árcie, onde a mãe do entrevistado foi batizada
Fornecido por: Adair Antonio Salmória, 2011.

Conheceram vários lugares, dentre eles o Monte Grapa, um local histórico, localiza-se ao lado do município onde nasceu sua mãe: “a gente era criança já ouvia fala muito deste monte, porque meu avô participou da guerra, ele esteve em cima dessa montanha. Existem músicas do monte que eles cantavam”. Este local é conhecido como Sacrário da Guerra, há segundo o entrevistado, quase 30.000 soldados enterrados. Assim, concordamos com Delgado (2006), ao dizer que a identidade de um indivíduo tem um grande suporte na memória. A

autora argumenta que a memória é a construção do passado, trazida e reproduzida no presente.

Em relação à família, o entrevistado tem cinco filhos, nenhum reside em Francisco Beltrão. Uma mora na Itália, em Bolonha, cidade medieval, localizada no centro da Itália. Dois filhos residem em Pato Branco-PR, um em Marmeleiro-PR e outro em São Leopoldo-RS. Ambos reproduzem com pouca intensidade esta cultura, os filhos falam poucas palavras em italiano e não reproduzem os outros elementos repassados pelos imigrantes, diferente do entrevistado, que considera importante manter a tradição aprendida pelos pais e avós. Além disso, na família, revela que, sua filha, a irmã e o cunhado possuem a cidadania italiana, destaca ainda, que poderia adquiri-la, mas “no momento não tenho interesse”. Adquirir a cidadania italiana é outra forma de reforçar os traços identitários de suas origens.

Relatam que, perto de sua residência, há várias famílias de descendência italiana. Também possuem contato com familiares de Erechim-RS, há visitas constantes no território de origem, isso possibilita reativar a lembrança a partir da memória, pois, há reprodução de alguns elementos: quando se encontram, buscam contar histórias vividas por eles e por seus antepassados; cantam e tocam músicas da língua, do período vivido pelos imigrantes na Itália.

4.3.2 Família Lazarotto

A segunda família entrevistada é a Lazarotto, residem na localidade Pio X - Km 20²⁷, espaço rural de Francisco Beltrão, há 61 anos. É natural de Joaçaba-SC e seus pais nasceram e se casaram no município de Erechim-RS. Ambos avós paternos, são da família Dalla Vechia, também de ascendência italiana, procedentes de Veneza – Itália, já os maternos, embora sejam italianos, a entrevistada não recorda a região de procedência, pois não possuía uma convivência com estes.

Porque a gente já saiu de Santa Catarina com três anos e daí a mãe nunca conto da vida, da história da família dela, daí a gente já foi criada mesmo com avó e já fiquei com elas, daí a gente sabe mais sobre o lado da vó do lado do pai né. Então a nona sempre contava que foi os pais dela que vieram da Itália (ENTREVISTADA 07, NOVEMBRO, 2011).

A família vivia no espaço rural, mas não trabalhavam na agricultura, e sim, com moinho e serraria. A entrevistada e sua família se instalaram em Francisco Beltrão, em 1950,

²⁷ A comunidade se destaca na produção de vinho, pois, dos associados da ABEVI, os residentes na comunidade compõem a maior porcentagem.

possuía naquele período apenas três anos de idade, mas relata vários acontecimentos, histórias vividas e contadas pelos seus familiares. Juntamente com seus pais vieram três irmãos, além dos avós e alguns tios; a entrevistada não lembra a quantidade de pessoas que se deslocaram, “todo mundo veio e tudo se instalou no km 20”.

Decidiram migrar para melhorar de vida, achar novas terras para trabalhar, pois já não existia madeira em abundância onde viviam: “Era pra mudar de vida, porque lá já não tava mais dando, que nem o moinho e serraria já não existia mais tanta madeira, daí vieram para melhorar né” (ENTREVISTADA 07, NOVEMBRO, 2011).

Chegaram com a mudança de caminhão, trazida por um conhecido, que já residia no município. A viagem durou de quatro a cinco dias, as estradas eram poucas, e as existentes eram de chão, em péssimas condições: “aquele que trouxe nós de mudança vive aqui em Beltrão, Francisco Darros. “A mãe diz que foi um transtorno que nossa, a gente era mais novo a gente não lembra, mas foi uma mudança bem sofrida. Não sei quantos dias, acho que foi 4 a 5 dias” (ENTREVISTADA 07, NOVEMBRO, 2011).

Outros conhecidos viviam na região, antes da migração, os quais influenciaram na decisão e na instalação da família no município, como identificamos em todas as entrevistas realizadas: “o tio falo que tinha essas terras aqui, e daí a gente acabo vindo pra cá”; “Tinha os Dalla Vechia, que era o João, que morava aqui em Beltrão, a gente veio paremos aqui na casa deles, moramos ali, fiquemos um ano mais ou menos, dai fomos pro vinte, até se estabelece, fazer uma casa, com tábua lascada, porque não tinha serraria”. Receberam a posse das terras da CANGO, “quando a gente chego a gente ganho essas terras da CANGO” (ENTREVISTADA 07, NOVEMBRO, 2011).

A entrevistada relata que a adaptação inicial foi difícil, haviam poucas casas, “era só mato” e passaram a trabalhar com agricultura. Enquanto a família residia na casa de parentes, seu pai e os tios trabalhavam na construção das casas²⁸, localizadas no Km 20, onde havia, em sua maioria, famílias de etnia italiana, porém, em seu depoimento, revela que hoje “está misto”, há residências familiares de diversas etnias. “O pai, o falecido nono, os tios, foram pra lascá as tabuas, pra fazer a nossa casa. E daí a gente fico com uma mudança, enquanto tava estabelecido ali no tio João né, no porão do João Dalla Vechia” (ENTREVISTADA 07, NOVEMBRO, 2011).

Novamente identificamos que os motivos de migração estão sempre ligados a questões econômicas, devemos considerar como aponta Jacob e Cunha (2009), as redes, que têm um

²⁸ Segundo a entrevistada, as casas eram de chão batido e construídas com madeiras retiradas da mata.

papel importante no entendimento do processo migratório. “Isso em função do fato de que pode ser a partir delas que os fluxos, uma vez desencadeados, podem ganhar força, redirecionar-se ou mesmo interromper-se” (p.14), ou seja, a mobilidade para Francisco Beltrão ganha impulso, a partir das informações prestadas às famílias, além do suporte material oferecido por amigos e parentes ao se instalarem aqui.

A entrevistada possui, hoje, sete filhos, dos quais seis residem em Francisco Beltrão, e um em Clevelândia-PR. Dos que estão no município, nenhum dos filhos reside no espaço rural, mudaram para a cidade, pois estavam com dificuldade para melhorar de vida trabalhando apenas na agricultura. “Nós temos muitas terras aqui no vinte, mas nenhum filho mora aqui, todos na cidade, na agricultura não dava mais né, aí eles resolveram mudar de ramo” (ENTREVISTADA 07, NOVEMBRO, 2011).

Nos aspectos identitários, podemos relatar que a alimentação, como vários outros elementos, ainda são mantidos pelas pessoas com mais idade, já os mais jovens, segundo a entrevistada, perderam os costumes relacionados aos seus antecedentes italianos. “A sim, as massas, as comidas italianas sim, porque, a gente faz lasanha, as macarronada, é coisas de massa mais, que aprendemos com a família”. Em relação aos filhos, destaca: “Eles continuam, com a massa muitas vezes, eles gostam muito de risoto, a polenta também. Ainda a comida eles gostam do radiche com bacon, que seriam comidas bem italianas”.

Outro elemento corresponde à produção de vinho, hoje não mais produzido, pois, quem fazia era seu falecido marido e seus filhos não residem mais na *comunidade* para continuar com o cultivo. “Também, fazia vinho, a gente tinha o parreiral, meu marido fazia vinho para todo mundo até antes dele falecer, ele tinha pronto alguma barrica de vinho” (ENTREVISTADA 07, NOVEMBRO, 2011).

Na linguagem, destaca que há reprodução por parte dela, mas em relação às gerações seguintes, isto foi perdido com o tempo, sabem algumas palavras, mas são pouco praticadas. Revela ainda, que isto ocorreu porque os filhos, em sua maioria, casaram-se com pessoas de outras etnias. “Eu falo, mas agora meus filhos, não conseguem falar, uma coisa que outra sim, mas eles não acostumaram a falar. Acontece que eles casaram todos com brasileira, aí não tem como falar”, assim apresenta-se uma cultura híbrida, os descendentes de italianos, especialmente os mais jovens, carregam traços de várias culturas, tradições, isto leva ao enfraquecimento da cultura de origem italiana.

Quando vieram para o município falavam apenas o italiano dentro de casa, e em especial, quando se reuniam com outros familiares. Acrescenta, que conversava fluentemente com seu marido: “eu e meu marido a gente falava muitas coisas em italiano”, mas após seu

falecimento, dentro de casa diminuiu gradativamente a reprodução da língua italiana. Há, na des-re-territorialização, a perda e aquisição de novos hábitos e costumes, estes percebem a necessidade de aprender o português, de se comunicar com pessoas de outras etnias. Isto para Meyer (2000) é um processo de incorporação, adaptação, reformulação e exclusão de saberes, valores e práticas os quais possibilitaram, a fixação das famílias em outro território com características distintas.

Hoje, ainda há reprodução dos elementos analisados por nós. A entrevistada revela que conversa frequentemente, com amigas, também de ascendência italiana, quando se encontram com os primos costumam lembrar do passado e conversam em italiano. Participa do Coral Musicante Italiano, formado por idosos, pioneiros do município que reproduzem as músicas típicas de várias regiões da Itália.

Tem algumas amigas que conversamos, agora to no grupo de coral italiano, de idoso, dos pioneiros, então tem uma idosa, dona gema, aquela gosta muito de falar italiano, então a gente fala bastante, conversa bastante em italiano. Daí os outros pedem, o que vocês estão fazendo, o que estão cochichando, deixa nós brinca um pouquinho, lembra um pouquinho (ENTREVISTADA 07, NOVEMBRO, 2011).

A família é católica, e possuem vários objetos relacionados à religião. Em relação às festas comemorativas, destaca que já participaram de festas da família Dalla Vechia. Porém, atualmente, estas não são mais realizadas, conforme seu depoimento, os organizadores acabaram falecendo e não houve interesse do restante da família em continuar com as festas familiares.

Em relação às músicas e danças, esta família recebe destaque, em sua maioria participaram do grupo folclórico *Va Pensiero*, da *comunidade* onde residem (este grupo ainda é coordenado pelos seus filhos), tem como pioneiros, como fundadores, componentes da família Lazarotto. Estes, também ajudaram na reprodução da cultura italiana, através das festas, como o Festi Vin e o grupo folclórico, os quais sempre estavam à frente da organização.

Quando começo a festa italiana do 20, a Festi Vin, primeiro a gente tinha a missa, daí tinha os canto tudo em italiano, nos participava das missas e dos cantos. Nós tinha coral italiano também no 20. Mas hoje não tem mais porque foi dividido. Então acabo o grupo a dança, acabo tudo né. Mas ainda fazem o Festi Vin (ENTREVISTADA 07, NOVEMBRO, 2011).

A família sempre esteve envolvida com o grupo folclórico e alguns membros ainda estão à frente da organização do Grupo Folclórico *Va Pensiero*, por isso sabem dançar e

cantar as músicas típicas italianas, o que os levou a adquirirem vestimentas típicas de algumas regiões. Acrescenta ainda que, “sempre desde o começo, a gente, acolhia os professores, eles sempre ficavam na nossa casa”, este contato foi importante para a reprodução da cultura, eram italianos e reproduziam com intensidade a cultura dos familiares imigrantes instalados no Brasil.

Em relação aos objetos, aos quais colocamos como elementos que ajudam a preservar a identidade, a história das famílias e da formação do município, a entrevistada afirma que a família possuía muitos objetos, além de várias fotos, porém, revela, “mas não lembro onde estão”. Alguns objetos e fotos estão nas casas dos filhos, mas em sua casa não possui nada relacionado aos antecedentes e ao início da colonização do município.

Atualmente, a família possui relação com várias famílias de etnia italiana, tanto do município onde residem, quanto dos estados de procedência de seus pais e avós, bem como, do município onde viviam antes da migração para Francisco Beltrão, o que ajuda no fortalecimento dos traços culturais desta etnia. Em relação à Itália, não há contato e nem o interesse em resgatar a localidade ou os familiares ainda residentes naquele país.

4.3.3 Família Graciani

A terceira família entrevistada, reside no km 04, de Francisco Beltrão, há 45 anos, os Graciani. O entrevistado é natural de Chapecó-SC e sua esposa é proveniente de Garibaldi-RS, ambos de descendência italiana, os familiares de sua esposa são da família Carniel. Os pais do entrevistado nasceram em Garibaldi-RS, já seus avós são oriundos da Itália, região de Trento, porém, não tem detalhes sobre as condições da procedência dos familiares: “a gente vai se esquecendo e com a idade vai envelhecendo”. Há o arrependimento, por parte dos entrevistados, de não terem buscado, quando possível, conhecer e resguardar a história de vida dos familiares: “isso a gente tinha que fazer, escrever da onde eles vieram, como eles vieram, quando que chegaram. Se quando os avós e pais estavam vivos, se a gente tivesse começado”.

Seus pais saíram de Garibaldi-RS em 1939, se deslocando, inicialmente, para Chapecó-SC, residiram neste município por 27 anos, trabalhando na agricultura, onde conheceu sua esposa e se casou. Em 1966, migrou para Francisco Beltrão, motivados a

melhorar de vida, “para achar lugar melhores né, porque ali era meio brabo, a terra era meio dobrada (inférteis), e daí viemos pra cá”.

Do Rio Grande do Sul, revelam que a família migrou porque “naquele tempo, as terras estavam se enfraquecendo e não existia como tem hoje esses adubos. E daí, vieram para as terras novas, era tudo mato, o meu pai puxou a madeira para fazer a casa a três km, com cavalo”. O local de proveniência era conhecido como Linha Bento Gonçalves, espaço rural de Chapecó-SC, migraram na intenção de adquirirem terras, melhores para o trabalho, conquanto, a família era grande e não havia terras suficientes para todos os filhos, além disso, as terras eram caras e as adquiridas pela família gerava pouco lucro, o que os motivou a migrar para Francisco Beltrão.

Inicialmente, deslocou-se o entrevistado, sua esposa e filho, a sogra e o sogro, o irmão e a cunhada, total de sete pessoas, após três/quatro anos, há proveniência de outros familiares, como os pais, outros irmãos, tios e primos. “Nós tinha parentes lá, daí o pai da minha esposa, ele foi pra lá visitá junto com um cara que tava namorando uma filha dessa gente. Ele convenceu dizendo que o Paraná era bom”. Levaram dois dias de viagem, o trajeto não era distante, no entanto, houve outros empecilhos que dificultaram a viagem “porque quebremos o caminhão na estrada”. Todos vieram com as mudanças no mesmo caminhão, juntamente com vinte e oito porcos e três cabeças de gado.

Compraram terrenos em Francisco Beltrão e um mercadinho na cidade, mas residiram neste local apenas três meses, não se adaptaram e foram morar no espaço rural, trabalhando na agricultura e criação de porcos. O entrevistado acrescenta que não adquiriram terras doadas pela CANGO, pois naquele momento as escrituras estavam validadas e não havia mais a questão da posse das terras.

A possibilidade e decisão de migrar, surgiu sob influência de vários conhecidos já residentes no município, como o cunhado e a família Tomazzoni (ainda residentes no município). A ocupação ainda era incipiente, segundo o depoimento do entrevistado, “tinha pouca casa, pouco comércio. Tinha male mal começado o calçamento aqui na avenida. Depois começou a chegar bastante gente, em cinco a seis anos encheu de gente”; a partir, de 1940, como já identificamos, passa a ocorrer à intensa migração para o município, esta perdura com intensidade até 1980, como mostramos em momentos anteriores, estes, influenciaram na construção do município, além de proporcionarem o desenvolvimento econômico na região.

Desde então, a família sempre residiu no espaço rural de Francisco Beltrão, cuidam da Cantina do Salmória, trabalham na agricultura e com parreiral, produzem vinhos e derivados, destinados ao consumo próprio e para a venda. A produção de vinho surgiu a oito anos, no

intuito de incrementar a renda da família, mas o entrevistado aponta: “eu já sabia fazer o vinho, por isso começaram”; seu filho também teve participação, como técnico agrícola, além da prefeitura (junto a ABEVI), a qual proporcionou cursos para melhoramento das técnicas utilizadas, pois “antes sabia assim, antes era moído a mão, depois veio à máquina que estraga o cacho também (Foto 10). Mas depois mudaram. Fomos se aperfeiçoando”. Além do mais, a produção de vinho é uma característica identitária, uma tradição passada por gerações passadas, ainda reproduzidas por estes, “o vinho sempre fizemos, porque tinha para o nosso gasto né, sempre teve. Nós fazia até a festa da uva. Nós sempre participemos”.



Foto 10. Antigo moedor de uva
Fonte: Trabalho de campo, novembro, 2011.

Outro elemento, ao qual nos deparamos como forma de manter “acesa” a identidade da família de etnia italiana, corresponde à cantina onde trabalham, pois mesmo tendo a reprodução da culinária típica italiana, no seu cotidiano, passada pelos avós e pais, a família faz para a venda, na cantina, comida italiana: “sempre fizemos a polenta, a radicha com bacon, a fortaia, queijo, salame, temos o vinho e os doce que é de uva também que a gente faz, essas a gente aprendeu com a família”; além de gerar renda para a família, se mantém a tradição.

Além do mais, sempre foram católicos e a religião permanece na relação familiar dos entrevistados. Outro elemento destacado por nós, como uma das principais características se

para manter e preservar a identidade, é a linguagem, estes reproduzem a cultura italiana, também através desta. Segundo o entrevistado, conversam entre familiares e amigos o italiano, embora não seja com tanta frequência. “Si si, a gente fala, conversamos, não muito mas, tem os vizinho ali também que a gente fala em italiano né, os Azollini, os Nadin (vizinhos, também com descendência italiana)”. Estas redes de comunicação, com parentes e amigos, também, da etnia italiana, propiciam o fortalecimento destes elementos culturais.

A reprodução da linguagem, na família, ocorreu com mais intensidade antes da migração, falavam frequentemente o italiano, antes do deslocamento e no início da instalação ao município de Francisco Beltrão, praticado, principalmente, dentro de casa: “Quando a gente era solteiro, a gente só falava em italiano, com os pais, e depois fomos crescendo, e foi perdendo” (ENTREVISTADA 07, NOVEMBRO, 2011).

Possuem dois filhos, o mais velho que reside no espaço rural, próximo à residência dos pais, reproduz o italiano e o outro, que vive na cidade, não sabe quase nada, posto que, o entrevistado tem consciência de que não passaram para os filhos, como deveriam, este conhecimento: “o filho fala, entende tudo e fala, a filha não, a gente não passa isso pros filhos né”. Outro aspecto, destacado na entrevista, é que o filho mais velho possui uma identificação com a cultura italiana devido a convivência com os avós italianos, “ai aprendeu, tinha que trabalha com os nonos, a filha não, porque não conviveu com os nonos né”.

Nos encontros com os familiares, procuram falar o italiano, mas apontam que “o italiano mesmo de agora não sabem, porque sabiam o dialeto”, pois cada região da Itália possui até os dias atuais vários dialetos, isso foi percebido pelo entrevistado, ao manterem contato com uma italiana, que fala a língua própria da Itália e não o dialeto “veio uma pessoa que dava o curso²⁹ em italiano, a gente entendia um pouco só”.

Em relação às danças e músicas, o entrevistado diz que não conhecem as danças, mas já viram várias apresentações de grupos, como *Va Pensiero* e *Belvedere*. Também, possuem alguns CDs italianos, não ouvidos com frequência, no seu dizer “a gente não ouve muito não”. As principais músicas ouvidas por eles, são as gaúchas, isso ocorre sob a influência dos pais e sua esposa, ambos naturais do Rio Grande do Sul.

Em relação aos objetos herdados na família, há grande preocupação e interesse em preservá-los. Possuem pipas de vinho, “tenho essa pipa, era do falecido pai” (Foto 11), além de outros objetos como serrotes e serras (Foto 12), que decoram a cantina onde vendem os vinhos. Guardam uma mala antiga de seu avô, proveniente da Itália (Foto 13), além de

²⁹ Este curso corresponde ao aperfeiçoamento dos parreirais e da produção de vinho.

lâmpião (Foto 14), máquinas de escrever (Foto 15), e outros. Estes objetos são importantes, possuem valores e lembranças, revelam a história e a trajetória dos antepassados, isto também, ajuda manter laços com o passado e a fortalecer a identidade italiana entre os membros da família, embora seja perceptível que isto ocorra, notadamente, pelas pessoas com mais idade, residentes no espaço rural.



Foto 11. Pipa de vinho herdada de seus antepassados
Fonte: Trabalho de campo, novembro, 2011.



Foto 13. Mala de seu avô proveniente da Itália
Fonte: Trabalho de campo, novembro, 2011.



Foto 15. Máquina de escrever
Fonte: Trabalho de campo, novembro, 2011.

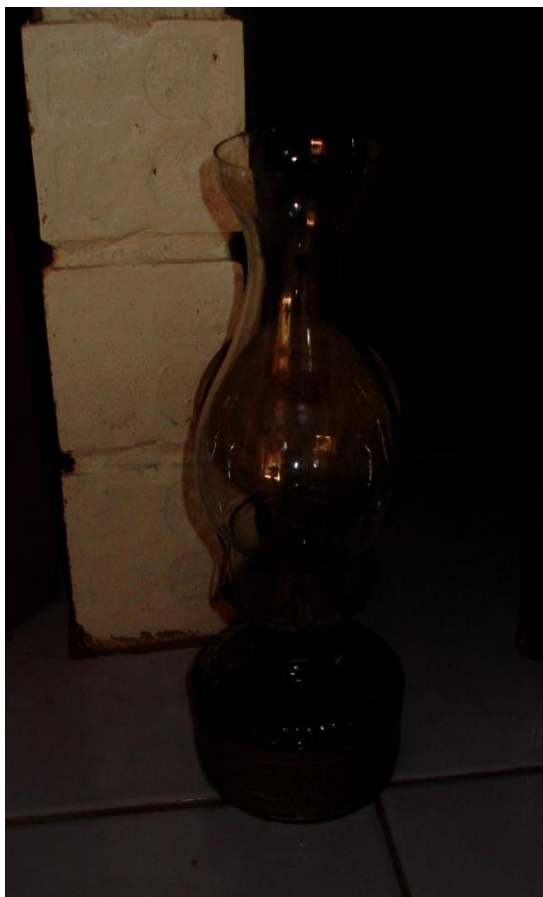


Foto 14. Lampião

Fonte: Trabalho de campo, novembro, 2011



Foto 12. Ferramentas antigas

Fonte: Trabalho de campo, novembro, 2011.

Na família Lazarrotto nunca buscaram fazer festas para reunir os familiares, embora haja constantemente relação com parentes residentes no município onde viviam antes da migração, as relações são mantidas por meio de visitas e telefonemas, “tem vários, em outros municípios”. Participaram de festas familiares dos descendentes de italianos Carminatti e Carniel (família de sua esposa), havendo uma relação entre os descendentes de italianos, elemento que ajuda na preservação da identidade e da cultura, pois já identificamos que, quando há miscigenação das etnias, a cultura propicia a transformação e a perda de traços que os identificavam.

Percebemos que esta família preserva algumas características culturais, bem como, econômicas (produção de vinho e venda de comidas típicas da Itália) da etnia italiana e do território de onde tiveram procedência, mas, ao mesmo tempo, aderiram à outros elementos, vinculados ao território onde se instalaram, neste sentido, há continuidades e discontinuidades nas relações diárias destes descendentes de italianos. Vale mencionar que, estes objetos estão ligados à memória e às experiências de vida dos indivíduos, fundamentais para a representação da identidade, envolvendo o passado, a recordação da história de vida e, conseqüentemente, faz com que os elementos culturais sejam lembrados e reproduzidos.

4.3.4 Família Felipetto

A quarta família entrevistada foi os descendentes de italianos, Felipetto, que residem na Secção Progresso, *comunidade* de Francisco Beltrão, há 57 anos. A entrevistada é natural de Três Pinheiros, distrito de Gramado-RS. Já o marido, também descendente de italiano, é natural de Erechim-RS.

Seus pais nasceram em Marau-RS e os avós vieram da Itália, no seu depoimento revela que alguns vieram da região de Trento, mas os outros não lembram o local de procedência. Seus pais migraram, inicialmente, para Três Pinheiros, Gramado-RS, onde tiveram seus filhos e trabalhavam na agricultura. A entrevistada migrou, novamente, após ter se casado para Severiano de Almeida-RS (ainda pertencente ao município de Erechim-RS), em 1952, residiram e trabalharam na agricultura por dois anos. Após, decidiram migrar para Francisco Beltrão, chegando ao município em 1954.

Deslocaram-se através do auxílio de conhecidos que já residiam no município, estes, os comunicaram da possibilidade do crescimento financeiro. Além do mais, as notícias estavam percorrendo no município onde viviam, de que muitas famílias estavam se deslocando para esta região, onde havia terras baratas e propícias para agricultura. “Dio Santo, viemos porque todo mundo vinha pra cá morar, um dizia que era bom e outro também” (ENTREVISTADA 09, NOVEMBRO, 2011). As redes podem levar a concentração de migrantes em determinadas regiões de destino, implicando na expansão do território a partir de fluxos migratórios.

Junto ao casal, migrou um casal de cunhados. A viagem de caminhão durou cerca de oito dias, pois ao tentarem passar pelo Rio Santana, ocorreram problemas com o transporte que atravessava as famílias ao outro lado onde se localizava o município de Francisco Beltrão: “tivemos que posar, pro lado de lá do rio Santana porque afundo a barca, chegamos ali tivemos que toca de tira as criação que tinha em cima e ficamos oito dias na estrada”.

Quando nós chegemos nós não tinha nada, nós viemos em três mudança num caminhonzinho e metade do caminhon era com mudança, e metade nós tinha duas vaca, dois boi, os porco e as galinha, que agente tinha trazido de lá. E o móvel maior era o colchon que era de palha, e a cama era de mola que a gente dobra, colchon de campanha (ENTREVISTADA 09, NOVEMBRO, 2011).

Houve dificuldades ao chegarem no município, segundo o depoimento da entrevistada, havia poucos habitantes, poucas casas e comércios, “nossa que sofrimento, tu não conhecia

nada, ficava dentro do rancho”. A entrevistada destaca a presença dos caboclos e sua importância para o estabelecimento da família no município: “tinha muitos caboclos, pobres, que ajudava a gente, quando chego aqui”. Para estes migrantes, os caboclos eram um povo acolhedor. Muitos, também acolheram famílias em suas residências, os migrantes gaúchos e catarinenses vinham sem moradia e sem conhecimento das condições de alojamento.

Hoje, possuem dez filhos, um reside em Curitiba-PR, outro em Marmeleiro-PR, um em Itapejara d’ Oeste - PR. Em Francisco Beltrão, um filho vive na cidade, e os outros seis moram na Secção Progresso, perto da residência da entrevistada, ambos trabalham na agricultura e produção leiteira. Destes, os que vivem no espaço rural do município, preservam com mais intensidade a cultura italiana, até mesmo porque, possuem uma relação maior com os pais e tem menos contato com os novos costumes inseridos no cotidiano urbano. As relações dos indivíduos no processo de migração e nas relações diárias, modificam-se, simultaneamente, as transformações que passam ocorrer na sociedade no decorrer do tempo, isto é visível especialmente na cidade, onde o acesso a estas mudanças são facilmente alcançadas.

Em relação à cultura italiana, revelam que ainda reproduzem a culinária, aprendida e repassada pela sua mãe e pela avó: “a fizemo muita macarronada, as massas caseiras, as bolachas, tudo”; seus filhos também obtiveram este conhecimento, tem preferência por massas, mas ao mesmo tempo, expõem que se identificam com a culinária gaúcha, fazem com frequência, churrasco e outros.

Ainda reproduzem a linguagem italiana, embora haja uma mistura com o português, mas, o sotaque nos revela a ligação com sua descendência, em seu depoimento expõe: “falemo i adoro fala em italiano, mas é assim a gente gosta de falar italiano, e tu começa um causo em italiano e lembra do brasileiro, não sei porque. Mas umas palavras é capaz de lembra”.

O primeiro vizinho que tiveram, ao se instalarem na região, tinha sobrenome Piva, também descendentes de italianos, esta relação ajudou a manter a cultura, “ela falava em italiano que Deus o livre, eles falavam italiano mais diferente do que nós. Bastante coisa a gente pedia o que era que não sabia”. Essa diferença ocorre por causa dos diferentes dialetos existentes, já mencionados anteriormente. Com o passar do tempo, perderam este hábito, porque tinham relações com caboclos, que falavam o português, “porque na maioria a gente sempre tinha peão brasileiro, os caboclos, daí durante o dia nó se obrigava a fala bastante brasileiro”. Esta relação com indivíduos de outras etnias, levou ao enfraquecimento da

reprodução da linguagem italiana, resultante das diversas situações encontradas e da adaptação destes noutro território.

Seus familiares, como irmãos e primos também falam o italiano, além do mais, mantinham contato com familiares que ficaram na Itália, porém, perderam esta relação. Ainda mantém relações com familiares residentes no município de onde migraram, através de telefonemas e visitas frequentes.

Neste depoimento, observamos a relação e a importância dos familiares para a conservação da cultura italiana e a instalação de outros imigrantes no Brasil.

Eu tinha um irmão, o mais velho, inclusive ele foi prefeito de Mariano Moro, no Rio Grande, minha madrinha era de Estandevas da Itália, então ela recebia o jornal, ela recebia revista tudo da Itália e ela sabia que meu irmão gostava de ler então ela mandava tudo para o meu irmão e o meu irmão pratico muito o italiano com aquilo, e daí ele foi pra foz e daí apareceu para fazer um curso para receber italiano, quando abriram uma colônia lá, ele ficou lá para receber os italianos, porque os outros não sabiam, e os italianos vinham pra comprar terra (ENTREVISTADA 09, NOVEMBRO, 2011).

No dizer da entrevistada, a reprodução da linguagem ocorre na relação com seu marido e outros familiares, “falemo meio a meio, metade por metade, entre nós dois falemos (marido), eu gosto de falar em italiano com a minha irmã [...] nossa ela também adora falar em italiano”. Alguns netos também sabem falar o italiano, desde pequenos buscam ensinar a rezar em italiano, mostrando que a religião católica permanece de forma evidente no cotidiano da família, pois, em relação a um de seus netos desvenda: “ela foi na aula pequenininha, quando começo a falar, levava ela na aula de italiano, ela reza Ave Maria, Salve Rainha em italiano”. Assim, os filhos entendem e falam bem o italiano, “os meus filhos, todos, todos eu ensinei a falar em italiano”. Igualmente, buscam passar aos netos este conhecimento: “tem bastante que sabem falar em italiano, a eu falo com eles, eu falo em italiano, daí eu peço pra eles, entendeu, aí eu explico o que é”. Desse modo, através da prática, da reprodução e do ensinamento aos membros da família, que a cultura é mantida, assim, mesmo com as mudanças, há permanências que devem ser valorizadas.

A entrevistada e seu marido participavam do grupo italiano, por isso conheciam as músicas, mas hoje, o grupo deixou de existir, do mesmo modo, as músicas deixaram de ser ouvidas e cantadas: “nós cantava no grupo italiano, e quebro nosso grupo e deixemos”. Revela ainda, que anos atrás, “muitas vezes perto da tarde nós ficávamos sentados na área, toma chimaron, nós começava canta as música em italiano, cantava sempre as música em

italiana, depois nenhuma vez [...]”. Nesta fala observamos a hibridização, do ato de tomar chimarrão da cultura gaúcha com canções da cultura italiana.

Não possuem objetos, nem fotos antigas, que relembrem ou retratem a história de vida dos familiares, por isso, a fonte oral, torna-se essencial, para que haja o fortalecimento da memória e os relatos sejam preservados e resguardados, bem como, para que a cultura, mesmo com mudanças, seja resgatada.

4.3.5 Família Nesi

A quinta família entrevistada e analisada são os Nesi, residentes na Secção Jacaré há 59 anos, *comunidade* que possui em sua maioria, famílias de ascendência italiana, onde também, há o grupo folclórico italiano *Belvedere*, o qual teve início com ações desta família.

Nesta entrevista teve a participação também de um dos filhos do entrevistado, o qual complementava as informações da história da família. O filho nasceu no município de Francisco Beltrão e seu pai, principal entrevistado, é oriundo de Urussanga-SC, bem como, sua esposa. Seu pai paterno era natural da Itália, veio ainda criança de Bérgamo, localizado na região de Lombardia. Sua mãe teve proveniência de Veneza-Itália: “dos que moram aqui na Secção Jacaré, a maioria é dessa região da Itália. Tem uns gaúchos que são italianos, mas os Nesi, os Citadin, os Zilli, todos são de Orlenas, Urussanga, Lauro Muller, nesta região de baixo da Serra” (ENTREVISTADO 10, NOVEMBRO, 2011).

Migraram de Urussanga-SC para Francisco Beltrão em 1952, em busca de uma nova perspectiva de vida, como identificamos em todas as entrevistas realizadas até então: “porque a coisa tava feia lá em Santa Catarina”, não havia terras suficientes para todos os irmãos trabalharem com agricultura, “lá nós estava em nove irmão e a terra era pouca para plantá e procuramos mais espaço para nós trabalha né, então viemo para o Paraná” (ENTREVISTADO 10, NOVEMBRO, 2011).

Dos irmãos, apenas um permaneceu em Urussanga-SC, outro migrou para Maringá-PR, um para Foz do Iguaçu-PR e seis irmãos, juntamente com os pais (ambos italianos), vieram para Francisco Beltrão, todos em cima de um caminhão, junto com a mudança; o entrevistado expõe que a viagem durou alguns dias e se depararam com vários obstáculos, devido às más condições das estradas.

Já havia familiares vivendo na região, os quais incentivaram na decisão, “nós tinha os tios que moravam ali no km 30, e deram informação que aqui tinha terra boa”. Antes de migrarem, “o falecido pai já tinha vindo ver o lugar, ele se agrado e veio e enviou nós tudo pra cá”. Inicialmente, comprou a posse das terras pertencentes a uma família de caboclos, depois regularizada pela GETSOP: “antes tinha só caboclo”; segundo seu depoimento não havia quase casas e comércio, “era tudo mato”.

O entrevistado tem cinco filhos, destes, um mora em Curitiba-PR, os outros quatro vivem em Francisco Beltrão (duas na Secção Jacaré e outras duas na cidade). Os entrevistados sempre viveram no mesmo local, trabalham com avicultura, vaca leiteira e agricultura, especialmente com milho e soja. Já trabalharam com a produção de vinho, mas pararam há alguns anos: “a gente até tenta mas se perdeu muito né, são poucas as famílias que ainda cultivam de estar fabricando”. Mas ainda sabem como fazer, a aprendizagem foi passada pelos seus avós italianos: “alguns anos atrás se fazia para o consumo ou para a produção de vinagre, até porque o plantio de uva era mais para o consumo”.

Na alimentação, ainda há reprodução da culinária italiana: “nós fizemos ainda, a produção de salame, essas coisas, macarrão, fortaia, o queijo, a polenta”; estes elementos também é reproduzido com frequência pelos filhos e alguns netos, principalmente, os que vivem próximos aos pais.

Outro elemento interessante de ser mencionado, refere-se ao costume da família do entrevistado, que moram nas proximidades, todos na Secção Jacaré. O entrevistado e seus irmãos, possuem, morando ao lado de suas casas, um filho, geralmente o mais velho: “cada um segurava um filho, para ficar na atividade agrícola”. Estes como percebemos, devido a relação mais próxima com os pais, permitem com que haja uma relação contígua com a cultura italiana. Isso também ocorre porque havia muitos filhos e poucas terras para todos trabalharem: “tinha uma colônia de terra pra cada um, que é o minimamente pra sobreviver né, e os outros iam saindo, iam estuda, as famílias eram sempre numerosas” (ENTREVISTADO 10, NOVEMBRO, 2011).

O pai do entrevistado, como mencionamos, é da região de Bérgamo, por isso destaca que conhece o dialeto Bergamasco, embora, agora não pratique com tanta intensidade a língua de origem de seus pais. Mas segundo o entrevistado, “se pergunta todo mundo fala um pouco do dialeto”. Revela que quando sua esposa ainda estava viva, conversavam em italiano, mas algumas palavras eram diferentes, pois o dialeto de sua esposa era de outra região, o mesmo ocorria com seus pais.

Seus filhos também entendem e falam o dialeto da região de Bérghamo, conversam entre si, especialmente quando reúnem alguns familiares. O filho do entrevistado, o qual participou, afirma “a gente fala o dialeto, mistura um pouco, mais falamos mais o dialeto Bergamasco, o dialeto de Bérghamo. Quando a gente se reúne a gente procura fala um pouco assim para lembrar”. Já os netos, são poucos os que conhecem e reproduzem o italiano.

Quando eu trabalhava na lavoura com os filhos, a gente falava bastante, com a mãe (esposa), os meus irmãos, mas todos, se não falam fluentemente o dialeto, compreende tudo...Os netos entendem alguma coisa, mas muito pouco, não fala mais nada, até porque nem moram mais junto, foram estuda fora. Não fica em casa, daí não fala né. Às vezes se reúne faze um churrasco com a familiage, daí sim, as vezes sai algumas cantorias em italiano, mas aquelas que a gente sabe de cor (ENTREVISTADO 10, NOVEMBRO, 2011).

A família é católica, participam das missas realizadas na igreja da *comunidade*, esta foi tombada como patrimônio histórico por ter arquitetura italiana e construída por italianos (Foto 16). Possuem, também, alguns objetos, como: “o debulhador de milho, um ventilador manual para fazer a limpeza né, a separação de impurezas, mas nem sei onde anda, tá pelos paiol perdido”. Não possuem fotos antigas dos imigrantes e nem fotos que retratem a vinda da família para o município.

As músicas, como observamos, é outro elemento reproduzido pela família, as destacadas pelo entrevistado foram: *La Bella Polenta*, *Trivilin*, *Massolin Di Fiore*, *La Verginella*. Também grande parte da família participa ou já participou do Grupo Folclórico *Belvedere*, na realidade, a partir da iniciativa desta família que houve a formação do grupo, por isso, muitos sabem dançar e cantar em italiano, também possuem vestimentas utilizadas nas apresentações, o grupo tem influencia na preservação e reprodução da cultura italiana.

Hoje, ainda efetivam relações com familiares e amigos que residem no estado de origem de procedência da família: “de vez em quando a gente vai para lá passeá, tem os companheiros, os parentes do pai. Eles também vem pra cá”. Relatam que sabem da existência de inúmeras famílias com sobrenome Nesi, residentes na Itália, alguns familiares foram para o país onde nasceram os pais do entrevistado: “tem um pessoal que foi pra lá, os filhos do meu primo, eles fizeram a dupla cidadania, eles fizeram um estudo mais aprofundado da família, moram em Curitiba”.



Foto 16. Igreja São Francisco de Assis, da *Comunidade Secção Jacaré*
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Assim, percebemos que há reprodução dos traços identitários referentes à cultura italiana, embora não seja com tanta expressividade como antigamente, há tentativa da família em repassar para os filhos e netos a história de vida de seus familiares, juntamente com sua cultura. Mas, concordamos com a fala do entrevistado ao colocar que, “alguma coisa se mantém, mas vai perdendo as coisas, até porque o mundo é dinâmico e a gente vai se apegando as outras coisas, como internet, telefone, isso já chegou ao campo né”; há continuidades e descontinuidades. As redes de comunicação e circulação possuem papel significativo, permitem as mudanças, a inserção de novas culturas, o acesso a novas informações, embora estas sejam ferramentas que propiciam a aproximação com a cultura do país de origem dos familiares, mas isto depende da forma com que a família valorize ou não sua identidade, para manter viva a história e a cultura de seus antepassados.

Por fim, o quadro abaixo (Quadro 04) mostra a relação do local de origem e ano da migração das famílias residentes no espaço rural de Francisco Beltrão, além dos elementos preservados ou não, referentes à cultura italiana.

Família	Municípios de origem	Ano de migração para Francisco Beltrão	Elementos da identidade da cultura italiana atuais	Principais mudanças
Salmória	Erechim-RS	1950	- Alimentação - Linguagem - Religião - Música - Fotos e/ou documentos	- Vestuário - Danças -Objetos pessoais
Lazarotto	Joaçaba-SC	1950	- Alimentação - Linguagem - Religião - Música - Danças -Vestuário - Objetos pessoais - Foto e/ou documentos	
Graciani	Garibaldi-RS Chapecó-SC	1966	-Alimentação -Religião -Linguagem - Músicas - Objetos pessoais - Foto e/ou documentos	- Vestuário - Danças
Felipetto	Gramado-RS Severiano de Almeida-RS	1954	- Alimentação - Linguagem - Religião - Música	- Vestuário - Músicas - Danças -Objetos pessoais - Foto e/ou documentos
Nesi	Urussanga-SC	1952	- Alimentação - Linguagem - Religião - Música - Objetos pessoais - Foto e/ou documentos -Danças - Vestuário	

Quadro 05. Síntese das famílias entrevistadas no espaço rural

Fonte: Trabalho de campo, entrevistas realizadas em outubro, 2011.

Na síntese, referente às famílias descendentes de italianos, residentes no espaço rural de Francisco Beltrão, verificamos que a migração ocorreu entre 1950 a 1966, correspondente ao período que identificamos como o de maior fluxo populacional para a região.

Os locais de procedência das famílias também correspondem aos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Obtivemos o resultado, a partir das entrevistas de que a

família Graciani, naturais do estado gaúcho, migraram de início para um município de Santa Catarina, e após para Francisco Beltrão. Os Salmória são proveniente do Rio Grande do Sul e outros dois do estado catarinense. Apenas uma família migrou de início para outro município, dentro do mesmo estado, onde residiam, e depois houve um novo deslocamento para Francisco Beltrão, esta trajetória, ocorreu na família Felipetto.

Através das entrevistas realizadas no espaço rural, podemos notar, que a reprodução da cultura italiana ocorre com mais intensidade, embora tenha diminuído sua representatividade no decorrer do tempo. Até mesmo, por alguns participarem de Grupos Folclóricos, o que ajuda na preservação da cultura italiana.

Quase todos os elementos são reproduzidos nas famílias entrevistadas do espaço rural, mas, do mesmo modo que ocorre na cidade, os mais velhos reproduzem com mais intensidade a cultura. Embora tentem repassar para os filhos este conhecimento, não existe interação entre eles, isso ocorre, porque muitos não residem mais no campo, perdem o contato com os familiares que participaram da mobilidade e estão mais distantes da cultura reproduzida pelas gerações passadas.

A alimentação, a linguagem e a religião, são os elementos mais visíveis na reprodução cultural dos descendentes italianos, os outros elementos aparecem menos, desconsiderando os que participam dos grupos folclóricos que, embora busquem divulgar e preservar a identidade italiana, há reinvenção da cultura por outros meios, devido à falta de conhecimento em relação aos antecedentes, entretanto, mantém o objetivo de preservar as origens e a identidade italiana.

Em relação aos elementos reproduzidos, temos o seguinte resultado: na alimentação, todas as famílias continuam fazendo comidas aprendidas através dos antecedentes italianos, repassados aos filhos e alguns netos. O mesmo ocorre com a religião inserida no cotidiano das famílias. Em relação à linguagem, todos ainda conhecem, sabem falar e entendem o italiano, mesmo que não seja praticado com tanta frequência; os filhos também têm este conhecimento e em todas entrevistas, os relatos mostram que poucos netos reproduzem a linguagem italiana. Essa representação ocorre especialmente nas famílias que participam dos grupos folclóricos, reproduzindo músicas, danças e vestimentas, resguardando a cultura de sua etnia.

Observamos que as pessoas da família que participaram da migração e tiveram uma ligação mais intensa com a cultura italiana, repassam aos filhos e netos este conhecimento, porém, há inserção de novos elementos culturais no cotidiano. Os mais jovens, em especial, não percebem ou não têm a consciência de manter viva as recordações do passado e isso

acarreta a perda da história de vida da família, como as entrevistas deixaram transparecer em vários momentos.

Em relação aos objetos, fotografias e outros documentos, fontes materiais que possibilitam a representação da memória e a afirmação da identidade vinculada à etnia italiana, no espaço rural, percebemos que a maioria das famílias preserva objetos como os Graciani. Outros que possuem algum tipo de objeto, revelam que estão extraviados ou na casa dos filhos, o mesmo vale para as fotografias.

Esse elemento é importante, pois, notamos que algumas famílias ainda tentam reafirmar suas identidades, mesmo com a modernização. Woodward (2000), afirma que a globalização pode levar à perda da identidade, porém, pode possibilitar o fortalecimento de características culturais de um indivíduo ou de um grupo social, reafirmando a identidade, isso é perceptível especialmente na família Tesser. Porém, notamos que esta transformação ocorre com mais intensidade na cidade, onde as inovações tecnológicas se materializam mais intensa e rapidamente e também por terem acesso facilitado aos novos componentes da modernidade³⁰.

De modo geral, a migração dos entrevistados do espaço urbano como do rural, conforme os depoimentos, ocorreu por estarem passando dificuldades financeiras, pela intenção de adquirirem novas terras e por saberem que a região estava progredindo. Foram instigados por amigos e parentes, através das redes de comunicação e circulação, apontadas por Raffestin (1993) e sob incentivo das propagandas do Governo Getúlio Vargas, por meio da *Marcha para o Oeste* e da instalação da CANGO, como demonstramos em capítulos anteriores. Foi um conjunto de fatores de atração e necessidade, baseados no esforço de melhorar a qualidade de vida das famílias, que acarretou a des-re-territorialização dos descendente de italiano para Francisco Beltrão.

Os anos de migração, nas dez entrevistas, compreendem entre 1946 a 1966, período em que o deslocamento para o município foi expressivo. Os estados e municípios de procedência das famílias condizem às análises anteriores, do total, seis são naturais do Rio Grande do Sul, e quatro de Santa Catarina. Seis dos municípios de origem dos entrevistados estão entre os dez municípios que mais tiveram saída de migrantes, nos dados das paróquias e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Guaporé-RS (duas famílias), Erechim-RS, Araranguá-SC, Joaçaba-SC e Urussanga-SC. Porém, esta relação corresponde somente a trajetória percorrida pelos próprios entrevistados. Se considerarmos o percurso traçado por toda família,

³⁰ Embora hoje, as famílias que vivem no espaço rural, também tenham o acesso às inovações, esta, ainda ocorre com menos intensidade do que no espaço urbano.

desde a instalação dos imigrantes, teremos um caminho diferente, no entanto sem detalhes dos anos em que ocorreu o deslocamento (Mapa 12).

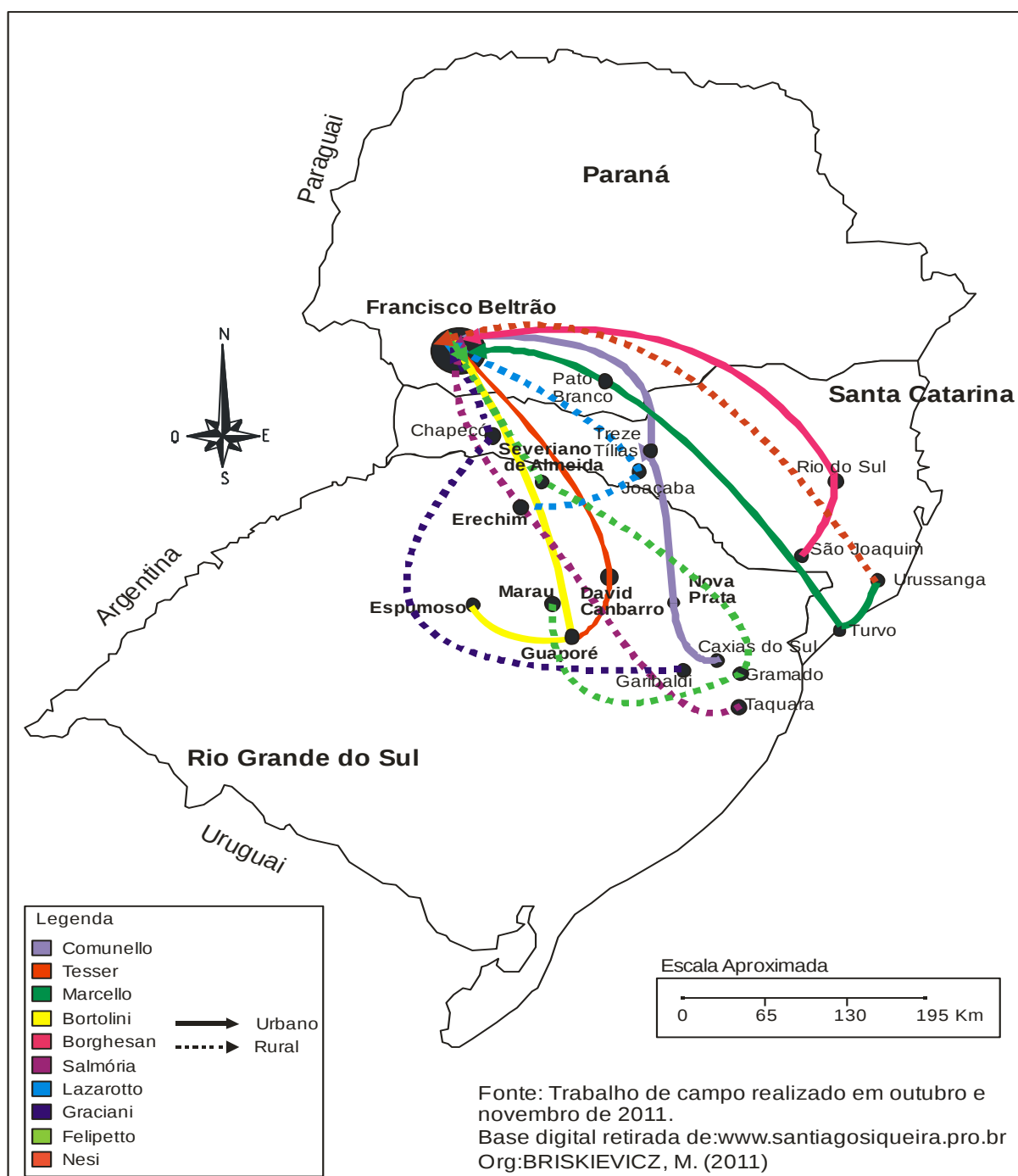
Percebemos ao analisar o mapa, os vários caminhos percorridos pelas famílias, desde a chegada dos italianos no Brasil e sua reterritorialização nos estados gaúcho e catarinense. Em relação aos residentes na cidade, os imigrantes Comunello se instalaram em Caxias do Sul-RS. Depois migraram para Nova Prata-RS, após Treze Tílias-SC, até alcançarem o município de Francisco Beltrão, onde grande parte da família ainda reside.

Os imigrantes da família Tesser, estabeleceram-se, primeiramente, em Guaporé, colônia criada em 1892, também composta por italianos e outros europeus, depois seguiram para Davi Canabarro-RS e para Francisco Beltrão. Da família Marcello, os imigrantes se instalaram em Urussanga-SC, segundo dados da Prefeitura Municipal de Urussanga, este foi o maior núcleo colonial italiano do Sul de Santa Catarina, conhecida como “Capital do Bom Vinho”, anos depois deslocaram-se para Turvo-SC e para Pato Branco; dois anos depois para Francisco Beltrão. Os primeiros imigrantes Bortolini ocuparam terras em Espumoso-RS, desmembrado de Soledade-RS (em 1954), após migraram para Guaporé e deste município foram para Francisco Beltrão. Os Borhgesan, instalaram-se em São Joaquim-SC, depois, uma parcela da família foi para Rio do Sul-SC, migrando novamente, anos depois, para Francisco Beltrão.

Já em relação às famílias do espaço rural, a trajetória dos Salmória ocorreu inicialmente em Taquara-RS, embora sua colonização tenha sido predominantemente de alemães, depois foram para Erechim-RS, até chegarem em Francisco Beltrão. Os imigrantes da família Lazarroto, estabeleceram-se de início em Erechim-RS, município colonizado especialmente por italianos, depois foram para Joaçaba-SC, onde viveram alguns anos, até migrarem novamente para Francisco Beltrão.

Os imigrantes da família Graciani foram para Garibaldi-RS, município sob grande influência da cultura italiana, seu nome corresponde a uma comuna da região do Vêneto, “Conegliano”, surgiu com uma das primeiras colônias instaladas no Rio Grande do Sul para receber os imigrantes italianos, a colônia Conde D’Eu, depois de anos, alguns familiares foram para Chapecó-SC, migrando novamente, outra parcela da família, para Francisco Beltrão. Os Felipetto, tiveram uma trajetória maior, os primeiros indivíduos da família, provenientes da Itália, se estabeleceram em Marau-RS, também colonizada por grande quantidade de italianos, após migraram para Gramado-RS, seguindo alguns membros da família para Severiano de Almeida, até chegarem no município onde ainda residem. Já os Nesi, se instalaram em Urussanga-SC, tendo a migração somente para Francisco Beltrão.

Essas são as trajetórias identificadas, traçadas através dos depoimentos dados por membros das famílias.



Mapa 12. Migração das famílias estudadas, a partir do estabelecimento dos imigrantes italianos no Sul do Brasil

Em relação ao município, com os depoimentos dos descendentes, ressaltamos que a cidade ainda era pequena, havia poucas casas, quase não existia comércio, muitos não tinham luz e, as poucas estradas existentes, eram precárias. Em algumas localidades do espaço rural, eram de difícil acesso, era necessário a construção de caminhos que os permitissem chegar à

cidade. Entretanto, com a instalação da CANGO, Francisco Beltrão, passou a crescer, a migração intensificou-se, houve a construção de estradas e pontes para a locomoção e comercialização das produções, além de acarretar a construção de hospital, farmácias e escolas.

Esses migrantes trouxeram uma “bagagem cultural”, denominada por Meyer (2000) como um conjunto de crenças, valores, tradições e práticas, realizadas em seu território de origem, reproduzidas em um novo território e repassada aos seus descendentes. Essa bagagem, para nós, não implica somente no conjunto de objetos (materiais) de uso pessoal ou familiar, como malas e baú, mas também em elementos imateriais (religião, culinária, dialetos, história de vida e outros).

Observamos que, a religião, de modo geral, é o elemento cultural mais difundido pelas famílias, pois como mostra Schallenger (2006): “Um dos marcos institucionais mais significativos no processo da imigração e da colonização do Sul do Brasil foi à presença da Igreja, que veiculou a dimensão existencial religiosa como um dos fatores de identificação cultural e de coesão social (p.71)”. Ao chegarem ao Brasil e se depararem com as dificuldades encontradas, as pessoas se apegavam a fé para superar os entraves.

Conforme Costa (1987), a religiosidade é uma característica forte entre os descendentes de imigrantes italianos, isto é visível nas entrevistas realizadas; em muitas residências, há capelas representando à devoção ao catolicismo. A religião é a marca significativa entre os que migraram, sendo passada de geração para geração. Essas características são materializadas nas Igrejas, capitéis, santuários, presentes até os dias atuais.

Outro elemento destacado refere-se à linguagem, estamos de acordo com Meyer (2000) ao dizer que a linguagem é o *lócus* de produção dos sentidos que são compartilhados na cultura, assim, “[...] é na linguagem que se produzem e se colocam em ação os mecanismos e as estratégias de diferenciação – identificação que estão na base dos processos de particularização que constituem os diferentes grupos sociais” (p.57).

Esses, juntamente com a alimentação, músicas e danças, são os principais elementos reproduzidos e analisados por nós. O único elemento que deixou de existir totalmente, foi o vestuário, não existem recordações destas vestimentas (embora haja em duas famílias, vestimentas típicas de regiões italianas, utilizadas em apresentações realizadas pelos grupos folclóricos). Os imigrantes, ao chegarem no Brasil e se depararem com um clima diferente, novas relações, adaptaram-se ao novo território, por isso, uma das primeiras alterações/adaptações ocorreu no modo de vestir.

A identidade cultural de descendência italiana está preservada, sobretudo, pelas pessoas de idade mais avançada, que vivem no espaço rural do município, conquanto, uma parcela dos entrevistados da cidade, também resguardam parte dos elementos culturais; os mais jovens não se interessaram em preservar essa identidade, não conhecem, na maior parte dos casos, a história de vida dos antepassados, estão adquirindo outros hábitos e costumes, considerados modernos.

A constituição da identidade de um indivíduo ou de um determinado grupo social é caracterizada pela cultura, pela nacionalidade e pela tradição. É a identidade cultural de origem que une alguns grupos sociais, facilitando a adaptação e sobrevivência dos indivíduos ao migrarem para um novo território. Isso ocorreu com os migrantes que vieram da Itália e se instalaram no Brasil, procurando se relacionar com pessoas da mesma etnia, formando colônias e interagindo entre eles, facilitando a sobrevivência no novo território.

Em relação a esse processo de identidade, Buchmann (1995), utiliza um trecho de Berger e Luckmann, os quais ressaltam que:

A identidade é evidentemente um elemento chave da realidade subjetiva, e tal como toda realidade subjetiva acha-se em relação dialética com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. As sociedades têm histórias no curso das quais emergem particulares identidades. Estas histórias, porém, são feitas por homens com identidades específicas (BUCHMANN, p.25, *apud*, BERGER; LUCKMANN, 1995, p.184.).

Assim, as identidades são relações culturais, ou seja, territorialidades. Algumas são reproduzidas e outras não. Por isto, é de fundamental importância considerarmos o processo histórico, para verificação das mudanças e permanências na vida dos membros do grupo social estudado, como verificamos na presente pesquisa.

A seguir faremos a apresentação de algumas informações sobre os grupos folclóricos italianos, ainda praticados por determinadas famílias que consideram de suma importância para a preservação e divulgação da cultura.

4.4 GRUPOS FOLCLÓRICOS ITALIANOS EM FRANCISCO BELTRÃO

A etnia italiana está presente, com expressividade, em duas *comunidades* do espaço rural no município de Francisco Beltrão, a Secção Jacaré e São Pio X – Km 20. Estes espaços de reprodução, como grupos de dança e as festas típicas, atribuem valores sociais, como aponta Meyer (2000), pois produzem, reproduzem ou põem em movimento determinadas representações, vinculados à produção da identidade italiana.

Em decorrência dos inúmeros descendentes de italianos na *comunidade* São Pio X – Km 20 realiza-se anualmente a Festi Vin, onde são servidos almoços e jantares com culinária típica italiana, além das degustações de vinho e a participação do grupo de dança *Va Pensiero*, os quais se apresentam desde a segunda edição do evento.

Na Secção Jacaré, formada a partir da década de 1940, com a migração, especialmente de italiano e seus descendentes, Pancera (2006) identificou que, das 65 famílias instaladas na localidade, 52% são italianos e seus descendentes, os outros correspondem à etnia alemã, polonesa e outras. Nesta *comunidade*, a igreja foi tombada como patrimônio histórico, e representa a territorialização dos italianos. Em decorrência do grupo folclórico italiano *Belvedere* e da concentração dessa etnia, há anualmente o Jantar Italiano, com culinária e bebidas típicas da Itália, do mesmo modo, apresentação do grupo, como podemos averiguar no texto a seguir.

4.4.1 Grupo Folclórico *Va Pensiero*

Segundo Meyer (2000), a cultura de origem, passa por um processo de transformação, sendo “reinventada, recomposta e investida de novos significados” (p.47). Isso constituiria a *etnicidade*, entendida por ela como “forma de definição e organização política de grupos, onde se invoca uma origem e uma cultura comum, acionadas por determinados agentes sociais, em determinados momentos”, como verificamos nas entrevistas com os coordenadores dos grupos.

Este grupo existe há 15 anos, por meio de iniciativas da família Lazarotto (entrevistada por nós), esta foi a alicerce do grupo de dança do km 20 - São PIO X. O entrevistado relata

que “a base foi à família”, primeiramente, formada por casais, em seguida, há presença de crianças e adolescentes, compondo o total de 30 indivíduos.

Montaram o grupo em virtude da Festi Vin (Fotos 17, 18, 19 e 20). A festa italiana foi realizada no intuito de divulgar a colonização italiana, predominante na *comunidade*, embora haja em menor quantidade a existência de descendentes alemães, poloneses e brasileiros. A primeira apresentação ocorreu em 1996, pela segunda Festi Vin, organizada pelas famílias desta etnia, residentes na *comunidade*.

O aprendizado das músicas e danças típicas de várias regiões da Itália ocorreu com aulas ministradas por professores de Guarapuava, o grupo folclórico italiano, da família Fabiani. “Eles vieram, fizeram uma oficina para os casais e depois a gente montou com os sobrinhos. São todos, irmãos, sobrinhos, filhos, primos”. Após alguns anos, outras famílias da *comunidade*, passaram a fazer parte do Grupo Folclórico *Va Pensiero*.

O nome do grupo surgiu por influência do grupo folclórico dos professores de Guarapuava. Definiram o nome de *Va Pensiero*, que significa Vai Pensamento, na tradução do italiano, nas palavras do entrevistado: “vai alegria, o folclore, a tradição, então vai pensamento, e isso em italiano, é *Va Pensiero*”. Há um hino com essa música que se tornou o hino do grupo. Também aprenderam dançar mais de vinte músicas, dentre elas destacam a Tarantela Napolitana, Tarantela Malandria, e outras.



Foto 17. Divulgação da Festi Vin de 2006

Fonte: Coordenador do grupo *Va Pensiero*.



Foto 18. Festi Vin de 2010

Fonte: Almir Girandi, Jornal de Beltrão, acessado em 07 de agosto de 2011.



Foto 19. Componentes do Grupo Folclórico *Va Pensiero*

Fonte: Coordenador do Grupo Folclórico *Va Pensiero*.



Foto 20. Apresentação do Grupo Folclórico *Va Pensiero*

Fonte: Coordenador do Grupo Folclórico *Va Pensiero*.

O grupo participou de várias festas e eventos, dentre as citadas, se apresentaram no encontro da família Dalla Vechia em Encantado-RS. Este grupo, também influenciou na formação de outros, em municípios como Palma Sola-PR, São Lourenço-PR, Santo Antonio do Sudoeste-PR e Salgado Filho-PR.

O grupo ajuda a deixar “viva” a cultura italiana na vida das famílias, o território da *comunidade* São Pio X – km 20, tem a identidade territorial vinculada a esta cultura, porém, hoje o grupo não atua com tanta frequência, há poucos componentes, em sua maioria dispersaram-se. No dizer do coordenador do grupo: “a sede era no km 20 e muitos foram embora de lá, dispersaram, casaram, foram estudar fora”; isto leva ao enfraquecimento da cultura italiana nas relações diárias das pessoas, estes passam adquirir outros valores, muda-se o território e o modo de vida das famílias.

4.4.2 Grupo Folclórico *Belvedere*

O grupo folclórico italiano *Belvedere* (Fotos 21 e 22), existe há 11 anos, a partir de iniciativas de membros da família Nesi, uma de nossas entrevistadas. O nome surgiu de uma *comunidade* de Urussanga-SC (local de origem da família Nesi), na linguagem italiana significa, ‘bonito de se ver ou bela vista’, como depõe o entrevistado. Este tinha o intuito de proporcionar lazer para os jovens, um motivo para a permanência no campo, e o mais importante, para divulgar a cultura, ter uma marca da *comunidade*, e segundo o coordenador do grupo, surgiu para “resgatar um pouco aquilo que era dos nossos antecessores”. Há neste sentido, a reinvenção da cultura, destacada por Meyer (2000), busca-se ressaltar características da cultura italiana, músicas, danças e alimentação, que nem sempre foram reproduzidas pelas famílias de descendência italiana, porém, é uma forma de reafirmação desta etnia.



Foto 21. Componentes do Grupo Folclórico *Belvedere*

Fonte: Acervo de Nadir Nesi (ano da foto: 2011).

Inicialmente, como não conheciam todas as músicas e danças italianas, obtiveram ajuda da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, que contratou dançarinos renomados para passar as coreografias aos componentes, os responsáveis são oriundos de Cascavel, Grupo Folclórico Madre de Core. As músicas ensaiadas e apresentadas correspondem,

especialmente, à região da Sicília e Nápoles, esta escolha, deu-se pelos coreógrafos responsáveis pelo ensinamento das danças.



Foto 22. Apresentação do Grupo Folclórico *Belvedere*

Fonte: Acervo de Nadir Nesi (ano da foto: 2011).

Há grande parte dos dançarinos eram da família Nesi, mas, há atualmente, há várias famílias envolvidas, pois, não havia como manter o grupo apenas com membros da família. Segundo o entrevistado: “uns estudam e vão embora, aí é difícil de estar mantendo”; hoje há participação de membros de outras *comunidades* como Secção São Miguel, localizado nas proximidades, que também contribui para a reprodução da cultura italiana.

O Grupo *Belvedere* apresenta-se em festas e eventos na região Sudoeste do Paraná, e normalmente realizam as apresentações para o público quando convidados (Foto 22). Além do mais, há dois níveis no grupo, o mirim e o adulto. Hoje, o mirim funciona com mais amplitude, os ensaios ocorrem com frequência, diferentemente do grupo adulto, a falta de componentes, dificulta os ensaios e apresentações. Dos 28 dançarinos existentes no início da formação do grupo, hoje, correspondem a 12 pessoas. Já no grupo mirim, a quantidade é relevante, com 23 crianças.

Os ensaios sempre foram realizados no Centro Social da *comunidade* Secção Jacaré (Foto 23), a estrutura é pintada com as cores da bandeira italiana (Foto 23), possuindo traços da arquitetura italiana. Todos os anos, neste local, são realizados o Jantar Italiano, organizado

pelo grupo, junto à *comunidade*, caracterizado por haver músicas tradicionais da Itália e a apresentação das danças pelo grupo *Belvedere*. A alimentação típica, com cardápio já proposto nos convites, (Figura 06), além do vinho (bebida mais consumida pelos participantes do evento) e outras. Determinados espaços, como grupos de dança ou festas típicas, atribuem valores sociais, pois, colocam em circulação, determinadas representações, relacionados à construção das identidades.



Foto 23. Centro social da *comunidade* Secção Jacaré

Fonte: Trabalho de campo, 2011.

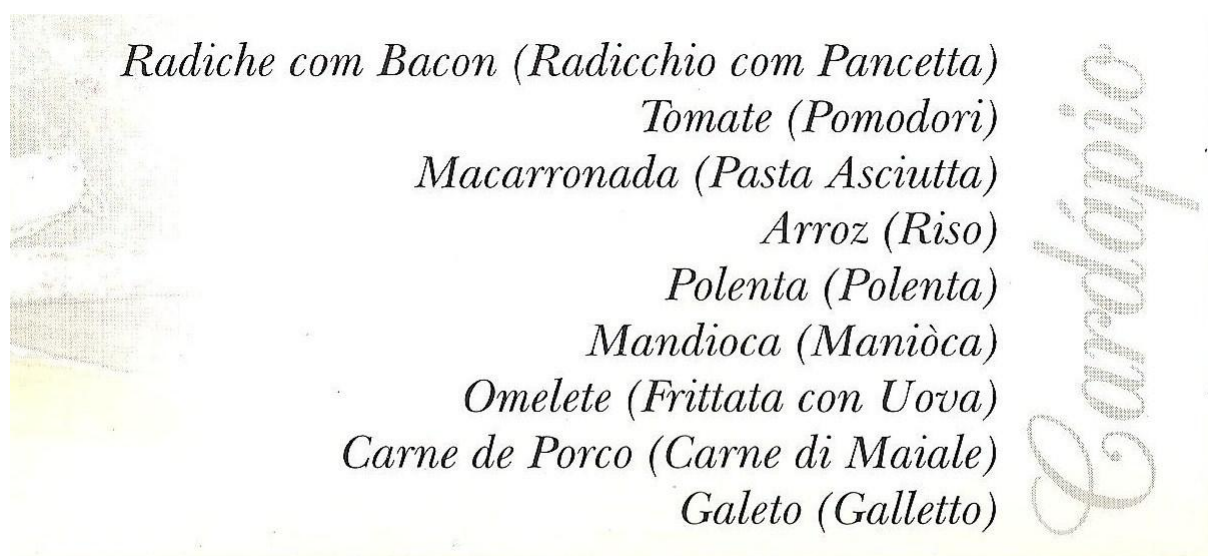


Figura 06. Cardápio do Jantar Italiano, promovido pela *comunidade*

Fonte: Convite do Jantar Italiano de 2006.

Sentindo a necessidade de resgatar, dar mais valor e mostrar a beleza da sua cultura, a *comunidade* conta com um grupo Folclórico de danças típicas italianas que tem como objetivo resgatar e cultivar a beleza das danças, músicas, culinária, idioma, vestuário e s costumes em geral. Ou seja, buscar mostrar no palco as raízes e o orgulho da cultura da qual fazem parte. Assim, todo ano desenvolvem festas típicas dessa cultura (PANCERA³¹, 2006, p.41).

Outro elemento valioso está relacionado à igreja São Francisco de Assis (Foto 16), localizada na Secção Jacaré, construída em 1962 e tombada como patrimônio histórico do município, em 1995. Patrimônios como esse definem a identidade da *comunidade* e de seus habitantes, a partir do conjunto de monumentos e bens culturais associados ao passado. Este reconhecimento e valorização do patrimônio construído pelos italianos e seus descendentes, conforme Gagliotto (2009), leva ao resgate da memória, fortalece a identidade, são aspectos essenciais para a história de formação do território de Francisco Beltrão. Segundo Pancera (2206, p.32): “foi construída a igreja católica na *comunidade*, toda em madeira, motivo de orgulho para os pioneiros que a construíram, através da ajuda mútua, com participação de toda a *comunidade* [...]”. Para o autor, esta ajuda é um ato de herança praticado pelos migrantes e seus antecedentes.

Conforme Campos (2009), o patrimônio religioso constitui-se como marca fundamental da identidade e cultura de um povo. Na visão do autor, as pessoas fazem deste, um lugar de pertencimento, além disso, torna-se o reflexo de uma identidade cultural, caracterizada numa sociedade, neste caso na *comunidade* da Secção Jacaré, município de Francisco Beltrão.

Portanto, são esses conjuntos de elementos que vão formar a identidade do indivíduo, além de proporcionar uma caracterização com a etnia pertencente. Os patrimônios religiosos, bem como outras edificações são elementos que deixam aceso na memória das pessoas os acontecimentos históricos, a sua origem e a forma como foi ocupada tal região, essas características são profundamente visíveis nas comunidades citadas, embora esses elementos sejam praticados com menos intensidade do que antigamente. É de fundamental importância ressaltar esses elementos para que não seja esquecido o processo de formação de Francisco Beltrão, a história de vida e origem das famílias.

³¹ Ex integrante do Grupo Folclórico *Belvedere*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração dos italianos e seus descendentes para Francisco Beltrão, levou-nos a compreender como o território foi formado a partir do processo de des-re-territorialização, dentro do contexto da colonização do Sudoeste paranaense e, entender como o território foi apropriado e assumiu sua configuração atual, com traços marcantes na economia e na cultura manifestadas nas relações diárias, em partes reproduzidas, porém, havendo mudanças, constatando no território, continuidades e descontinuidades.

A migração é apreendida como redes que estão em constante movimento, concretizado por grupos ou indivíduos *no* e *pelo* espaço, a procura de um lugar para viver em condições melhores. São motivados por meio das redes sociais, na relação entre parentes e amigos, o que implica na construção-transformação de territórios, formados por relações econômicas, políticas e culturais que correspondem às territorialidades.

Os imigrantes italianos ao se depararem em um território com diferentes condições materiais e (i) materiais, tiveram que reorganizar suas vidas. Foram confrontados com outras representações, o que interferiu nas relações dos indivíduos, tanto na forma de pensar, de viver e organizar seu cotidiano e adaptar sua cultura a um novo território, com características distintas. As identidades culturais analisadas são produzidas nesse contexto e nessas relações, reafirmadas, transformadas e reconstruídas em função das características encontradas no Brasil, em geral, e nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em particular, por isso a necessidade de historicizar essas identidades, situando-as em contextos em que elas foram e são produzidas e modificadas.

Com base nas reflexões teóricas e nos trabalhos de campo que trilhamos no decorrer das entrevistas, percebemos que, o deslocamento para o Sudoeste do Paraná, em especial, para Francisco Beltrão, foi motivado por fatores econômicos, em busca de recursos e novas oportunidades, sob influência de conhecidos, além de incentivos governamentais, e da propaganda de doação de terras (nem sempre eram de fácil acesso e doadas aos migrantes), por meio da criação e implantação da CANGO no Governo de Getúlio Vargas.

Verificamos dentre o período estudado, que a maioria das famílias migrantes teve proveniência, predominantemente, dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dados ratificados por meio das entrevistas, com maior impulso migratório dentre 1950 e 1970, e em menor quantidade vindos de outros municípios do Paraná. Notamos que os contingentes migratórios diminuem, a partir de 1980, e os nascidos no próprio município aumentam,

porque os migrantes começaram a ter filhos nascidos neste estado. Assim, os filhos desses migrantes acabaram se casando no município e também constituindo suas famílias.

Outra constatação importante que tivemos, por meio das entrevistas, é que os mais antigos das famílias têm conhecimento da cultura de seus antecedentes, ou seja, a segunda e terceira geração de italianos possuem traços identitários ligado a sua etnia, sobretudo na alimentação: polenta, massas, queijos, salame, vinhos; objetos, documentos e fotos; práticas religiosas: igrejas/templos, santos, canções, festas, etc; linguagem e grupos de dança. Porém, podemos dizer que a identidade dos entrevistados beltronenses, é híbrida, a cultura italiana passada por gerações, funde-se com a cultura gaúcha (em grande parte dos casos), isso ocorre por meio das redes migratórias, com a reprodução econômica e cultural trazida de seus antecedentes do estado de origem, bem como, com a inserção de novos hábitos, costumes e valores adquiridos e construídos em Francisco Beltrão, com características singulares.

Outra constatação é de que as gerações mais jovens, em geral, inserem-se com mais amplitude nos novos hábitos e costumes, característicos da modernização, sem se interessar em preservar as características da cultura italiana. Mas existem elementos que fortalecem essas relações, como os grupos de dança folclórica italiana, *Belvedere* e *Va Pensiero*, localizados em duas *comunidades* do espaço rural de Francisco Beltrão, que incentivam os jovens na representação cultural, auxiliam para que esta não seja esquecida, embora já transformada. Outro fator é que as famílias residentes no espaço rural preservam com mais facilidade suas culturas, já os que vivem na cidade, tem mais acessibilidade e se adequar facilmente aos novos hábitos da modernidade.

Algumas famílias mantêm relações e redes entre parentes e amigos, através da comunicação virtual, ou mesmo visitas, mas também sustentam uma relação com as pessoas do território onde vivem atualmente. Os indivíduos tentam manter determinados vínculos com objetos e pessoas que fizeram parte de sua vida no passado, muitas vezes proporcionando o fortalecimento da cultura.

Esta pesquisa também nos possibilitou compreender que o território, a territorialidade e a identidade acontecem concomitantemente. A territorialidade é um processo de relações sociais, econômicas, políticas e culturais-afetivas, que são fundamentais para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana dos descendentes de italianos. Entendemos que a identidade é uma construção, um conjunto de elementos adquiridos, produto do processo histórico, e pode ser reproduzida ou modificada na des-re-territorialização, perdem-se algumas relações, ganham-se outras e matem-se alguns elementos, isto é singular e varia de acordo com a família, como verificamos, por meio das

entrevistas realizadas com os descendentes de italianos em Francisco Beltrão, o que caracteriza uma identidade híbrida.

A identidade é renovada com o passar do tempo, como acontecem através das migrações, mas pode ser reforçada pela memória, tanto oral, como a partir de documentos, objetos, fotos e outros, que ajudam a relembrar histórias vividas pelos indivíduos. Muitas pessoas, ao migrarem, perdem alguns elementos de suas identidades e incorporam o *novo*, principalmente quem vive nas cidades, onde as inovações tecnológicas se materializam mais intensamente. O território, então, formado por redes de relações, envolve patrimônios identitários, como o saber-fazer, as edificações, os monumentos, os museus, as linguagens, as crenças, os arquivos históricos, as relações sociais das famílias, as empresas, entre outros.

Assim podemos compreender que as identidades são relações culturais, ou seja, territorialidades, que podem ou não ser reproduzidas com o passar dos anos, podendo ser reafirmadas, como alguns dos entrevistados deixaram transparecer. Por este motivo, foi essencial a consideração do processo histórico, para verificação das mudanças e permanências na vida dos membros do grupo social dos descendentes de italianos, no município de Francisco Beltrão. Para tanto, é fundamental a valorização da memória, da identidade, dos elementos culturais que estamos estudando, pois podem servir de base para outras discussões acerca da importância de conhecer, preservar e valorizar essas características, precisamos conhecer nossa história para compreender a realidade de hoje. Além disto, esperamos que nossa análise sirva de alerta e, ao mesmo tempo, de motivação para a valorização e conservação da identidade do grupo social estudado. A cultura de um povo, seus hábitos e costumes são as riquezas de cada etnia, passadas de geração para geração.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. “Marxistas e cristãos: aqui e agora”. **Encontros com a civilização brasileira**. Número 28, Vol. III, n. 10. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1981.
- ALTAMAYER, Everton. **Do que sou descendente? De tirolese! Còssa son mi? Mi son tirolés! Pequena introdução sobre nossas origens Trentinas**. Circolo Trentino di São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.ctsp.org.br/pdf/ApostilaTrentina.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2011.
- ALVES, Adilson F; RIBAS, Alexandre D; CARRIJO Beatriz R; FLÁVIO Luiz C; CANDIOTTO Luciano Z. P; SAQUET Marcos A; SANTOS Roseli A. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In: RIBAS, A.D; SPÓSITO, E. S; SAQUET M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- Arquivo Gráfico Municipal do Estado do Paraná AMG-PR, Curitiba, 1997.
- BALHANA, Altiva. P; MACHADO, Brasil. P. e WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Editora Paraná Ltda., 1969.
- BALHANA, Altiva P. **Italianos no Paraná**. DE BONI, Luis A. (Org.). In: A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1987.
- BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: 1995.
- BLOEMER, Neusa M. S. **Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- _____. Descendentes italianos e caboclos: espaços compartilhados, identidades marcadas. **Anais: II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, Identidade, diferença, mediações**. 2003, p.1-14. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/showprod.php?id=102>. Acesso: 26 de outubro de 2011.
- BONETI, Lindomar W. Formação e apropriação do espaço territorial no Sudoeste do Paraná. In: ALVES, Adilson F; FLÁVIO, Luiz C; SANTOS, Roseli A. (Org.). **Espaço e Território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 109 – 124.
- BRANDÃO, Carlos. R. **Identidade e Etnia**, construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRISKIEVICZ, Michele. **Migração e identidade: os descendentes de poloneses em Pato Branco (PR)**. Francisco Beltrão, 2009. Monografia (Geografia Bacharelado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

_____; MEIRA, Suzana G. Representação cartográfica do fluxo migratório de gaúchos descendentes de poloneses para o município de Pato Branco – Paraná. In: **Anais do 12 Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2009. p. 1-12.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura – trigo e soja**. Vozes, Petrópolis, 1988.

BUCHMANN, Elane T. **A Trajetória do Sol**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

CAMPOS, Fernando. O patrimônio religioso. In: PRIORI, Angelo (Org.). **História, memória e patrimônio**. UEM: Maringá, 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

COLOGNESE, Silvio Antonio; ROSSI, Diego. **Os encontros de parentescos como um fenômeno étnico**. In: SCHALLENBERGER (Org.). *Cultura e Memória Social: território em construção*. Cascavel: Coluna do Saber, 2006, p.47-65.

CORREIA, Roberto L. O Sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 32, n 01, 1970.

COSTA, Rovílio. **A literatura dialetal italiana como retrato de uma cultura**. In: DE BONI, Luis A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.

CRUZ, Fábio S. Do essencialismo ao não essencialismo? Reflexões sobre a identidade cultural do MST. **Revista Lua Nova**, São Paulo. 80: 181 – 201, 2010.

DALL' ALBA, Pe. João L. **Imigrantes italianos em Santa Catarina**. DE BONI, Luis A. (Org.). In: *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.

DELGADO, Lucilia de Almeida N. **História oral: memória, tempo, identidades**. Autêntica: Belo Horizonte - MG, 2006.

DEMATTEIS Giuseppe, Le metafore della terra. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1967, In: SAQUET, Marcos A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson F; CARRIJO, Beatriz R; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DE BONI, Luis Alberto. **A Itália e o Rio Grande do Sul IV**, Relatórios de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.

_____. O Catolicismo da Imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, L, H.; GONZAGA, S. (Orgs.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.p. 234-255.

DIAS, Emerson dos S. e PRIORI, Angelo. Fronteira sitiada: as memórias dos moradores de Foz do Iguaçu sobre os Movimentos Tenentistas (1924-1925). In: PRIORI, Angelo. **História, memória e patrimônio**. UEM: Maringá, 2009, p.49 a 64.

FERREIRA, João C. V. **Municípios paranaenses: origens e significados dos seus nomes**. Cuiabá: Editora Memória do Brasil, 2006.

FLÁVIO, Luiz C. **Memória e território: elementos para o entendimento da constituição da cidade de Francisco Beltrão-PR**, 2011. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista e Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, São Paulo.

FURLAN, Oswaldo A. **Brava e Buona Gente**, cem anos pelo Brasil. Santa Catarina: Do autor, 1997.

GAGLIOTTO, Ana R. **Possibilidade de valorização multidimensional do território de Francisco Beltrão – PR com vistas ao desenvolvimento local**, 2009. Dissertação de Mestrado (apresentada ao curso de pós graduação em Geografia, Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

GOETTERT, Jones D. **O espaço e o vento**. Dourados: UFGD, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo S. A magia dos objetos: museus, memória e história. In: PRIORI, Angelo (Org.). **História, memória e patrimônio**. UEM: Maringá, 2009, p.65 a 75.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: A rede “gaúcha no nordeste”**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Território, cultura e des-territorialização. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 115-144.

_____; BÁRBARA, Marcelo de Jesus S. Identidade e Migração em área transfronteiriças. Rio de Janeiro: Revista **GEOgraphia** (UFF), ano III, n. 5, 2001 IBGE – Censos Demográficos, 1996, 2000.

_____. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006-2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: SILVA, Tomás T; LOURO, Guaracira L. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.103. Título original: The question of cultural identity.

HUTTER, Lucy M. **A imigração italiana no Brasil - séculos XIX e XX: dados para a compreensão desse processo**. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

IANNI, Constantino. **Homens sem paz: Os conflitos e os bastidores da emigração italiana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

IBGE, 500 anos Brasil, 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/brasil500/italianos/regorigem.html>>. Acesso em 15 mar. 2011.

_____. Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v.1-3, 1916-1927.

_____. Censo demográfico do Paraná 1940.

_____. Censo demográfico do Paraná 1960.

_____. Censo demográfico do Paraná 1980.

_____. Censo demográfico do Paraná 2000.

_____. Censo demográfico do Paraná 2010.

_____. Censo demográfico do Paraná 1920.

_____. Censo demográfico do Rio Grande do Sul 1940.

_____. Censo demográfico do Rio Grande do Sul 1950.

_____. Censo demográfico do Rio Grande do Sul 1960.

ÍNDICE fundamental do direito (DJI). Disponível em: <<http://www.dji.com.br/index.htm>>. Acesso em 11 Set. 2011.

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS – ITCG. **Arquivo Gráfico Municipal do Estado do Paraná**, 2003.

JAKOB, Alberto A.E; CUNHA, José M. P. CUNHA, Tiago A. Dinâmica Intra-Urbana: Migração e Redes Sociais na Região Metropolitana da Baixada Santista. In: VI Encontro Nacional Sobre Migrações, 2009. **Anais...CEDEPLAR/FACE/UFMG** - Belo Horizonte, (MG), 2009.

LANGER, Protásio P. Sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no Sudoeste do Paraná. **Revista Diálogos**, DHI-PPH-UEM, v. 11, n. 03, 2007.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense**. Curitiba: SECE / BPP, 1983.

_____. **Paraná: Terra de todas as gentes e de muita história**. Francisco Beltrão: GRAFIT, 2003.

Lista Telefônica EDITEL de Francisco Beltrão – 2008.

MANFROI, Olívio. **Italianos no Rio Grande do Sul**. DE BONI, Luis A. (Org.). In: A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1987.

MARTINS, Rubens S. **Entre Jagunços e Posseiros**. Curitiba, PR: Associação Marrecas do Bem Estar ao Menor, 1986.

MEYER, Dagmar E. E. **Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Sinodal, 2000.

MONDARDO, Marcos L. **Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR**. Dissertação de Mestrado. Dourados, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.

_____. A diáspora gaúcha e catarinense para o Paraná e a representação do “lugar do futuro”: a (re)invenção da Região Sudoeste entre 1940-1970. In: **Revista de Humanidades - Mneme**, Rio Grande do Norte, Vol. 11, N 27, 2010.

NADALIN, Sérgio O. **Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações**. Curitiba: SEED, 2001

PADIS, Pedro. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2006.

PANCERA, Flávio. **Transformações da cultura italiana na comunidade de Secção Jacaré - Francisco Beltrão – PR, 2006**. Monografia (Geografia Bacharelado/Licenciatura) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

PAULA, M. N. ; SILVA, J. ; SILVA, Cristiane dos REIS . O CLAC: Revisitando estratégias para o ensino de redação. In: XV Congresso da Assel - RIO, 2009, RIO DE JANEIRO. **Anais... XV CONGRESSO ASSEL RIO**, 2009.

PAULA, Andréa M. N. R. **Travessias...Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais**, 2009. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

PEGORARO, Éverly. **Dizeres em Confronto** (A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense. Niterói, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Centro-Oeste.

PETRONE, Pasquale. A influência da imigração italiana nas origens da industrialização Brasileira. In: DE BONI, Luís. (Org). **A presença italiana no Brasil**. Vol 1. Porto Alegre: EST, 1988. p.489-507.

PETRONE, Maria Theresa S. **O imigrante italiano na fazenda de café de São Paulo**. In: DE BONI, Luis A. (Org.). A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1987.

PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Álbum comemorativo dos 75 aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, 1950. **Revista Globo**, Porto Alegre, Julho, 1950.

PIRIN, Lizandra. **Sindicalismo Rural e Agricultura familiar no Município de Francisco Beltrão - PR**. 2006. Dissertação de Mestrado(apresentada ao curso de pós graduação em

Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

PORTAL RBJ – Rede Bom Jesus de Comunicação. Disponível em: <<http://www.portalrbj.com.br/capa.php>>. Acesso em 14 nov. 2011.

PREFEITURA Municipal de Francisco Beltrão. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/Image/fotlupion/ICO54A.jpg>>. Acesso em 23 maio. 2011.

RAFAGNIIN, Luciana Guzela. **As Mulheres e o sindicato de Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão**: Estudo de Caso. 2005. 50f. Monografia (apresentada ao curso de Ciências Políticas) - Faculdade Internacional e Curitiba, Curitiba.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Relatório do Núcleo Colonial de Foz do Iguassú (1941/42).

ROCHA, J. M. **As raízes da crise da – “Metade Sul” – uma análise da exploração pecuária na formação econômica do RS**. Dissertação de Mestrado, Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RUIZ, Glacy W. **Imigração no Paraná**, 2004/2005. Disponível em: < <http://www.weber-ruiz.com/parana.html> >. Acesso em 20 de março, 2011.

SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Álbum comemorativo dos 75 aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, 1950. **Revista Globo**, Porto Alegre, Julho, 1950.

SANTOS, Regina B. **Migração no Brasil**. São Paulo: SCIPIONE, 1994.

SANTOS, Roseli A. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. Presidente Prudente - SP, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho” UNESP.

SANTOS, José Vicente T. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SAQUET Marcos A. **Os tempos e territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003 (2001).

_____, MONDARDO, Marcos L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. In: **Revista NERA**. São Paulo, n 13, p. 118-127, Julho/Dezembro, 2008.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre D. SPOSITO, Eliseu S. SAQUET, Marcos A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2001. p. 121-148.

_____. Reterritorialização e Identidade. In: **Tradição versus Tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. MEDEIROS, Rosa M. V. e FALCADE, Ivanira (Org.). Porto Alegre: UFRGS, 2009. p, 211 – 224.

_____. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. (Org.); SPOSITO, Eliseu S (Org.) ; RIBAS, Alexandre (Org.) . **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens (2a. edição). 2. ed. Cascavel - PR: UNIOESTE, 2004. v. 1000. 174 p.

SCHALLENBERGER. O fenômeno religioso e comunitário na construção social do espaço da imigração no Sul do Brasil. In: SCHALLENBERGER, Erneldo (Org.). **Cultura e Memória Social**: território em construção. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SILVA, Tomaz T; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.29-61.

Trabalho de campo nas Paróquias de Francisco Beltrão-PR: Nossa Senhora da Glória, Cristo Rei e São José. Registros de casamentos 1954-1980, 2011.

THOMPSON, Paul. História de vida como Patrimônio da Humanidade. História oral: patrimônio d passado e espírito do futuro. In: WORCMAN, Karen e PEREIRA, Jesus Vasquez (Org.). **História falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo-SESC: Museu da pessoa: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p.17 a 43.

VANDERLINDE, Tarcísio. Formação de uma identidade camponesa no Sul do Brasil. In: SCHALLENBERGER (Org.). **Cultura e Memória Social**: território em construção. Cascavel: Coluna do Saber, 2006, p. 33 a 45.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Curitiba: Editora dos professores, 1939 (2000).

_____. **Paraná, Sudoeste**: Ocupação e colonização. Curitiba: Vicentina, 1987.

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. 1949.In: **Revista Brasileira de Geografia**, v.50, n. especial, t.1, 1988.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T; HALL, Stuart; WOODWAR, Kathryn (Org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p.7-72.

ZANONI, Iria G. **1957 - Mil novecentos e cinquenta e sete**: a revolta dos posseiros Curitiba: Criar Edições, 1987.

ENTREVISTAS

BORGHESAN, Ivo. **Entrevista concedida a Michele Briskievicz. Francisco Beltrão, 28 de out. 2011.**

BORTOLINI, Davi. Entrevista concedida a Michele Briskievicz. Francisco Beltrão, 10 de out. 2011.

COMUNELLO, Elza. Entrevista concedida a Michele Briskievicz. Francisco Beltrão, 12 de out. 2011.

FELIPETTO, Rosina. Entrevista concedida a Michele Briskievicz. Francisco Beltrão, 30 de nov. 2011.

GRACIANI, Davi José. Entrevista concedida a Michele Briskievicz. Francisco Beltrão, 18 de nov. 2011.

LAZAROTTO, Noeli Terezinha. Entrevista concedida a Michele Briskievicz. Francisco Beltrão, 24 de nov. 2011.

LAZAROTTO, Sílvio. Entrevista concedida a Michele Briskievicz. Francisco Beltrão, 14 de nov. 2011.

MARCELLO, Maria. Entrevista concedida a Michele Briskievicz. Francisco Beltrão, 20 de out. 2011.

NESI, Valdemir. Entrevista concedida a Michele Briskievicz. Francisco Beltrão, 20 de nov. 2011.

SALMÓRIA, Adair. Entrevista concedida a Michele Briskievicz. Francisco Beltrão, 25 de nov. 2011.

TESSER, Segundo. Entrevista concedida a Michele Briskievicz. Francisco Beltrão, 14 de out. 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE 01

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DE DESCENDENTES DE ITALIANOS EM FRANCISCO BELTRÃO (PR)

1. Nome:

- a) Idade:
- b) Local de nascimento:
- c) Escolaridade:
- d) 1) Data da entrevista:
- e) 2) Telefone para contato:
- f) 3) Endereço da casa:

2. Nome do pai:

Local de nascimento:

Nome da mãe:

Local de nascimento:

Nome dos avós paternos:

Local de nascimento:

Nome dos avós maternos:

Local de nascimento

3. De onde veio a família:

Estado:

Município:

() rural () urbano

4. Data da chegada da família em Francisco Beltrão?

5. Qual foi o motivo da migração?

6. Em que trabalhavam antes de migrarem?

7. Quantas pessoas da família vieram?

8. Como foi a viagem durante a migração?

9. Já tinha pessoas conhecidas (amigos ou parentes) em Francisco Beltrão antes de migrar? Eles influenciaram na decisão?

10. Como foi a adaptação inicial em Francisco Beltrão?

11. Como era a cidade na época que chegaram (ou o estabelecimento rural)?

12. Qual foi o primeiro trabalho que teve ao chegar ao município? E qual o trabalho atual?

13. Quais as principais características identitárias dos antecedentes da família de origem italiana:

- a) Alimentação:
- b) Linguagem:
- c) Vestuário:
- d) Religião:

e) Músicas:

f) Dança:

g) Objetos, fotos, documentos e outros:

h) Outros:

14) Possuía essas características na época em que chegou ao município?

15. Essas características permaneceram nos dias atuais? Por quê?

16. Quantos filhos têm? Nasceram no município? Ainda moram em Francisco Beltrão, ou onde moram? Trabalham aonde atualmente?

17. Quais as principais inovações inseridas na vida familiar?

18. Há relações com outras famílias de descendentes de italianos em Francisco Beltrão? Com o Estado de onde migraram? Com familiares do país de origem de seus ancestrais? Quais são essas relações?

19. Que meios de comunicação são utilizados para manter essa relação?

PERGUNTA SOBRE OS IMIGRANTES DA FAMÍLIA

1. Local (província ou região) de origem da Itália?

2. Qual o motivo da emigração?

3. Em que ano ocorreu à emigração?

4. Quantas pessoas da família vieram?

5. Possui membros da família que já voltaram para a Itália (trabalhar ou passear)? Ou alguém que tenha intenção de voltar para lá?

ENTREVISTA COM GRUPOS FOLCLÓRICOS

Quem são os participantes?

Ano de fundação do grupo?

Objetivo de montar o grupo?

Participam de concursos ou eventos?

Como surgiu o nome?

Quando e onde ensaiam?

Como selecionam as músicas?

A história do grupo?

ANEXO

ANEXO 01

Colônias e Imigrantes no Estado do Paraná

Início - Colônia	Local	Imigrantes	Hoje
1829 - Rio Negro	Rio Negro -PR	alemães (248)	Rio Negro - PR
1847 - Colônia Thereza	próxima ao Rio Ivaí	franceses (87 imigrantes)- fundador: Dr. João Maurício Faivre	Ivaí - PR
1852 - Colonia Superagüi	Paraná	alemães, suíços, franceses e outros (85 imigrantes)	Guaraqueçaba-PR
1856 - Colônia Teófilo Otoni	Paraná	alemães	Teófilo Otoni
1860 - Colônia do Assungui	Na Ribeira - Estrada do Assungui	ingleses, franceses, italianos e alemães (949 imigrantes)	Cerro Azul - PR
1869 - Colônia Angelina	Curitiba - PR	alemães, suíços, franceses e argelinos	Curitiba
1870 - Colônia Pilarzinho	Curitiba	alemães, poloneses e italianos (242 imigrantes)	Curitiba - PR
1871 - Col. São Venâncio	Curitiba	alemães, poloneses e suecos (160)	Curitiba - PR
1871 - Colônia Tomás Coelho	Araucária	poloneses	Curitiba -Paraná
1873 - Colônia Abranches	Curitiba	alemães e poloneses (323)	Curitiba
1875 - Colônias: Colônia Santa Cândida	Curitiba	poloneses, suíços e franceses (340)	Curitiba - PR
1875 - Colônia Orleães	Curitiba	poloneses, italianos, suíços, franceses e outros (290)	Curitiba _ PR
1875 - Colônia Alexandra	Paranaguá	italianos (320)	Paranaguá - PR

1875 - Colônia Pereira	Paranaguá	italianos e espanhóis (115)	Paranaguá - PR
1876 - Colônia Tomaz Coelho	Araucária	Poloneses, galicianos e silesianos (1.295)	Araucária - PR
1876 - Colônia Santo Inácio	Curitiba	poloneses, silesianos e galícios	Curitiba- PR
1876 - Colônia Lamenha	Curitiba	alemães e poloneses (746)	Curitiba- PR
1877 - Colônia Rivière	Curitiba	alemães, franceses e poloneses (406)	Curitiba - PR
1877 - Linha Entre Rios	Morretes	italianos (50)	Morretes - PR
1877 - Colônia Nova Itália	linha América	italianos (150 imigrantes)	Morretes - PR
1877 - Linha Sesmaria	Morretes	italianos (620)	Morretes - PR
1877 - Colônias: Cari, Marques, Rio Sagrado	Morretes	italianos	Morretes - PR
1877 - Colônias: Ipiranga, Zulmira e Turvo	Antonina	italianos	Antonina _ PR
1878 - Colônia Santa Felicidade	Curitiba	italianos (580)	Curitiba - PR
09/1878 - Colônia S. Maria do Novo Tyrol da Boca da Serra	S. J. Pinhais - PR	trentinos, tirolêses (italianos do Valle di Primiero)	Piraquara - PR
1878 - Colônia Muricy	São José dos Pinhais	poloneses e italianos (397)	São José dos Pinhais- PR
1878 - Colônia Antonio Rebouças	Campo Largo	italianos e poloneses (244)	Campo Largo - PR
1878 - Colônia Octávio (linha Taquary)	Ponta Grossa	alemães do Volga (214)	Ponta Grossa - PR
1878 - Colônia Octávio	núcleos: Tibagy, Guaraúna, Uvaranas, Floresta, Eurídice	alemães do Volga	Ponta Grossa - PR
1878 - Colônia Virmond	Lapa	alemães do Volga (44 imigrantes)	Lapa - PR

1878 - Linha Santa Quitéria	Palmeira - PR	alemães do Volga (175 imigrantes)	Palmeira - PR
1878 - Colônia Sinimbú	Linha Marcondes (Pugas)	alemães do Volga (50 imigrantes)	Palmeira - PR
1878 - Núcleo Hartmann	Palmeira - PR	alemães do Volga (149 imigrantes)	Palmeira - PR
1886 - Colônia Santa Christina depois, Colônia Cristina	Campo Largo	294 imigrantes poloneses	Araucária - PR
1890 - Colônia Contenda	Contenda	poloneses	Contenda - PR
04/1890 - Colônia Cecília	Palmeira	anarquistas italianos (150)	Palmeira - PR
1891 -Colônia Sta. Bárbara	Palmeira	alemães,poloneses, ucranianos e italianos	Palmeira - PR
1891 -Colônias: Augusta Victoria e Lucena	Rio Negro	alemães e poloneses (250)	Rio Negro - PR
1892 -Colônia Apucarana	Guarapuava	poloneses e ucranianos (1342 imigrantes)	Guarapuava - PR
1895 - Campo da Galícia	ao longo da atual Av. Cândido Hartmann - Curitiba	ucranianos	bairro do Bigorrião- Curitiba - PR
1896 -Colônia Prudentópolis	Prudentópolis (com 30 núcleos)	poloneses, alemães ,ucranianos e outros (16.637)	Prudentópolis - PR
1907 - Colônia Senador Correia	Guarapuava	Ucranianos (3.132 imigrantes)	Prudentópolis - PR
1907 - Colônia Ivay	Ipiranga - linhas Calmon e São Roque	Ucranianos, Alemães, Poloneses, Holandeses (4.840 imigrantes)	Ipiranga - PR
1908 - Colônia Irati	Irati	alemães, poloneses, holandeses e ucranianos (1.379)	Irati - PR
1910 - Colônia Cruz Machado	Guarapuava	poloneses ,alemães e ucranianos (4.474)	Guarapuava- PR
1911 - Colônia Carambeí	Castro	holandeses (450)	Castro - PR

1924 - Colônia São Miguel	Joaquim Távora	lituanos, letônios, poloneses, ucranianos e alemães	Joaquim Távora - PR
1924	redondezas do bairro Uberaba,Campo Comprido,Araucária	japoneses	referidos bairros de Curitiba - PR
1927 - Colônia Dantzig	depois "Vila de Nova Dantzig	poloneses e alemães	Cambé - PR
1927/1932 - Gleba Três Barras	Assahi	japoneses	Assaí - PR
1933 - Gleba Roland	Rolândia	alemães	Rolândia - PR
1937 - Colônia Esperança	Arapongas	eslavos e japoneses	Arapongas - PR
1940 - Colônia Cafezal	Rolândia	japoneses	Rolândia - PR

RUIZ, Glacy W. **Imigração no Paraná**, 2004/2005.

Disponível em: < <http://www.weber-ruiz.com/parana.html> >.

Acesso em 20 de março, 2011.